



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação

DORIEDSON ALVES DE ALMEIDA

**RELAÇÕES ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E TIC: UMA ANÁLISE
DAS TENSÕES A PARTIR DO MODELO PROPOSTO PELOS
PONTOS DE CULTURA**

Salvador/2011

Doriedson Alves de Almeida

**RELAÇÕES ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E TIC: UMA ANÁLISE
DAS TENSÕES A PARTIR DO MODELO PROPOSTO PELOS
PONTOS DE CULTURA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia como parte do processo de formação para obtenção do título de Doutor.

Doutorado em Educação

Linha de Pesquisa: Educação e tecnologias de informação e comunicação

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Helena Silveira Bonilla

Salvador/2011

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Almeida, Doriedson Alves de.

Relações entre o estado, sociedade e TIC : uma análise das tensões a partir do modelo proposto pelos Pontos de Cultura / Doriedson Alves de Almeida. – 2011.

252 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Silveira Bonilla.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

1. Cultura Viva (Programa). 2. Política cultural. 3. Sociedade Civil. 4. Cultura popular. 5. Tecnologia da informação. I. Bonilla, Maria Helena Silveira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 353.7 – 22. ed.

Relações entre Estado, Sociedade e TIC: uma análise das tensões a partir do modelo proposto pelos Pontos de Cultura

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia como parte do processo de formação para obtenção do título de Doutor.

Aprovada em dezembro de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Helena Silveira Bonilla

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Orientadora

Prof. Dr. Nelson De Luca Pretto

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Othon Fernando Jambeiro Barbosa

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Sergio Amadeu da Silveira

Universidade Federal do ABC - UFABC

Prof. Dr. Adriano Canabarro Teixeira

Universidade de Passo Fundo – UPF

Prof. Dr. Edvaldo Souza Couto

Universidade Feral da Bahia – UFBA

Suplente

porque o nome dos professores tá em fonte menor que o nome da universidade?

DEDICATÓRIAS E AGRADECIMENTOS

Ao Teotônio José de Almeida, avô baiano que não conheci; foi sucumbido pelas águas de uma represa nos sertões de Mortugaba e Condeúba.

Aos meus pais e irmãos pela paciência e pelo apoio.

À professora Bonilla, por me ensinar muitas coisas, inclusive a importância do rigor; buscarei sempre tornar-me mais organizado.

Ao Pretto e ao Nelson, pelo jeito *alt-tab* de ser e de ensinar.

À CAPES pelo apoio financeiro em mais uma caminhada.

Reverberando a dissertação a três professoras especiais: Maria, por viver e pelas primeiras letras; Lúcia, por me ensinar a continuar caminhando, e à Jussara, pela paciência e pela bravura com a qual me acolheu.

Um pouco atrás, agradeço às professoras Luzelda, Rute Cecília e aos professores Ozem, Canal, Silvestre e Genebaldo, que me disseram de História, Ciência, Geografia e amizade.

Ao Santos, ao Milton, ao Chomsky, ao Noam, ao Pinto, ao Álvaro e ao Boaventura, alguns dos pensadores contemporâneos com os quais ousei dialogar pelo vigor intelectual e obra intensa.

Aos amigos e colegas, professores, ex-alunos do Polivalente em Ecoporanga-ES e do Instituto Fernando Duarte Rabelo, na praia de Santa Helena, Vitória-ES, que felizmente ainda resiste à sanha de certos políticos e à especulação imobiliária.

Aos inúmeros parentes, amigos e colegas dos lares e repúblicas em que morei, vivi e convivi, pois sem essas casas não chegaria até aqui.

À Madalena, por ajudar a “destruncar” meus textos.

Aos servidores e aos amigos da FACED.

Aos residentes do quarto nove e aos colegas da R1, pela acolhida mais recente nessa caminhada.

À Darlene, à Sule e à Dart, por me ensinarem a furar a interface.

Aos ativistas, ponteiros, artistas e colegas de pesquisa com os quais interagi nos universos da cultura digital e do Programa Cultura Viva.

A todos do/no/com GEC-FACED-UFBA.

“Uma banda da banda é umbanda
Outra banda da banda é cristã
Outra banda da banda é kabala
Outra banda da banda é alcorão
E então, e então, são quantas bandas?
Tantas quantas pedir meu coração”.

Banda Larga cordel - Gilberto Gil

RESUMO

Esse estudo analisou uma ação do Ministério da Cultura do Brasil denominada Pontos de Cultura, desenvolvida no âmbito do Programa Cultura Viva. Iniciado em 2003 e ainda em curso. O *modus operandi* adotado pelo governo para a descentralização dos recursos e ações foi o chamamento de movimentos civis e cultura popular por meio de editais públicos. Os problemas norteadores desse estudo foram as tensões, embates e as diferentes visões, orientações ideológicas e políticas que determinam a gestão do Estado. Buscamos compreender como as relações entre Estado e sociedade, estruturadas e tensionadas a partir de relações cotidianas pautadas na centralização, nas desigualdades e contradições, nos embates políticos para controle do Estado, contribuem ou não para a construção de uma política de estado centrada na cogestão e no controle social das ações de governo. Analisamos *in loco* as atividades de três Pontos de cultura no Estado da Bahia, nos municípios de Salvador, Irecê e Valente, além de diversos fóruns e documentos produzidos pelo Estado e pelas organizações civis. O método indiciário, a premissa de que os avanços técnicos são resultado do processo de hominização, as entrevistas e observações *in loco* em ambientes presenciais e na internet foram as principais teorias e metodologias de investigação utilizadas. As análises mostraram que aspectos como cidadania, participação popular e apropriação reflexiva de informações são determinantes para transformar e modernizar os conceitos, teorias e práticas empregados na gestão da res pública.

Palavras-chave: Políticas culturais; Políticas Públicas; estado; Sociedade Civil; Movimentos culturais populares; Gestão; Burocracia; Pontos de cultura; Programa Cultura Viva; tensões; Burlas

ABSTRACT

This study examined the actions of the Brazilian Ministry of Culture, developed under a State Program called the Living Culture Program. Started in 2003 and which is still being carried out up to present days. The modus operandi adopted by the government for decentralization of resources and actions was the call of civil movements and popular culture through public announcements. The problems guiding this study were the tensions, conflicts and different points of view, ideological and political orientations that determine the model of State management. We seek to understand Whether the relationship between State and society, structured and tensioned on everydayrelationships based on the centralization, inequalities and contradictions in political clashes for the control of the State, contribute or not to the construction of a State policy focused on the co-management and social control of the government actions. We Analyzed in loco the activities of three points of culture in the cities of Salvador, Irecê and Valente, in the state of Bahia, besides the several forums and documents producedby State and civil organizations. The evidentiary method, the premise that technical advances result of the process of human evolution, the interviews and observations, in loco, in face to face environments and through the Internet were the main theories and research methodologies used. The analyzes showed that aspects such as citizenship, participation and reflexive ownership of information are determinants to transform and modernize the concepts, theories and practices employed in the management of the public land.

Keywords: cultural policies; Public Policy; condition; Civil Society; popular and cultural movements; Management; Bureaucracy; Points ofculture; Living Culture; tensions; Swindle.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTA	<i>Anti-counterfeiting Trade Agreement</i> (Acordo Comercial Antitarifação)
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
BAC	Bases de Apoio à Cultura
CGI	Comitê Gestor de Internet
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
FACED	Faculdade de Educação
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
LGT	Lei Geral de Telecomunicações
MINC	Ministério da Cultura do Brasil
NIC.BR	Núcleo de Informação e Comunicação do Ponto BR
OGU	Orçamento Geral da União
PDC	Pontos de Cultura
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parcerias Público Privadas
PROINFO	Programa Nacional de Informática e Educação
PROINFO RURAL	Programa Nacional de Informática e Educação do Campo
RIPE	Rede de Intercâmbio e Produção Educativa
SBTS	Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite

SCC	Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura
SEED	Secretaria de Educação a distância do MEC
SEI	Secretaria Especial de Informática
TCU	Tribunal de Contas da União
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S/A
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

LISTA DE TABELAS

- TABELA 01 COMPARATIVO DO TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS À AÇÕES, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS TIC, OBJETO DE EMENDAS PARLAMENTARES EM COMPARAÇÃO COM OS VALORES EFETIVAMENTE INVESTIDOS, p. 127.
- TABELA 02 ANÁLISE COMPARATIVA DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUST EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL DO GOVERNO FEDERAL E À ECONOMIA DE RECURSOS PARA A FORMAÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO, p.139.
- TABELA 03 COMPARATIVO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL A PARTIR DA PRIVATIZAÇÃO DO SETOR, p. 151.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 01 RECURSOS ALOCADOS PROGRAMA CULTURA VIVA – OGU 2008, p.204.
- QUADRO 02 ESTIMATIVA DE VALORES PAGOS PELO ESTADO POR SHOWS MUSICAIS, p. 205.

LISTA DE FIGURAS

- MAPA 01 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE IRECÊ, p. 221.
- MAPA 02 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SISAL, p. 230.
- MAPA 03 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
p.238.

SUMÁRIO

SEÇÃO I

O PROGRAMA CULTURA VIVA E OS PONTOS DE CULTURA: CENÁRIO, OBJETIVOS, VÍNCULOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

INTRODUÇÃO.....	02
1. Objetivos.....	16
1.1. Objetivo geral.....	16
1.2. Objetivos Específicos.....	16
CAPÍTULO I – VÍNCULOS TEÓRICOS	
1.1.Referências principais.....	17
1.2. Os referenciais para o estudo das interações entre TIC, sociedade e Estado.....	18
1.3. O que propomos quanto à apropriação contra-hegemônica das TIC, tensões e burlas.....	23
1.4. A fluidez das redes digitais: promovendo e tensionando as relações entre TIC, sociedade e Estado.....	31
1.5. A produção do conhecimento a partir das interações dos ativistas da cultura popular em rede.....	34
CAPÍTULO II – METODOLOGIA, INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	
2.1. Metodologia.....	40
2.2 Contextos e sujeitos.....	42
2.3 Instrumentos de pesquisa.....	45
2.3.1 Pesquisa bibliográfica.....	46
2.3.2 Levantamento de dados.....	46
2.3.2.1 Observação <i>in loco</i>	46
2.3.2.2 Entrevistas.....	47
2.3.2.3 Análise de ambientes virtuais e online.....	47
2.3.3. Diário de pesquisa.....	47

SEÇÃO II

AS TIC E O CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO

SOBRE A SEÇÃO II.....	50
------------------------------	-----------

CAPÍTULO III - ESTADO E FEUDOS MUDIÁTICOS: TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS..... 53

3.1 Aspectos políticos, sociais e econômicos que influenciaram as transformações no setor de telecomunicações..... 62

3.2 Mudanças recentes no sistema de telecomunicações no Brasil 70

3.3. Aspectos da privatização do sistema de telecomunicações brasileiro. 73

CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA DEMOCRATIZAR E AMPLIAR O ACESSO ÀS TIC: DISCURSOS E REALIDADES 86

4.1 Estados, monopólios e cibervigilância, espectro e neutralidade das redes sob ameaça: possibilidades para intensificar a interação sociedade e governos..... 93

4.2 Desafios políticos, jurídicos e institucionais impedindo a consolidação de políticas públicas: análise do aporte orçamentário para o programa cultura viva..... 98

4.3 Conflitos e embates do interior das instituições estatais: fatores determinantes para o acesso e distribuição de recursos governamentais 113

CAPÍTULO V - INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E ATIVISMO: INDUTORES DE CONSOLIDAÇÃO E PERENIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS 117

5.1. Autonomia e cogestão: possibilidades e desafios para a construção de políticas públicas perenes e sustentáveis 120

5.2. Hackeando o Estado: práticas e possibilidades contra a burocracia e a centralização 126

SEÇÃO III

PONTOS DE CULTURA: TENSÕES, REDES E DESAFIOS - CONSTRUINDO INTERAÇÕES INOVADORAS ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

SOBRE A SEÇÃO III..... 137

CAPÍTULO VI - OS PONTOS DE CULTURA: COTIDIANOS, INOVAÇÕES E DESAFIOS..... 139

6.1. Tecnologias e redes digitais de comunicação: ativismo, tensões e embates a partir de interações multiculturais..... 146

6.2. Programa cultura viva: As interações com movimentos sociais e culturais promovendo debates e reflexões sobre a concepção de Estado	162
6.3 Irecê: PDC Ciberparque Anísio Teixeira – A interação com os universos escolares.....	169
6.4. Valente: PDC Cultura Sertaneja - Espaço de conflito entre poder local e sociedade civil organizada.	177
6.5. PDC Via Magia: tentativas de inserção do entorno escolar.....	187
6.6. Escolas, Sociedade civil e ativismo digital influenciando e interferindo nas estruturas da burocracia estatal.	191
6.7. Burlas criativas enquanto táticas e estratégias cotidianas de enfrentamento	202
CONCLUSÃO.....	206
REFERENCIAS.....	219

SEÇÃO I

**O PROGRAMA CULTURA VIVA E OS PONTOS DE CULTURA:
INTRODUÇÃO, OBJETIVOS, VÍNCULOS TEÓRICOS E METODOLOGIA**

INTRODUÇÃO

“Estou no Estado para que um dia ele não seja mais necessário”.
(Gilberto Gil, cantor, compositor e ex-ministro da Cultura).

Esse trabalho de investigação busca compreender as tensões que emergem da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade civil a partir de relações permeadas pelo uso e pela apropriação das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação durante o processo de implementação e de desenvolvimento de uma ação de governo em que o objetivo principal é democratizar e contextualizar culturalmente o acesso a esses recursos. Nesse contexto, diferentes possibilidades e formas de apropriação social e cultura têm sido desenvolvidas ao longo da última década por organizações, entidades e ativistas envolvidos em manifestações culturais populares, tecnológicas digitais, artísticas e demandas sociais específicas.

Foi estabelecido um recorte no conjunto das ações no escopo da ação governamental gerenciada pelo Ministério da Cultura do Brasil – MINC como parte do Programa Cultura Viva¹. Em um dos enunciados oficiais sobre o programa o Ministério da Cultura (BRASIL, 2009) *compreende a cultura, a educação e a cidadania como vetores capazes de incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira.*

Seu escopo contempla iniciativas governamentais que envolvem comunidades, entidades e ativistas sociais ligados a projetos artísticos e culturais, à cidadania e à economia solidária. Instalam-se nesse contexto diferentes discursos e visões governamentais que são eixos fundamentais para a construção de nossas questões de pesquisa.

O foco da investigação foi escolhido devido ao prenúncio de uma riqueza de interações políticas, culturais e sociais inferidas a partir de análises empíricas de

1

O Programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva é uma ação do Ministério da Cultura do Brasil (MINC) iniciada em 2004 com o objetivo de articular ações da sociedade civil com ações nas áreas de cultura e educação do governo federal. Envolve um conjunto de ações distribuídos em cinco eixos, a saber: Pontos de cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (mestres dos saberes) e Escola viva.

suas finalidades, de seus objetivos e da forma adotada pelo governo federal para proporcionar acesso aos recursos públicos alocados para a sua implementação.

O Programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva, iniciado pelo Ministério da Cultura do Brasil em 2004 com o objetivo de articular ações da sociedade civil às ações desenvolvidas nas áreas de cultura e educação do governo federal tem conseguido certo êxito ao proporcionar o acesso desses agentes a recursos públicos, conforme os resultados da avaliação elaborada pelo IPEA (2010).

Segundo o estudo do IPEA (2010) “o Programa Cultura Viva envolve um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos e em diferentes graus de desenvolvimento e consolidação enquanto ações públicas: Pontos de cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (mestres dos saberes) e Escola viva” (p. 39). Para atingir seus objetivos o estudo do IPEA (2010) aponta o que para nós constitui uma das características mais inovadoras do programa, que tenta subverter a burocracia estatal partindo de uma metodologia que reconhece as iniciativas associativistas e comunitárias já existentes, para depois estimulá-las por meio de transferências de recursos de forma direta entre união e entidades, de acordo com regras definidas em editais.

Essa estratégia, conforme o discurso governamental e respaldado por estudos como o realizado por Silva e Araújo (2010) e sua equipe do IPEA, apresentou resultados positivos em relação à implementação e à execução do programa.

O Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva articula associações da sociedade civil, e tem conseguido com certo êxito proporcionar o acesso desses agentes a recursos públicos, facultando o fortalecimento e reconhecimento de circuitos culturais com bases comunitárias e associativistas (SILVA; ARAUJO, 2010, p. 38).

Um de seus eixos centrais são os PDC – Pontos de Cultura – nosso objeto de análise nesse estudo, os quais se destinam a integrar as ações e atividades culturais desenvolvidas por esses coletivos sociais aos contextos e movimentos onde nascem os conceitos e técnicas de apropriação digital. Ele visa a difusão desses conteúdos no ciberespaço, estabelecendo uma parceria destinada a viabilizar a cogestão dos

processos de apropriação das técnicas digitais pelas entidades civis e movimentos populares, o que torna possível, ao mesmo tempo, o estímulo e a valorização das culturas tradicionais locais, e o uso dos recursos digitais para seu registro, abrangendo e disseminando os diversos contextos das manifestações das culturas regionais brasileiras.

Assim, a política dos Pontos de Cultura apreende a produção cultural a partir da dinâmica dos movimentos culturais. A política dos “Pontos de Cultura” evita ao mesmo tempo a reprodução da cultura elitista, bem como sua variável especular e espetacular da cultura de massa. Contudo, ele evita também as armadilhas ideológicas do popular. Reconhecendo a produção cultural que já existe na sociedade, o MINC operou uma inflexão política de grande porte: a democratização não apenas acontece pela definição de um marco público e transparente de política cultural (o que já seria um grande avanço), mas também pela abertura às dinâmicas de criação que são também o fato dos movimentos de resistência: é nesse sentido que o programa no qual se inscreve a ação dos Pontos de Cultura não poderia ser mais adequado: cultura viva versus a hegemonia da cultura morta da espetacularização erudita e versus as identidades homogêneas de um “popular” supostamente contra-hegemônico. (COCCO, 2009, p. 34)

Cocco (2009) reconhece a importância da intervenção estatal em diferentes frentes ao democratizar o acesso aos recursos governamentais através de edital público válido em todo território nacional, no qual, em sua primeira fase, aproximadamente 6.000 entidades da sociedade civil concorreram; cerca de um terço foi pré-selecionada e 700 (setecentas) tiveram acesso a recursos públicos da ordem de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Os projetos selecionados receberam os recursos em 4 (quatro) parcelas, seguindo um cronograma físico-financeiro previamente elaborado pela entidade proponente do projeto, que na maioria dos casos não obedeceu as datas previstas no cronograma original para liberação das verbas.

Um dos fatores que contribuíram para a escolha da temática desse trabalho foi os envolvimento teórico-práticos na perspectiva de apropriação das TIC vivenciados por este pesquisador durante o desenvolvimento de diversos projetos para estimular e democratizar o uso de computadores por escolas públicas e por setores sociais de menor poder aquisitivo em alguns municípios no Estado do Espírito Santo, entre 1993 e 2006. Tais práticas, entrelaçadas ao percurso profissional e acadêmico, foram fundamentais para chegar ao objeto de estudo atual.

O aprofundamento teórico e empírico através de estudos e observações realizadas ao longo dos últimos anos contribuiu para que as questões de pesquisa trilhassem um viés crítico em relação à forma como são planejadas e implementadas as ações destinadas a promover o acesso e a democratização das TIC nos cenários de exclusão social e de desigualdades econômicas históricas vivenciadas pela sociedade brasileira.

Os problemas relacionados à falta de acesso às TIC por parcelas consideráveis da população têm sido objeto de análise de autores como Silveira (2007), Pretto (2010) e Bonilla (2005). Esses pesquisadores mostram que o problema não está apenas relacionado a proporcionar meios de conexão e acesso à população de menor poder aquisitivo. Eles levantam questões de cunho sociológico, político e econômico para referendar seus estudos e afirmações, embora não desconsiderem a importância da garantia das infraestruturas de acesso, dada a gravidade do problema no Brasil.

A utilização conjunta dos termos ações governamentais e políticas públicas se deve ao entendimento de que o conceito de políticas públicas, enquanto forma planejada de implantação e avaliação de um conjunto de obras e/ou ações governamentais, derivado das vertentes acadêmicas europeias e estadunidenses, referendadas por autores como Peters (1995) e Dye (1992) não são perfeitamente aplicáveis às ações brasileiras no campo da democratização do acesso às TIC ou de fomento à cultura digital devido ao seu caráter efêmero, pulverizado e à inexistência de métodos e articulações capazes de permitir uma avaliação quantitativa e qualitativa de seus resultados.

Além disso, a política pública e/ou ação de governo analisada nesse estudo nasce de uma reformulação das ações do MINC a partir de um realocamento de recursos orçamentários e oriundos de agências internacionais de cooperação como a UNESCO, que destina recursos internacionais para diversos programas em diversos países, e que no caso brasileiro, geralmente se originam dos acordos estabelecidos em torno do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Quando afirmamos que a ação de governo investigada possui caráter efêmero, queremos alertar que, por se tratar de um programa financiado, em parte por

recursos oriundos de programas de cooperação internacional e com baixo aporte de recursos perenes no OGU – Orçamento Geral da União, conforme mostraremos mais adiante, este não possui garantias de continuidade, portanto, é considerado efêmero. Quanto à pulverização, esta reflexão se dá devido à forma de alocação dos recursos no orçamento e da execução das ações. Ao mesmo tempo em que o apoio financeiro é escasso, não existem mecanismos que garantam um fluxo perene da quantia necessária à conclusão das ações previstas nos projetos aprovados.

Isso demonstra que ações como as desenvolvidas pelo programa Cultura Viva nascem do reconhecimento dessa ausência do Estado ou do temor governamental de que tal ausência gere espécies de insurgências informacionais, conforme aprofundaremos na seção 2.

Recorremos também às origens etimológicas dos vocábulos política - do grego *politéia*, que define todos os procedimentos relativos a *polis* e público, que é de todos; comum. A partir de quaisquer análises, mesmo partindo do senso comum, salta aos olhos que o acesso às TIC e as formas de produção e estruturação da cultura digital não ocorrem de forma universalizada e democrática para a maioria dos segmentos sociais.

Dados de 2008 do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI) mostram que apenas em 25% (vinte e cinco por cento) dos domicílios existem microcomputadores, e destes, apenas 18% (dezoito por cento) estavam conectados à internet. Em 2009 o CGI apontou um considerável crescimento da quantidade de residências com computadores, no qual o percentual chega a 36% (trinta e seis por cento), sendo que destes, apenas 27% (vinte e sete por cento) possuem acesso à internet; esses dados mostram uma tendência de crescimento, mas ainda temos enormes desafios, pois o principal objetivo é que ocorra a universalização e a qualidade dos serviços.

Existem aproximadamente 5.000.000 (cinco milhões) de lares com computadores sem internet no Brasil, nos quais são conhecidos os problemas relacionados à velocidade, custos, etc. Esses dados evidenciam a desigualdade que traz em seu arcabouço questões regionais, sociais e econômicas. Por essa razão, justifica-se a necessidade de reflexões críticas e o aprofundamento de estudos em torno das

ações governamentais, políticas públicas e demais aspectos que envolvem os desafios para o debelamento do quadro atual.

Diversas ações governamentais destinadas à democratização do acesso às TIC logram alguns avanços que podem ser medidos pela melhoria de indicadores, tais como os dados do CGI e da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostram que nos últimos anos o número de residências com microcomputadores teve aumento de 8,60% em 2001, para 25% em 2008; na disponibilidade de telefonia celular ou fixa o aumento foi de 58% em 2001, para 77% dos lares em 2008; e que o número de pessoas que acessam a internet a partir de casa ou de telecentros públicos aumentou de 32 milhões em 2005, para 54 milhões em 2008, chegando a aproximadamente 63 milhões em 2009.

Ainda assim, estes números não nos permitem afirmar que temos um planejamento eficiente das ações e/ou políticas governamentais nessa área, capazes de debelar o problema em curto prazo, embora algumas ações e/ou políticas governamentais como a isenção fiscal para a aquisição de micros, a implantação de telecentros, etc., tenham contribuído para a mitigação dos problemas, tal crescimento pode ser também creditado aos movimentos do mercado e da iniciativa privada numa clara intenção de buscar ampliar escalas e reduzir custos de produção e operação.

Além disso, é possível ressaltar que em muitos casos os resultados alcançados, quando confrontados com os discursos sobre a necessidade de promover a democratização do acesso às comunicações são conflituosos e paradoxais, pois são desconexos das realidades locais e necessidades cotidianas das comunidades onde se inserem. Na maioria dos casos esses discursos destacam aspectos qualitativos relacionados aos processos de democratização e apropriação dos recursos digitais, entretanto, são destituídos de reflexões sobre a importância de apropriação crítica e reflexiva desses meios, e de uma maior integração das TIC aos contextos culturais e sociais.

Tais intervenções abrangem um amplo raio de ação, desenvolvendo-se desde a escola pública, passando pelos movimentos sociais e atingindo as residências. Numa tentativa de articular a atuação estatal às demandas sociais, o seu escopo

envolve apoio à instalação de telecentros, compra em massa de computadores e equipamentos digitais, isenção fiscal, dentre outras ações de governo decorrentes, em sua maioria, da necessidade de mitigar as desigualdades econômicas, sociais e cognitivas.

Embora o conjunto das ações em curso nesse campo aponte para a existência de ações governamentais destinadas a promover o acesso à informação e a difusão da cultura digital - que poderão transformar-se no futuro em políticas públicas, sua situação atual não é articuladora de processos macros que possam ser vistos como agregadores das formas de gestão e planejamento governamental e/ou fomentadora de apropriações sociais que as elevem ao status de política pública, para isso faltam-lhes características fundamentais, das quais destacaremos duas: ser comum a todo um conjunto de indivíduos de uma determinada cidade ou região; e, possuir mecanismos que permitam uma avaliação e correção de seus rumos pelos seus gestores governamentais.

Todas essas questões restringem a aplicabilidade do conceito de política pública em relação à ação de governo, especificamente investigada ou mesmo em relação ao conjunto das ações destinadas à democratização e ampliação do acesso às TIC e ao fomento da cultura digital, devido a uma falta de articulação entre o conjunto das iniciativas atualmente em curso e aos diversos órgãos da administração direta e/ou entre as esferas de governo.

Os contextos socioeconômicos e técnicos contemporâneos estruturantes dos processos de comunicação são fortemente marcados pela presença e pela influência de empresas privadas transnacionais que determinam as regras e definem a abrangência dos serviços a serem prestados. Em muitos casos, estas ocorrem sem os devidos marcos regulatórios e sem a fiscalização necessária. Tal situação provoca vazios nas macroestruturas de regulação, causando problemas para a relação entre sociedade e Estado, amplamente permeado pelas TIC, cuja consequência inequívoca é a impossibilidade de relações equânimes nesse campo.

Iniciativas capazes de aprimorar as relações entre sociedade e Estado em cenários onde as TIC desempenham um papel central serão vitais para o equilíbrio e o desenvolvimento social na contemporaneidade. Algumas das iniciativas estimuladas

pelos governos resultam de novas formas de organização e pressão sócia, que por meio de articulações que ocorrem nas próprias redes de comunicação digital de modo descentralizado e desterritorializado questionam o atual status quo jurídico, social e econômico. Fazem referência a essa nossa assertiva os movimentos recentes que utilizam esses espaços enquanto estrutura organizativa e ocupam praças, ruas e órgãos públicos ao redor do planeta.

Entretanto, a ampliação da possibilidade de acesso às TIC, resultado da evolução tecnológica e/ou fruto das ações governamentais, ainda se mostra insuficiente para fazer face às demandas sociais, tanto no que concerne aos seus aspectos quantitativos, quanto aos qualitativos. Ao subordiná-las aos interesses de mercado, os Estados, através de suas práticas neoliberais, contribuem para torná-las inacessíveis e esvaziadas de seu papel político.

Uma análise inicial nos mostra que a infraestrutura privada de telecomunicações (contexto atual de apropriação econômica, social, técnica e política das TIC no Brasil), não é susceptível aos controles sociais, de modo a torná-las regulados por marcos jurídicos claros. Essa constatação pressupõe uma revisão dos pressupostos regulatórios, alterando competências e responsabilidades, estabelecendo penalidades, buscando a proteção do consumidor, devido ao grau de desigualdade nas relações econômicas entre os prestadores e usuários de serviços de telecomunicações.

Tais necessidades são apontadas por setores organizados da sociedade no bojo dos debates sobre a democratização do acesso à informação, por exemplo, através de coletivos como o Intervozes², e também por meio de ações que surgem do sentimento latente nos meios populares, que por não dispor dos mecanismos e recursos financeiros e técnicos necessários à produção e ao acesso aos espectros de transmissão analógicos ou digitais, percebem que são calados e estão à margem desses processos.

² Trata-se de uma ONG em atividade desde 2002, formada por ativistas e profissionais de comunicação social, que se articulam enquanto um coletivo, com o objetivo principal da efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Para o Intervozes, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia. Nesse contexto, uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões e culturas que a compõem têm espaço para se manifestar.

A iniciativa governamental que investigamos, a implantação dos PDC, através da proposição de parcerias entre Estado e sociedade civil, que permite a cogestão das ações de governo, parece-nos uma tentativa de alguns setores governamentais atuando na contramão dos modelos atualmente concebidos para democratizar o acesso às tecnologias digitais - presentes em diversas outras ações e/ou políticas públicas -, percebem o potencial e a riqueza da diversidade cultural brasileira enquanto parceira do Estado nas questões relacionadas aos desafios para uma apropriação social e cultural das TIC.

Entretanto, ao analisarmos as discrepâncias entre os valores envolvidos na viabilização e custeio do Programa Cultura Viva e o que se destina sob a forma de renúncia fiscal para grandes artistas e conglomerados de mídia, através da Lei Rouanet, somos levados a refletir sobre a sua real eficácia, perenidade e a vontade política efetiva de realizá-lo. Seria esta, apenas uma tentativa de barrar movimentos insurrecionais em curso? Tal ação e ou política em construção será capaz de portar o embrião de mudanças relevantes no financiamento da cultura e na democratização do acesso aos meios de produção e disseminação de conteúdos audiovisuais? Ou, seria apenas uma forma sutil encontrada pelo governo para cooptar movimentos e ativistas sociais e culturais?

Investigar as relações entre governo, sociedade e TIC durante a implementação de processos destinados ao fomento da cultura digital e à democratização do acesso às TIC, sob uma ótica que privilegie a análise do que ocorre nos cotidianos onde se desenvolvem, confrontando-as com discursos oficiais, contribuiu para identificar práticas conflituosas e paradoxais, importantes para o fornecimento de pistas capazes de articular melhor os interesses de governos e sociedade, que ao longo desse estudo contribuem para reflexões sobre possibilidades de melhoria dessas intervenções.

A compreensão das interações e tensões entre movimentos sociais, Estado e TIC, a partir da análise de práticas e interações desencadeadas durante o processo de implantação e gestão compartilhada dos PDC constituem-se em lócus relevantes para observações e coleta de dados que permitam aprofundar os conceitos sobre a temática. A partir desses contextos macros de interação, as relações entre sociedade, TIC e governos foram tratadas sob variados aspectos, sobretudo, os

relacionados às questões políticas em torno da democratização e ampliação do acesso às TIC e as diferentes possibilidades e formas de apropriação das TIC pela sociedade.

Ao inverter os processos de alocação de recursos e de definição dos objetivos e metas, novas formas diferenciadas de apropriação se instauram. Isso tornará as ações mais flexíveis e convergentes, propiciando interações com movimentos sociais e aspectos culturais locais, tensões e possibilidades criativas. Esse universo, em muitos casos, configura-se como uma espécie de chamamento à sociedade para construção de alternativas e, nesse aspecto, tornam-se ambientes ricos para as análises que propomos.

As diretrizes estabelecidas por essa ação governamental dão conta de um plano implementar, inicialmente, 2.000 (dois mil) PDC em todo o território nacional para um horizonte de tempo de quatro anos, implementados a partir de 2004. A intenção foi a de gerir o Programa de forma compartilhada, entre a estrutura burocrática do Ministério da Cultura e os movimentos sociais envolvidos em cultura popular, segundo as regras orçamentárias e as leis e normas de direito administrativo que regem a administração direta da União.

Os PDC que fizeram parte do escopo de nossa análise foram selecionados no primeiro edital realizado pelo MINC, antes do processo de descentralização, estadualização e municipalização, ocorridos a *posteriori*, em alguns estados e municípios da federação. A opção por focar o estudo na observação de um pequeno grupo (três), se deveu às condições operacionais e às opções metodológicas. Por se tratar de um estudo qualitativo, entendemos que a observação *in loco* de um número reduzido de ações somadas ao acompanhamento do cenário macro, por meio de encontros e de processos de interação na internet, seria suficiente para a conclusão dos objetivos pretendidos.

Nessa perspectiva buscamos relacionar a apropriação das TIC ao cotidiano dos movimentos culturais e sociais, e, assim, analisar as interações entre esses coletivos formados a partir da instalação dos PDC - considerando seu histórico de ativismo social e cultural - e o Estado, com seu *modus operandi*.

Essas interações são permeadas pelo aprendizado de novas técnicas, formas de organização em rede, apropriação de conceitos e marcos jurídicos que estruturam o *modus operandi* estatal que ocorrem através de ambientes online, encontros, fóruns, reuniões, etc., e proporcionam fluxos de comunicação interativa e multidirecional envolvendo diversos atores sociais e grupos organizados presentes tanto na sociedade, quanto no Estado.

Nesses espaços instalam-se e convivem diferentes correntes de pensamento, o que ocasiona a geração de conflitos. Em muitos casos, tais conflitos contribuem para desestruturar e inviabilizar políticas e ações, sobretudo as que são consideradas pela corrente racionalizadora e financista como impossíveis de fiscalização e gestão pelo Estado, ou como conflitantes com o nosso complicado sistema jurídico orçamentário, bem como com a sua notória insignificância para alguns setores governamentais, nesse caso, o fomento às atividades de cultura popular.

Quando ações e/ou políticas de governo propõem tratar o cidadão e a sociedade civil como cogestores, de forma colaborativa, na formulação, planejamento e execução de seus objetivos e metas, agregam-se a esse ambiente conflituoso, já existente no interior das instâncias decisórias do Estado, mais um elemento de conflito, os agentes da sociedade civil.

Essa postura recente por parte de setores do Estado brasileiro mostrou seu potencial efetivo para democratização de acesso aos recursos públicos e os desafios que encerra, pois, nem seus agentes, nem a sociedade civil organizada têm respostas e metodologias construídas para lidar junto ao emaranhado de conflitos e problemas daí resultantes, sobretudo em um Estado que está historicamente a serviço de elites autocráticas.

A análise dessas tensões, embates e diferentes visões sobre as possibilidades de gestão de políticas públicas foi considerada a partir de duas questões/hipóteses a seguir delineadas.

1) Como e se ocorrem interações entre Estado e sociedade a partir das interações entre agentes, como movimentos culturais, interferindo em sua práxis administrativa durante os processos de formulação/implementação das

ações de governo e/ou políticas públicas na área de democratização do acesso e apropriação das tecnologias digitais? Quais as contribuições dessas interações e articulações durante a implementação e o desenvolvimento de políticas públicas para fomento à cultura e apropriação das tecnologias digitais? Como estas políticas públicas e ações de governo são fortalecidas a partir das práticas de apropriação social e democrática das TIC?

Por meio desse eixo temático focamos nossas reflexões sobre o quadro teórico e as práticas cotidianas dos movimentos sociais e governos durante a implementação governamental dos PDC, buscando compreender como esta foi planejada e as dificuldades que ocorreram durante sua implementação. Verificamos também a ocorrência de interações entre diferentes ações governamentais no campo da democratização do acesso às TIC, observando se as práticas ocorridas nos espaços dos PDC influenciam e são influenciadas pela forma de apropriação da cultura digital em escolas públicas e nas organizações sociais e culturais localizadas no entorno das escolas e dos PDC.

Esse eixo de reflexão também possibilitou a identificação e a avaliação dos mecanismos utilizados pelo Estado para solucionar as demandas sociais no campo da democratização do acesso às TIC. Através de inferências de caráter qualitativo, com objetivo de refletir sobre a efetiva contribuição dessas ações para a difusão da cultura digital e democratização do acesso às TIC aprofundamos sobre os conceitos e interesses que envolvem a delimitação do escopo dessas ações e/ou políticas de governo

2) Como e se esses movimentos sociais e a cultura local interferem/interagem com a escola formal?

Esse segundo eixo de reflexões contribuiu para a compreensão de como esses movimentos se articulam com os processos de educação formal. Partimos do pressuposto que as interações sociais e culturais entre Estado e os cidadãos, proporcionadas pela política pública investigada, permitem construir caminhos capazes de proporcionar trocas cognitivas entre os universos da cibercultura, estruturados pelas tecnologias da informação, e os saberes locais, presentes nas

manifestações da cultura popular e que estas trocas podem ocorrer tanto no interior da escola formal quanto fora dela. Tais interações contribuem para que se configurem novas teleologias nos universos de difusão de informação e construção de saberes.

Esse é o cenário das ações, políticas e práxis governamentais em construção, no qual emerge o problema que nos propusemos a investigar: as tensões surgidas durante o processo de implantação de determinada ação de governo ainda não consolidada enquanto política pública. A busca pela compreensão dessas tensões e embates a partir das contradições geradas no cotidiano das interações entre diferentes sujeitos, coletivos sociais e governos, integram um conjunto maior de aspectos que determinam a forma como as políticas públicas são planejadas e implementadas, envolvendo aspectos orçamentários de gestão, infraestruturas administrativas nas diferentes esferas de governo, dentre outros.

Nesse sentido, buscamos indícios que nos permitiram verificar como as interações entre sociedade civil e Estado contribuem para as formas de apropriação social das TIC que permitam criticar e compreender o seu papel na sociedade contemporânea. Acreditamos que as lógicas voltadas para a inversão dos discursos e práticas, visando construir autonomias locais e formas inovadoras de apropriação social das TIC, colaboram para que ocorram essas compreensões e estimulam formas de apropriação numa perspectiva contra-hegemônica.

Desse modo, investigamos ambientes em que essas possibilidades de apropriação se apresentam, focando nas práticas cotidianas dos coletivos sociais que deles se apropriam para entender como se constroem esses mecanismos de acesso que são influenciados por diferentes lógicas e formas de apropriação, a partir de realidades territoriais e culturais distintas, e, ao mesmo tempo, interconexas. Isso contribuiu para compreendermos como novas práticas e formas de integração poderão ser construídas numa lógica de cooperação e colaboração entre Estado, sociedade e TIC.

Ao abordarmos os aspectos relacionados às possibilidades interativas que subjazem das diversas formas de apropriação cultural das TIC pela sociedade, torna-se imprescindível analisar as tecnologias, partindo dos reflexos que causam no comportamento e desenvolvimento social, com especial atenção para a evolução e a

tomada de decisões pelo poder público em relação à ação investigada. Nesse sentido, importa um modelo de relações múltiplas entre os indivíduos, o ciberespaço e a sociedade, especialmente focados em compreender a relação entre esses diversos fluxos e a sociedade, mediada por uma determinada ação governamental.

1. Objetivos

1.1. Objetivo geral

Identificar as tensões surgidas durante a interação entre sociedade, Estado e TIC através das atividades desenvolvidas nos Pontos de Cultura no âmbito do Programa Cultura Viva.

1.2. Objetivos específicos

- a) Estudar a formulação e a implementação de uma ação de governo que busca consolidar-se enquanto política pública;
- b) Verificar como as práticas cotidianas fomentam embates, tensões e burlas entre os cidadãos e agentes públicos;
- c) Compreender como diferentes concepções de gestão estatal contribuem para fortalecer ou neutralizar uma ação de governo enquanto política pública;
- d) Verificar se a descentralização de recursos orçamentários contribui para fortalecer ações de democratização e ampliação do acesso às TIC;
- e) Identificar pontos de convergência/divergência entre as atividades desenvolvidas nos PDC e a política pedagógica de escolas localizadas na sua área de abrangência.

CAPÍTULO I – VÍNCULOS TEÓRICOS

1.1. Referências principais

Nesse capítulo serão abordados os referenciais teóricos que permitiram as formulações conceituais sobre cenários de apropriação hegemônica e contra-hegemônica das TIC, o conceito de burlas e tensões, relacionando-os aos referenciais teóricos que sustentaram conceitualmente essas temáticas e os contextos em que ocorreram. O foco de análise se deu a partir dos contextos locais e atividades cotidianas dos PDC, numa perspectiva de compreender os contextos de apropriação social das TIC, fazendo contraponto entre o proposto na ação governamental e o que efetivamente ocorreu.

Os estudos do cotidiano (CERTEAU, 1996) foram importantes para a presente investigação, pois a proposta dos PDC aponta possibilidades de emancipação e fortalecimento das táticas de enfrentamento popular frente ao Estado instituinte já a partir do escopo inicial da proposta. Entretanto, ao se instalar em determinados espaços, e, a partir dos confrontos e das tensões cotidianas, estas só se consolidam onde as táticas logram êxito, no sentido de romper algumas premissas preconizadas pelo receituário burocrático do *status quo* instituinte do gestor da ação.

Para Michel de Certeau (1996), as artes e as táticas de enfrentamento são construídas pelos sujeitos e se desenvolvem a partir dos saberes que constroem durante as suas práticas de enfrentamento ao instituído, e que, na maioria das vezes, possui um caráter opressor. Os saberes e táticas de enfrentamento emergidas do cotidiano foram identificados a partir do método indiciário, proposto por Ginzburg (1989). Nele, a prática de investigação parte dos indícios para realizar suas inferências. O vocábulo “indicial” origina-se no campo de estudo da linguística e trata da incompletude natural das palavras, para escopo desse estudo, a incompletude natural das ações cotidianas.

Em nosso trabalho esses conceitos foram úteis para a compreensão dos seus diversos contextos e universos de coleta e interpretação de dados, que em muitos

casos relacionam-se às micro-histórias dos sujeitos e aos detalhes dos espaços presenciais e *online* pelos quais perpassam os ambientes de coleta e análise de dados inerentes à nossa temática, para tanto, serão abordados envolvendo as práticas sociais que emergem a partir das relações tensionadas entre Estado e movimentos sociais, quando estes estabelecem interações mútuas, tendo as TIC como vetores e aglutinadores desses processos.

Nessa perspectiva foram analisados os pressupostos teóricos, as definições e os conceitos que fundamentam nossas imersões teóricas nas diversas temáticas abordadas pelo presente estudo. Para tanto, autores como Pinto (2005), Boaventura (2002), Santos (1993), Oliveira (1998), Ianni (2007) e Furtado (1954) forneceram o arcabouço central para a formação de nossos vínculos teóricos. A eles, somamos outros autores e estudos que permitiram a análise e compreensão dos dados e contextos de pesquisa. Nesse processo, produzimos reflexões e apresentamos os referenciais que abarcam os conceitos de: planejamento e responsabilidades estatais; política pública; mudanças sociais e econômicas; técnica e tecnologia e papel do Estado. Estas ações nos permitiram assinalar as convergências e tensões daí emergidas.

1.2. Os referenciais para o estudo das interações entre TIC, sociedade e Estado

É nosso propósito discorrer brevemente sobre os conceitos que contribuíram para as análises do nosso objeto de estudo, tendo como foco as burlas e as práticas criativas produzidas nas interações entre TIC, sociedade e Estado. A partir deles e das reflexões sobre as práticas cotidianas reveladas na pesquisa, pudemos inferir que existem diversos modos de apropriações das TIC pelos sujeitos e/ou coletivos sociais, isso se estrutura partir de modelos ideológicos e tecnológicos distintos e por vezes antagônicos.

I – Planejamento e responsabilidades estatais

Coloca-se diante de nós o desafio de compreender como as interações entre Estado, sociedade e tecnologias digitais podem contribuir para a construção de

políticas públicas sustentáveis, aqui tomadas como responsabilidades do Estado na promoção do bem-estar social, envolvendo interesses e atuações políticas que emergem de diferentes vertentes:

a) **A política:** por seu caráter central na construção das matrizes ideológicas e conceituais que definirão os rumos das ações a serem desenvolvidas em determinado governo, norteando os caminhos a serem seguidos e referendando as decisões no campo estratégico de caráter administrativo e jurídico-legal.

b) **A econômica:** por considerar que o Estado tem o dever de investir os recursos necessários para garantir que as desigualdades de acesso advindas da condição financeira e social do cidadão sejam diminuídas e extintas. E, para isso, deverá estabelecer os mecanismos jurídicos e orçamentários capazes de prover de forma efetiva e perene tais recursos.

c) **A cultural e social:** pelas nuances socioculturais que estão implicadas nas diversas formas e demandas que diferentes comunidades e culturas têm de apropriar-se das TIC. Nessa dimensão, o estímulo à compreensão dos mecanismos técnicos e de gestão que perpassam essas políticas é um dos fatores a ser considerado.

A análise dos fatos a partir dessas diferentes vertentes se faz necessária, pois as relações entre Estado e sociedade, atualmente permeadas e perpassadas pelas TIC, ocorrem em cenários em que as políticas e/ou ações governamentais são fragmentadas e/ou descontinuadas, não raro, inexistentes, devido a ausência e a inoperância do Estado enquanto normatizador e fiscalizador de serviços prestados pelos agentes privados, atribuição que lhe é conferida constitucionalmente e por meio de leis ordinárias.

É comum o uso de argumentos ideológicos pelos gestores do Estado para justificar tais ausências. Estes se valem de discursos e matrizes teóricas que pregam a racionalização e a eficiência na aplicação e gestão de suas finanças para justificar a necessidade do Estado mínimo, e, nesse caso, o bem-estar social quase não está entre suas prioridades. Embora ações governamentais como as que implementaram o Programa Cultura Viva provoquem conflitos internos nas instâncias burocráticas,

gerando embates entre diferentes correntes de pensamento no interior das instituições estatais, as restrições orçamentárias, as vontades e prioridades políticas quando da aplicação dos recursos, acabam por prevalecer aos reais interesses sociais.

As questões relacionadas ao planejamento e às responsabilidades estatais serão tratadas a partir do pensamento político que norteou o planejamento governamental nesse campo nas últimas décadas. Nessa perspectiva, o pensamento de Oliveira (1998) contribuiu para a compreensão crítica das estratégias de desenvolvimento dos governos brasileiros nesse período. As ideias de Furtado (1954) contribuíram para a compreensão dos modelos e os eixos norteadores do planejamento estatal, enquanto os estudos de Biondi (2001) sobre o processo de privatização no setor de telecomunicações embasaram nossas análises sobre a temática.

II – Os PDC: ação governamental que busca a consolidação como política pública.

A opção por tratar o objeto de estudo como uma ação governamental que busca consolidar-se enquanto uma política pública foi devido ao nosso entendimento de que ainda não estão amadurecidos alguns dos pilares básicos para que entendêssemos esse conjunto de ações como tal. Dentre esses pilares destacamos: garantias de perenidade, sustentabilidade orçamentária e política e instrumentos sólidos para avaliação e correção de objetivos e metas. As definições clássicas de Estado e planejamento governamental, somadas às diferentes possibilidades no conceito de políticas públicas e outras questões que envolvem a organização política e administrativa do Estado, são aspectos importantes para o nosso objeto de estudo, pois reforçam a nossa hipótese de que este deve ser tomado como ação governamental e não como política pública.

Sharkansky (1974) aponta que a garantia de habilidades técnicas e profissionais estão na raiz da organização administrativa e são relevantes para a implementação de políticas. Contatamos durante nossas incursões em campo que essas habilidades somadas aos embates e tensões burocráticas são um dos principais desafios para a consolidação da ação enquanto política pública.

Peters (1986) define política pública como enfrentamento governamental das

grandes questões públicas por meio de um conjunto de ações que desenvolvem para seu enfrentamento. A partir dessas definições é possível inferir que grandes questões públicas, no caso a democratização e criação de condições para a apropriação social das tecnologias digitais não poderá ser tomada como política pública se analisada a partir de iniciativas ministeriais fragmentadas e isoladas, com pouca ou nenhuma articulação governamental e estatal consistente, considerados aspectos como o político, o orçamentário e o de gestão.

Autores que são tomados como referências clássicas do conceito de *policy* como Laswel (1982) e Dye (1992), conferem um caráter discricionário ao conceito de políticas públicas, pois submetem à vontade e ao poder decisório dos governos a faculdade de realizá-las ou não, entretanto, para os sistemas políticos e governamentais contemporâneos nos quais os sistemas orçamentários possuem grande parte de suas rubricas vinculadas a gastos previamente definidos por lei a partir das atividades parlamentares e judiciais, e, em muitos casos o poder discricionário fica limitado à esfera executiva de governo.

A partir dessas observações, desenvolveremos nossas reflexões sobre os ciclos compreendidos entre a formulação, execução e a avaliação de políticas públicas, formulando nossos argumentos em torno da consideração da existência de ações de governos, cujos raios de ação são pontuais, enquanto as demandas e os problemas a serem efetivamente enfrentados encontram-se além dos escopos dessas ações.

III – Os conceitos de mudanças sociais, econômicas e cognoscentes

Buscando aprofundar as reflexões teóricas sobre questões relacionadas às mudanças sociais e econômicas, amplamente permeadas por avanços técnicos, engendrados e difundidos sob uma lógica hegemônica, nas quais algumas nações são alçadas à condição de condutores hegemônicos dos processos de desenvolvimento social e tecnológico, autores como Boaventura Santos (2007) e Milton Santos (1993, 2009, 2011) foram referências importantes à nossa compreensão das formas, de como se perpetraram e ainda perpetram-se tais mudanças.

IV – A técnica e a tecnologia

Nossa concepção sobre a técnica e conceito de tecnologia se fundamenta na obra de Álvaro Vieira Pinto (2005), embora as reflexões do autor tenham sido feitas na década de cinquenta, contribuíram de modo fundamental para desmistificar teorizações contemporâneas glamourizadas sobre “era tecnológica”, visando justificar o atual estágio evolutivo das técnicas como resultado de revoluções ocorridas nas últimas décadas, sustentando posições que conduzem a certo endeusamento da técnica, desconsiderando o caráter evolutivo e o sucessivo acúmulo de saberes que resultaram neste estágio de desenvolvimento.

Nesse sentido, a obra de Pinto (2005) cumpriu tanto um papel de desmistificação tecnológica e informacional quanto o de possibilitar a percepção de que sua evolução resulta dos aspectos que vinculam a sua evolução aos processos interativos naturais, entre estes, os indivíduos e os diferentes grupos sociais. Vejamos algumas de suas assertivas sobre as técnicas de produção e difusão da informação ao longo da história.

Foi a dispersão da humanidade por áreas muito extensas da superfície da terra, com enormes dificuldades de ligação entre si, ou mesmo sem contato algum, que fragmentou a informação, tornando-a durante um longo período histórico um fato local, mas nem por isso menos veloz no seu respectivo âmbito . (PINTO, 2005, Vol II, p. 455)

Para ele, foram as alterações nas condições objetivas durante a produção da existência que fizeram evoluir as técnicas necessárias para armazenar e transmitir informações.

Não houve, portanto, aumento da velocidade na transmissão das informações, mas mudança no processo tecnológico de propagação e no raio de alcance social em que se estendiam. Foi a alteração das condições objetivas, a progressiva diminuição da segregação das comunidades humanas, a criadora da exigência de constituir um segundo tipo de transmissão de informações, destinada a superar barreiras que anteriormente a sociedade não se preocupava em vencer. Foi então que começou a se fazer sentir a imperiosidade de descobrir e instruir meios técnicos de transportar o conhecimento de fatos de um grupo humano a

outros mais distantes, com maior velocidade possível. A urgência social impôs a necessidade da invenção de técnicas de comunicação cada vez mais amplas, rápidas e exatas. (PINTO, 2005, p. 455-456)

Pinto (2005) afirma que o processo de hominização é um processo ontológico pelo qual o ser humano adquiriu e adquire, ao longo do tempo, as características que o tornam humano, produzindo-se a si mesmo, numa constante espiral evolutiva, baseada em seu comportamento enquanto animal técnico, capaz de se aperfeiçoar a partir das demandas surgidas da sua relação dialética e contraditória com o meio.

Essa forma de compreender a produção da técnica reafirma o nosso propósito de refletir sobre formas não glamourizadas de relacionar-se com as TIC, considerando-as enquanto parte do processo natural de adequação dos seres humanos ao meio em que vivem e produzindo a cada era as técnicas necessárias para as demandas de seu tempo histórico.

Foi a partir desses referenciais, que abordam diferentes aspectos em nosso objeto de estudo, que o relaciona ao Estado, aos planos governamentais, às relações sociais, à ciência política, à episteme, evidenciando sua complexidade e os processos de ruptura naturalmente presentes em seu curso, que investigamos as suas diferentes nuances na busca por elucidar através de nossas análises as interações entre TIC, sociedade e Estado. Nos tópicos seguintes serão aprofundadas algumas das questões conceituais e teóricas sobre as quais tratamos ao longo do texto.

1.3. O que propomos quanto à apropriação contra-hegemônica das TIC, tensões e burlas

Em sua maioria, ações propostas e geridas por governos tendem a ser hegemônicas, dadas as características intrínsecas do Estado e seu *modus operandi*. Na ação investigada, indícios de usos criativos das TIC em diferentes contextos socioculturais, os aprendizados daí emanados, a estruturação de redes horizontalizadas organizadas a partir de hierarquias fluidas e reconfiguráveis, a

nosso ver, podem ser apontadas como indutores de formas de apropriação contra-hegemônica dos recursos tecnológicos. A “contra-hegemonia” nesses contextos deve ser entendida como força emancipadora dos coletivos nos quais as tecnologias, as práxis e as formas de organização que permitem se inserem.

Assim, as formas de apropriação das quais os sujeitos se utilizam enquanto potencializadoras de suas atividades laborais, reivindicatórias, políticas, sociais e criativas devem ser compreendidas como formas de apropriação contra-hegemônica, pois se entrelaçam e se amalgamam ao imaginário e às vivências culturais e sociais das comunidades. É nessa perspectiva que compreendê-las criticamente contribui para desmistificar e desvelar o caráter mítico e glamoroso como geralmente são tratadas pelos contextos hegemônicos e homogeneizados que estruturam a maioria das formas de apropriação e interação social com essas técnicas.

Entendemos que essas formas de apropriação das TIC só são possíveis a partir do momento em que priorizamos o sujeito cognoscente e o compreendemos (ele e as suas formas de interação com as TIC) enquanto vetores de fortalecimento das ações promovidas pelo Estado e empreendidas, contestadas ou impedidas por organizações de cultura popular. Em seu escopo, a ação de governo em tela não assumiu (até o fim desse estudo em dezembro de 2011) um viés instrumentalizador dos movimentos, mas emancipador.

Em outro viés, quando em seus objetivos, propõe fomentar a produção de conteúdos digitais, contrapondo-se ao modelo adotado pelos meios de comunicação de massa, viabilizando recursos e equipamentos, proporcionou aprendizados de técnicas que permitiram o registro e a difusão de diferentes formas de organização social em meio às suas manifestações culturais e sociais, atraindo outros olhares e fortalecendo as práticas cotidianas de seus ativistas. Nesse aspecto temos segmentos do governo alojados no interior do Estado agindo para fomentar a apropriação crítica e a ação contra-hegemônica.

Uma reflexão mais atenta revelará que a maioria das ações nesse campo prioriza os vínculos entre o discurso modernizante e a necessidade mercadológica de oferta em escala de serviços de telecomunicações e/ou acesso a produtos e conteúdos por

meio das redes digitais. Essa vinculação cumpre o objetivo de embasar os argumentos de amplos segmentos de governos e dos mercados, contribuindo para que a forma preconizada pelo modo *broad-cast*³ de produção e acesso à informação busque sobrevivência na cibercultura.

Nesses contextos, a proposição de alternativas e formas inovadoras de relação entre governo, sociedade e TIC, enquanto infraestrutura capaz de (re)criar processos capazes de potencializar no ciberespaço a construção de culturas, reconfiguradas a partir do fortalecimento de suas diversidades e da proposição de novas formas de relação entre o saber, o poder e os governos, de modo a contribuir para alargar as possibilidades contra-hegemônicas, entendidas aqui como sendo vetoras de novas formas organizacionais e de governo, viabilizadoras e mediadoras dos enfrentamentos cotidianos, engajados na construção de formas de apropriação social e cultural das TIC que não sejam puramente mercadológicas.

Esses enfrentamentos são cotidianos e ocorrem em cenários onde as TIC são apropriadas a partir de discursos e práticas a serviço do hegemônico, construídos para intensificar e consolidar processos de massificação midiática, sobretudo pelos canais de difusão em massa de conteúdos que convergem rapidamente para a internet. Entretanto, inferimos que existe um diferencial, que é o caráter fluido e anárquico das TIC, que possibilitará outras formas de apropriação da/na internet. A nosso ver, isso torna o ciberespaço um potencial aglutinador de diferentes formas de produção e veiculação de informações e conteúdos que, em alguns casos, podem assumir perspectivas contra-hegemônicas.

Na contracorrente dessas expectativas existem movimentos fortemente organizados atuando para inviabilizar esse potencial insurreto das redes. Seu caráter democrático, descentralizado e neutro, naturalmente potencializador de movimentos e interações insurretas, pode ser exemplificado metaforicamente como uma estrada na qual todos e todas podem trafegar, sendo respeitadas apenas as normas técnicas e regras básicas de conduta representadas por seus inúmeros protocolos e padrões de comunicação. Se ao invés disso, tais técnicas e protocolos são usados para hierarquizar, barrar ou privilegiar o tráfego de determinados conteúdos e/ou

3 Modelo de disseminação de informação de um para muitos que impera em modos de comunicação oriundos do modo analógico de produção e difusão de informação como o rádio e a TV.

informações em detrimento de outros, romper-se-á essa neutralidade, fundamental para o uso criativo e contra-hegemônico das redes.

Para o escopo desta pesquisa é importante salientar que o caráter contra-hegemônico das redes vincula-se às possibilidades de apropriação que os sujeitos constroem, daí a importância do sujeito cognoscente apontada acima. Suas ações são contidas e estão envoltas pelo hegemônico, nas quais as burlas e as diferentes formas de apropriações praticadas pelos sujeitos na contracorrente dos modos tradicionais de apropriação, podendo assim ser tomadas como resultantes de contextos hegemônicos, e só se viabilizam graças ao caráter neutro das redes.

Nesse sentido, as burlas devem ser entendidas como ações criativas e de resistência ao instituído hegemônico. São táticas de resistência desenvolvidas pelos sujeitos em seu cotidiano de interação com as TIC e os universos comunicacionais disponíveis no ciberespaço de modo a resignificar e romper pequenas restrições que às vezes são impostas e comprometem o potencial intrínseco destes ambientes.

Dessa forma, identificar táticas, burlas e “usos desautorizados” ocorridos nos espaços onde se instalam os PDC será importante para uma análise capaz de apontar possibilidades de convergências e aprimoramento das diversas ações de governo destinadas a promover uma inserção e apropriação das TIC pela sociedade. Destaca-se que em nossa pesquisa os PDC são compreendidos como usos criativos e inovadores das TIC, como forma de viabilizar o desenvolvimento do projeto face aos desafios cotidianos e à necessidade de se contrapor às hegemonias advindas tanto das formas de apropriação das TIC, quanto das práticas estatais.

Deste modo, acreditamos que sem essas burlas seria praticamente impossível aos pequenos grupos ou movimentos articulados, em coletivos ou em organizações não governamentais tornadas parceiras do Estado fazerem face às exigências rígidas da burocracia e às exigências legais previstas para concretização de tais ações. As burlas funcionam tanto como estratégia para viabilizar administrativamente a parceria, quanto como resultado natural da diversidade e criatividade inerentes aos processos culturais no Brasil que, em nossa análise, é potencializada pela ação estatal.

São diversas as nuances que compreendem a análise dessa ação, levando em consideração categorias como: apropriações contra-hegemônicas, burlas e tensões, envolvendo desde a intenção política e a vontade política, seguindo até os percalços cotidianos, resultantes do embate entre sociedade civil e burocracia estatal, desencadeados durante a implementação das ações previstas nas propostas selecionadas.

As práticas culturais e sociais desencadeadas a partir da instalação de um PDC também funcionaram como fomentadoras para a análise das diversas formas de apropriar-se das TIC por um coletivo social a partir de determinados propósitos e objetivos. Estas não foram compreendidas enquanto meios finalísticos, em vez disso, são compreendidos como meios para registro e difusão de culturas, numa lógica cognitiva na qual a instrumentalização da técnica cede espaço à criatividade e à ludicidade, vinculadas às realidades, necessidades e demandas das sociedades e culturas em que se inserem.

Essa perspectiva foi importante, pois nos permitiu compreender como esses sujeitos se apropriam e constroem as estratégias de sustentação dos espaços presenciais e *online* que constituem os PDC, permitindo inferências e teorizações sobre como se desenvolvem as interações entre sociedade, Estado e TIC, perpassando pelos aspectos de hegemonia e contra-hegemonia na relação com o Estado e pelos aspectos relacionados às novas formas de relação entre o saber popular e o saber científico.

Esse método, acrescido aos estudos do cotidiano, conforme proposto por Certeau (1996), permitiu o aprofundamento das análises sobre as práticas cotidianas evidenciando dicotomias e desvelando aspectos pouco aparentes ocorridos nos embates entre os modelos hegemônicos e contra-hegemônicos de apropriação das TIC. A investigação através deste método teve como foco aspectos subjetivos fundamentais à compreensão dos contextos em que ocorrem por possibilitarem identificar as formas de apropriação das TIC como estruturantes das formas de resistência desenvolvidas pelas classes populares, quando estas se apropriam desses recursos a partir de pressupostos críticos de interação e compreensão dos seus mecanismos técnicos.

Tais práticas não reveladas são componentes importantes para a compreensão das relações entre sociedade, TIC e governos, devido à sua importância no desvelamento das práticas e discursos ocultos, ocorridos nos embates e enfrentamentos que se dão ao longo de todo o processo de implementação e desenvolvimento de uma ação governamental, sobretudo, quando a sociedade é chamada a opinar e a assumir um papel de cogestora da ação de governo, como no caso do programa Cultura Viva.

Nesse contexto de confrontos e conflitos de interesses entre sociedade, Estado e corporações, no qual se constroem as relações e as interações com as TIC, identificar táticas cotidianas de resistência cultural e social, foi fundamental à construção de alternativas e formas de enfrentamentos e para a nossa proposta de apropriações contra-hegemônicas contidas pelo hegemônico, a qual nos reportamos nos parágrafos anteriores e sobre as quais discorreremos ao longo da tese. Assim, a ideia de cotidiano, proposta por Certeau (1996), contribuiu para facilitar nossa compreensão das táticas e práticas dos sujeitos envolvidos nos universos dos PDC, desvelando as relações entre os coletivos sociais, os governos e os conglomerados econômicos que controlam os fluxos informacionais hegemônicos, presentes nesses ambientes comunicacionais.

Recorreremos ainda às reflexões sobre o Estado, hegemonia e contra-hegemonia formuladas por Gramsci (2002), importantes para compreendermos os modelos hegemônicos e contra-hegemônicos que permearam a sociedade pós-revolução industrial marcando as relações entre a sociedade, o capital e os aparelhos de Estado que, na contemporaneidade, ainda estão muito presentes. Percebemos isso quando, por exemplo, ao serem potencialmente tensionadas e questionadas devido ao estágio atual das técnicas e artefatos tecnológicos e midiáticos, as forças econômicas e políticas que as controlam valem-se das estratégias homogeneizadoras e cooptadoras das massas para continuarem hegemônicas.

Tais reflexões, embora formuladas no auge dos embates que consolidaram a sociedade capitalista industrial, tornando-a hegemônica, econômica e politicamente, a nosso ver, também podem ser aplicadas aos contextos da política, da sociedade civil e da economia contemporâneas, destacando o papel das mídias de massa e

tecnologias de comunicação, primeiro as analógicas e atualmente as digitais, pois estas foram e são centrais para o estabelecimento das relações de poder entre Estado e sociedade.

Esses conceitos contribuíram para a nossa compreensão das formas pelas quais a sociedade relaciona-se com o Estado, que nos atuais contextos, perpassam pelas formas de apropriação e acesso às TIC, que mesmo apropriadas de forma hegemônica, poderão possibilitar aos arranjos sociais uma integração entre o local e o global, permitindo novas formas de manifestações contra-hegemônicas e o exercício da cidadania, tanto em seus aspectos locais, quanto nos atuais contextos globais que se configuram.

Entendemos que em estudos que buscam compreender as formas de apropriação social das TIC, bem como sua diversidade em relação às possibilidades de apropriação, nas quais os sujeitos, a partir de diferentes propósitos, objetivos e funções, interagem e cooperam para a estruturação de ambientes de comunicação intensa e multidirecional devem ser o mais abertos e flexíveis possível, no sentido de comportarem diferentes visões sobre o tema, sob pena de compreender apenas parte do problema. Caso analisem apenas recortes sistêmicos, capazes de abordar parte de uma realidade complexa, contribuirão para consolidar os modelos hegemônicos, atualmente preponderantes nos processos de apropriação social das TIC. Ao analisar como os cidadãos e/ou instituições apropriam-se das TIC, não devemos fazê-lo separando-as dos contextos econômicos e sociais das quais surgiram e são um dos pilares centrais, a sociedade capitalista.

O capitalismo generaliza e repõe continuamente, em todas as esferas da existência social, nos países dominantes e dependentes, as suas relações, processos e estruturas. Isso implica em generalizar e repor formas de pensar e agir determinadas pelas exigências da reprodução do capital. Hoje, da mesma forma que nos primeiros momentos da formulação do capitalismo, as exigências da produção e reprodução do capital estendem e recriam as fronteiras do sistema (IANNI,1976, p. 19).

É a partir destes contextos apontados por Ianni (1976) que práticas e possibilidades contra-hegemônicas possíveis por meio das TIC se manifestam. O caráter diverso de suas possibilidades e modos de apropriação permitem, se compreendidas pelas

massas enquanto estruturantes e potencializadoras de táticas de enfrentamento e artes de fazer, integradas ao cotidiano dos coletivos sociais populares, formas de apropriação contra-hegemônicas a partir de contextos hegemônicos e homogêneos, desencadeando formas de resistência que contribuem para a existência e a preservação das subjetividades, comuns e peculiares a cada cultura e prática social.

Em relação às TIC, tais práticas podem ser notadas nas formas pelas quais os usuários se apropriam de espaços privados e hegemônicos, ou na maneira como constroem, de modo coletivo e colaborativo, espaços utilizados para comunicações e interações numa perspectiva contra-hegemônica. Valendo-se das modernas técnicas e práticas de comunicação digital, utilizam-nas desencadeando possibilidades de apropriação e difusão de conteúdos a partir dos universos que compõem o ciberespaço como forma de consolidar um ciberativismo cada vez mais presente na sociedade.

Democratizar e ampliar o acesso às tecnologias digitais, possibilitando aos movimentos culturais outras formas de produção e difusão cultural, passa pelo enfrentamento aos monopólios que se formaram em torno da produção midiática no Brasil e no mundo. O relatório do grupo de trabalho que refletiu sobre cultura digital durante o seminário do Programa Cultura Viva (2009) em Pirenópolis-Go, consta que “As tecnologias digitais, de maneira mais ampla, vêm contribuindo para provar a viabilidade na construção de novos modelos de negócios capazes de se nortear pela lógica da abundância e não da escassez” (p. 64-79).

Esses meios de enfrentamento, que no fundo denotam enfrentamentos de oprimidos contra opressores, são considerados por Certeau (1996) como importantes formas de resistência cultural, pelas quais os segmentos populares se utilizam enquanto táticas de resistência ante aos sistemas impostos de forma hegemônica; constituem-se cotidianamente enquanto astúcias e espertezas dos saberes populares, utilizados como forma de driblar os ditames dos contratos e pactos que regem as relações sociais e garantem a hegemonia do Estado e de setores sociais.

Consideramos que nos PDC as formas de inserção e apropriação privilegiam a apropriação técnica, social e cultural, de modo a contemplar a diversidade, a autonomia e os potenciais contra-hegemônicos, o que poderá (re)significar o papel

das TIC em relação ao que vem sendo construído, e até imposto ao imaginário social, no sentido das formas de compreensão de seu papel nos contextos hegemônicos, mas negando reiteradamente suas possibilidades quanto à diversidade de interação e apropriação.

Esse cotidiano, prolongado de forma atemporal para os universos e para os espaços de comunicação online, fornecerá pistas nas quais encontraremos as convergências e simbioses entre os saberes da cultura popular e as possibilidades de utilização dos universos técnicos que estruturam os fluxos da cultura digital, de forma a evidenciar os pontos de conexão entre a atuação dos governos e da sociedade civil, na proposição das ações de democratização do acesso às TIC.

Partimos do pressuposto de que essas ações devem contribuir para modificar os coletivos sociais e culturais na qual se inserem, fortalecendo-os através da inserção de usos inovadores e criativos dos recursos digitais, compreendidos enquanto meios de transformação e afirmação social e cultural, conforme propõe Warschauer (2006).

1.4. A fluidez das redes digitais: promovendo e tensionando as relações entre TIC, sociedade e Estado

McLuhan (1998), ao teorizar sobre a propagação de mensagens, previu que os novos processos de comunicação ocorrem numa perspectiva cada vez mais horizontal e multidirecional. Essa reflexão ocorreu a partir de contextos comunicacionais em que o rádio e a TV eram os veículos principais, e, encontravam-se inseridos em contextos sociais e econômicos que contribuiriam para que o desenvolvimento das tecnologias de tele e radiodifusão priorizasse o fortalecimento dos seus aspectos centralizadores, fato que acabou por contrariar na prática o potencial apoiado pelo autor canadense.

Nos atuais contextos de desenvolvimento das comunicações em meio digital que potencializaram infinitamente tais processos, constata-se a tentativa clara de monopolização e fortalecimento dos aspectos centralizadores na busca de controlar os meios, como ocorreu décadas atrás nos espectros de rádio e TV. Corrobora com essa nossa assertiva os diversos artifícios técnicos e jurídicos em curso a partir de contextos políticos e econômicos, nacionais e transnacionais.

Assim, inferimos que esses processos ocorrem atualmente de forma intensa e convergente, pois são suportados por redes digitais que possibilitam que os indivíduos atuem de forma simultânea e em tempo real, interagindo e dando voz às realidades dos espaços locais e ambientes de produção de conteúdos, informações e conhecimentos. No modo de comunicações analógicas, os sujeitos que eram apenas consumidores passivos de informação, modismos e “saberes exógenos”, na nova configuração se entrelaçam a diferentes territórios e culturas e têm suas fronteiras reconfiguradas, influenciando-se mutuamente e criando novos modos de interação e atuação de coletivos.

Em situações em que os fluxos de produção e controle de informação funcionam favorecendo movimentos neocolonizadores a partir de matrizes de pensamento, que visam unicamente a obtenção de lucros, controle e vantagens corporativas a partir das nações colonizadoras, estes já não podem ser exercidos da mesma forma. Na sua gênese, as técnicas que estruturam essas formas de produção e fluxo de informações propiciam formas de apropriação contracultural e contra-hegemônica, conforme abordaremos no tópico seguinte. Essas situações são capazes de provocar movimentos reversos.

O caso brasileiro pode ser considerado como uma materialização da antropofagia oswaldiana e pode ser percebido, por exemplo, no cotidiano dos “pirateadores” de *compact discs* digitais ou na blogosfera tupiniquim, que se apropria de algoritmos e plataformas para dar voz às minorias e movimentos de protestos e reivindicações sociais em diferentes áreas, desconsiderando e se amalgamando aos contextos hegemônicos dos grandes conglomerados de TIC presentes no ciberespaço, através de uma aliança tácita na qual os conglomerados oferecem os ambientes e as técnicas e os sujeitos oferecem suas informações sobre os contextos socioculturais em que estão inseridos.

Entretanto, todas as possibilidades e potencialidades presentes nesses meios não estão imunes aos propósitos e interesses de governos e corporações, pois as formas de apropriação e possíveis aplicações cotidianas vivenciadas em seus escopos de atuação submetem-se aos interesses desses governos e corporações. Esse fato as coloca na contramão do potencial e da riqueza contida nas formas de

apropriação dessas características, tão presentes nos universos comunicacionais contemporâneos.

Os contextos que possibilitam uma intensa comunicação, produção e difusão de conteúdos, bem como os fluxos informacionais que permitem a existência de colaboração e fluidez nesses contextos, contribuem para prolongar múltiplos sentidos, possibilitando novas formas para interação nos fluxos de informação e conteúdos, superando a ideia de “meio quente de comunicação” apontada por McLuhan (1998). Um meio quente é apontado como aquele que prolonga apenas um único sentido humano em alta definição de forma a promover uma saturação de dados, pois os meios contemporâneos de comunicação permitem outras formas de interação e integração entre emissor/receptor ao possibilitarem interações infinitamente mais intensas e complexas daquelas possíveis através dos meios comunicacionais analógicos, analisados pelo autor canadense. Essas novas possibilidades comunicacionais resultam de evoluções técnicas dos meios de comunicação que envolvem diferentes áreas de forma convergente, tornando-os, conseqüentemente, mais ágeis e potentes, permitindo aos indivíduos diferentes usos e apropriações para os mesmos no estágio atual de evolução em que se encontram.

Entretanto, se essas possibilidades não forem percebidas pela sociedade a partir de perspectivas democráticas e descentralizadas, ampliando e aprimorando as possibilidades de apropriação dos fluxos intensos de comunicação proporcionados pelas TIC, estas cumprirão apenas um papel hegemônico. Assim, refletimos que será preciso ampliar e aprimorar as possibilidades de apropriação das TIC, repensando os propósitos e áreas de atuação, tanto geográficos, quanto conceituais, de forma a permitir que os sujeitos incorporem seu potencial inovador e criativo para melhorar sua qualidade de vida e suas possibilidades cognoscitivas.

O aumento dos conteúdos informacionais e a popularização e intensificação dos meios técnicos para produção e disseminação de conteúdos e informações permitem uma reconfiguração dos modos de apropriação das TIC. O seu caráter digital e espectral confere-lhe agilidade e flexibilidade, projetando sua possibilidade de ação para além dos meios físicos e recursos analógicos tradicionais, nos quais as possibilidades para a produção e difusão eram limitadas.

O potencial para estímulo à criação e fomento de estratégias inovadoras para

propagação de mensagens, conteúdos e sua disseminação, intensifica a fluidez e a independência dos fluxos em relação ao meio que utilizam, podendo fazer uso de técnicas e infraestruturas que vão desde os tradicionais pares de fio de cobre até as frequências eletromagnéticas ou dispositivos para comunicações móveis em curtas distâncias, denominado *Bluetooth*⁴, que conectam e possibilitam o intercâmbio de informações e a colaboração entre os sujeitos de forma cada vez mais intensa.

Dessa intensificação de fluxos e de possibilidades de comunicação, subjazem embates sociais, jurídicos e políticos que, na maioria dos casos, trazem em seu cerne os interesses de forças políticas e econômicas de controlar e regulamentar os espectros de comunicação e os novos padrões tecnológicos através de uma hegemonia disputada, tanto no campo jurídico, quanto no técnico.

1.5. A produção do conhecimento a partir das interações dos ativistas da cultura popular em rede

A relação entre o saber popular e o saber científico proporcionados pelos novos fluxos de informação e conteúdos, configuram-se como novas formas de construção de conhecimento devido à centralidade dos fluxos de comunicação para as atuais formas de produção de conhecimento e de relação com o saber.

O surgimento e consolidação de teorias que apontam para novos paradigmas de produção de conhecimento científico, pautados por novas formas de compreensão das interações entre o senso comum e a ciência, questionam o modelo tradicional de produção do conhecimento, construído de forma a desconsiderar o senso comum.

Para Boaventura Santos (2000), essas relações provocam tensões e rupturas no paradigma hegemônico de construção do saber.

⁴ Trata-se de uma especificação industrial para áreas de redes pessoais sem fio (*Wireless personal area networks* - PAN). O Bluetooth provê uma maneira de conectar e trocar informações entre dispositivos como telefones celulares, *notebooks*, computadores, impressoras, câmeras digitais e consoles de *videogames* digitais através de uma frequência de rádio de curto alcance globalmente não licenciada e segura. As especificações do *Bluetooth* foram desenvolvidas e licenciadas pelo *Bluetooth Special Interest Group* (WIKIPEDIA, 2009).

A ciência constrói-se, pois contra o senso comum e para isso dispõe de três atos epistemológicos fundamentais: a ruptura, a construção e a constatação. Porque essenciais a qualquer prática científica, esses atos aplicam-se por igual nas ciências naturais e nas ciências sociais. São, contudo, de aplicação mais difícil nestas últimas. Por um lado, porque as ciências sociais têm por objeto real um objeto que fala, que usa a mesma linguagem de base de que se socorre à ciência e que tem uma opinião e julga conhecer o que a ciência se propõe a conhecer (BOAVENTURA SANTOS, 2000, p. 31).

A compreensão e a valorização das falas e saberes empíricos presentes em nosso objeto de investigação pautaram o percurso investigativo. As novas formas de construção do saber que emergem desses ambientes também foram alvo de nossa reflexão na busca por evidenciar essas relações dialógicas entre os sujeitos aprendentes e as TIC, as quais são fundamentais para o surgimento de formas autônomas de construção do conhecimento.

Essa construção de autonomias parece ocorrer a partir da criação das condições capazes de estabelecer diálogos permanentes e duradouros entre as realidades sociais e culturas locais, governos e culturas exógenas, movimentos populares e fontes do saber popular e os centros de produção científica, numa perspectiva de valorização das possibilidades de aprendizagem coletiva e cooperação mútua, constantemente permeada e suportada pelo universo comunicacional contemporâneo. Geertz (2006) mostra que existem relutâncias que dificultam esses diálogos, gerando por consequência uma relutância dos saberes dos povos mais simples, fato que contribuiu para qualificá-los conferindo-lhes formas de construção e relacionamentos diferentes dos preconizados pela ciência tradicional.

Dessa relutância surgiu toda uma tradição de argumentos cujo objetivo é provar que os povos “mais simples” realmente têm um sentido do divino, um interesse imparcial no conhecimento, uma noção da forma legal, ou uma apreciação da beleza por si mesma, ainda que essas qualidades não estejam engavetadas nos compartimentos culturais organizados e estanques que conhecemos tão bem (GEERTZ, 2006, p. 112/113).

Em meio a esses processos, sociedade e Estado assumem posições que ao mesmo tempo são complementares e antagônicas. Urge o desafio por tornar as tecnologias

mais flexíveis e acessíveis, uma vez que estas se encontram muito presentes como possibilidade e potência, em amplos estratos sociais que abarcam diversas realidades, e, ao mesmo tempo, mostram-se distantes e inacessíveis do ponto de vista das possibilidades criativas e burlantes para os setores sociais em que essas trocas culturais e necessidades de apropriação crítica e de saberes fazem-se mais necessárias.

Por isso, nossa afirmação de que estas se encontram presentes enquanto possibilidade e potência pois, de um lado as possibilidades exploradas remetem ao interesse imparcial no conhecimento, apontado por Geertz (2006), no qual as apropriações críticas seriam o que menos interessa, de outro, se as tomarmos como potência, necessariamente precisaremos estimular formas de apropriação crítica e contextualizadas, sob pena de continuarmos estimulando seu intenso caráter reprodutivo e hegemônico.

A apropriação das TIC como meio cognoscente, encontra-se restrita a uma parcela ínfima da sociedade, justamente àquela que já se utiliza de todos os serviços e bens culturais disponíveis em prol de seu aprimoramento humano. A intensidade e os efeitos dessas desigualdades, apontados por diversos estudiosos como características da chamada exclusão ou divisão digital, justifica as ações governamentais destinadas a ampliar e democratizar o acesso às TIC.

As TIC assumem finalidades diversas, em que diferentes formas de apropriação podem ocorrer, inclusive de modos antagônicos, muitas vezes assumindo características opressoras e antissociais. Levy (2000) considera que, para além dos objetivos intrínsecos às políticas e ações de governo presentes na formulação e nas iniciativas de democratização do acesso às TIC, é preciso refletir sobre o debate a respeito da natureza opressiva e antissocial das TIC, pois, nesse emaranhado, esses diversos meios em constante transformação não se prestarão a um fim estável por muito tempo.

Para nós, os processos que denotam a natureza opressiva das TIC estão diretamente ligados aos objetivos que norteiam as ações de governos e de grandes corporações midiáticas, pois influenciam na forma como os cidadãos percebem suas potencialidades. Tais processos ocorrem a partir das práticas sociais e culturais

cotidianas, que, ao serem confrontadas com as superestruturas que conduzem os processos de inovação tecnológica, podem configurar-se tanto em práticas contra-hegemônicas quanto em assimilações das formas hegemônicas tradicionais, nas quais a glamourização e a fetichização impostas pelos interesses de mercado são os fatores determinantes.

Na busca por compreender essas interações, bem como sua intensidade e frequência, nesses *lócus* e modos de convivência social e cultural diversos, a antropologia interpretativa proposta por Geertz (1978) será importante para nossas reflexões a partir da compreensão das culturas enquanto contexto macro por onde fluem costumes e manifestações sociais diversas, à medida que se configuram

[...] como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1978, p. 24).

Pensar a cultura como resultante das diversas interações entre os sujeitos e a sociedade, conforme apontado por Boaventura Santos (2000), entrelaçando *vivências e saberes próprios ao senso comum, sentidos de resistências capazes de transformar-se em armas de luta para um enfrentamento aos atuais modelos cognoscentes e de produção científica*, atentos aos indícios presentes na interação entre o senso comum e o saber científico, pressupõe compreender as TIC enquanto potencializadoras de possibilidades de interconexão entre as diferentes formas de produção e manifestação dos saberes e culturas, através de interações entre saber científico e saber local, cultura erudita e cultura popular.

Essas vivências e saberes podem assumir perspectivas insurgentes, em que os modos de construção do conhecimento, oriundos do senso comum e intensificados por maneiras inovadoras de integrar diferentes saberes, foram objetos de análise, devido às suas possibilidades para a construção de formas de aprendizagem mútua, a partir da interação entre diferentes experiências e saberes, o que contribui para uma certa centralidade das TIC nesses processos.

A construção de fluxos multidirecionais de interação e as possibilidades e lógicas de relação entre saber científico e senso comum, possibilitados por esses ambientes tecnologizados se contrapõem aos modelos monopolistas e dogmatizantes, comuns ao paradigma atual das relações entre os saberes. Essa estratégia permitiu averiguar se as mudanças ocorridas provocam avanços qualitativos nas formas de relacionar-se com o saber e de construir novos saberes, conforme proposto por Boaventura Santos (2000):

A condição teórica mais importante é que o senso comum só poderá desenvolver em pleno a sua positividade no interior de uma configuração cognitiva em que tanto ele como a ciência moderna se superem a si mesmos para dar lugar a uma outra forma de conhecimento. Daí o conceito de dupla ruptura epistemológica com o senso comum, o ato epistemológico mais importante é a ruptura com ruptura epistemológica (BOAVENTURA SANTOS, p. 41, 2000).

Entendemos que realidades comunicacionais diversas e inovadoras contribuem para o surgimento dos processos de ruptura epistemológica, conforme apontados por Boaventura Santos (2000). Os métodos que se sustentam à luz das teorias sobre a dupla ruptura epistemológica, ou seja, uma espécie de metarruptura, a qual se propõe romper com as correntes de pensamento que atribuem às TIC demasiada importância, valorizam outras formas cognoscentes que se mostrem dialógicas e contestadoras às propostas inerentes aos modelos vigentes, norteadores dos processos de apropriação social das TIC.

Nesse sentido, buscamos compreender essas rupturas para além de seu viés científico, questionando qual o papel do saber popular nesses processos. Para Boaventura Santos (2000), enquanto a primeira ruptura é imprescindível para a construção da ciência, sem interferências no senso comum, a segunda transforma-o em base da ciência. A partir dessa assertiva, entendemos que para a concretização dessa nova configuração do saber, uma apropriação contra-hegemônica e uso criativo das TIC fazem-se fundamentais, impedindo que as apropriações conservadoras desses recursos nos conduzam a espécies de monopólios do saber, sempre sustentados por uma maneira nova de fazer o mesmo.

Esses saberes práticos, apontados por Boaventura Santos (2000), são construídos cotidianamente pelos sujeitos e encontram-se presentes nos universos de análise que permeiam este estudo, tais como os movimentos sociais e os nós da rede em que se articulam os movimentos de cultura digital. A análise desses aspectos será fundamental para a compreensão de como se constroem os saberes locais e populares e, de como estes se relacionam com o conhecimento científico em universos onde as TIC assumem papel integrador entre culturas diferentes, governos e cidadãos.

Embora analisemos esses ambientes segundo os atuais paradigmas científicos de construção de conhecimento, importa-nos, na maioria dos casos, centrar nas possibilidades de interação entre estes e a cultura popular, verificando como as diversas formas de interação entre conteúdos culturais exógenos e saberes locais, possibilita apropriações e interações criativas desses artefatos e recursos digitais, fazendo com que seus conteúdos e fluxos de comunicação gerem novos modos de cognição.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA, INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

2.1. Metodologia

A abordagem metodológica, utilizada para tratar das interações dos sujeitos com o instituído, ou seja, das ações desencadeadas nos universos onde se inserem os PDC pautaram-se pela necessidade de evidenciar as estratégias de apropriação social e técnica de recursos colocados à disposição dos coletivos sociais, por isso escolhemos técnicas de coleta de dados, tais como observações *in loco*, análise documental e de materiais produzidos nos PDC, inclusive os disponíveis na internet, que facilitaram nossos propósitos metodológicos de interação e compreensão do cotidiano e dos embates vivenciados pelos PDC em sua relação com o Estado.

Como tratamos do emprego de processos empíricos para construir conhecimentos através da imersão de indivíduos em ambientes e universos cognoscentes inovadores, em que as interações entre sujeitos e TIC foram constantemente implicadas pelo cotidiano e saber local, os métodos e abordagens capazes de nos possibilitar uma compreensão das dinâmicas sociais em seus aspectos práticos também foram considerados. Dentre esses a observação *in loco* de um pequeno grupo de PDCs foi importante, pois permitiu um acompanhamento das suas atividades e desafios cotidianos, que depois tiveram continuidade através da internet por meio de listas, portais, blogs e redes sociais e de relacionamento.

O método indiciário, proposto por Ginzburg (1989), foi importante porque permitiu o desvelamento de “práticas veladas”, que também podem ser consideradas como burlas, e consentiu o diálogo com os sujeitos cognoscentes, pois os instrumentos de investigação e estudos sobre a história das mentalidades que preconiza, possibilitaram a compreensão do desenvolvimento e o entrelaçamento das diversas micro-histórias vivenciadas às determinações e delineadas na ação governamental e no plano de ação para implantação do PDC, que às vezes necessitavam de correção de rumos durante o desenrolar das ações.

Entrelaçando essas diversas práticas, micro-histórias e cotidianos que emergiram da observação *in loco*, foi possível fazer as descrições que articularam os dados

coletados mediante a utilização de técnicas de grupos focais, presenciais e *online*, e através da utilização dos recursos disponíveis na internet. Esse processo ajudou a identificar como os sujeitos interagem entre si, com os grupos e com os sujeitos responsáveis pela formulação e gerenciamento dos aspectos macros, e como os gestores governamentais dialogavam e interagem com os movimentos sociais e culturais.

Nessa perspectiva, o pensamento de Certeau (1996) sobre as formas como os sujeitos constroem as suas táticas de enfrentamento cotidianas a partir do embate entre instituinte e instituído, também foi importante ao nosso propósito de compreender as transformações ocorridas, tanto nos espaços frequentados pelos diversos sujeitos, quanto nas suas práticas individuais em relação à sua interação em contextos de comunicação digital.

Certeau (1996) contribuiu para compreensão da forma como esses sujeitos constroem suas relações epistemológicas por meio das TIC. Os saberes veiculados nos universos comunicacionais formatam um universo cognoscente, onde as interações se estabelecem por meio de lógicas diferenciadas. Os meios convencionais que estruturavam essa produção, são substituídos e acelerados, exigindo mais do fazer local, impondo mudanças ao cotidiano dos sujeitos. Certeau (1996) compreende esses fazeres enquanto arte, enquanto usos de modo não autorizado, para a construção das táticas de enfrentamento do oprimido ante às forças hegemônicas opressoras. Para o nosso estudo, estas desvelaram indícios de como as técnicas digitais são ou poderão ser utilizadas para propor novas formas de construção e de relação entre o senso comum e o saber científico.

Durante a investigação desses processos também utilizamos o método de escuta/observação, proposto por Barbier (2004), para permitir escutas sensíveis, por entender que tal abordagem contribuiu para desvelar os indícios e as práticas pouco aparentes dos sujeitos nesses espaços. Esse método é definido pelo autor como um escutar/ver que se apoia na empatia, no qual o pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro e buscar no íntimo as atitudes, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e mitos, portanto, foi necessária uma

relação estável e de confiança mútua na qual até mesmo o silêncio torna-se o momento de desabafo das implicações cotidianas do sujeito observado.

Assim o presente trabalho trata-se de um estudo de caso focado numa ação governamental que procura ampliar seu escopo de análises para os seus desdobramentos dessa ação. Nesse sentido, não está interessado apenas nas questões técnicas que tratam do cumprimento ou não de um dado conjunto dos objetivos previstos, mas, busca nos embates e contradições daí emanadas às respostas para as questões investigadas.

2.2. Contextos e sujeitos

A pesquisa aconteceu em espaços que originalmente dedicavam-se à divulgação, à preservação e ao fomento de atividades e manifestações das culturas populares. A atuação em formato de Pontos de Cultura - PDC nesses espaços começa ocorrer a partir de projetos de intervenção para apropriar-se e difundir a cultura digital com o objetivo de registrar as atividades e ações de cultura popular que ali se desenvolviam. Para a fase inicial, em 2004, foram selecionadas pelo Ministério da Cultura aproximadamente 700 (setecentas) entidades em todo o Brasil para a instalação de uma unidade contendo computadores, equipamentos para captação de áudio e vídeo, *softwares* livres para edição e difusão na internet dos conteúdos produzidos, sempre a partir dos contextos de atuação e das atividades que já eram normalmente desenvolvidas pelo proponente.

Seguindo orientações técnicas do Minc, cada proponente elaborou um conjunto de metas e objetivos em um plano de trabalho apresentado ao governo, definindo o montante de recursos a serem utilizados, conforme quantitativos definidos previamente para a aquisição de equipamentos e para a realização de oficinas culturais e tecnológicas segundo as proposições livres elaboradas por cada coletivo cultural, sendo que, desse total, aproximadamente setenta entidades foram selecionadas no Estado da Bahia, na chamada pública realizada pelo primeiro edital. Aqui vale salientar que devido a extensão geográfica e ao universo de abrangência

cultural e social das propostas selecionadas pelo Ministério da Cultura para implantação dos PDC em todo Brasil, concentraremos nossa investigação e trabalho de campo em 03 (três) unidades selecionadas no Estado da Bahia, nos municípios de Salvador, Valente e Irecê. Ressaltamos, porém que, embora o recorte seja pequeno e insuficiente para generalizações, além desse recorte nos municípios baianos o estudo também considerou outros aspectos e fontes de informação e de dados, tais como: questões sociais e políticas; recortes regionais e institucionais que puderam ser acompanhados nos diversos fóruns de debate na internet, encontros e seminários dos quais participamos no decorrer da realização do estudo.

Nos anos seguintes, questões políticas e culturais do Estado da Bahia foram relevantes durante a formulação e a implementação dos PDC (devido à influência política de artistas e intelectuais baianos junto ao ministério da cultura e a convergência de forças políticas nas esferas da união e do Estado – ambos os governos eram do Partido dos Trabalhadores), fato que contribuiu para a descentralização da ação para o nível estadual pela União, aumentando consideravelmente o número de PDC no Estado. Este acontecimento viabilizou e contribuiu para que as questões de conjuntura política, proposição e formulação de ações culturais, entre outras, conferisse aos mesmos um papel de protagonistas em todo o processo de formulação e desenvolvimento da ação de governo em nível nacional.

Outro aspecto importante para a seleção dos PDC foi a possibilidade de vivenciar suas diferentes fases de implantação, vivenciando diferentes problemas referentes à relação dos coletivos sociais onde se instalam permeados pelas TIC e o governo. Tal estratégia permitiu aprofundar a análise das questões que emergiram na investigação, pois considerou a implantação das ações em diferentes fases de execução. Desse modo, nossa coleta de dados e de investigação de campo acrescida dos dados coletados em seminários e na internet, atende aos objetivos dessa pesquisa, pois as questões de fundo e os dados complementares necessários à compreensão do universo macro da ação de governo foram obtidos em fontes diversas que transcendem ao *locus* dos PDC acompanhados de forma mais direta.

Essa opção metodológica possibilitou interpretar as interações ocorridas entre os agentes locais e a superestrutura instituinte, representada pelo órgão gestor (SCC-MINC) e outras esferas de governo em diferentes níveis, contribuindo para que

percebêssemos tanto os discursos oficiais, quanto as práticas sociais e coletivas em torno da ação. Dessa forma foi possível estabelecer contrapontos e analisar os embates entre sociedade civil e Estado.

As observações *in loco* permitiram ao pesquisador um maior contato com o cotidiano onde as ações se desenvolvem, permitindo maior percepção da realidade social e cultural dos sujeitos abrangidos pelas ações do PDC. A investigação das vivências individuais pelos sujeitos articuladores nos PDC foi importante para o nosso propósito de caracterizar esses diversos sujeitos sociais segundo as nuances compreendidas nos papéis que estes desempenham ou desempenharam junto aos movimentos sociais, dentre os quais, destacamos alguns dos perfis dos sujeitos com os quais interagimos e dialogamos:

a) Proponente e coordenadores de Projetos: Foram observados devido à sua ação proativa inicial, que provocou e desencadeou a implantação do projeto em uma determinada localidade e contexto social;

b) Ativistas ligados ao grupo de cultura popular: Possibilitaram compreender como se estabelecem os vínculos e tensões entre a cultura popular, a sociedade civil, o Estado e as TIC;

c) Participantes e cidadãos circunscritos no arco de abrangência das atividades do PDC: O comportamento dos cidadãos envolvidos nas atividades dos PDC fundamentou nossa compreensão de como se constroem as relações entre o saber popular e a ciência nos contextos em que as novas formas de construção do saber se materializam.

d) Agentes públicos envolvidos na formulação da ação de governo: São esses os agentes responsáveis pelas ações que dão sustentação conceitual, logística e financeira à implementação da ação de governo, portanto, atuam como condutores das relações entre o universo macro instituinte (personificado pelo Estado e seus gestores), e o saber local, (personificado pelo universo de abrangência dos PDC), que são permeados pelas práticas cotidianas ocorridas durante todo o processo, inclusive durante a realização das atividades coletivas e colaborativas que contribuem para tencionar a ação governamental em estudo.

e) Gestores e/ou funcionários, alunos de escolas localizadas próximas ou no entorno dos locais onde está instalado o PDC: Escolas geograficamente próximas aos PDC foram investigadas para verificar qual o nível de interação entre as atividades relacionadas às TIC que desenvolvem e os PDC. Esses sujeitos foram selecionados no entorno de cada PDC, valendo-se de critérios como a territorialidade ou a inserção social e a participação desses sujeitos no universo do movimento social investigado, antes e após a implantação do PDC. O número de sujeitos envolvidos dependeu da abrangência e da proposta de atuação de cada PDC, podendo variar desde um indivíduo, até grupos que participaram de determinada atividade ali desenvolvida.

2.3. Instrumentos de pesquisa

Os recursos e técnicas que foram utilizados na coleta de dados foram selecionados levando-se em conta nossas escolhas teóricas e as condições instrumentais de aplicabilidade no universo das atividades propostas pela ação governamental que instituiu os PDC. O conjunto de técnicas e instrumentos de coleta de dados que passaremos a descrever desvelaram as informações, os indícios e as práticas cotidianas que permitiram o desenvolvimento de nossas análises e a inferência dos aspectos mais importantes para o contexto dessa investigação.

Nesse contexto de observações e análises realizamos visitas sistemáticas a três PDC, escolhidos segundo os critérios já mencionados, destinadas à coleta de dados e ao registro por meio de técnicas como: diário de pesquisa, entrevistas abertas e semiestruturadas, gravações e observações *in loco* das informações e dados que contribuíram para uma posterior análise das atividades cotidianas de cada PDC e para a elaboração dos relatos a partir dos depoimentos dos sujeitos que participam desses espaços, seja como coordenadores e gestores, ativistas culturais, participantes de oficinas temáticas, etc. As narrativas foram obtidas levando-se em conta as práticas cotidianas e os critérios pré-definidos para a escolha do PDC.

Para contemplar a diversidade social e cultural, os diferentes níveis de desenvolvimento e apropriação das TIC realizados por cada PDC, os diferentes propósitos de cada plano de atuação, e, ao mesmo tempo, contemplar os referenciais teóricos que estruturam nossa metodologia de pesquisa a partir de uma

abordagem qualitativa, descreveremos a seguir, de forma detalhada, o conjunto de técnicas e recursos que empregamos durante a coleta de dados.

2.3.1. Pesquisa Bibliográfica

O aprofundamento teórico da pesquisa foi realizado a partir das obras dos autores apontados como principais vínculos teóricos utilizados para sustentar as reflexões sobre as diferentes temáticas que envolvem essa pesquisa, visando estabelecer as ideias e os conceitos fundamentais ao desenvolvimento das hipóteses e das teses aqui desenvolvidas.

2.3.2. Levantamento de dados

Os dados foram levantados através de observações *in loco* nos Pontos de Cultura localizados nas cidades de Salvador, Valente e Irecê, no Estado da Bahia. Nestes espaços foi possível averiguar a atuação das entidades e/ou órgãos responsáveis pela cogestão dos projetos e os critérios utilizados para a implantação dos PDC, onde também foi feito o mapeamento das atividades desenvolvidas pelos mesmos.

A contextualização do escopo de atuação de cada PDC e o universo macro da ação de governo foi complementada com a utilização dos dados coletados a partir de estudos de acompanhamento dos fóruns de discussão, *blogs*, redes sociais, participação em congressos, encontros e seminários que nos permitiram ter uma visão mais ampla sobre o contexto macro da ação em outros Estados, sem perder o foco de análise, compreendido em um recorte dos três PDC citados.

2.3.2.1. Observação *in loco*

Para que os objetivos circunscritos aos métodos de pesquisa que se vinculam à técnica da escuta sensível sejam atingidos, realizamos observações *in loco* que permitiram a análise dos dados coletados. As observações ocorreram em Pontos de Cultura e escolas localizados nos municípios de Salvador, Irecê e Valente, no estado da Bahia e em seminários, fóruns e encontros presenciais realizados na Bahia, Ceará e Goiás.

Os critérios para observação *in loco* destinaram-se a garantir a diversidade e a maior representatividade dos aspectos observados, tais como: participação do indivíduo na gestão do projeto em nível nacional, regional ou local; participação em atividades desenvolvidas pelo PDC; e participação na entidade proponente e gestora do PDC.

2.3.2.2. Entrevistas

Utilizamos entrevistas e anotações em diário de pesquisa que obedeciam a um caráter aberto, através de diálogos e conversas informais com os ativistas e participantes, sem exigência de roteiros, perguntas pré-elaboradas ou de questionários abertos ou fechados. Tal postura permitiu maior fluidez no trabalho, o que deixava os interlocutores mais desenvoltos quando eram abordadas questões polêmicas envolvendo as ações desenvolvidas.

2.3.2.3. Análise de ambientes virtuais e *online*

Utilizamos informações coletadas em diversos ambientes *online* como: *chats*, canais de bate-papo, listas de discussão, *sites* oficiais da ação governamental, *sites* dos órgãos gestores, *sites* e *blogs* construídos pelas entidades participantes, redes sociais, páginas e *blogs* construídos pelos PDC, perfis em *sites* de relacionamento, *podcasts* e *streams* de áudio e vídeo, programas de televisão, listas de discussão, dentre outros. Estas informações permitiram analisar como esses recursos eram utilizados enquanto canais de mobilização para as ações da sociedade civil e como se estabeleciam os diálogos e tensões através dos debates proporcionados pelo acesso às redes digitais de comunicação.

2.3.3. Diário de pesquisa

O diário de pesquisa permitiu uma descrição histórico-crítica referenciada a partir das atividades desenvolvidas em cada PDC à luz das suas práticas cotidianas e dos indícios que permitiram compreender as narrativas e micro-histórias vivenciadas e relatadas pelos sujeitos autores e/o coparticipantes do conjunto das ações desenvolvidas pelos PDC durante a implementação do plano de trabalho apresentado ao Ministério da Cultura.

Esses instrumentos permitiram a coleta e a análise de dados sobre uma abordagem qualitativa não diretiva, cujo objetivo foi captar de forma representativa o conjunto das discussões e tensões entre os grupos observados e o Estado, num universo permeado pelas TIC, bem como dar conta das subjetividades emergidas dos processos cotidianos durante a relação entre TIC, cultura popular, sociedade civil e Estado.

A interação entre os participantes dos universos macro de pesquisa - Estado e seus prepostos - e micro, relacionados à observação *in loco* - os PDC onde ocorreram a coleta de dados - foi construída de forma a permitir uma reflexão sobre as questões gerais que norteiam suas diversas ações. Iniciamos essas reflexões analisando o atual cenário hegemônico de disseminação e de apropriação das TIC no contexto mundial e as possibilidades de consolidação das ações governamentais destinadas à sua democratização e universalização, que atualmente encontra-se em curso no Brasil.

Dessa forma, e através da análise de amostras e recortes institucionais destinados a evidenciar práticas e vivências ocorridas nesses espaços, investigamos os sentimentos e expectativas predominantes a partir das interações com as TIC ocorridas nos PDC como forma de desvelar, nesse conjunto de amostras, as nuances e subjetividades capazes de retratar o universo das ações praticadas nesses espaços, demonstrando as interações ocorridas entre TIC, Estado e sociedade, sempre focando nos contextos do ciberativismo cultural, cujos aspectos serão abordados na seção seguinte.

Foram estes os cenários e os atores que constituíram os ambientes no qual atuamos durante a coleta de dados, de forma a evidenciar as opiniões e práticas desses sujeitos e/ou instituições por meio do conjunto de recursos e técnicas mencionadas, que somados aos autores que sustentam teórica e metodologicamente nosso estudo, já elencados, embasam nossas teses e assertivas sobre os temas abordados a seguir.

Na segunda seção, discutiremos o cenário hegemônico mundial que permeia o imaginário social e as ações de empresas e corporações em torno da temática em estudo, mostrando como o governo brasileiro vem se inserindo nesses processos ao longo das últimas décadas.

SEÇÃO II

AS TIC E O CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO

SOBRE A SEÇÃO II

Claro que não temos senão que louvar e encarecer o desenvolvimento cada vez mais largo de todas as indústrias nacionais. Elas representam o índice de progresso econômico do País e quanto mais elevado estiver esse índice mais feliz será a Grey. Mas, há sempre um mas... Esse desenvolvimento deve ser real e não erguido em proteções inconcebíveis; para ser tomado em conta, precisa de repousar em bases exactas e não em favores especiais e especialmente arranjados.”
(Álvaro Vieira Pinto)

Nessa seção traremos os aportes teóricos que utilizamos para afirmar que as economias hegemônicas concebem os discursos e as ações utilizadas para respaldar suas concepções de como as chamadas “nações em desenvolvimento” devem assumir o papel de consumidoras potenciais dos padrões técnicos e socioculturais formulados pelos Estados, controladores de patentes e processos que estruturam os fluxos de capital e de determinantes dos processos de dependência tecnológica.

Tais discursos concebem a chamada “era tecnológica” sempre como uma façanha de tempos recentes, privilégio apenas dos mais avançados entre os avançados, desconhecendo a contribuição de outras épocas, ou realizada pelas gerações antecessoras em seu processo de avanço técnico e de superação das contradições com o meio, conforme apontado por Pinto (2005) já na década de cinquenta.

Discutiremos ainda as possibilidades para apropriações e usos diversos dos recursos presentes nas redes digitais possibilitando desde o controle dos fluxos globais de capital, até a formação de sistemas normativos, descentralizados e desterritorializados, frutos da atual evolução técnica, mas que, em suas possibilidades intrínsecas são controlados por um restrito clube de empresas, centros de pesquisa e órgãos classistas e governamentais a partir de países que se autointitulam “desenvolvidos”, e valem-se da tutela de organismos internacionais para viabilizar e justificar os paradigmas jurídicos e sociais sob os quais se sustentam.

A história da evolução científica recente mostra que, em muitos casos, esses avanços são subordinados às agendas capitalistas centrais, cujo papel é determinar

os modelos de apropriação das TIC e de produção do conhecimento, de modo que as nações não detentoras de patentes e/ou controladoras dos fluxos de capitais e de produção técnica e científica são convocadas a fazer parte desses seletos clubes e passam a utilizar tais processos apenas se aceitarem as regras impostas pelas grandes potências. Seus discursos, por sua vez, sobre o viés potencializador de desenvolvimento dessas novas técnicas e recursos comunicacionais, servem, na maioria das vezes, apenas aos interesses e às necessidades do controle estratégico e econômico exógeno presente nos modos de disseminação e nas formas de apropriação.

Analisaremos a inserção brasileira no cenário mundial de desenvolvimento das TIC elencando questões relacionadas às ações governamentais e às políticas públicas que nortearam os modos de apropriação dessas técnicas pelo Estado e sociedade brasileira e os conflitos daí emanados, ressaltando os cenários políticos e tecnológicos (locais e globais) que determinaram a condução para o atual estágio de apropriação e uso das TIC em que se encontram sociedade e governos.

Nesse espectro de análises, as questões relacionadas às ações e políticas destinadas a promover a democratização do acesso às TIC formaram um importante pano de fundo. Tais discursos, centrados no combate à exclusão digital e na importância das TIC no combate ao déficit cognitivo permitiram reflexões sobre os efeitos da descontinuidade e desarticulação da maioria dessas ações, além de seu alinhamento aos discursos hegemônicos globais.

O deslocamento dos eixos discursivos das formas de produção e de apropriação das técnicas digitais, de redes de produção e de compartilhamento na internet – como as proporcionadas por muitas ações do Programa Cultura Viva –, para eixos que privilegiam formas de apropriação reprodutivistas e sem reflexões críticas, evidenciam como uma política pública ou ação de governo interfere de forma decisiva na maneira como a sociedade percebe o potencial e os efeitos dos recursos de comunicação digital em seu cotidiano. As observações que realizamos durante a pesquisa permitem inferir que, ao fomentar formas inovadoras de apropriação e criação através das TIC de modo descentralizado e heterogêneo, é possível potencializar e desenvolver apropriações críticas e contra-hegemônicas desses recursos.

Entendemos que as causas que colaboram para o atual quadro de contribuição governamental para as formas de apropriação social das TIC podem ser observadas tanto no âmbito dos governos - quando essas ações subordinam-se a interesses privados externos e não se sustentam por mais de um mandato, quanto no âmbito do Estado, apesar de se apresentarem como política pública, observando os aspectos basilares ao conceito de *Policy*, os princípios de planejamento, controle e acompanhamento das ações estatais não conseguem superar as amarras da burocracia institucionalizada. Nesse estudo mostramos como a destinação de recursos no orçamento, os processos de avaliação e fiscalização, a reestruturação de ações e a radicalização das possibilidades de acesso direto aos recursos orçamentários nas rubricas analisadas aparecem insuficientes para garantir sustentabilidade financeira e conceitual à ação de governo, bem como perenidade às ações planejadas.

As observações *in loco* das análises posteriores dos dados mostram que a maioria dessas políticas e/ou ações apresenta efeitos paliativos e descontinuados, pois não permitem aos seus beneficiários o que denominamos de apropriação contínua, reflexiva e contra-hegemônica dessas técnicas, fazendo com que as ações dos governos - que naturalmente devem se revezar em Estados democráticos - apenas contribuam para reforçar e corroborar os interesses dos partidos, burocratas e empresas, agentes que atuam como controladores dos processos e técnicas que norteiam as ações e/ou políticas de governo.

Mostraremos que tal quadro contribui para que as implicações sociais e culturais decorrentes da ausência e/ou presença atrofiada do Estado na formulação (ou não) de políticas públicas nesse campo fossem determinantes para os processos e formas de apropriação das tecnologias digitais pela sociedade. Analisamos que esse quadro agrava-se à medida que diferentes extratos sociais brasileiros acessam e apropriam-se das TIC de forma desigual e conceitualmente diferenciada.

Defenderemos a tese de que o Estado brasileiro precisa construir e reforçar mecanismos que permitam autonomias locais, tanto financeira quanto conceitual, técnica e política, proporcionando formas gerativas e múltiplas apropriações das tecnologias digitais nos diferentes ambientes comunicacionais que estruturam sob

pena de comprometer nossa diversidade cultural. A compreensão e a assimilação desses conceitos pelas práticas e políticas governamentais serão fundamentais para a potencialização de atitudes inovadoras, no caso específico dos PDC, estimulando e consolidando suas ações sustentáveis e insurgentes em seus aspectos políticos, econômicos e culturais.

Organizamos nossas reflexões a partir de eixos de análise. No capítulo quatro, refletimos sobre a centralidade das tecnologias de comunicação digital para o controle dos fluxos de informação e o sucesso da empreitada socioeconômica neoliberal das últimas décadas. Em seguida, trataremos do *modus operandi* das políticas públicas brasileiras destinadas à temática das comunicações, mostrando como o escopo das ações macro subordinou as ações de governo e políticas públicas aos interesses externos, valendo-se dos argumentos de Estado mínimo difundidos pelos ideólogos neoliberais.

No capítulo seis trataremos de aspectos relacionados à inovação e sustentabilidade como fatores preponderantes para a consolidação de ações de governo enquanto políticas públicas abrangentes e sólidas, capazes de interferir intensivamente no curso dos acontecimentos. Finalizando esta seção, refletiremos sobre a proposta/pensamento de repensar o Estado brasileiro a partir de premissas capazes de lhe conferir um caráter fluído e colaborativo (Turino, 2010, p. 63), onde as redes digitais agiriam como potencializadoras nessa empreitada, à medida que analisa a possibilidade de contraponto às suas características centralizadoras e burocráticas.

CAPÍTULO III - ESTADO E FEUDOS MIDIÁTICOS: TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

O atual contexto político e econômico do sistema mundial favorece aos Estados hegemônicos e às corporações detentoras de tecnologias, capitais e logística de produção, distribuição e comunicação global e o controle de amplas esferas da vida social e econômica por meio de sofisticados sistemas e técnicas de comunicação. Tal fato confere a esses Estados-nação papéis diferenciados nos diversos cenários de desenvolvimento, produção e apropriação das tecnologias de informação.

A maioria dos países participa desses processos apenas como usuários receptores e consumidores de produtos tecnológicos, reproduzindo tecnologias desenvolvidas e vendidas como mercadorias e serviços a serem incorporadas aos contextos sociais e mercantis locais. A perspectiva geopolítica de dependência econômica e tecnológica, determinada pelas nações detentoras das patentes, técnicas e capitais que permitem a produção e difusão desses novos recursos tecnológicos, corrobora com nossas assertivas sobre apropriações hegemônicas.

Essas corporações operam a partir de diferentes lógicas de ação. Muitas vezes agem para controlar os mecanismos de representação política local visando definir suas agendas de investimento em pesquisa e infraestrutura, fator que no mundo contemporâneo é determinante para o desenvolvimento técnico e científico no setor de comunicações. Sobre o caráter estratégico das comunicações digitais nas sociedades contemporâneas Jambreiro (2004) afirma que:

No mundo contemporâneo essa infraestrutura alcançou um nível em que pode acomodar os serviços de redes inteligentes, particularmente os que requeiram intensa interatividade e imagem de alta definição. Nos últimos anos passou por alterações estruturais em todo o mundo em função de sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico. A ideia dominante tem sido a criação de uma “worldwide information superhighway”, considerada vital tanto para a

consolidação de um mercado global quanto para a criação de uma sociedade civil internacional. (JAMBEIRO, 2004, p. 69–70)

Essa infraestrutura comunicacional atua sob tutela dos mercados. Em algumas regiões do mundo, como no Brasil, há pouca regulação e fiscalização estatal, o que garante uma expansão na qual os cidadãos desses países são tratados apenas como dados estatísticos dos mercados consumidores a serem controlados. Além disso, os detentores desses mercados e técnicas beneficiam-se de benesses jurídico-fiscais garantidas pelos Estados “beneficiados com as maravilhas das comunicações globais e instantâneas”.

No caso do Brasil, essas benesses estatais podem ser constatadas na isenção fiscal (redução das alíquotas de IPI e COFINS) ocorrida em 2011 para garantir a instalação de plantas industriais destinadas à produção de eletroeletrônicos (*tablets*, *smartphones* etc.). Em geral, tais políticas – apesar de reguladas pelo PPB (Processo Produtivo Básico) que orienta a política industrial brasileira, exigindo produção de parte dos componentes em território nacional – não interferem nos processos de pesquisa e de desenvolvimento das empresas detentoras dos sistemas e patentes. O resultado prático é a concentração de pesquisas e tecnologias nos países-sede das corporações multinacionais detentoras do conhecimento prático em comunicação digital, restando aos demais importar produtos, técnicas e patentes.

Essa nova configuração geopolítica tornou-se possível, dentre outros motivos, porque seus protagonistas não são pouco afetados pelas legislações e regulamentos dos Estados que influenciam, e, ainda exigem contrapartidas locais, como no caso dos incentivos e renúncias fiscais, sempre utilizando o discurso de contribuir para a geração de emprego e de renda nos setores tecnológicos. O que ocorre na prática é a transferência de problemas ambientais, trabalhistas, fiscais e cambiais para os países onde se instalam, enquanto garantem a um seleto grupo de países o controle efetivo das agendas de produção, desenvolvimento científico e inovação tecnológica.

Essa desterritorialização técnica induzida é estimulada de modo a provocar um

vácuo institucional amplamente possibilitado e estruturado a partir das redes de comunicação globalizadas, permitindo a essas corporações colocarem em prática suas estratégias de investimento e de controles de mercados a partir de lógicas e normas próprias, definidas de formas exógenas e que atendam apenas as estratégias comerciais.

Santos (2002) mostra que as práticas que culminaram com a atual configuração geopolítica do sistema mundial tiveram início na Europa do século XVI, a partir do desencadeamento dos processos hegemônicos na economia, na ciência e nos sistemas políticos, cujos valores da cultura europeia eram impostos ao vasto império em formação com a descoberta do “novo mundo”, onde os colonizadores estabeleciam suas formas de imperialismo cultural.

É há muito reconhecido que, pelo menos desde o século XVI, a hegemonia ideológica da ciência, da economia, da política e da religião europeias produziu, através do imperialismo cultural, alguns isomorfismos entre as diferentes culturas nacionais do sistema mundial. A questão é, agora, de saber, se para, além disso, certas formas culturais terão emergido nas décadas mais recentes, que são originalmente transnacionais ou cujas origens nacionais são relativamente irrelevantes pelo fato de circularem pelo mundo mais ou menos desenraizadas das culturas nacionais (SANTOS, 2002, p. 46-47).

Essas raízes históricas acabaram por determinar o atual ordenamento jurídico e institucional dos Estados contemporâneos e podemos dizer que, se hoje estes figuram apenas como usuários de tecnologias, as instituições multilaterais das quais participam não os representa a contento, nem acompanham de forma satisfatória as intensas transformações e evoluções tecnológicas vividas pela sociedade. Tais transformações resultam de condições históricas que têm raízes seculares e complexas, conforme nos mostrou Santos (2002).

Se desejarmos atuar na raiz dos problemas que encerram os temas sob os quais refletimos, devemos promover reformas capazes de romper as práticas que

perpetuam nossa condição de colonizados, agora sob a tutela das tecnologias digitais. Estas devem ser percebidas como fundamentais para a evolução e o desenvolvimento social e institucional. Nesse sentido, precisa integrar-se ao projeto estratégico de nação, se almejar um papel de maior relevância no cenário de evolução tecnológica do sistema mundial atual.

Oliveira (1998) observa que os processos de concentração do capital, expressos pela globalização capitalista, fazem com que países como o Brasil, ou seus vizinhos na América Latina percam a capacidade de arbitrar o conflito interburguês, o que contribui para que muitos confiem ao ideário neoliberal um caráter inexorável, frente a uma pretensa impotência desses Estados quando estabelecem processos de cooperação internacional, regularizados segundo lógicas que os enxergam apenas como meros operadores dos mercados financeiros globais.

Acordos comerciais pautados apenas em lógicas de mercado, embora possam significar vantagens ou ciclos econômicos favoráveis, corroboram com a afirmação acima, já que transformam sistemas políticos e econômicos locais em meros territórios de expansão para “novos” produtos e serviços, estruturados a partir das técnicas comunicacionais contemporâneas.

A atual hegemonia do setor privado em áreas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico, como telecomunicações, saúde, geração e distribuição de energia referenda nossa afirmação de que existe uma lógica entre os discursos que disseminam o ideário neoliberal, fisiocrata, de intervenção mínima do Estado, e a crescente hegemonia das corporações (desterritorializadas artificialmente), para atuar controlando e explorando mercados a partir da prevalência do econômico sobre o social, do mercado uno e totalitário sobre as questões sociais, políticas, ambientais e jurídicas locais.

Segundo esse ideário, o déficit social das nações não detentoras de tecnologias, já tão conhecido e debatido, seria resolvido através do estímulo à expansão dos chamados mercados emergentes. Entretanto, o enfrentamento das graves crises sociais que se alastram pelo mundo globalizado dos mercados de capitais acabou renegado ao segundo plano, submetido a um discurso que só o desenvolvimento

dessas economias, a partir dos modelos neoliberais, seria capaz de torná-las viáveis e, portanto, atrativas aos olhos do mercado global, que passaria a resolver seus problemas sociais.

Desse modo, se nos submetemos a esse ideário, torna-se tarefa difícil pensar novos cenários para uma apropriação tecnológica que contribua para a distribuição das riquezas numa perspectiva em que os benefícios oriundos do desenvolvimento tecnológico sejam usufruídos por todo o conjunto da sociedade de forma mais igualitária e sustentável. As ações governamentais destinadas a fomentar processos de apropriação social das TIC precisam ser analisadas tendo os interesses locais como determinantes das ações, pois estes determinam as práticas que preconizarão as formas de interação entre sociedade e TIC. Ao obedecerem a uma agenda que indique os interesses locais, assumem uma perspectiva inovadora e de transformação social, conseqüentemente, acabam atuando como catalizadoras de potenciais conservadores e homogêneos como, aliás, ocorre na maioria das formas de apropriação.

As ideias e teorias que fundamentam as ações de governo no setor de TIC são formuladas a partir de conceitos e métricas definidas pelos organismos financeiros internacionais, materializam-se em contextos e cotidianos marcados por realidades econômicas e sociais adversas, por isso, em muitos casos, são incapazes de reverter ou melhorar suas realidades sociais. Entendemos que isso se deve à desconsideração e/ou negligenciamento das formas de apropriação das TIC, capazes de desencadear processos qualificadores e enriquecedores dos movimentos sociais e de suas táticas de resistência a partir de sua realidade e seu cotidiano.

O que ocorre, em muitas ações, é uma tentativa de apropriar-se dos avanços das tecnologias de comunicação digital a partir de seus aspectos fetichistas e do *glamour* modernizante que despertam. Essas práticas são subliminarmente incentivadas pela mídia hegemônica e encontram-se referendadas por conceitos equivocados de democratização, mormente por não contribuírem para reflexões sobre as questões centrais que permeiam. Ao não conceberem diferentes formas de acesso às tecnologias de informação e comunicação, comprometem o desenvolvimento de

ações efetivamente emancipadoras, possíveis a partir de diferentes usos e apropriações desses recursos.

Santos (2002) considera que a nova pobreza globalizada não é resultado apenas da falta de recursos humanos e materiais, mas também dos efeitos perversos que os mercados – quando colocados em condição de superioridade em relação aos estados nacionais – provocam nas economias de subsistência e nas economias locais. Para ele, a nova configuração do saber proporcionado pelas tecnologias poderá contribuir para o desenvolvimento das competências cognitivas e comunicativas, dando sentido a nossa existência, e ajudando na superação dos atuais dilemas da humanidade.

A nova configuração do saber é, assim, a garantia do desejo e o desejo da garantia de que o desenvolvimento tecnológico contribua para o aprofundamento da competência cognitiva e comunicativa e, assim, se transforme num saber prático e nos ajude a dar sentido e autenticidade à nossa existência (SANTOS, 2000, p. 42)

Podemos inferir mais uma vez que as formas de apropriação das tecnologias, quando destinadas apenas a permitir controles de fluxos e a difusão da informação de forma unilateral e massificada, muito comuns atualmente servem apenas para o enfraquecimento institucional e normativo das instâncias que garantem equidade entre sociedade civil e Estado.

Oliveira (1998), ao analisar a ação dessas forças hegemônicas para desestruturar e enfraquecer institucionalmente o Estado, afirma que tais ações também contribuem para provocar uma aridez de pensamento. Nesse sentido, é possível afirmar que esses movimentos deliberados visam facilitar os interesses corporativos multinacionais à medida que favorecem a aridez intelectual e crítica, mostrando-se incapaz de reflexões mais agudas sobre as formas de apropriação e uso desses recursos. Uma de suas táticas é fazer parecer ao imaginário social que o Estado é impotente enquanto formulador dos arranjos sociais necessários e demandados pelos novos contextos. Ou seja, o que tais correntes de pensamento buscam difundir é a ideia de inexorabilidade dos acontecimentos frente ao poder dos mercados.

Buscando alinhar-se a esse ideário, o Estado assume a maioria das responsabilidades por ações paliativas na área social, sobretudo quando estas demandam grande volume de investimentos em infraestrutura e/ou no custeio de ações afirmativas e de assistência. No caso específico da democratização do acesso às TIC, por exemplo, os discursos liberais de interferência mínima do Estado caem por terra, ou seja, se desejarmos democratizar e garantir o direito de acesso universal e democrático às TIC será necessário investimento estatal em infraestrutura, embora o ideário neoliberal requeira que os recursos sejam transferidos à iniciativa privada.

Nesses momentos o discurso do Estado mínimo e eficiente fica temporariamente suspenso em nome dos reclames por melhoria de infraestrutura nas áreas de transporte, saúde, educação e telecomunicações, como se estas demandas fizessem parte, apenas, de uma contrapartida estatal aos mercados, e não de um conjunto de obrigações públicas do Estado perante os cidadãos, as quais devem ser entendidas como direitos sociais.

A insuficiência do Estado brasileiro na elaboração de políticas públicas para a democratização e difusão das TIC pode ser verificada em diferentes aspectos, como na atuação pulverizada e descontinuada que protagoniza, desenvolvendo ações pontuais e incapazes de atuar nas causas do problema, por exemplo, omissões quanto à fiscalização do cumprimento das metas de ampliação das redes de telecomunicações pela iniciativa privada e na fiscalização das altas tarifas praticadas pelo setor de telecomunicações.

Essa insuficiência resulta de diferentes fatores, como a negação de sua função legisladora e reguladora visando garantir o bem comum, carência e falta da qualidade na aplicação de recursos públicos, que somadas às interferências na ordem política e econômica, e à inoperância estatal, contribuem para submeter a agenda pública, no setor de telecomunicações, aos interesses e capacidades financeira das empresas transnacionais e conglomerados financeiros que controlam as principais prestadoras de serviços de telecomunicação do país.

Além do amplo controle dos mercados, os grupos financeiros que adquiriram os sistemas públicos de telecomunicações brasileiros beneficiaram-se do desenvolvimento tecnológico do setor sem ampliar a oferta desses serviços para regiões onde o número de consumidores potenciais não justifica a grande monta de investimentos. Nestes casos, faz-se necessário novamente a intervenção estatal se desejarmos maior capilaridade para o sistema de telecomunicações.

As forças políticas que controlaram o Estado brasileiro durante as últimas décadas pautaram suas ações focando na iniciativa privada e nos mercados de tal modo que parcela de suas funções, sobretudo nos setores sociais, foi delegada a esses agentes. A ação do Estado como fomentador e gerenciador de ações estratégicas para o desenvolvimento social, alinhando-se aos novos contextos do sistema mundo, seria então a de gerir, por meio de agências, um novo modelo que conceberia a coisa pública como uma espécie de estrutura reguladora, fiscalizadora e proponente de demandas que deveriam ser tratadas como questões de mercado, em que as intervenções estatais deveriam ser mínimas. Nessa esteira de pensamento, extinguíram-se órgãos, empresas, ministérios, projetos e postos na burocracia estatal.

As práticas neoliberais, decorrentes da aplicação de seu receituário macroeconômico, foram marcadas por intensos processos de delegação à iniciativa privada de funções estratégicas de Estado, valendo-se de debates e processos licitatórios em que apenas a visão neoliberal de supremacia dos mercados prevalecia, conferindo à iniciativa privada o privilégio de conduzir o planejamento e a gestão das infraestruturas de setores importantes, como o energético e o de telecomunicação. O comando ideológico exercido pelos teóricos do neoliberalismo – que delinearam suas operações a partir dos interesses hegemônicos, acordados pelas nações signatárias do Consenso de Washington – têm alguns de seus efeitos para as empresas e a economia brasileira, assim analisados por Biondi (2001):

A venda das estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo – e “salvando” o real. E o dinheiro arrecadado com a venda serviria ainda, segundo o governo, para reduzir também a dívida interna, isto é, aqui dentro do país, do governo federal e dos estados. Aconteceu o contrário: as vendas foram um “negócio da china” e o governo “engoliu”

dívidas de todos os tipos das estatais vendidas; isto é, a privatização acabou por aumentar a dívida interna (Biondi, 2001 p. 26).

Se, por um lado, tais mudanças permitiram maior acesso da população a alguns serviços, o controle privado não se eximiu da condição de investidor nesses setores; por isso, onde as empresas privadas não “enxergam” mercados potenciais, esses serviços não chegam sem a intervenção estatal, vide o setor energético que precisou de um programa governamental – denominado Luz para Todos – para aumentar o número de lares atendidos em regiões remotas.

Por outro, muitas das questões que passaram para o âmbito estratégico e de execução da iniciativa privada, sob fiscalização do governo, também não são fiscalizadas e reguladas a contento, o que faz com que esses serviços sejam tratados sob a óptica dos mercados e toda a transferência dos patrimônios e tecnologias desenvolvidas pelo Estado à iniciativa privada seja esquecida, e, no caso específico das TIC, jamais abordados ou lembrados pelas pautas e debates sobre a democratização e ampliação do acesso às TIC.

As reflexões acima são importantes para compreensão do processo de consolidação das ações e políticas destinadas à democratização do acesso às TIC e as diferentes formas de apropriação e interação que estas trazem em seu bojo influenciando as relações e formas de apropriação social das tecnologias digitais. No tópico seguinte, refletiremos sobre aspectos econômicos e sociais que terminaram a centralidade das TIC na cultura contemporânea.

3.1. Aspectos políticos, sociais e econômicos que influenciaram as transformações no setor de telecomunicações

Na década de cinquenta, o economista Celso Furtado (1954) refletiu sobre a relação entre progresso tecnológico e desenvolvimento econômico. Antes mesmo que temas como globalização, cultura digital e a influência das TIC sobre o conceito de território e transformações que tudo isso causaria nas formas de interação social se tornassem centrais nos debates sobre desenvolvimento e sociedade, o pensador brasileiro apontava a importância da temática para os processos socioculturais e

econômicos contemporâneos, fazendo uma abordagem acerca das características histórico-culturais brasileiras.

Suas observações e estudos sobre o caráter transformador das inovações técnicas para a economia e o desenvolvimento social levaram-no a reconhecer a importância das sinergias provocadas pela evolução tecnológica, concluindo que estas seriam fundamentais para o aprimoramento e consolidação de economias, como a brasileira, nos cenários hegemônicos mundiais que então se desenhavam.

Em suas análises, Furtado (1954) inferiu que o atual estágio de desenvolvimento técnico e de submissão do social perante o econômico, desde então vivenciados pela sociedade brasileira, era resultado de décadas de evoluções e involuções impostas por sistemas produtivos e políticos que sustentaram ao longo dos séculos o pensamento hegemônico das metrópoles colonizadoras e, em tempos mais recentes, encontrava eco no *modus operandi* nos primórdios do atual modelo de desenvolvimento capitalista.

Furtado (1954) esclareceu, ainda, que o desenvolvimento de um espaço tecnológico seria fundamental para os processos de acumulação de capital pelas economias desenvolvidas, o que possibilitaria uma centralização progressiva no controle dos capitais.

Essa tendência se consolidou nas décadas pós 1950 em que os processos de aprimoramento técnico, submetidos aos interesses das economias hegemônicas, dominaram a cena econômica, conduzindo ao atual contexto econômico e social, fortemente baseado na monetarização, controlada por economias centrais que se utilizam das tecnologias digitais, estruturadoras de sistemas globais de comunicação, submetendo economias periféricas e locais aos mercados hegemônicos. Para Furtado (1954), o avanço da técnica desempenharia papel central nesses contextos. Sobre o tema assevera, décadas antes de seu ápice:

É esse avanço tecnológico que possibilita a acumulação progressiva de capital no processo produtivo. O processo de formação de capital está, portanto, intimamente ligado ao avanço da técnica. A ação conjugada desses dois fatores torna possível o aumento crescente de produtividade que está na base de acumulação de riqueza. Os fatores que determinam a

curva característica do desenvolvimento histórico das civilizações que tiveram como base economias comerciais são, portanto, distintas daqueles que governam a dinâmica da civilização de base industrial (FURTADO, p. 47).

A incapacidade estrutural do sistema capitalista mundial de possibilitar ciclos de desenvolvimento equânimes para além das suas fronteiras nacionais, e que, na atualidade ocorre nos seus próprios territórios nacionais, impossibilita aos Estados situados à margem das economias centrais, altamente entrelaçadas às técnicas da microeletrônica e da ciência informacional, romper com a situação de dependência política, tecnológica e econômica, nos quais estão imersos, e que os atrelam aos países hegemônicos em condição de inferioridade econômica e política.

Essa centralidade das técnicas de informação e comunicação digitais nos atuais processos de desenvolvimento imbrica-se inexoravelmente na complexidade geopolítica do atual sistema-mundo, onde o arcabouço ideológico dos processos de globalização capitalista, forjados a partir dos Estados detentores dos meios financeiros, bélicos e tecnológicos, pavimentam os cenários políticos que permitem controlar as mudanças e inovações tecnológicas contemporâneas por meio da supremacia nos meios produtivos e fluxos de capitais.

No atual contexto geopolítico, onde submissões de Estados aos mercados é regra, o fortalecimento dos conglomerados transnacionais é analisado por Oliveira (1998) como fruto de uma dinâmica social em que as instituições públicas encontram-se enfraquecidas por barreiras impostas unilateralmente. Compreendemos que nos contextos socioeconômicos contemporâneos as organizações transnacionais, sejam governamentais, empresariais ou sociais estarão cada vez mais presentes, entretanto o que não percebemos é o desenvolvimento equânime dessas organizações, e o Estado desta feita usurpado das prerrogativas oriundas dos ideários iluministas, na maioria dos casos tem assumido postura de submissão às organizações empresariais transnacionais, pois fundamenta suas relações com as estas em contextos de submissão econômica e técnica.

Para o sociólogo, tais barreiras se destinam exclusivamente a regular mercados obedecendo a interesses das nações e empresas que controlam e determinam os

mecanismos técnicos e jurídicos nos quais se estruturam. Assim, quando ainda “teimam em existir”, as intervenções estatais das chamadas “economias em desenvolvimento” são entendidas pelos defensores dos atuais modelos desenvolvimentistas como “manchas-de-óleo” que interferem e contrariam interesses exógenos; portanto, devem ser evitadas. Um exemplo claro a ser citado nesse sentido foi a reação dos mercados e empresas de telecomunicações ao anúncio de recriação da empresa estatal de telecomunicações brasileira – Telebrás, ocorrido em meados de 2010, no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga.

Intervenções estatais destinadas à regulação dos mercados nacionais – quando ocorrem, numa perspectiva de exercício de soberania e, são entendidas enquanto contrárias aos interesses dos Estados hegemônicos e/ou dos mecanismos e estruturas de (re)produção técnica hegemônica – são quase sempre consideradas como excesso de intervenção local e, por conseguinte, prejudiciais aos processos econômicos globais que, para os preceitos neoliberais, devem ser livres das “amarras reguladoras” dos Estados nacionais.

Para essas vertentes neoliberais que enxergam no mercado a solução de todos os processos econômico e sociais, onde inclusive a cultura pode ser regulada a partir dos processos econômicos, o comércio e a comunicação globais devem ser entendidos como algo natural, resultante de um processo de desenvolvimento próprio das sociedades contemporâneas, que Malaguti (2008) analisa como um caminho irreversível, pois se apresenta “a globalização como fenômeno natural e irreversível e, a partir daí, as políticas neoliberais como as últimas capazes de desregular os mercados, propiciando as nações um lugar privilegiado no 'trem da história” (p. 17), lógica que embasa a maioria das políticas públicas e ações governamentais de âmbito local, incluindo as ações de caráter geopolítico e bélico das nações hegemônicas.

Em nosso contexto de análises, que envolve uma ação de governo criada para permitir novas formas de acesso aos meios de produção e difusão de informação - fortalecendo contextos e cenários em que cidadãos e entidades civis apropriam-se dos meios digitais, frutos, sobretudo, do desenvolvimento tecnológico e de acúmulos colaborativos que permitem compartilhar e avançar na construção do conhecimento.

Essas construções ocorrem a partir de estruturas e interações mútuas que estimulam formas diversas de organização e apropriação que envolvem atividades culturais, artísticas e econômicas que enxergam nas atuais possibilidades comunicacionais que por meio do potencial criativo, natural desses movimentos, fortalece vínculos econômicos, culturais e sociais a partir das manifestações desvinculados das matrizes e correntes de pensamento unas que estruturam o pensamento neoliberal.

Nesses contextos sociais de enfrentamento ao hegemônico, desvinculados da indústria cultural de massas – que ainda “teimam” em seguir controlando os fluxos de produção e de difusão das informações - são concebidas a partir do reconhecimento e estímulo às diversidades culturais, aproveitando o potencial criador intrínseco a esses movimentos, potencializados pelos modos contemporâneos de produzir e difundir informações e conteúdos.

Grande parte dos representantes desses modelos hegemônicos, em processo de superação, insiste na tentativa de transformá-las ou adequá-las aos modelos considerados “estética e comercialmente corretos”, valendo-se das forças e fluxos de comunicação ainda hegemônicos para desenvolver barreiras jurídicas e técnicas que criem dificuldades à difusão dos modelos colaborativos e descentralizados de produção.

Entendemos que no atual estágio de desenvolvimento técnico, as tentativas de controle técnico e regulação jurídica dos mecanismos que delineiam o arcabouço onde as TIC são produzidas, apropriadas e disseminadas, devem ser refletidos a partir de seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Estes foram centrais à nossa análise, pois são determinantes para a formação dos atuais oligopólios nos quais estão estruturados os sistemas globais de telecomunicação que, de forma contraditória, denominamos de apropriações contra-hegemônicas e contraculturas, a partir e contido pelo hegemônico, agem como sementes, germes, potencializadoras das novas ordens, uma vez que em muitos casos estes movimentos aproveitam-se dos contextos hegemônicos enquanto infraestrutura para disseminar suas ideias e práticas políticas.

Nesse sentido, são fundamentais dois vieses: o técnico, em que prevalecem as decisões impostas ao Estado pelo capital global, amparado no modelo de produção científica; e o normativo vigente, em que governos nacionais exercem papéis subalternos, sobretudo em países não detentores de patentes e saberes técnicos, necessários à apropriação das tecnologias de informação e comunicação digital, numa perspectiva de protagonismo tecnológico e social.

No viés social e político, o intenso processo de privatização do setor de telecomunicações, ocorrido no Brasil na década de 90, transferiu para o capital internacional o controle operacional e a capacidade de planejar a expansão e avanço tecnológico do setor, trazendo implicações sociais e econômicas inegáveis, pois tornou o acesso às tecnologias digitais diferenciado e privilegiado aos extratos sociais abastados. Nesses novos cenários, a submissão estatal aos interesses privados externos tornou-se regra no planejamento das políticas públicas para o setor.

Tais processos conferem às atuais empresas globais de informação – nanotecnologia e microeletrônica – papéis centrais enquanto formuladoras, desenvolvedoras e operadoras das técnicas e sistemas que estruturam as telecomunicações e a produção de ciência em contextos nacionais e globais, mesmo que para isso o custo social seja incalculável. Para mensurarmos seus custos sociais e financeiros, devemos considerar desde o desmonte dos parques tecnológicos nacionais nessa área, ocorridos durante o processo de privatização, conforme aponta Biondi (2001), até a neutralização da capacidade de reação proativa da sociedade e instituições brasileiras. Esse sentimento coletivo de avanço tecnológico no setor de comunicações foi disseminado a partir de intensas campanhas midiáticas destinadas a deturpar os fatos e encobrir verdades.

Essas campanhas utilizavam discursos e argumentos sustentados na modernização tecnológica, transformando cidadãos em meros consumidores passivos, maravilhados com as benesses das tecnologias de informação e comunicação digital que se avizinhava. Entretanto, esqueceram-se de refletir sobre os efeitos que o controle dessas novas técnicas por conglomerados privados globais provocariam. Novamente, a mão benevolente do Estado subserviente e atento aos interesses

capitalistas seria determinante para a construção e manutenção dos monopólios “necessários” ao nosso tempo.

Nos cenários internacionais, os interesses convergentes e divergentes entre Estados nacionais hegemônicos e as corporações privadas transnacionais articulam-se globalmente para fazer valer o atual *modus operandi* das comunicações locais e globais. Os condutores e formuladores dos cenários geopolíticos contemporâneos atuam tanto em contextos globais quanto locais, articulando estratégias destinadas a fazer os discursos tecnológicos sustentáveis e contribuindo para fazer parecer que os pressupostos neoliberais sejam unos e insuperáveis.

Uma de suas linhas de ação busca assegurar que os sistemas técnicos e jurídicos na área de comunicação estejam a serviço dos países centrais, reservando às nações não detentoras de patentes na área das tecnologias de informação e comunicação o papel de meras difusoras e reproduzoras locais das formas de pensamento. Isso, de certa forma, assegura a seus sistemas ideológicos, e/ou produtos e serviços, acesso irrestrito aos *spectrums* globais suportados pela nanotecnologia eletrônica e pelas redes globalizadas, garantido assim a manutenção das ideologias e filosofias da técnica enquanto sustentáculo natural dos monopólios de informação e, conseqüentemente, do capital.

Assim, empresas globais, sediadas e dirigidas a partir dos Estados produtores das técnicas digitais, agem localmente para fazer vigorar modos e costumes exógenos, fazendo crer que estes são sinônimos de desenvolvimento, avanço tecnológico de melhoria na qualidade de vida dos neocolonizados midiáticos, agora armados com mouses e controles remotos, crentes de sua autonomia e protagonismo comunicacional, entretanto, sem capacidade de reflexão crítica sobre os aspectos sociais, econômicos e geopolíticos que se imbricam de forma complexa a essas temáticas.

No Brasil, onde os contrastes sociais intensificam o tragicismo desses embates, devido ao aspecto hercúleo das ações necessárias à sua reversão, eles devem ser travados em cenários de desigualdades sociais, econômicas e educacionais intensas. Aqui, apesar da diversidade e da riqueza cultural, prevalecem os

interesses das empresas que, de forma quase imperceptível, valem-se da burocracia para apropriar-se do poder estatal interferindo ou neutralizando a possibilidade de existência de marcos jurídicos.

Ao mesmo tempo em que ocorre essa negligência do Estado em relação aos seus papéis econômicos, sociais, negando os princípios basilares da *res* (coisa) pública, segundo a tradição romana de democracia ou da *Pólis* grega, se desejarmos ir às origens do “governo do povo”, intensificam-se os *lobbies* e as defesas de interesses privados, sob a égide do mercado onipresente, o que é apontado por filósofos da ciência política na modernidade, como Hannah Arendt (1973), como declínio da esfera pública.

Sob essa condição de crise dos fundamentos que embasam nossos sistemas políticos, os Estados contemporâneos não conseguem se legitimar a partir de modelos organizacionais em que a maioria, através de seus representantes eleitos, em tese, deveria governar para o “bem-estar de todos”, pois, os problemas residem na concepção do atual modelo de Estado, em que mesmo consideradas as contribuições da revolução francesa, com o Estado-nação burguês e das revoluções técnicas dos últimos séculos, com raríssimas exceções, não conseguem governar para o bem comum, princípio originário dos sistemas democráticos, apontado por Aristóteles (2001, p. 89) em seu tratado político como fundamental para a *res* pública *recomendando aos legisladores não perderem de vista dois pontos: o povo e o território, inclusas as regiões vizinhas, com a seguinte ressalva: cidades/regiões não devem se isolar.*

As reflexões aristotélicas sobre as relações entre Estados, se aplicadas à política e às formas de organização contemporânea – em que as TIC exercem tanto um papel integrador quanto de desterritorialização - ajudam na compreensão de cenários em que elas parecem contribuir para o isolamento ao invés da integração entre os povos. Essas formas de apropriação, que paradoxalmente estimulam o isolamento, recusam o potencial das TIC para expansão do conceito de democracia, contribuindo para seu fortalecimento e criando mecanismos capazes de contrapor-se aos interesses de mercado.

Em vez de fazer valer princípios republicanos legítimos, como contemplar as diversidades, o que vemos são propostas homogeneizadoras. Apesar de algumas ações estatais, como os PDC, apontarem para a incorporação e fortalecimento das diversidades, na maioria das ações, o que se multiplicam são projetos que estimulam formas de apropriações hegemônicas das TIC, subordinando-as aos mercados. As potencialidades e possibilidades para ações que estimulem maior reflexão sobre seu papel nas sociedades contemporâneas são anuladas ou pouco estimuladas, conferindo a essas iniciativas um caráter paliativo se desejarmos um real enfrentamento dos problemas centrais dessas problemáticas.

Experiências que possibilitam novas formas organizacionais, fomentando as diversidades culturais e formas inovadoras que favoreçam novos modelos para a relação entre Estado e sociedade, estão estruturadas a partir de premissas e apropriações menos homogeneizadas desses recursos. Inviabiliza-se, assim, que as sociedades contemporâneas possam repensar o Estado e suas instituições sob novas bases, em que as possibilidades de apropriações mais reflexivas e críticas das TIC, em cenários onde as possibilidades técnicas que estas encerram, contribuam de forma mais efetiva para os propósitos de uma espécie de refundamento da ideia de Estado democrático.

3.2. Mudanças recentes no sistema de telecomunicações no Brasil

A Infraestrutura brasileira na área de telecomunicações teve seus contornos iniciais delineados na década de cinquenta, em pleno processo de importação e desenvolvimento da indústria local, notadamente nas áreas de siderurgia de base e automobilística. Prosseguiu nas décadas seguintes, a partir de intervenções dos governos militares, que perceberam o caráter estratégico do setor para o desenvolvimento e a segurança nacional. Nos anos seguintes, a infraestrutura construída durante o regime militar, incluindo laboratórios e pesquisas de base, desenvolvidas em centros estatais e universidades, proporcionaram avanços consideráveis em algumas áreas, como no caso da fibra óptica, tecnologia fundamental para as redes digitais de comunicação.

Todo esforço e acúmulo começaram a se perder durante a abertura política quando governos de orientação populista e neoliberal alinharam e subordinaram os projetos

nesse setor ao pensamento econômico hegemônico, orientador e articulador dos interesses do sistema-mundo a partir da década de 1990, tendo como ponto central de sua doutrina o desmanche dos laboratórios de pesquisa e a venda do setor ao capital internacional, apoiado, como destacado anteriormente, por discursos modernizantes e de mudança do papel do Estado.

Durante o regime militar, as intervenções nesse campo ocorriam a partir de concepções estatizantes, centralizadas, o que resultou numa concepção de desenvolvimento das ações na área de telecomunicações completamente desconectada das realidades e interesses da sociedade. Entendemos que uma das consequências dessa postura centralizadora, que em alguns momentos subordinava-se aos interesses externos, como a Lei de reserva de mercado na área de informática, era um dos entraves que contribuíram para a entrada tardia do Brasil na nova configuração que então se iniciava na área das tecnologias digitais e comunicação.

A concentração de investimentos em infraestrutura em determinadas regiões do país, contribuiu para que as redes físicas de telecomunicações e telefonia, resultantes desses investimentos avançassem apenas em áreas urbanas ou em regiões economicamente desenvolvidas; contudo, não se pode deixar de reconhecer o caráter nacional do sistema, projetado para atender a todos os estados da federação. Embora caro e elitista, o sistema de telefonia discada, por exemplo, fazia-se presente em quase todos os municípios brasileiros.

Mesmo as ações estratégicas – como o incentivo ao surgimento de uma indústria eletroeletrônica de base, ou a tentativa de proteger o mercado brasileiro de informática pela Lei de reserva de mercado, sustentada por um discurso nacionalista e pela edição de leis sem a necessária contrapartida científica e o debate e envolvimento da sociedade –, embora houvesse tentativas de estabelecimento de uma indústria de base local nesse segmento, não foram capazes de consolidá-las e os polos de pesquisa e produção na área de eletroeletrônica sucumbiram ao avanço e surgimento em escala global de tecnologias inovadoras. Tudo isso contribuiu para tornar essas iniciativas obsoletas face à hegemonia dos grandes conglomerados transnacionais, sobretudo asiáticos e estadunidenses, que surgiam e, nas décadas de 1980 e 1990, se consolidariam e controlariam o setor.

Durante esse período, as ações governamentais eram capitaneadas por órgãos vinculados à administração direta, especialmente a SEI, talvez o principal órgão de fomento ao desenvolvimento de tecnologias de telecomunicações e eletrônica durante as décadas de 70 e 80 no Brasil. Suas ações não foram suficientes para orquestrar um modelo de desenvolvimento de longo prazo, capaz de inserir o país em um contexto de maior autonomia, transformando-o em grande desenvolvedor e exportador de tecnologias eletrônicas. Ao invés disso, o que se verificou foi a transformação do Brasil em grande consumidor de tecnologias externas ou, quando muito, produtor de conteúdos televisivos para os mercados audiovisuais de massa dos países em desenvolvimento.

Outro marco importante na estratégia dos governos militares para o desenvolvimento do setor das telecomunicações foi a estruturação de um sistema estatal de telecomunicações. A criação de empresas como a TELEBRAS – estatal que controlava uma rede de operadoras estaduais de serviços de telefonia fixa – e da Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações –, responsável pela integração do sistema e pelos serviços de telefonia e transmissão de dados de longa distância, foram os marcos principais desse período. O sistema possuía laboratórios de pesquisa nas áreas de telefonia, eletrônica e computação, todos desmantelados e/ou desestruturados durante o processo de privatização do sistema de telecomunicações brasileiro, ocorrido a partir de meados da década de 90.

Um sinal claro das opções estratégicas do governo brasileiro nesse setor foi a forma escolhida para iniciar as operações com satélites de comunicação e a formação do SBTS – Sistema Brasileiro de Telecomunicação por Satélite. Até meados da década de 80, a Embratel, responsável pela operação dos primeiros sistemas de comunicação por satélite no Brasil, operava alugando transmissores e canais em satélites de terceiros. Os satélites Brasilsat A1 e A2, fabricados pela empresa canadense *Star Aerospace*, sob licença da americana *Hughes Space*, foram lançados, respectivamente, em fevereiro de 1985 e março de 1986. Isso expõe as raízes das influências exógenas no sistema de telecomunicações brasileiro, que contribuíram para consolidar uma dependência do sistema brasileiro de comunicação via satélites geoestacionários, comprometendo o desenvolvimento de tecnologias de ponta em setores como a eletrônica e as telecomunicações.

Durante esse período, que correspondia ao desenvolvimento, nos EUA e na Europa, das tecnologias que viriam suportar o desenvolvimento da internet, o início das operações com satélites representava avanços apenas para as transmissões de rádio, TV e telefonia de longa distância, influenciando pouco a instauração de redes de dados e da internet no território brasileiro. Também passou ao largo um debate mais amplo sobre a democratização e a ampliação do acesso a essas tecnologias, em sua maioria, tidas como estratégicas, o que justificava o monopólio do Estado.

Dessa forma, tornava-se fácil para os governos militares justificar a inexistência de debates em torno da necessidade de apropriações sociais dessas técnicas. As únicas exceções aos serviços de telecomunicações operados pelo Estado eram os sistemas nacionais e regionais de produção e retransmissão de rádio e TV operados, em sua maioria, sob concessões pela iniciativa privada, com forte concentração da produção de conteúdos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

3.3. Aspectos da privatização do sistema de telecomunicações brasileiro

Nas últimas décadas, a reestruturação do capitalismo buscou tornar o Estado mero coadjuvante dos processos de produção, transmissão e controle da informação. Para tal, tornou-se fundamental o controle das infraestruturas de comunicação. Nesse sentido, iniciativas que visassem desregular legislações nacionais e controlar através de privatizações as empresas do setor assumiram contornos dignos de uma nova cruzada. Conglomerados empresariais transnacionais e nações detentoras de técnicas recém-desenvolvidas no campo das tecnologias digitais planejaram intensos processos de privatização e de desregulamentação dos serviços de telecomunicações em países sob sua esfera de influência política e econômica, inclusive o Brasil.

Empresas e centros de pesquisas, antes mantidos por Estados nacionais, são incorporados pelos conglomerados globais de comunicação, controlados a partir de matrizes geopoliticamente alinhadas, atuando majoritariamente a partir dos EUA, regiões da Ásia e Europa. O cenário descrito acima pode ser observado no atual

modelo regulatório do sistema de telecomunicações, conforme aponta Jambeiro (2004):

A base ideológica dessas tendências está em que a informação, as comunicações, os mídia, a informática, a indústria eletroeletrônica passaram a ocupar um lugar central no processo de acumulação de capital. O efeito imediato dessa evolução foi a revisão das leis, decretos e regulamentos que normatizavam o setor. A isto se deu o nome de desregulamentação ou regulamentação. Sob a influência desta – e da privatização, que lhe dá consequência – com considerável assistência dos Estados nacionais, a tecnologia aprofundou e estendeu a habilidade das empresas para transformar em mercadorias os produtos da telemática – que são, em essência, informação sob variadas formas (p. 75)

Jambeiro (2004) também considera como a ação pública no setor é um postulado inevitável, devido à necessidade de regulação da gestão e da produção de conteúdos como forma de garantir liberdades civis que objetivem atender ao interesse público. Embora a atuação reguladora do Estado seja de caráter fundamental, é preciso ponderar que em meio a esses contextos, a submissão de governos nacionais aos interesses externos é uma constante.

Para tanto, impuseram e se aproveitaram de mudanças políticas, econômicas e jurídicas que permitiram a intensificação dos processos de privatização dos sistemas empresariais que controlavam as TIC em muitos países. Destacamos que, simultaneamente a essas mudanças, ocorreram intensas inovações tecnológicas no setor, acelerando e revolucionando o contexto das comunicações globais. Essas inovações provocaram inúmeras mudanças no campo das comunicações pessoais e nas organizações, interferindo de forma clara nas ciências, nas artes e nas atividades laborais, individuais e coletivas.

Os avanços técnicos foram fundamentais para a intensificação do papel estratégico das TIC nas relações sociais e para incrementar processos produtivos, que, a partir desses acontecimentos, passam a ser estruturados em contextos de produção e consumo descentralizados e globalizados, nos quais a concentração globalizada não se aplica ao controle dos fluxos de capitais e aos processos de inovação técnica. Estes continuam centralizados e subordinados aos interesses de nações hegemônicas sob o ponto de vista militar e/ou econômico, prevalecendo-se destas

realidades para iniciarem processos hegemônicos vinculados ao controle estratégico de algumas áreas do conhecimento.

Santos (1998) analisa essa disseminação de técnicas e as modificações que provocam no espaço geográfico a partir de três características presentes em sua constituição:

Podem-se examinar as transformações atuais do espaço geográfico – como o fenômeno de globalização que lhe constitui a causa – a partir de três dados constitutivos da época: a unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor. Esses três dados, a um tempo, causas e efeitos uns dos outros, são solidários em escala mundial (SANTOS, 1998, p. 49)

No vácuo desses processos, movimentos culturais e sociais buscam formas de apropriação social e técnica das TIC diversos daqueles preconizados pelos promotores hegemônicos das grandes transformações espaço-temporais, apropriando-se desses elementos constitutivos como táticas de resistência sociais e culturais, engendradas para fazer face à aridez e à omissão que, em muitos casos, são a tônica dos processos de transformação espacial e social motivado por essas novas técnicas de comunicação.

Estas formas de apropriação são desencadeadas a partir de propostas que entendem o seu potencial para além da sociedade, do controle e da unicidade. Pretendem explorar a sua diversidade através de formas de apropriações potencialmente contra-hegemônicas, mesmo quando atuam contidas pelo hegemônico. A característica contra-hegemônica não se vincula à técnica pura e simplesmente, nasce de manifestações espontâneas do potencial criativo das TIC que, ao serem percebidas e apropriadas pelos indivíduos e coletivos sociais, passam a interagir de forma dinâmica, utilizando os seus recursos para potencializar suas características insurretas.

Para Santos (1998), as forças hegemônicas e contra-hegemônicas são exercidas tendo como ponto de partida temporalidades diferenciadas. As primeiras atuam a partir de vetores econômicos, políticos e culturais e os agentes sociais devem se contentar em serem homogeneizados com uma lógica temporal, artificialmente alterada.

O que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não-hegemônicas, ou hegemônicas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política, da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais hegemônicos pelos primeiros devem contentar-se de tempos mais lentos (SANTOS, 1998, p. 31 – 32)

O que Santos (1998) denomina de meio técnico-científico-informacional está no centro desse novo tempo e constitui-se na sua esfinge. São nesses contextos que se instalam as atividades hegemônicas, alterando segundo suas lógicas e finalidades as características do espaço-tempo, fazendo surgir, por exemplo, lugares considerados mundiais.

Por ocorrer em contextos locais ou para além das fronteiras dos Estados-nação, envolvendo ou não um processo de reestruturação, essas mudanças, quase sempre vinculadas e sustentadas por formas de apropriação hegemônica das TIC, são apontadas por Oliveira (1998) como responsáveis pelo agravamento das questões jurídicas e geopolíticas que contribuem para a crescente debilidade dos Estados nacionais, derivando daí as mudanças impostas ao conceito de soberania para as nações não-hegemônicas. Para o sociólogo, essa nova realidade pode ser apontada, por exemplo, como causa do aumento dos conflitos patrocinados por nações hegemônicas e como indícios da subordinação dos Estados aos interesses globais do capital.

Em meio a esse arcabouço de acontecimentos que determinaram a evolução técnica no setor, envolvendo diferentes aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, o Brasil insere-se no paradigma das comunicações globais; reflexões baseadas em escritos dos autores acima citados nos ajudam a compreender as opções estratégicas do Brasil nesse setor. É no auge desses processos que ocorre a privatização da TELEBRAS em meados da década de 90. Nesse período, os sistemas jurídicos foram “adequados” ao novo cenário de desenvolvimento tecnológico sob o discurso de viabilização da segurança necessária à atração de investidores externos, importantes às economias “em processo de desenvolvimento”.

Os marcos regulatórios foram modificados, flexibilizados ou ignorados de modo a comportarem um sistema de fiscalização a ser exercido por agências reguladoras, que controlam espectros e homologam dispositivos técnicos a partir de lógicas puramente mercadológicas, testando equipamentos e leiloando frequências de transmissão, como meros serviços móveis de telefonia celular, internet, rádio e teledifusão digitais, e ignorando seu caráter estratégico.

Biondi (2001) mostra que o processo de privatização das telecomunicações no Brasil ocorreu num cenário onde o capital internacional foi beneficiado pela retomada dos investimentos nas estatais do setor, justamente durante os dois anos precedentes ao início do processo. Isto é, a estratégia dos gestores públicos de transferência indireta de recursos e patrimônio públicos para a iniciativa privada corroboram com a nossa tese de que esses movimentos foram orquestrados como parte do plano de sustentação para os fluxos de capitais em tempos de comunicação digital mundializada.

Os investimentos estatais ocorreram às vésperas de um intenso processo de privatização, que resultou no controle do setor e das pesquisas em tecnologias de ponta, então existentes no país. Ocorreu um repasse ao controle privado internacional e incorporado pelas multinacionais que adquiriram o sistema de telefonia. A isso, Biondi (2001) acrescenta:

Antes mesmo das privatizações, o governo elevou os investimentos na área de telecomunicações, de 3,5 bilhões para 7 bilhões de reais por ano, como já visto. Apesar dessas cifras, o faturamento dos fabricantes brasileiros recuou, empresas foram fechadas e o desemprego avançou... Razão da contradição? As grandes multinacionais, já existentes ou atraídas para o setor – e beneficiadas, mais uma vez por financiamentos do BNDES -, passaram a importar maciçamente. Alguns equipamentos de telefonia chegaram a utilizar 97% de peças e componentes importados – e aparelhos celulares de algumas marcas chegaram a utilizar de 85% a 100% de peças vindas do exterior; isto é, são apenas montados no país. (BIONDI, 2001 p. 26 – 40)

O estudo de Biondi (2001) mostra que, após um período de estagnação induzida e uma onda de investimentos relâmpagos no setor, opera-se um verdadeiro desmanche da presença estatal nas telecomunicações brasileiras. Conglomerados financeiros obtiveram empresas por preços extremamente desvalorizados e fora da realidade econômica global daquele momento. Todo o sistema brasileiro de telefonia, internet e parte dos espectros para rádio e teledifusão foram assumidos por grupos financeiros internacionais que utilizaram, em larga escala, papéis e títulos da dívida pública adquiridos com grande deságio.

Em seguida, observa-se uma retomada das ações de ampliação da infraestrutura e de regulação no setor, fato que ocorre sob o pretexto de reestruturar e modernizar o sistema colocando-o em condições de igualdade com as economias desenvolvidas que, se analisado isoladamente, poderá até ser considerado como uma modernização do setor; mas, se tomado o conjunto dos acontecimentos, as conclusões poderão ser outras. Sob esse discurso, a sociedade acompanha o processo com certa apatia, exceto pelo bravo enfrentamento de alguns partidos e sindicatos que reagiram ao desmonte do Estado levado a cabo pelo intenso processo de privatizações operado pelo governo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990.

Esse modelo mostrou-se incapaz de fazer face às demandas sociais nesses setores. Mesmo os sistemas de telefonia celular e as linhas digitais para transmissão de dados em regiões metropolitanas estão sobrecarregadas. A concentração da infraestrutura em regiões urbanas em detrimento às áreas rurais é claro e notório, pois as ações dos controladores privados do setor são direcionadas às regiões de maior densidade demográfica e poder aquisitivo. Além disso, o modelo atual no setor de telefonia fixa e sem fio favorece a formação de cartéis e oligopólios, o que na prática resulta em serviços de pouca qualidade a preços abusivos, conforme atestam diversos estudos e o alto índice de reclamações pela população junto aos serviços de defesa do consumidor e à ANATEL.

A baixa capacidade operacional direta e a pouca eficiência estatal na regulação e fiscalização dos serviços, somada à ausência de infraestrutura de telecomunicações em regiões remotas e de baixo poder aquisitivo, transformou-se no principal gargalo

e entrave no setor de telecomunicações, impedindo ações em diversos segmentos que dele necessitam, como telemedicina, ensino à distância e acesso rápido à informação em tempos de convergências midiáticas e WEB 2.0. Tudo isso corroborou para que, em meados de 2010, o governo brasileiro anunciasse a retomada dos investimentos na TELEBRAS S/A, após uma longa contenda jurídica que garantiu ao Estado brasileiro o controle operacional de uma empresa cujas ações e capacidade institucional e técnica poderá impulsionar a modernização do setor nos próximos anos.

O principal desafio técnico e operacional da empresa será a recuperação de uma malha de fibras ópticas de aproximadamente 19.000 km de extensão, com o objetivo de integrá-la às redes de fibras ópticas de outras empresas estatais, o que possibilitaria a criação de uma infraestrutura para a transmissão de dados em alta velocidade nos países. Os detalhamentos e projetos que marcam essa retomada dos investimentos estatais no setor estão definidos no PNBL.

O plano de ações da TELEBRAS também prevê a execução de outras importantes funções, que atualmente encontram-se fora do escopo normativo e regulatório da ANATEL, devido ao caráter operacional envolvendo atividades como: oferta de serviços de transmissão de dados em larga escala, e viabilização de serviços e arranjos produtivos envolvendo empresas que desejam atuar ofertando SCM – Serviços de Comunicação Multimídia -, conforme estabelece a resolução 272 da ANATEL, de 09 de agosto de 2001; cogestão e operacionalização do plano de integração da rede de *backbones* brasileira, envolvendo redes operadas por diferentes empresas estatais etc.

As perspectivas para esse cenário de retomada de investimentos estatais sugerem novos marcos regulatórios destinados a flexibilizar estes investimentos no setor de telecomunicações e em outros setores, onde há demanda por infraestrutura. Algumas correntes políticas defendem que o Estado, por meio da administração direta, seja desobrigado de atuar como operador ou gestor de serviços em setores como transportes e telecomunicações. Argumentam que as demandas financeiras nessa área são vultosas e cabe à iniciativa privada explorá-las. Entretanto esta só os considera potencialmente lucrativos sob determinadas condições, possíveis

apenas em regiões de grande concentração urbana ou economicamente bem estruturadas.

No setor de telecomunicações, o discurso neoliberal, ainda reinante, credita à privatização do sistema a superação da obsolescência do setor. Considera que os investimentos realizados pelos novos donos do sistema foram os fatores responsáveis pela sua modernização. Entretanto, não fazem alusão às transferências de recursos públicos de forma direta e indireta, ou aos contextos do capitalismo internacional em meio aos quais ocorreram. Segundo essa lógica, os recursos oriundos da venda das empresas de telecomunicações seriam utilizados pelo Estado para investimentos nos setores sociais e para criar a infraestrutura institucional reguladora e normatizadora dos serviços do setor.

Na prática, nem mesmo os recursos do FUST foram descontingenciados, servem para fazer lastro para que o tesouro brasileiro honre pagamentos de dividendos e juros aos seus credores internos e externos. O entendimento governamental dominante durante o processo de privatizações era que as ações do Estado deveriam ser dirigidas do nível operacional para o não-operacional, em que seus agentes passariam de operadores a reguladores e fiscalizadores do sistema. Do ponto de vista estratégico, não interessava ao Estado brasileiro desenvolver ou operar qualquer tipo de infraestrutura e/ou tecnologias no campo das telecomunicações. Sob esse ideário, lançaram-se as bases administrativas e legais sob as quais se operaram mudanças profundas no sistema de telecomunicações brasileiro.

Esses fatos mostram que a decisão de privatizar o sistema de telecomunicações, naquele momento, não se devia ao sucateamento ou a dificuldades financeiras vividas por empresas do setor. Tal decisão vinculava-se ao ideário político e econômico dominante, tanto local quanto globalmente, que considerava importante diminuir o tamanho do Estado e a sua presença estratégica nesse setor, mesmo que para isso fosse necessário abrir mão de setores fundamentais ao desenvolvimento e à segurança nacional.

Tais fatos, somados ao intenso processo de desenvolvimento tecnológico na área de eletrônica básica e de comunicação móvel, capitaneados, na maioria dos casos, por

investimentos e desenvolvimento de tecnologias e serviços de empresas transnacionais e centros de pesquisa situados nos Estados hegemônicos, passam a nortear os processos de investimento e o controle do setor por meio de uma lógica exógena, em que o controle das principais tecnologias, e, dos conglomerados nacionais que as operam passa a ocorrer a partir de suas matrizes externas, em um quadro de marcos jurídicos nacionais fracos, em muitos casos, criados para favorecer esses conglomerados.

Nesse período, a regulação jurídica dos serviços de telecomunicações pelo Estado brasileiro vale-se de marcos legais promulgados antigos e descontextualizados, dentre os quais destacamos a Lei de radiodifusão, que remonta à década de cinquenta, e não acompanhou o avanço dos conceitos e as inovações tecnológicas verificadas no setor das TIC. A sua sucessora, a LGT, estabeleceu marcos regulatórios importantes como a garantia de direitos dos cidadãos, a abertura do setor de telefonia, a busca pela redução de desigualdades regionais no setor, organizando e estruturando o sistema de regulação e fiscalização por meio de uma agência governamental. São aspectos que contribuíram para avanços em algumas questões; entretanto, boa parte do seu texto ainda precisa ser implementado ou regulamentado, inclusive com alguns artigos já transformados em letra morta pela ausência de fiscalização ou regulação do Estado.

Além disso, a lei não avançou no sentido de acabar com os monopólios do setor, especialmente de transmissão de rádio e TV. Ao contrário, contribuiu para o seu fortalecimento, por exemplo, ao não criar condições mais acessíveis aos setores sociais organizados para acesso e concessão dos espectros de frequências de transmissão e ao não cuidar da regulamentação dos serviços de televisão a cabo e das rádios e televisões comunitárias.

Desse modo, as empresas operadoras desses serviços valem-se do vazio jurídico no setor, e da inoperância e lentidão do Estado, para influir no estabelecimento dos novos marcos regulatórios e modelos de concessão de serviços prestados. Nesse sentido, a disputa pelo controle dessas concessões e mercados em amplos espaços geográficos é tão fundamental quanto o desenvolvimento de novos padrões tecnológicos. Consolidam-se verdadeiros feudos comunicacionais em diferentes regiões do país, através de uma verdadeira cartelização dos espectros de

comunicação, onde a concorrência só ocorre em regiões de maior densidade populacional, mesmo assim, com pouca intensidade.

Diversas propostas de mudanças na regulamentação jurídica do setor de telecomunicações tramitam no legislativo brasileiro, dentre as quais podemos citar o Projeto de Lei 29/200, ao qual foram apensados os Projetos de Lei 70 e 332/2007, cujos teores propõem mudanças nas regras de produção, transmissão, empacotamento e financiamento dos diversos serviços de telecomunicação existentes no país. Nos bastidores da tramitação desses projetos são travadas intensas disputas políticas e econômicas destinadas a definir o arcabouço jurídico que determinará o controle de mercados a partir dos novos contextos de convergência digital e evolução tecnológica do setor telecomunicativo.

A pressão por mudanças conservadoras na legislação que constitui o marco regulatório do setor e a outorga de licenças para operação dos serviços de telecomunicação são objetos de intensas articulações políticas, operadas por grupos financeiros e políticos interessados no monopólio do setor. Essas investidas fazem parte das estratégias do capital internacional e dos grupos empresariais que controlam a operação desses serviços no Brasil.

Vale ressaltar que diversos movimentos sociais, organizados nacional ou regionalmente, ligados a diversos setores da sociedade começam a se mobilizar e a reivindicar melhorias na infraestrutura e nos marcos regulatórios para as telecomunicações. Atribuímos a esses movimentos reivindicatórios alguns méritos nos avanços ocorridos no setor nas últimas décadas, conforme pode ser constatado na tabela 03, que mostraremos a seguir.

Muitas dessas melhorias tiveram como marco divisório a privatização do sistema de telefonia, o que não diminui a importância da pressão exercida pela sociedade civil, sem a qual os principais serviços ofertados pela indústria de telecomunicações brasileira não teriam se expandido; embora, em muitos casos, os avanços ainda sejam insuficientes. A nossa principal referência para as análises foi a forma como os serviços eram prestados antes e depois do processo de privatização e o avanço no percentual dos lares que deles dispõem atualmente.

TABELA 03
COMPARATIVO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL A
PARTIR DA PRIVATIZAÇÃO DO SETOR

Serviço	Situação até o início da década de 90	Inovações tecnológicas e mudanças a partir da década de 90	Percentual de residências que dispõe do serviço em 2010
Rádio	A maioria das emissoras de rádio localiza-se em capitais ou cidades com população acima de 100.000 habitantes	Com a transmissão via satélite e com o aumento do número de concessões públicas, aumenta o número de emissoras em AM e FM localizadas em municípios pequenos, operando em rede ou de forma independente.	88,90%
TV Aberta	Produção de conteúdos concentrados no eixo Rio-São Paulo, poucas opções na programação local e nacional, o que torna a audiência objeto de disputa das poucas redes existentes.	Produção de conteúdos ainda muito centrada nas cabeças de rede localizadas no eixo Rio-São Paulo, pouca produção local, com relativo aumento das retransmissoras locais, atuando, sobretudo para produzir conteúdos jornalísticos e aumentar a cobertura nacional das redes.	95,1%
TV por assinatura	Disponível apenas a pequenas parcelas da população através de cabos ou via satélite.	Aumento da cobertura via cabos apenas nas áreas nobres dos centros urbanos maiores e surgimento de outras operadoras do serviço via satélite.	Presente aproximadamente em 5.200.000 residências com forte tendência de crescimento nas classes C e D.
TV digital	Inexistente	Formação do consórcio entre Brasil, China e Argentina para desenvolvimento de um padrão de transmissão brasileiro, cujo grupo de estudo foi desativado em 2006, devido à opção do governo pela adoção do padrão japonês.	TVs abertas transmitem o sinal em formato digital para 425 cidades atingindo 89,5 milhões de pessoas.
Micro-computador	Tecnologia inacessível para a maioria dos estratos sociais e nenhuma política de isenção fiscal destinada a facilitar e incentivar a aquisição por cidadão de menor renda.	Diminuição gradativa no preço dos equipamentos com configuração básica e criação de incentivos fiscais possibilitando sua aquisição por setores populares.	35,0%
Acesso à internet	Apenas disponível para os cidadãos residentes em capitais ou grandes cidades por meio de provedores pagos ou linha discada. Inexistência de linhas digitais e acesso em baixa velocidade disponíveis apenas para pequenas parcelas da população e em centros de ensino atendidos por pontos da RNP – Rede Nacional de Pesquisa.	Aumento do número de usuários, entretanto ainda concentrado nas camadas e em regiões de maior poder aquisitivo e nos grandes centros urbanos. Pouca oferta de serviços digitais e banda larga em cidades com população inferior a 50.000 habitantes.	27,0%

Telefone fixo ou celular	Monopólio das operadoras estaduais e alto preço para aquisição de linhas fixas devido a pouca oferta. Início da instalação das primeiras estações de transmissão de telefonia celular no início da década de 90.	A partir da privatização do sistema, a oferta de linhas aumenta, acabando com o custo de aquisição da linha, aparentemente diluído no preço pago pelo acesso aos serviços. Concorrência nas regiões de maior densidade populacional com a instalação das empresas-espelho. Em relação à telefonia celular, a cobertura expande-se pelo país e surgem novas tecnologias de transmissão com possibilidade de convergência de mídias. Entretanto, a concorrência e o acesso aos serviços mais modernos continuam restritos aos maiores centros urbanos.	Densidade de 113,08% (mais de um celular por pessoa).
Acesso à infraestrutura para transmissão de dados em alta velocidade (banda larga)	Praticamente inexistente. Planejamento das redes metropolitanas de alta velocidade REMAVs e ampliação da RNP interligando as universidades	Cresce a oferta de serviços, sobretudo pela iniciativa privada, o que faz com que a oferta desses serviços concentre-se nas regiões de maior densidade demográfica, especialmente onde residem os cidadãos de maior poder aquisitivo. Surgem novas tecnologias de transmissão em alta velocidade como protocolos de comunicação 3G, <i>Wimax</i> e <i>Voip</i> .	Aproximadamente 2/3 das residências com internet em áreas urbanas. Entretanto é notório e motivo de intensos debates a baixa qualidade e o custo de acesso à "internet banda larga" no Brasil.

FONTES: PNAD/IBGE 2008-2009 e Indicadores da Internet no Brasil CGI-BR – TIC domicílios e empresas 2010

Os dados acima mostram que, apesar da evolução tecnológica e da pretensa melhoria da qualidade dos serviços alardeada pelos discursos pró-privatização, a diminuição dos preços e o aumento da oferta não foram suficientes para democratizar e ampliar o acesso às TIC. A isso se deve, entre outros aspectos, a vinculação desses fatores ao poder aquisitivo do usuário e aos interesses de mercado das operadoras privadas, sobretudo, nos casos de serviços pagos, o que não inclui as emissoras de rádio e TV aberta.

A opção dos governos pela não-utilização dos recursos do FUST foi determinante para a configuração do quadro atual, dificultando e encarecendo o acesso a esses serviços, penalizando justamente os setores sociais de menor poder aquisitivo. Esses fatos somados a um conjunto de fatores que combinam o controle dos mercados pela iniciativa privada à incapacidade de ação estatal na operação e ampliação da oferta desses serviços, ainda são questões em aberto a serem solucionadas.

Embora sejam constatados avanços, a partir da análise do quadro acima, os serviços baseados em modelos e padrões tecnológicos mais significativos concentram-se nas parcelas do território onde as operadoras dos serviços de telecomunicações detectam mercados sólidos, capazes de permitir ganhos de escalas para os seus produtos e serviços. No entanto, as agências reguladoras e o controle social dos mecanismos de controle ainda são insuficientes, pois fazem parte de um cenário onde os marcos jurídicos são criados para favorecer os monopólios e não para permitir avanços na democratização e regulação dos serviços pelo Estado.

CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA DEMOCRATIZAR E AMPLIAR O ACESSO ÀS TIC: DISCURSOS E REALIDADES

O debate contemporâneo sobre o acesso e a democratização da informação e as formas de apropriação das tecnologias digitais e de comunicação tornou-se central nas agendas governamentais na última década. A partir da intensificação desses debates e demanda pela sociedade civil, planos, ações e órgãos públicos e privados desenvolvem projetos e programas em torno da temática. Fazem parte desse amplo espectro de ações, por exemplo, a elaboração de planos e programas estratégicos para o setor de comunicações; a produção de conteúdos audiovisuais abordando aspectos da cultura nacional; a lei de reforma dos direitos autorais, a melhoria de infraestrutura de telecomunicações; o estímulo aos programas de inclusão social e digital através da implantação de infocentros, etc.

Dessa realidade emergem vários discursos sobre a temática a que se habituou chamar de “exclusão ou divisão digital”. A partir da abordagem utilizada por autores como Bonilla (2005), os cidadãos nunca poderão ser considerados plenamente “incluídos”, uma vez que existem níveis de exclusão que nunca serão totalmente superados devido ao método intrínseco existente, por exemplo, no próprio processo de evolução técnica dos dispositivos e recursos utilizados para conexão e acesso.

Sorj (2003), Sorj e Guedes (2005) consideram importante a percepção dos que têm e dos que não têm acesso à informática e aos recursos de internet em seus lares, tal conclusão, em muitos casos a partir de indicadores quantitativos, é insuficiente se desejarmos entender a dinâmica social da exclusão digital. Para os sociólogos, ao analisar a temática a partir de dados puramente quantitativos, que levam em conta apenas a existência desses recursos nos domicílios, produzimos uma visão totalmente errônea sobre o acesso a internet pelas camadas populares no Brasil, pois estes segmentos utilizam esses serviços também em outros espaços como escolas, *lan houses*, telecentros, trabalho, etc.

Segundo os autores, os processos de exclusão e/ou divisão digital não podem ser analisados apenas a partir da realidade dos cidadãos que não dispõem de recursos financeiros, tecnológicos e comunicacionais para acessar os meios de produção e difusão de conteúdos digitais, personificados por tecnologias e artefatos – como telefonia fixa e móvel, televisão a cabo, computadores, acesso à internet, aparelhos eletrônicos diversos (*pendrives*, câmeras, etc.) –, para participarem dos novos fluxos informacionais contemporâneos. Estes devem ser analisados a partir de contextos mais complexos que envolvem diferentes perspectivas de análise, estando sempre atentos aos interesses consumistas que envolvem a temática.

Por isso, verifica-se uma convergência cada vez maior dos discursos no sentido de concordar com a necessidade de uma interferência governamental para promover ações destinadas ao enfrentamento desses problemas, ignorados pela iniciativa privada e pelos mercados, ou abordados apenas a partir das lógicas de mercado. Portanto, para superar conceitualmente o atual modelo, as abordagens que propõem mudanças conceituais, como o Programa Cultura Viva, devem ser estimuladas e aperfeiçoadas na perspectiva de compreender melhor tais processos buscando avanços conceituais e metodológicos.

Esse quadro permite inferências sobre a necessidade de ampliar e qualificar o debate sobre o conjunto de ações, envolvendo as decisões de governo que derivam de sua implementação. Discutir interesses culturais, comerciais e jurídicos que formam o seu arcabouço é fundamental para a definição das regras e marcos regulatórios que definirão o modelo de desenvolvimento desses setores nas próximas décadas. O envolvimento dos movimentos sociais legitima-se pelo fato de que a sociedade civil organizada em muitos casos supera através de ações (financiadas por governos ou iniciativa privada) os governos na implementação e gestão de programas nesse setor.

Dessa forma, as práticas governamentais e de Estado precisam ser repensadas, ampliando os espaços de debate, propondo modelos que integrem ações de governo, sociedade civil e iniciativa privada, de modo a não se submeter apenas aos interesses e agendas dos mercados. Estado e sociedade precisam cooperar para

construir formas de apropriação das TIC que permitam cumprir as metas nesse setor, sob a responsabilidade da iniciativa privada e de governos (habitualmente proteladas).

As ações governamentais produzem efeitos apenas paliativos, insuficientes para o real enfrentamento dos problemas nesse campo. Daí a nossa assertiva de que as ações governamentais ainda estão distantes da condição de políticas públicas. Ao evidenciarmos as tensões que se estabelecem quando determinados setores governamentais optam, de maneira inovadora, pela construção colaborativa de uma ação que vise se consolidar enquanto uma política pública de modo descentralizado e com ampla participação social, através do chamamento à sociedade civil e aos movimentos culturais populares, subjaz a amplitude do desafio.

Na maioria das vezes, o *modus operandi* do governo brasileiro não considera as políticas públicas uma questão de Estado. Não considera, mas as relaciona à luz do direito administrativo como necessárias ao cumprimento das funções discricionárias do Estado. As políticas públicas deveriam estar relacionadas às escolhas mais alternativas, e assim permitir aos governos decidirem acerca da melhor maneira de direcionar suas ações, segundo suas crenças e ideologias, mas sempre objetivando por primeiro a promoção do bem comum.

Ainda, se tomarmos os preceitos do direito público administrativo, estas ações de governo não podem ser alçadas à condição de políticas públicas, mormente aos aspectos políticos e sociais que remontam à origem da discricionariedade nos Estados liberais modernos, para os quais, as decisões de governo deveriam ser tomadas segundo preceitos relacionados à sua amplitude e universalidade, e assim circunscrevendo-as no rol dos direitos básicos e fundamentais dos cidadãos. Por não possuírem caráter amplo e universal, as ações do governo em análise não atingem todo um conjunto de cidadãos, o que respaldaria a nossa proposição.

O caráter pulverizado, a desarticulação e a superficialidade do conjunto das ações destinadas a democratizar o acesso às TIC comprometem a sua perenidade e sustentabilidade jurídica, administrativa e orçamentária, devido à insuficiência dos

métodos de planejamento e de gestão e dos aportes financeiros provocados por esse conjunto de atributos verificados nas ações governamentais que, para qualificá-las como políticas públicas deveriam percorrer o caminho inverso; ou seja, deveriam ser pautadas por uma maior sintonia, integração e enfrentamento das questões estruturais dos problemas.

Para tanto, seria necessário, por exemplo, uma ampla revisão e modernização dos marcos regulatórios do setor, aporte de mais recursos com planejamento, perenidade em sua aplicação e maior cobrança da iniciativa privada no cumprimento das metas estabelecidas para o setor de telecomunicações durante o processo de privatização.

Embora os dados e estatísticas mostrem o aumento no número de acesso dos cidadãos aos computadores e à internet, estudos já elaborados ainda não são capazes de mensurar os seus efeitos práticos para a diminuição das desigualdades econômicas, sociais e cognoscentes, os quais consideramos fundamentais para corroborarem com nossas assertivas acerca do potencial de transformação social das TIC. Mesmo quando nos reportamos apenas aos critérios quantitativos dessas ações, os estudos, até aqui apresentados, mensuram apenas os avanços no acesso à internet, tornando-os insuficientes para evidenciar alterações significativas nos indicadores sociais, econômicos e educacionais. Isso mostra que as ações de governo, nesse campo, ainda são precárias e necessitam de maior atenção.

Dados da pesquisa TIC domicílios, realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação – NTIC.BR do Comitê Gestor de Internet Brasil – CGI.BR mostram que, embora a existência dos computadores nos lares tenha aumentado 15% (quinze por cento) nos últimos anos, atingindo o patamar de 36% (trinta e seis por cento) das famílias em 2009, o acesso à internet representa apenas 27% (vinte e sete por cento) dos lares. Embora nos últimos dois anos esses números tenham aumentado, o crescimento desproporcional entre a posse do computador e o acesso à internet contribui de forma decisiva para as formas como se constroem o acesso e disseminação das informações no Brasil.

Outros fatores importantes são as desigualdades regionais e a qualidade do acesso, tanto do ponto de vista dos meios de conexão quanto dos conteúdos veiculados nas mídias acessadas sejam elas inteiramente online ou as convergentes, cada vez mais presentes nos cotidianos de diferentes extratos sociais, o que torna essas variáveis de qualidade fundamentais para a análise das formas de disseminação e apropriação da informação para a sociedade.

Mesmo com os avanços e algumas mudanças conceituais importantes ocorridas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) – como, por exemplo, um maior debate em torno dessa temática, envolvendo governo, sociedade e universidades; um maior reconhecimento de sua importância estratégica; os maiores esforços visando ampliar e democratizar o acesso às redes de comunicação; a adoção de incentivos via renúncia fiscal na compra de microcomputadores, etc. –, a maior parte das ações ainda são concebidas a partir de abordagens instrumentalistas, exógenas e homogeneizadas, sustentando-se e construindo seus discursos a partir das visões e conceitos fetichizados e dogmatizantes sobre os quais já dissertamos.

A ideia de sociedade em rede desenvolvida por Castells (1996) é um importante fator de desencadeamento e/ou geração de políticas públicas bastante específicas. Somente enquanto organizada, a sociedade civil ganharia força para atuar e pressionar os Estados nacionais em assuntos bastante específicos e diversos. Entretanto, ao levarmos em conta a realidade brasileira, constatamos a falta justamente de recursos técnicos em amplas parcelas da sociedade civil, práticas cotidianas e os conhecimentos capazes de fazê-las avançar para contextos de organização em rede; ou seja, em muitos casos ainda não temos sequer o básico, falta-nos o acesso à rede.

Nesse sentido, o fato de considerarmos nosso objeto de estudo uma ação de governo que busca consolidar-se enquanto política pública a partir de uma proposta colaborativa de planejamento e gestão envolvendo Estado e sociedade civil, leva-se em conta que, em geral, a utilização do termo refere-se a um conjunto de práticas e terminologias utilizadas pelos governos nas áreas orçamentárias e de planejamento público para dar conta dos planos e/ou ações elaboradas e desenvolvidas a fim de cumprir os objetivos e metas dos diversos programas governamentais em execução

durante determinado ano fiscal ou durante o mandato de determinado governo, podendo transcendê-los, assumindo um caráter de função e/ou responsabilidade do Estado.

No caso do Programa Cultura Viva, de onde se originam as dotações orçamentárias que viabilizam a maioria das ações dos PDC, tais ações e/ou terminologias são denominadas para efeito orçamentário como um projeto, uma atividade ou uma operação especial, conforme o cadastro e a nomenclatura estabelecidos e utilizados pelo sistema orçamentário que rege o conjunto das ações e funções de governo executadas pela união e seus parceiros. Nesse sentido, estas nomenclaturas são utilizadas para permitir o planejamento e controle pelo poder executivo de um conjunto de ações apenas com o caráter de gestão e controle orçamentário.

Entendemos que, para que essas ações assumam um contexto mais amplo que justifique seu entendimento enquanto uma política de governo, cujo arcabouço, perenidade e intensidade das ações lhe conferissem um caráter, tanto do ponto de vista orçamentário como de gestão, que justificasse seu reconhecimento enquanto uma política pública nos contextos da gestão orçamentária do Estado, é mister levar em consideração seus resultados práticos, priorizar aspectos como regularidade, eficácia e capacidade estatal e social de aferir aos seus resultados quantitativos e, sobretudo, qualitativos, o que representaria, inclusive, avanço em relação aos critérios adotados para a gestão estatal.

A observação de princípios e normas contábeis e de gestão, necessários para garantir a institucionalização, a autonomia administrativa e financeira, o que resultaria na perenidade e longevidade dessas ações, passa despercebida quando da sua formulação por muitos governos responsáveis pela sua implementação. Por isso, estas se desenvolvem apenas como ações pontuais e podem ser descontinuadas a qualquer tempo por inexistência de aportes de recursos orçamentários capazes de garantir sua sustentabilidade.

Outro fator que influencia na tomada de decisões e, portanto, no escopo das ações e/ou políticas desenvolvidas por determinado governo, são as suas posturas governamentais e o ideário político no qual se baseia para a tomada de decisões, influenciando diretamente no resultado das ações que são ou deveriam ser implementadas. Isso contribui para que o enfrentamento das demandas e/ou

reivindicações sociais pelos governos assumam maior ou menor intensidade a partir dessas escolhas políticas, fato que transforma a vontade ou decisão política dos governos para o enfrentamento das mazelas e desigualdades sociais em um dos aspectos preponderantes para a compreensão de determinada ação ou de um conjunto de ações enquanto políticas públicas.

As reflexões acima se devem às constatações feitas a partir de observações e análises empíricas dos escopos das principais políticas e/ou ações governamentais nesse campo, onde percebemos que as ações dos governos nessa área destinam-se, na maioria dos casos, a contemplar forças políticas e/ou de mercado, baseando-se em decisões de cúpula, destinadas a atender interesses de Estados hegemônicos, em sua maioria exportadores de tecnologias e sede das principais corporações que operam no setor, tanto nas áreas de serviço quanto na indústria, enquanto controladores principais dos mercados e fluxos financeiros que direcionam o setor de telecomunicações e tecnologias, que constituem-se como as principais indutoras e interessadas no cenário atual de desenvolvimento das TIC no país.

Embora já possamos vislumbrar embriões desses processos, a sua ampliação e desenvolvimento para os setores sociais que mais demandam políticas públicas necessitam justamente do desenvolvimento de ações governamentais ou públicas que atuem na raiz do problema, ou seja, construam a infraestrutura técnica, social e cognoscente necessária para a atuação da sociedade civil numa perspectiva de organização em rede.

Uma breve retrospectiva da história política recente desvelará o arcabouço ideológico neoliberal que norteou o planejamento das ações de governo destinadas a democratizar e ampliar o acesso às TIC. A opção por determinadas correntes ideológicas e por receituários econômicos exógenos produziram e produzem efeitos, tanto de cunho político quanto social, com reflexos claros para a forma como a sociedade apropria-se dos meios de produção e difusão de conteúdos digitais. Esse é o escopo macro das ações a que propomos revisão conceitual.

No tópico seguinte, abordaremos questões relacionadas às ameaças ao exercício da cidadania nas redes digitais refletindo sobre os aspectos que demandam maior interação entre Estado e sociedade mostrando como esta poderá contribuir para

avanços conceituais nesse campo, de modo a conter os interesses dos grupos que pretendem cercar o direito à informação.

4.1. Estados, monopólios e cibervigilância, espectro e neutralidade das redes sob ameaça: possibilidades para intensificar a interação sociedade e governos

Pesquisas recentes apresentam certo consenso quando o tema é a importância da interação entre empresa estatal e a sociedade civil, se desejamos debelar o atual quadro de divisão e exclusão digital, fator que compromete o avanço em diferentes áreas como educação, saúde, cibercultura, apropriação, uso e acesso aos sistemas contemporâneos de comunicação. Pesquisadores, como Silveira (2007) e Pretto (1999), apontam a importância da formulação de políticas públicas e ações governamentais para o setor, com vistas a superar o atual quadro.

Entretanto, na contramão dessas proposições e perspectivas, o alinhamento brasileiro às macroestratégias globais e a ausência de planejamentos sintonizados com as demandas e realidades locais geraram formulações e concepções inadequadas, conforme atestam os fatos políticos das últimas décadas, bem como os mais recentes, analisados no tópico anterior. Afirmamos que esse alinhamento inviabiliza apropriações e usos dessas tecnologias pelas camadas populares.

O resultado foi o agravamento dos quadros de exclusão social e digital, cujas formas de apropriação superficial não contribuem para combater e mitigar as desigualdades sociais brasileiras. Pelo contrário, moldam o arcabouço determinante da forma como tais recursos são apropriados por amplos estratos sociais. Nossas inferências, a partir da análise dos dados levantados, mostram que os efeitos resultantes dessas diferentes formas de apropriação, tanto em aspectos qualitativos quanto quantitativos, são perversas ao privarem as camadas populares da possibilidade de acesso e reflexão a um dos bens fundamentais na sociedade contemporânea: a informação.

O atual estágio da maioria das ações concebe as TIC apenas enquanto instrumentos destinados a criar as condições necessárias para inserir cidadãos nos mercados

consumidores de bens e serviços, e/ou na chamada “Sociedade da Informação”. Tal abordagem parece-nos inadequada e insuficiente, pelo menos se desejarmos construir políticas públicas destinadas a contribuir para uma apropriação social e técnica das TIC, democratizando e ampliando o acesso aos meios de produção e difusão de informações em formato digital no Brasil, de forma autônoma e com maior abrangência social e territorial.

Entendemos que, para tanto, nossos esforços não devem focar apenas questões pontuais, como abertura de telecentros, fomento à cultura digital, isenção fiscal para aquisição de microcomputadores, distribuição de computadores e provimento de conexões de internet para escolas. Embora estas ações sejam iniciativas fundamentais, pois viabilizam infraestruturas, é preciso atuar na raiz dos problemas, e estes estão em outros espectros, envolvem questões bem mais profundas, como a definição e modernização de marcos regulatórios e ordenamentos jurídicos que regulam os serviços de telecomunicações no Brasil.

Há a necessidade de se intensificar os investimentos nas pesquisas de base e no desenvolvimento de tecnologias digitais; a ampliação e democratização do acesso à infraestrutura de redes de alta velocidade; a criação de mecanismos que proporcionem aos movimentos sociais e culturais; o acesso contínuo aos recursos técnicos e financeiros necessários à produção e difusão de conteúdos digitais e uso das redes e a criação de condições favoráveis para que as formas de apropriação e circunscrição dos espaços que sustentam a cibercultura ocorram de forma proativa e reflexiva.

Acreditamos que as escolas, currículos e formas de apropriação de tais recursos pelas redes escolares também desempenham papéis estruturantes e fundamentais para professores e alunos desenvolverem práticas inovadoras e capazes de promover mudanças e avanços qualitativos nos processos de formação da juventude brasileira. Ademais, nas formas de apropriação das TIC menos pedagogizadas e pautadas em pressupostos mais flexíveis, como os que pautam a cultura digital contemporânea, é preciso mais fluidez, maior capacidade de reconfiguração, diversidade, colaboração e compartilhamento. É necessário ser universal e local, ser múltiplo, dialogar, interagir.

Entretanto, não se deve descuidar da promoção de atitudes reflexivas e críticas para promover uma espécie de remixagem antropofágica desses fluxos e conteúdos. É importante promover as reflexões, tornando essas questões basilares aos processos de apropriação das TIC pela escola. A nosso ver, tais processos só ocorrerão quando os fluxos de comunicação deixarem de obedecer a lógicas hegemônicas, centralizadas e unidirecionais ou quando as escolas passarem a percebê-los dessa forma.

Apesar de nossas discordâncias conceituais e práticas, reconhecemos a importância das diversas ações do governo atual para mitigação de alguns problemas. Os discursos oficiais dão conta que essas questões se destinam a combater os efeitos da chamada “exclusão digital”, através da ampliação do acesso à internet por meio de diversas iniciativas governamentais e privadas. Porém, cabe ressaltar que o conjunto de ações em curso carece de reflexões que visem repensar e, em alguns casos, rever a forma de atuação, sobretudo rediscutindo algumas práticas e discursos embasados na práxis governamental nessa área em que a interface com a sociedade é intensa e se dá de diferentes modos e sob diferentes crenças.

Quando aspectos referentes ao fomento do acesso às tecnologias passam a ser objetos de ações diretas do governo, faz-se necessário averiguar quais as razões que as motivaram, e, a partir daí, inferir se existe coerência entre discursos e práticas. Justificar a necessidade de ampliar e democratizar o acesso aos benefícios da tecnologia para todas as camadas sociais, às vezes pode esconder aspectos distintos daqueles alardeados pelos seus propagadores. Em muitos casos, esses podem estar subordinados apenas às diretrizes exógenas dos Estados e corporações hegemônicas, que necessitam ampliar seus mercados para garantir escalas e inserção internacional dos produtos e serviços de suas empresas.

Os discursos e dispositivos legais destinados a regular e controlar o acesso à informação, através da restrição de liberdades individuais no ciberespaço são os sintomas mais visíveis dessa tentativa de apropriação elitista que pretende barrar as possibilidades de movimentos insurretos possibilitados pelas TIC. Esses dispositivos legais, associados ao ideário que os sustenta e aos usos conservadores do potencial inovador das TIC, estão a cada dia mais presentes nos legislativos e nas pautas da

mídia hegemônica, tanto em países como o Brasil como em nações consideradas desenvolvidas, que controlam os processos de desenvolvimento e de inovação tecnológica.

No caso específico do Brasil, uma intensa ação tecnocrata, com fortes articulações junto ao parlamento, atua para aprovar dispositivos legais que permitam ao Estado restringir e controlar o acesso às TIC; sobretudo, aos conteúdos disponíveis na internet. Entendemos que esse movimento é exemplo de como governos conservadores e setores do parlamento – representantes dos interesses de empresas cujos modelos de negócio baseiam-se em modelos que têm na indústria de patentes a centralização da produção e difusão de conteúdos como garantia de perenidade – invertem o seu papel, uma vez que apresentam e apoiam propostas destinadas a reforçar as abordagens hegemônicas e totalitárias que permeiam a apropriação social das TIC ao invés de contribuir com propostas claras para ampliar e democratizar o acesso a estas.

Um exemplo claro dessas ações no Brasil é a tramitação dos projetos de lei (89/2003, na câmara dos deputados, e 137, 76/2000, no senado) de autoria do senador pelo PSDB de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, que pretendem estabelecer controle do acesso à internet no Brasil através do registro de *logins* dos cidadãos que acessam a internet no território brasileiro sob a alegação de que essa prática permitirá controlar melhor os crimes praticados no ciberespaço.

Tais tentativas de estabelecer os marcos regulatórios ao uso da internet, atualmente em curso no Brasil e em diversos outros países, fazem parte de um movimento mais abrangente, orquestrado globalmente, cujo principal foco de atuação é o ACTA – Anti-Counterfeiting Trade Agreement. É um tratado internacional em discussão, cujo objetivo principal é estabelecer padrões globais a serem impostos às legislações nacionais garantindo o cumprimento de acordos e legislações de propriedade intelectual, em sua maioria de interesse das nações economicamente hegemônicas.

Os signatários e defensores desse tipo de acordo usam o discurso da defesa da propriedade intelectual para em muitos casos salvaguardar interesses de uma indústria, sobretudo em áreas como cinema, música, entretenimento e editoração,

cujo modelo de acúmulo de capital e logística de produção e difusão de conteúdos encontra-se totalmente superado pelas redes telemáticas e tecnologias de produção digital. A esses controladores não resta outra opção, a não ser a imposição de barreiras normativas e punitivas no campo legislativo e jurídico.

Outra faceta dessa moeda é o fato de que somente através de restrições normativas o potencial facilitador do acesso e difusão de informações e conteúdos inerentes a essas tecnologias poderá ser barrado. Assim sendo, está claro que os motivos por trás das intensas batalhas travadas atualmente para estabelecer barreiras legais – e pelo domínio dos padrões técnicos que determinarão como as informações trafegarão e serão manipuladas pelos cidadãos nos universos contemporâneos da cibercultura – não é a defesa de direitos de autor; outros e diversos interesses, vinculados claramente à manutenção de monopólios e a aspectos financeiros, políticos e ideológicos, são os seus reais motivadores.

O controle desses meios tem a finalidade maior de impedir suas possibilidades efetivas para a promoção de transformações sociais e econômicas, em muitos casos potencialmente latentes através do uso e apropriação social das TIC. As diversas formas como suas presenças e/ou ausências afetam as estruturas sociais são argumentos suficientes e fortes para que a atuação dos governos e instituições nacionais ou supranacionais, seja em esferas parlamentares ou executivas, pautem-se pela busca de conter avanços conceituais e qualitativos capazes de contribuir para melhoria e fomento das possibilidades de interações mais profícuas entre sociedade e Estado, permeado pelas tecnologias e redes digitais, de modo a promover transformações e melhorias sociais.

As desigualdades sociais e econômicas seculares, amplamente debatidas e estudadas em diferentes períodos de nossa história, contribuem para o agravamento desses processos em tempos de intensas interações e fluxos informacionais crescentes. Ou seja, todos os estratos sociais relacionam-se cada vez mais com os fluxos de informação hipermediatizados, convergentes e monopolizados, embora essa relação ocorra sob diferentes condições, escalas e gradações, contribuindo para aumentar desigualdades e tornando-se discriminadora pela condição social ou cognoscitiva, da relação dos sujeitos com esses contextos.

Nesses cenários, a ausência de investimentos governamentais, a falta de definição e a incapacidade para a formulação e execução de ações governamentais capazes de consolidar a democratização do acesso às TIC, promovem múltiplas formas de apropriação dos espaços que estas estruturam. Compreendem os conceitos, recursos e possibilidades técnicas, somadas à submissão das ações existentes aos interesses exógenos que, na maioria das vezes, buscam conter o potencial criativo e transformador das redes. Caso tais rumos não sejam corrigidos, comprometerá o desenvolvimento dos cidadãos e da sociedade brasileira em um futuro próximo.

No tópico subsequente, refletiremos sobre as questões financeiras e orçamentárias a partir da análise do financiamento estatal direto da cultura, através das dotações disponíveis no Ministério da Cultura, em especial, os recursos destinados ao Programa Cultura Viva, programa que gerencia a política pública ou ação de governo objeto dessa pesquisa.

4.2 Desafios políticos, jurídicos e institucionais impedindo a consolidação de políticas públicas: análise do aporte orçamentário para o programa Cultura Viva

O Programa Cultura Viva, pode ser considerado uma ação situada entre os signatários de discursos mais próximos e/ou comprometidos com possibilidades de apropriações reflexivas, críticas e contra-hegemônicas das TIC, pois permite uma multiplicidade de apropriações e maior autonomia aos agentes locais por ter sido construído sobre os pilares do fortalecimento da identidade e o protagonismo do saber e da cultura local. A busca pelo fortalecimento desses aspectos ocorre desde a elaboração de um plano de ação até a execução de suas propostas de intervenção.

Nesse escopo, o Estado assume papel de fomentador, financiador, cogestor e fiscalizador das ações, conferindo, portanto, aos parceiros locais autonomia na definição de seu *modus operandi*, possibilidade de escolha na forma como os recursos destinados serão aplicados a partir da elaboração e aprovação de um

plano prévio de ação. Inferências realizadas a partir das observações realizadas em campo permitem concluir que modelos como este, capazes de privilegiar e estimular as características criativas e as diversidades locais são mais adequados ao enfrentamento dos problemas advindos da modernização tecnológica da sociedade, sobretudo, se desejarmos promover uma inserção mais autônoma dos cidadãos.

Defensores da racionalidade e *status quo* institucional que justificam os procedimentos burocráticos já consolidados pelos compêndios de direito administrativo argumentam que os procedimentos previstos pelas Leis de Responsabilidade Fiscal, Lei de Contratos e Licitações ou pelos princípios constitucionais de administração pública como os da impessoalidade, moralidade, legalidade, dentre outros, devem ser observados e, em muitos casos, essa observância significa impedir que estratégias inovadoras - no sentido de democratizar e inverter prioridades no acesso a recursos públicos - sejam viabilizadas.

Experiências exitosas vivenciadas pelo MINC e pelos movimentos populares conveniados, e mesmo os inúmeros problemas relacionados à prestação de contas, dificuldades jurídicas para pactuar os convênios, repasses de recursos, etc. apontam que com as novas configurações possíveis nos sistemas de comunicação e disseminação de informações possíveis nas redes digitais, as estruturas burocráticas e jurídicas dos Estados poderão ser repensadas, repactuando a relação Estado e sociedade. No caso do Programa Cultura Viva, foram verificadas inovações nesses processos em diversas fases da proposta, desde a mudança conceitual fortemente amparada na construção de estruturas rizomáticas por meio das redes digitais, até o questionamento do Estado sólido e fechado com práticas fluidas e anárquicas, onde suas estruturas burocráticas eram colocadas em cheque cotidianamente. Tal fato mostra que o *modus operandi* é determinado pela postura dos gestores, uma vez que normas, regras e legislações podem e devem ser modificadas para adequarem-se ao seu tempo.

Entretanto, a insuficiência e o caráter efêmero das fontes de recursos governamentais para o financiamento das ações de ampliação e democratização do acesso às TIC no Brasil constituem-se no principal desafio a ser superado para que

ações de governo relevantes e bem sucedidas possam consolidar-se enquanto políticas públicas de Estado.

Os dados coletados para essa pesquisa permitem inferências sobre os efeitos da descontinuidade das ações governamentais que resulta tanto de problemas relacionados à alocação de verbas orçamentárias quanto dos fatores que envolvem os interesses políticos dos grupos e/ou partidos que se revezam no comando da gestão do Estado. Ao não planejar a gestão para além de mandatos e interesses partidários, de forma a conceber o Estado como fomentador e estruturante de práticas inovadoras e comprometidas com o desenvolvimento social, contribui para referendar a fragilidade do conceito de políticas públicas, conforme apontamos acima.

Muitos dos recursos necessários à consolidação dessas políticas são concebidos através de emendas parlamentares ou de prioridades transitórias, definidas de forma discricionária pelo dirigente ou grupo político à frente de determinado ministério ou órgão governamental, que age segundo interesses ou propósitos vigentes a partir de determinada conjuntura política. Buscando evidenciar tais práticas e mostrar uma radiografia momentânea da ação investigada, elaboramos um quadro demonstrativo (tabela 01) a partir das informações do Orçamento Geral da União (OGU) de 2008, com a finalidade de registrar o volume de recursos destinados às principais ações governamentais que destinam recursos para o Programa Cultura Viva e suas diversas ações.

Estas considerações e inferências partem da análise de uma funcional programática no OGU. Entretanto, cabe ao orçamento brasileiro apenas a função de autorizar a despesa sem que o responsável pela sua execução tenha a obrigação de fazê-la, a simples destinação de recursos para determinada ação não significa que esse investimento será efetivado pelo Estado. É fato comum no Brasil os cortes orçamentários anuais que atingem projetos em andamento, que já haviam sido definidos anteriormente, resultado de planejamento ou decisões políticas de governos anteriores, tornando-os obras ou ações inacabadas, ou meras intenções do parlamento e/ou do executivo durante determinado período governamental ou conjuntura política.

No caso específico do setor de comunicações e inclusão social e digital, vale refletir sobre a prática comum entre parlamentares brasileiros de apresentar emendas ao orçamento, pois estes atuam com foco em atender suas bases eleitorais. Preferindo, dessa forma, concentrar esforços para destinar recursos à construção de telecentros ou outras ações localizadas com repercussão apenas em suas bases eleitorais, do que centrar esforços para modernizar a legislação e garantir recursos capazes de solucionar problemas e garantir ações e ou políticas que atuem a partir das macroquestões em torno da temática, como por exemplo, a modernização e ampliação das redes digitais de longa distância.

Além do apelo midiático em torno da questão do acesso às TIC e do combate à “exclusão digital”, o invólucro pseudomodernizante da instalação de um espaço com conexão à internet em uma comunidade longínqua pode atrair o interesse de inúmeros parlamentares. O problema é que, ao agir assim, o agente político, apesar de denotar para sua base interesse no desenvolvimento de determinada localidade, não contribuirá para avanços efetivos em torno da questão da democratização e melhoria do acesso às redes digitais de comunicação, o que reforça a imagem inócua que encobre grande parte da atuação parlamentar nesse campo.

Mesmo assim, cabe a ressalva: Entre o volume de recursos pleiteados pelos parlamentares, por meio de emendas ao orçamento, e os recursos efetivamente investidos em cada ação, existe uma diferença exorbitante, que pode ser constatada nos números da tabela 01.

TABELA 01
COMPARATIVO DO TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS A AÇÕES DE
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS TIC, OBJETO DE EMENDAS
PARLAMENTARES EM COMPARAÇÃO COM OS VALORES EFETIVAMENTE
INVESTIDOS

Ações de governo	Total em reais das emendas parlamentares que pleiteavam destinação de recursos para essa ação	Total em reais de recursos destinados no orçamento (2008)	Total de recursos investidos em reais
Programa Cultura Viva (implantação dos PDC, formação de pessoal, gestão do programa e outras atividades relacionadas à educação e cultura junto às comunidades)	7.065.000,00	144.892.223,00	15.611.876,00
Inclusão digital (Implantação e manutenção de telecentros, projeto Casa Brasil, centros de recondicionamento de computadores (CRC), gestão e manutenção do programa e operação de sistema de acesso à banda larga)	585.140.000,00	194.734.812,00	44.395.152,00
TOTAIS	592.295.000,00	339.627.035,00	60.007.028,00

Fonte: OGU/2008 – considerados o total de recursos empenhados e executados até abril/2009.

Conforme alertamos anteriormente sobre os problemas relacionados à alocação e destinação de recursos, os números mostram que o total dos recursos efetivamente investidos corresponde apenas a 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento) do volume de recursos inicialmente destinados para o Programa Cultura Viva (em cujo arco de competência orçamentária encontra-se os PDC) e a 22,79% (vinte e dois vírgula setenta e nove por cento) se levarmos em conta o montante autorizado para a aplicação em cada uma das ações pelo orçamento de 2008.

Esses dados podem ser interpretados de diversas maneiras, entretanto gostaríamos de focar nossa análise no montante destinado aos valores efetivamente investidos. A significativa diferença entre os valores alocados e os aplicados, deve-se também à condição dos orçamentos públicos brasileiros serem autorizativos e não impositivos. Com isso, somadas às constantes faltas de recursos financeiros, comprometem as políticas para a democratização do acesso às TIC. A dotação apresentada no quadro

anterior mostra que do total alocado, pouco mais de 20% (vinte por cento) foi efetivamente aplicado em 2008.

Estudos de Rocha (2011) ao fazer uma análise do processo de estadualização do Programa Cultura Viva no Estado da Bahia mostram a complexidade dessa questão. No campo dos investimentos governamentais é clara a insuficiência dos recursos e, em relação aos aspectos institucionais, a fragilidade no principal órgão de fomento e gestão cultural do País, o Ministério da Cultura, é notória. A partir dos dados levantados pela pesquisadora foi possível fazer algumas inferências que corroboram com a nossa constatação de que os aspectos orçamentários e burocráticos são determinantes para a não consolidação de algumas ações de governo como políticas públicas estatais ou governamentais, pois se encontram na raiz de sua descontinuação.

Dentre os dados da pesquisa de Rocha (2010) apresentamos aqueles que consideramos de extrema relevância para nossa análise:

- Insuficiência de quadros técnicos concursados nos principais órgãos e secretarias do Minc (em todas as secretarias o número de funcionários em cargos comissionados é no mínimo três vezes maior ao de efetivos);

- Os principais programas de destinação orçamentária pelo Minc (Brasil Patrimônio Cultural; Monumenta; Museu Memória e Cidadania; Livro Aberto; Cultura Viva; Engenho das Artes; Identidade, Diversidade e Cultura; Cultura Afro-brasileira; Brasil Som e Imagem) embora tenham quase quadruplicado o aporte de recursos entre 2004 e 2009, executaram apenas R\$ 659.451.199 (seiscentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e nove reais), em 2009.

No caso do Programa Cultura Viva, apesar do crescimento significativo entre 2004 e 2006 (anos em que foram assinados os primeiros convênios e que o transformaram no programa de maior execução orçamentária), entre 2007 e 2009 o aporte de recursos sofreu pouca alteração, com execução orçamentária em 2009 de R\$ 119.547,737, 00 (cento e dezenove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e sete reais).

Como mostrado na tabela anterior, os dados apresentados por Rocha (2010), corroboram com nossas afirmações alertando para as centralidades dos aspectos orçamentários e burocráticos para a consolidação de ações governamentais como políticas públicas.

Uma análise dos dados referentes à execução orçamentária do OGU em 2010 (Brasil, 2011) referentes ao programa 1141 – Cultura Viva: arte, educação e cidadania - mostra a precariedade e insustentabilidade financeira desse programa governamental, e conseqüentemente as dificuldades que enfrenta para se consolidar enquanto política pública. Dos R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) previstos na dotação inicial, foram empenhados cerca de R\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões) sendo que deste total apenas R\$ 14.500.000,00 (catorze milhões e quinhentos mil) foram efetivamente pagos, pouco mais de 5% (cinco por cento) do total previsto na dotação inicial.

Note que tal precariedade orçamentária, considerando a descontinuidade das ações, ocorreu em um período de troca entre governos de um mesmo partido político, fato que confirma nossas assertivas sobre a descontinuidade de políticas governamentais enquanto fator preponderante e comprometedor para que determinadas ações de governo se consolidem enquanto políticas públicas de Estado.

Outro aspecto importante é que o montante de recursos, objeto das emendas parlamentares, que atingem valores nominais consideráveis. Se levarmos em conta apenas a alocação sem a efetiva execução orçamentária, acusa uma discrepância entre discurso e prática em relação às ações destinadas à promoção de acesso às TIC, sobretudo em relação à ação parlamentar. Essa afirmação deriva do fato de que aproximadamente 22% (vinte e dois por cento) do total dos recursos alocados para os programas do Cultura Viva e de instalação de telecentros foram efetivamente aplicados.

Esses números mostram que, do ponto de vista orçamentário, se pode denotar a existência da intencionalidade política e de um reconhecimento tácito do governo sobre a necessidade de investimentos nesse setor; a grande diferença entre os valores autorizados e os efetivamente executados aponta uma falta de prioridade governamental na execução de tais ações.

Infere-se que existe uma desarticulação entre os discursos e práticas parlamentares e governamentais, pois em muitos casos visam atender de forma aligeirada as bases e os interesses políticos de parlamentares e governos, inexistindo a preocupação em superar os atuais índices acesso e os aspectos qualitativos que envolvem tais políticas. Portanto, embora existam estudos e esforços políticos e técnicos mostrando a importância estratégica dos investimentos nesse setor, na maioria dos casos as ações oriundas da ação parlamentar são desprovidas de articulação com um planejamento estratégico para superação das diversidades nesse campo.

Portanto, os dados demonstram que apenas destinar recursos nos orçamentos públicos e instituir ações governamentais não bastam para o enfrentamento dos desafios nesse campo. Todavia, consideramos que essas ações desencadeiam alguns processos de apropriação social das TIC que poderão contribuir para a construção de políticas públicas que avancem para além da simples oferta de infraestrutura de telecomunicações e acesso a serviços e conteúdos digitais.

Alguns problemas vivenciados pelas organizações governamentais referentes ao modelo de acesso aos recursos propostos pelo programa permitiram inferências referenciadas em experiências cotidianas sobre possibilidades para interação entre Estado e sociedade, estruturadas pelos universos da cibercultura.

O primeiro problema que destacamos é que a implantação de telecentros é priorizada pelo governo em detrimento às ações descentralizadas nos moldes do Programa Cultura Viva. Além dos interesses políticos, tal estratégia está fortemente ancorada nos discursos que defendem a necessidade de democratização de acesso à informação e combate à exclusão digital. Mostram ainda uma intenção dos governos de ofertar conexão e acesso aos setores sociais que não dispõem de recursos financeiros para pagar por tais serviços.

Essas ações intensificam-se na década de 90 quando os governos passam a considerar os investimentos no setor como estratégico para o desenvolvimento econômico e social, conforme analisa o TCU – Tribunal de Contas da União – em seu relatório de auditoria destinado a verificar as dificuldades, limitações e barreiras que impedem a aplicação dos recursos do Fust nos itens 21 a 23, a seguir mencionados:

21. No final da década de 1990, diversos países lançaram programas governamentais que visavam à sistematização das iniciativas relacionadas à dita sociedade da informação. No Brasil, foi lançado, em 15/12/1999, o Programa Sociedade da Informação (SocInfo), coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que visava incluir o País na Sociedade da Informação e favorecer a competição da economia nacional no mercado global. O objetivo do Programa era integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação. Sua fase de implantação compreendia três etapas: 1) a elaboração de uma primeira proposta detalhada do Programa, intitulada “Livro Verde”; 2) um amplo processo de consulta à sociedade sobre o tema; e 3) o plano definitivo das atividades do Programa, intitulado “Livro Branco”, levando-se em conta as ideias e opiniões colhidas no processo de consulta pública.

22. O Livro Verde foi lançado em setembro de 2000, apenas um mês após a promulgação da Lei do Fust. Como pode ser visto pela concomitância temporal, o Fust era apenas uma ideia em discussão à época de elaboração do Livro Verde. Mesmo assim, foram feitas diversas menções ao Fundo, no capítulo Universalização de Serviços para a Cidadania, que demonstram sua importância para o Programa SocInfo. O Livro Branco, entretanto, não veio a ser elaborado e o Programa Sociedade da Informação não teve continuidade a partir de 2003. Há razoável consenso entre especialistas de que essa descontinuidade se deu, entre outros motivos, pela falta de financiamento do governo federal para as diversas iniciativas planejadas.

23. A despeito de ter sido descontinuado, merece destaque a visão sistêmica e a integração presentes no Programa SocInfo. Como comentaremos na seção 5.2.1, a partir de 2003 o governo federal lançou diversas iniciativas de inclusão digital, as quais se encontram até o presente momento não integradas, dificultando assim a aplicação dos recursos do Fust.

(Relatório de Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – FUST, TC-010.889/2005-5, págs. 04 e 05, 2005)

Apesar da “visão sistêmica” das ações previstas no Livro Verde e as que deveriam ser implementadas na sequência pelo Livro Branco há descontinuidade das ações conforme aponta o relatório ou a visão estratégica equivocada de algumas das ações comprometem a eficácia das ações destinadas à universalização ou à democratização do acesso às TIC, pois as tornam fragmentadas ou descontextualizadas de um planejamento macroestratégico e, conseqüentemente, mais vulneráveis aos interesses e decisões político-administrativas dos grupos políticos instalados nas diversas esferas de poder.

Nesse contexto, reafirmamos que a instalação de telecentros é insuficiente, sobretudo se desejarmos avanços qualitativos nos programas de inclusão social e digital. Desse modo, resolverão apenas parte do processo de democratização – a oferta do acesso, desconsiderando outros aspectos igualmente importantes, como: as formas de apropriação e a contextualização local de aspectos importantes para a cibercultura como a possibilidade de criar e disseminar conteúdos na internet.

Entretanto, tais espaços são fundamentais, pois são parte das iniciativas necessárias ao enfrentamento e mitigação dos efeitos relacionados à exclusão social e digital, pois não contemplam outros aspectos fundamentais envolvidos no processo de democratização e universalização do acesso, tais como: acesso à conexão de qualidade; formação adequada para produção e acesso de conteúdos digitais numa perspectiva crítica e reflexiva, dentre outros.

Um segundo aspecto importante a ser destacado é o *modus operandi* dos telecentros que se contrapõe à perspectiva de cogestão e sustentabilidade das ações propostas para o Programa Cultura Viva. É inevitável uma análise comparativa entre o volume de recursos destinados para a instalação de telecentros e o destinado ao Programa Cultura Viva. Os montantes aplicados na implantação de telecentros – fortemente centrados em compra de equipamentos e aluguel de bandas de satélite (com exceção do GESAC) – cuja característica principal tem sido as decisões centralizadas em ministérios com baixa ou nenhuma participação da comunidade, que apenas recebem e utilizam os telecentros a partir dos modelos previamente definidos pelas diversas estruturas governamentais que gerenciam e/ou apoiam tais espaços tanto na esfera federal (ministérios e estatais) quanto na estadual e municipal (secretarias de estado, empresas públicas e municípios). No caso do Programa Cultura Viva, com um volume de recursos bem inferior (conforme mostraremos a seguir), os resultados foram infinitamente superiores, bem como os canais de diálogo com os movimentos sociais organizados e com incentivo às diversas ações no escopo do programa, envolvendo diferentes frentes - incluindo o cultural, o tecnológico e o jurídico.

A disparidade verificada no volume de recursos destinados para essas ações de governo, que, embora atuem no mesmo campo, são conceitualmente diferenciadas, nos faz refletir sobre as razões que levam a tal decisão. Inferimos que uma das

possibilidades é a facilidade no *modus operandi* do primeiro modelo, centrado basicamente em um conjunto de ações que envolvem: aquisição de equipamentos; adequação de espaço físico; oferta de conexão à internet; manutenção e suporte das atividades. Ou seja, um conjunto de ações de fácil implementação pelas diversas instâncias governamentais, cuja operacionalização já foi assimilada pelos sistemas orçamentários dos governos.

Entretanto, cabe uma ressalva relacionada à formação e remuneração dos recursos humanos necessários à operacionalização dos telecentros. A verificação de problemas relacionados à descontinuidade, dificuldades na manutenção de equipamentos, oferta de cursos e atividades relacionadas à conexão à internet nesses espaços levou o governo a desenvolver um programa denominado de telecentros-BR, que visa destinar apoio logístico e financeiro para a formação de recursos humanos a serem alocados pelos telecentros. Trata-se de um esforço governamental em tornar as ações desenvolvidas pelos telecentros mais atrativas e menos intermitentes.

No modelo de cogestão proposto pelo Programa Cultura Viva, há uma radicalização no *modus operandi*, que transfere à sociedade civil a responsabilidade na definição das prioridades, aplicação e gestão de recursos, conforme abordamos nos tópicos anteriores. No entanto, devido a razões políticas, orçamentárias, burocráticas e conceituais, as estruturas de governo não assimilam esse modelo e resistem às propostas que trazem em seu bojo um potencial inegável para a descentralização e democratização das ações de governo, inclusos acesso e aplicação de recursos públicos. Ao contrário, o que percebemos foi um forte enfrentamento desse modelo por parte da burocracia e das estruturas de poder do Estado, visando desqualificá-lo e inviabilizá-lo.

A democratização e ampliação da conexão e das possibilidades de uso de recursos disponíveis nas redes digitais por jovens e cidadãos de menor renda, seguramente, pode ser apontada com o principal benefício dos telecentros públicos. Embora nesses modelos, além das questões orçamentárias e de gestão, outro aspecto mereça reflexão: o risco que a uniformização exacerbada oferece para os usos e apropriações das TIC, comprometendo as iniciativas livres, criativas e diversas, em detrimento ao uso padronizado que geralmente ocorre nesses espaços.

Entendemos que as práticas destinadas a assegurar as diretrizes e infraestruturas macro que assegurem sua sustentabilidade e/ou de políticas públicas, apesar de necessárias, deverão preocupar-se com a garantia de espaços capazes de estimular a diversidade e a criatividade a partir das demandas e realidades culturais locais. Portanto, é importante que estejam sempre atentas aos riscos da uniformização e controles exacerbados.

As reflexões e sugestões aqui apresentadas não pretendem oferecer respostas prontas para as temáticas abordadas. Esse registro tem a função de fazer o contraponto entre duas concepções diferenciadas para enfrentamentos de problemas similares, cuja disparidade abissal na aplicação e forma de gestão dos recursos pode ser constatada nos dados que apresentamos. Esperamos, entretanto, que contribuam para um planejamento mais cuidadoso das ações que estruturam os programas voltados a fomentar a democratização de acesso às TIC e propostas de inclusão social e digital, pois elas desvelam algumas questões sob as quais vale a pena debruçar em outros espaços de reflexão, dentre elas:

- A necessidade de comparar o custo/benefício entre as estratégias adotadas;
- As questões que vinculam o modelo adotado por telecentros aos riscos da homogeneização e padronização, bem como o engessamento das diversidades;
- O caráter excessivamente bancário e escolar (no sentido de transmissão de conhecimento) de algumas propostas;
- Os riscos relacionados ao aparelhamento e usos inadequados desses espaços;
- Questões relacionadas à apropriação superficial e reprodução de padrões tecnológicos com efeitos para outros setores sociais e para a educação;
- Os desafios para a manutenção e sustentabilidade dessas propostas;
- O mascaramento de dados quantitativos e estatísticos relacionados aos níveis de uso de tecnologias e internet no Brasil;
- E o uso desse modelo enquanto paliativo para retardar o enfrentamento na raiz dos problemas que efetivamente são causadores do quadro de exclusão.

Nossa experiência e o histórico das ações governamentais nesse campo nos fazem inferir que o baixo percentual de execução das despesas destinadas aos programas

de inclusão digital não são resultado apenas da inexistência de recursos ou da incapacidade de execução orçamentária por parte dos agentes governamentais. A reflexão sobre as questões apontadas acima contribuirá para avançarmos na proposição de modelos que possam contribuir para superação das desigualdades nesse campo.

Observamos ainda, que a estratégia de financiamento e aporte de recursos públicos para a melhoria da infraestrutura no setor de telecomunicações ainda não possui um caráter definitivo, estando frequentemente vinculada à capacidade de execução orçamentária. O principal instrumento criado com a privatização do sistema foi um fundo público para financiar a expansão necessária à universalização dos serviços de telecomunicação, denominado de FUST, fundo constituído através do repasse de 1% (um por cento) do valor cobrado nas contas telefônicas, cuja gestão e plano de aplicação dos recursos ficaram a cargo do governo federal.

Nos anos que se seguiram à criação do FUST, verificou-se um crescente acúmulo de numerário disponível no fundo, que atingiu, em maio de 2009, a cifra de aproximadamente R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais). No entanto, nesse período, os recursos foram utilizados apenas para que a União atingisse as metas de *superávit* primário, definidas pelos organismos financeiros internacionais.

Mostraremos, na tabela 02, a relação entre os recursos destinados pelo orçamento de 2008 aos programas de inclusão digital e a economia realizada pelo governo para constituir o *superávit* primário, assinalando a contribuição dos recursos do FUST para esta formação.

TABELA 02

ANÁLISE COMPARATIVA DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUST EM
 RELAÇÃO AOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL DO GOVERNO FEDERAL
 E À ECONOMIA DE RECURSOS PARA A FORMAÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

RÚBRICAS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO NO ANO BASE DE 2008	Total em reais dos recursos alocados no orçamento de 2008	Análise dos números em relação ao FUST
Montante de recursos contingenciados no OGU para a formação de <i>superávit</i> primário.	14,2 bilhões (1)	Os recursos do FUST contingenciados pelo governo federal correspondem a quase metade da contribuição direta do orçamento anual para a formação do <i>superávit</i> primário.
Programa Cultura Viva (implantação dos PDC, formação de pessoal, gestão do programa e outras atividades relacionadas à educação e cultura junto às comunidades)	144,8 milhões	Os recursos destinados para a instalação e manutenção dos PDC correspondem a menos de um por cento do montante total do FUST e a menos de 15% da média de arrecadação anual do fundo (R\$1 bi aproximadamente).
Inclusão digital: Implantação e manutenção de telecentros, projeto Casa Brasil, Centros de Recondicionamento de computadores (CRC), gestão e manutenção do programa e operação de sistema de acesso à banda larga.	194,7 milhões	Os recursos destinados correspondem à aquisição de equipamentos para a instalação de telecentros e apenas 22,79% (vinte e dois vírgula setenta e nove por cento) dos recursos previstos pelo orçamento de 2008 haviam sido executados até maio de 2009. Os recursos destinados ao FUST permaneciam quase que totalmente sem destinação para programas de inclusão, servindo somente a composição dos volumes de reservas do tesouro.
TOTAL DE RECURSOS ARRECADADOS PELO FUST ATÉ 2008	7,0 bilhões (2)	Do montante de recursos arrecadados até 2008 pelo FUST, apenas uma pequena parte foi aplicada em programas de acessibilidade e conexão de escolas - criação de um sistema especial de comunicações para portadores de necessidades espaciais entre outros, ainda não concretizados - representando menos de 1% (um por cento) do total do fundo.

Fonte: Orçamento Geral da União com considerações do autor

(1) Valor não correspondente ao total de recursos destinados à formação de *superávit* primário. A composição do *superávit* envolve o aporte de recursos oriundos de outras fontes, algumas extraorçamentárias como as oriundas de estatais.

2 - Valores aproximados.

A tabela acima mostra que o total dos recursos destinados pelo orçamento da União para programas de inclusão digital em 2008 (aproximadamente R\$340 milhões) não corresponde nem a 5% (cinco por cento) do montante dos recursos já

contingenciados pelo governo federal para a formação de *superávit* primário (aproximadamente R\$ 7 bi até 2008). Ou seja, ao longo dos últimos anos, os recursos destinados a democratizar e ampliar o acesso às TIC, conforme previsto pela lei que instituiu o FUST e aprovada durante o processo de privatizações, foram destinados a outros fins, seguindo decisões políticas que comprometem o acesso às tecnologias para as populações historicamente excluídas.

Além disso, dos recursos previstos pelo orçamento, conforme detalhado na Tabela 01, uma parcela considerável é destinada para objetivos diversos da sua função real, seja para a formação de *superávit* ou para outras formas de contingenciamentos necessários ao fechamento das contas públicas. O resultado dessas práticas durante o ano fiscal de 2008 foi uma aplicação de apenas 18% (dezoito por cento) do total de recursos alocados, o que corresponde a um montante de aproximadamente 65 milhões de reais efetivamente investidos em ações de inclusão digital até o mês de maio de 2008.

Durante as análises de dados e incursões de campo, foi possível inferir que alguns fatores são preponderantes para que prevaleça o modelo de distribuição de recursos orçamentários que destacamos e analisamos acima, dentre os quais:

- A eminente necessidade de cortes e reformas orçamentárias, que consideram apenas os modelos tradicionais, concebidos e submetidos às exigências de metas de *superávit* primário estabelecidas pela União, fator determinante para o contingenciamento das despesas no setor pelo governo federal;
- O não tratamento das ações nesse campo, como prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento nacional em áreas como a educação, a ciência, a cultura;
- Falta de articulação entre os diversos órgãos governamentais nas esferas de governo, responsáveis pelas ações em curso nesse campo. Uma maior articulação contribuiria para neutralizar a inadequação e ineficácia da burocracia estatal nos processos que envolvem a execução dos diferentes programas, ações e ou políticas públicas de governo nesse setor.

4.3. Conflitos e embates do interior das instituições estatais: fatores determinantes para o acesso e distribuição de recursos governamentais

Além dos dados citados, existem outros mecanismos ideológicos de Gestão do Estado, discursos e matrizes teóricas que se preocupam com a racionalização e a eficiência na aplicação e gestão de recursos governamentais. Isso contribui para que ações com o viés e arcabouço teórico e ideológico como o Cultura Viva não sejam tomadas como prioridade pelo Estado ou pela totalidade do governo. Tal visão de gestão estatal costuma privilegiar propostas hegemônicas, cujo verniz modernizante disfarça suas verdadeiras intenções.

Essa perspectiva de ação governamental contribui para provocar conflitos que geram embates entre diferentes correntes de pensamento no interior das instituições estatais, estejam elas atuando em um mesmo nível de governo ou em diferentes níveis de gestão. Assim, esses conflitos contribuem para desestruturar e inviabilizar políticas e ações, sobretudo, as que são consideradas pela corrente racionalizadora e financista, como impossíveis de fiscalização e gestão pelo Estado ou como conflitantes com o nosso sistema jurídico-orçamentário.

Nesse sentido, quando ações e/ou políticas de governo propõem trazer o cidadão e a sociedade civil para protagonizarem de forma colaborativa e autônoma na formulação e gestão de políticas governamentais, agrega-se ao ambiente conflituoso e de prioridades viciadas, já existente no interior das instâncias decisórias do Estado, mais um elemento de conflito: o ciberativismo global e descentralizado. Como tal postura e forma de organização e ação civil são recentes, não existe uma postura clara por parte do Estado brasileiro, nem de seus agentes, assim como os cidadãos militantes em instâncias da sociedade civil organizada não têm respostas e metodologias para lidar com todo o emaranhado de pendências e problemas resultantes.

Assim, diferentes possibilidades e demandas sociais fomentam embates político-ideológicos e questões de cunho prático, desconsideradas durante a formulação dessas ações e/ou políticas públicas, resultando na sua fragmentação e a

descontinuidade de muitas dessas questões. Isso, quando não acontece uma ausência e inoperância total do Estado que delega ao mercado e à iniciativa privada, responsabilidades que deveria tomar como prioritárias.

Nesse sentido, os mecanismos ideológicos e hegemônicos de Gestão do Estado atuam na operacionalização da aplicação e gerenciamento de recursos governamentais, contribuindo para que nem sempre ações que visam autonomia e sustentabilidade, sejam tomadas como prioridade. Ao contrário, ações que prestigiam o protagonismo social e a cogestão, invariavelmente, costumam ser rechaçadas pelos governos. A visão de gestão estatal que privilegia as propostas hegemônicas confronta diretamente um dos fundamentos da nova política da cultura brasileira, compreendida como “parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país [...] de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante” (MONTES, 2009, p. 82).

Assim, diferentes discursos e visões contribuem ainda mais para provocar conflitos no interior dos governos, gerando embates entre as diferentes correntes de pensamento que costumam se instalar no interior das instituições estatais, estejam elas atuando em um mesmo nível de governo ou em diferentes níveis de gestão. Quando essas correntes se apropriam dos governos, em muitos casos, elas desmantelam e inviabilizam políticas e ações, por mais bem sucedidas que sejam.

Desse modo, as respostas e metodologias para enfrentar o problema da descontinuidade ainda precisam ser pensadas e incorporadas aos marcos jurídicos e regulatórios de um conceito de Estado em transformação. Entretanto, alertamos que essas devem compreender o Estado não como produtor cultural ou apropriador da cultura popular, mas como agente fomentador das (re)significações populares, conforme propõe Vilutis (2009):

Assim como o Estado não é produtor de cultura, tampouco deve seguir a lógica da indústria cultural do entretenimento e repetir os padrões de produção, consumo e fruição consagrados pelo mercado. Outra concepção de política cultural que deve ser recusada é a populista, em que o Estado se apropria dos sentidos da cultura popular, ressignificando suas formas e conteúdos para que o povo se reconheça e as identifique como suas (p. 47).

Nesse sentido, os PDC visam estimular maneiras diferenciadas de se apropriar das tecnologias. Nele, o propósito central é proporcionar aos autores presentes nos espaços onde estes se instalam, a construção de autonomias e formas alternativas de acesso e produção de culturas a partir e suportadas por recursos digitais ou em meios tradicionais, na perspectiva de permitir que as formas da cultura popular possam convergir para o digital, ao mesmo tempo em que resistem aos meios hegemônicos de produção e distribuição contemporâneos. Sobretudo, permitindo a esses sujeitos/autores a perspectiva de apropriarem-se dessas técnicas e de compreendê-las criticamente enquanto um novo recurso nos embates políticos e sociais de nosso tempo.

Assim, as práticas sociais e culturais no universo da cibercultura que se consolidam a cada dia, enquanto fenômenos sociais abrangentes e complexos, integrando e convergindo diferentes meios e perspectivas comunicacionais, assumem importantes papéis de aliados nas novas disputas que vão se delineando a partir desses novos contextos, tanto quanto para o *modus operandi* que determinará a forma como ocorrerá o uso e a apropriação das TIC e a sua (re)significação enquanto recurso para a produção de informações, numa perspectiva contrainformacional através desses espaços.

Entendemos que é no vazio provocado pela ausência das ações do Estado que os agentes de mercado instalam-se, determinando tanto a forma quanto a qualidade do acesso aos universos da cibercultura à disposição dos cidadãos. Sob a lógica do mercado, as formas de apropriação tendem a ser desiguais e geograficamente concentradas, e os fluxos de difusão das informações serão centralizados e baseados no potencial de consumo dos cidadãos, modelo já incorporado pelos meios de comunicação de massa tradicionais. Se desejarmos construir movimentos contra-hegemônicos, as interações ocorridas em ambientes que se mostrem diversos e multiculturais precisam ser fomentadas e fortalecidas pelos governos.

Consideramos que as dificuldades e contradições surgidas nesse percurso e os processos de relacionamento entre os movimentos populares organizados e o Estado, deverão ser tomados como objetos de intensas investigações e análises, no sentido de contribuir para a proposição de novas bases e marcos jurídicos que

avancem na regulação das relações entre Estado e sociedade, tornando seus marcos regulatórios e normatizadores mais adequados ao atual estágio de desenvolvimento cultural e tecnológico.

CAPÍTULO V - INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E ATIVISMO: INDUTORES DE CONSOLIDAÇÃO E PERENIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesse capítulo analisaremos alguns fatores que contribuem para que as ações governamentais em tela tornem-se extremamente necessárias para o exercício da cidadania nas sociedades contemporâneas, seus vínculos com os interesses de mercado, com os aspectos da cultura e exercício da democracia. Entendemos que a ampliação do acesso aos contextos ciberculturais, deve considerar aspectos para além da indústria de telecomunicações e eletrônica, do aumento dos mercados potenciais para diversos segmentos de comércio de produto e serviços em escala global, devem ter sempre como arcabouço central, aspectos culturais, sociais e políticos contemporâneos.

A ausência ou a presença insuficiente e adequada do Estado enquanto fomentador e indutor de tais ações, possui origens diversas. A seguir, pontuaremos alguns desses argumentos por considerá-los de maior importância.

Em sua raiz, apontamos a herança social resultante de séculos de apropriação do Estado brasileiro por oligarquias e elites. As formas clientelistas que ao longo de séculos permearam as relações entre o Estado e esses grupos, mormente ao permitirem que atuassem sempre numa perspectiva de locupletação do Estado, usando suas estruturas de poder em benefício próprio, criando privilegiados que se comportam como “donos do Estado”, aprofundando desigualdades regionais e fortalecendo economicamente grupos privados e castas burocráticas em diferentes níveis de governo que desenvolveram e aperfeiçoaram formas eficazes de colocar a res pública a serviço de seus interesses, quase sempre à mercê de controles sociais e legais.

Acreditamos centrar-se nesse ponto o aspecto crucial das tensões que apontamos nesse estudo, pois estas surgem do embate entre os que pretendem continuar se locupletando das estruturas de Estados e os que defendem novas formas de conduzir os aspectos de gestão e políticos fundantes do papel estatal, que a nosso ver ainda não acompanham as possibilidades organizacionais potencializadas pela cibercultura.

As consequências da concentração de poder nas mãos de determinados estratos sociais, favorecem a desigualdade social e a concentração de renda, presentes na realidade social brasileira há séculos. O estado figura como indutor natural desses processos e, ao invés de favorecer, impossibilita que os cidadãos acessem de forma ampla os benefícios dos serviços de telecomunicações, fator que contribui para o agravamento do problema, tornando a demanda pela intervenção estatal ainda mais emergencial e necessária.

Outro argumento é o de que a modernização tecnológica causa “analfabetismo funcional” gerando desemprego estrutural; para combatê-lo é preciso formar para o uso das TIC. Tal formação, na maioria das vezes, estrutura-se a partir de formas de apropriação instrumentalizantes. Assim, justificam a necessidade de qualificação profissional com ênfase nas tecnologias digitais, pois seria uma forma de melhorar a qualificação da massa trabalhadora, que deve contentar-se com o desempenho de atividades onde será necessário apenas decodificar minimamente letras, frases, textos curtos e números, sem necessidade de interpretar ou apropriar-se desses processos.

Os discursos que se afiliam a essa vertente e necessidade de requalificação profissional das massas trabalhadoras consideram a “inclusão digital” uma maneira eficiente para o enfrentamento do chamado desemprego estrutural e da desqualificação profissional, dado os avanços e o intenso uso das TIC verificados nos setores industriais e de serviços, e, em alguns casos, até no setor primário da economia.

Os signatários desse argumento consideram que a forte simbiose entre a indústria moderna e os sistemas de informação contemporâneos tornam necessários aumentar a oferta de espaços de uso e apropriação dessas tecnologias, que passam a ser concebidos como “espaços de adestramento”, destinadas a treinar massas de trabalhadores para manipular determinadas interfaces e/ou sistemas técnicos e assim livrá-los da situação de “analfabetismo tecnológico”, tornando-os “qualificados” para as realidades tecnológicas do atual mercado de trabalho.

Entendemos que essa perspectiva apresenta problemas por desconsiderar outros aspectos igualmente importantes para a existência de uma massa de desempregados estruturais. Entre estes, destacamos os altos níveis de concentração de renda e de tecnologias em determinadas regiões do planeta; o caráter artificial dos fluxos e operações nos mercados de capitais e o elevado índice de concentração de renda e dos meios de produção em parcelas ínfimas da população.

Outros problemas relacionados a esse argumento são o seu caráter instrumentalista e de subordinação aos interesses dos mercados, na medida em que aborda a necessidade de formação apenas para usar superficialmente o potencial das TIC; e a sua perspectiva voltada às necessidades dos sistemas hegemônicos, consideradas suficientes para a solução de problemas inerentes ao desemprego estrutural.

Essa forma de compreensão do problema desconsidera que, para perceber a funcionalidade de tais sistemas, não bastará apenas o aprendizado básico de determinadas aplicações ou interfaces, onde a memorização de alguns comandos e/ou botões é considerada como suficiente para a qualificação funcional dos indivíduos. O que observamos permite inferir que se faz necessária uma apropriação social e cultural desses recursos, estruturada a partir de uma análise mais ampla e crítica dos aspectos técnicos, políticos e econômicos que envolvem o atual estágio de desenvolvimento tecnológico da sociedade. Uma visão superficial do problema remonta ao início da industrialização, cujos detentores dos meios de produção e do capital precisaram preparar as massas operárias “requalificando-as” para fazer funcionar as linhas de montagem e a maquinaria que consolidou a revolução industrial. Tal fato, acrescentado ao movimento de transmissão de plantas industriais das empresas e conglomerados que detêm as tecnologias que sustentam o atual estágio da técnica para países ditos “em desenvolvimento”, a nosso ver, denota uma reedição desses processos.

Ao reeditar esse discurso, em contextos de intensos fluxos de informação e profundas mudanças nas formas de construção do conhecimento, corremos o risco de incorrer nos mesmos erros do passado. Entre eles, podemos destacar as formas

autoritárias na tomada das decisões e condução das políticas e/ou ações de governo e a exclusão da sociedade civil organizada dos debates acerca da temática, intensificando os efeitos desastrosos ocorridos durante o percurso tecnológico e social que consolidou a sociedade industrial.

O crescente processo de automação das linhas de produção e a irreversibilidade desses processos tornaram necessárias as realocações de enormes contingentes de mão-de-obra, hoje obsoletos, em diversos setores da economia. Esta, também, é uma das alegações presentes nos discursos. Os defensores de tais medidas acreditam que essa situação poderá ser enfrentada através de propostas de apropriação das TIC, numa perspectiva de formação de inovadores arranjos produtivos destinados à criação de outros postos de trabalho, de características mais adequadas ao atual contexto tecnológico.

Entre os setores mais propícios para o surgimento desses novos arranjos produtivos, estariam aqueles ligados à produção cultural, entretenimento, comunicação, setor de serviços, além de setores ligados à inovação tecnológica e à eletroeletrônica, no tópico seguinte refletiremos sobre a construção de políticas capazes de atuar na indução de tais processos, à luz do observado no Programa Cultura Viva.

5.1. Autonomia e cogestão: possibilidades e desafios para a construção de políticas públicas perenes e sustentáveis

Reconhecidamente, ações, como o Programa Cultura Viva, que implementaram os PDC, conferem às classes populares maior protagonismo político em relação a algumas propostas que reservam a esses setores apenas uma atitude passiva diante das TIC. Contudo, observamos que há um movimento de forças contrárias que se articulam de forma antagônica: estimulando certo protagonismo social e cidadão em relação à produção de conteúdos digitais e até possibilitando a proposição de ações de governo e/ou de políticas públicas para o setor, percebendo os sujeitos sociais como coautores do processo; enquanto outras forças atuam para

cooptar ou neutralizar a ação desses movimentos, entretanto, não podemos apontar mudanças de caráter estrutural em relação às políticas públicas.

Estudiosos dos problemas da sociedade brasileira, como o sociólogo Francisco Oliveira (1998), percebem avanços na condução dos nossos processos políticos. Em seus estudos, constatou que as classes populares brasileiras conseguiram, nas últimas décadas, importantes avanços que culminaram na transição de um cenário onde a hegemonia era exercida por governos autoritários que vinculavam o crescimento econômico às formas autoritárias e arbitrarias de governos exercidos pela força, para outro onde os avanços sociais e econômicos são justificados e referendados pelo discurso da inclusão e mobilidade social. Contudo, tais mudanças ainda se mostram insuficientes para superar o imenso fosso das desigualdades sociais brasileiras.

No Brasil, a política é uma invenção das classes dominadas. Elas foram capazes de deslocar a política dos eixos que o Estado autoritário fazia transitar para um outro eixo, para o eixo do desafio à ordem autoritária. Isso aparecia sob diversas formas. Aparecia na constatação da política salarial do governo pelos principais sindicatos. Isso se transformou num rastilho de pólvora. Aparecia no eixo das mudanças da política autoritária para as reivindicações sociais. (OLIVEIRA, 2001, p. 56)

Esses fatos políticos não foram capazes de romper a resistência e superar os feudos burocráticos, que continuam sob controle das oligarquias, que sobrevivem da presença das classes dominadas na política brasileira, encastelando-se em instâncias institucionais e políticas, lançando mão de amplos artifícios internalizados pelos aparatos de Estado, ao longo das décadas.

A sobrevida das oligarquias, que ainda controlam os aparelhos de Estado, parece contribuir para uma apatia estatal em relação às demandas sociais, mesmo em cenários políticos onde a presença e a organização civil das classes populares ocorrem de forma mais intensa, contribuindo para a eleição de governos, cujos projetos políticos vinculam-se às correntes políticas do campo popular e democrático, comprometendo-se, em tese, com as classes sociais menos favorecidas.

Os efeitos práticos dessa realidade política parecem manifestar-se com maior clareza e intensidade nas situações em que mesmo a despeito de discursos inovadores e supostamente comprometidos com as demandas sociais, as práticas dos governos não avançam no sentido de provocarem reformas estruturais. O caráter específico e restrito dessas ações contribui para que as transformações provocadas produzam efeitos apenas em determinados segmentos, sobretudo, os mais organizados e capazes de exercer maior pressão sobre os governos.

Observamos que práticas comuns à burocracia estatal, ocorridas durante a execução das ações de governo, contribuem para o favorecimento de interesses exógenos em detrimento do atendimento às reivindicações das classes sociais com menor poder de organização. Tal fato compromete a execução das ações, tornando-as pouco eficientes e insuficientes no enfrentamento das diversidades e das demandas sociais, culturais e econômicas das localidades onde se instalam. O resultado disso é que, em sua maioria, a exemplo de telecentros e infocentros acabam atuando de forma precária e superficial, apenas ofertando acesso a pontos de conexão à internet e o manuseio de determinados *softwares* básicos necessários às apropriações iniciais desses recursos técnicos.

Essas formas de apropriação ocorrem sem uma reflexão crítica acerca dos conceitos, saberes e técnicas que estruturam as tecnologias presentes nos ambientes com os quais passam a interagir. Nesse sentido, os PDC se mostram diferenciados, na medida em que propõem outras formas de apropriação, em que as TIC deixam de cumprir papéis utilitaristas a partir de perspectivas de formação instrumental para serem apropriadas enquanto recursos de produção audiovisual a partir dos contextos artísticos e culturais locais.

As concepções de planejamento e do papel do Estado, frente a essas demandas, partem de pressupostos, discursos e planos governamentais ainda não consolidados, tanto do ponto de vista conceitual como do modelo de gestão das ações impetrados pelos governos. Essa nossa assertiva deve-se às constatações realizadas a partir da observação que fazemos já a alguns anos das principais ações governamentais nesse campo e, também, a partir das análises no orçamento da União para 2008. Nelas, verificamos a inexistência de mecanismos capazes de

estabelecer prioridades, metas e, sobretudo, maior articulação entre as ações desenvolvidas pelos diversos órgãos e esferas governamentais.

Em que pesem nossas reflexões sobre a submissão dos Estados aos mercados, controlados por agentes econômicos privados e desterritorializados, vale ressaltar que as transformações pelas quais passam os processos de mundialização econômica provocam nas sociedades intensos fluxos de concentração de capital e, por vezes, moedas e papéis contaminados espalham-se pelo globo (vide a recente crise de 2009 com os *subprimes* que tiveram origem no mercado imobiliário americano), o que faz com que as relações sejam constantemente permeadas por contextos onde as economias frágeis tendem a ser vítimas desses processos e a comunicação por meio das TIC seja cada vez mais intensa e responsável pelas integrações de mercados.

É possível inferir a partir das análises de Ianni (2007), que as forças econômicas e políticas que orientam esses processos agem a partir de vertentes homogeneizadoras, subjungando interesses e culturas locais. Ou seja, mesmo em seus processos geoeconômicos locais e regionais, essas correntes e forças acabam por comprometer o potencial existente nas diversidades das linhas de produção de seus próprios mercados.

Também há os que se iludem com a ideia de que a globalização implica integração, ou homogeneização, compreendendo a dissolução das diversidades ou identidades. São muitos os que alegam que o globalismo é apenas manifestação do imperialismo desta ou daquela nação mais poderosa, por meio de suas empresas, corporações ou conglomerados. Esquecem que as transnacionais desenraízam-se progressivamente, planejando e concretizando as suas atividades em termos de geoeconomias próprias, muitas vezes alheias as peculiaridades ou indiossincrasias de governos nacionais. (IANNI, 2007, p. 189 – 190)

Embora concordemos com Ianni (2007), cabe ressaltar que é evidente que essas diversidades serão renegadas a segundo plano, ou passarão despercebidas, se os

governos nacionais se submeterem às agendas e interesses de corporações e governos hegemônicos; pois, sob essas condições estarão transferindo para esses agentes a responsabilidade de detectar e usufruir os benefícios da diversidade apontada por Ianni (2007).

Partindo de uma perspectiva crítica dessas questões, é preciso analisá-las não apenas a partir dos discursos que as implementam, mas também levando em consideração os escopos políticos, sociais e econômicos que determinam os contextos macros nos quais são reivindicadas, planejadas e implementadas. Em muitos desses contextos, os fatores preponderantes são os relacionados à necessidade de consolidar mercados “além fronteiras”, onde a ênfase ao consumo e contradição dos embates pela produção e controle dos fluxos de informação desvelam o caráter (des)humanizador e mercantilista da cibercultura.

Portanto, devemos considerar o fato que, para tornarem-se políticas públicas, dentre outras questões de cunho técnico e político, elas devem ser tomadas como dever do Estado e direito fundamental e básico dos cidadãos. Se considerarmos esse aspecto, não será difícil constatar que a atual configuração e estágio das ações governamentais situam-se muito aquém de conceber o acesso às TIC como um direito básico, destinado a proporcionar perspectivas de apropriações técnicas, culturais e sociais das novas formas de comunicação e de acesso aos meios de produção e difusão da informação, proporcionadas pelas TIC.

Interferências exógenas também podem ser analisadas como sintomas que demonstram o esvaziamento do conceito de Estado-nação, atualmente colocado em cheque pelo contexto de globalização dos mercados capitalistas, o que para Ianni (1996) liga-se à ideia de globalismo, na medida em que provoca anacronismos, transformando-se numa quimera os conceitos de soberania e de Estado-nação, no atual contexto de desaparecimento das fronteiras territoriais provocado pelas TIC. Para o autor, o Estado-nação, como figura e principal ator do conceito de soberania nas democracias liberais, tem o seu papel usurpado por outras forças, principalmente aquelas ligadas aos mercados, devido às novas exigências para o atual ordenamento jurídico mundial e as relações internacionais.

É nesse contexto transformador do conceito de Estado-nação que as nações ditas “em desenvolvimento” perpetram suas buscas por novas formas de inserção na economia globalizada, controlada por nações hegemônicas, ditas “desenvolvidas”. Nesse sentido, a atual conformação geopolítica do sistema-mundo pode ser tomada como arcabouço para os discursos do governo brasileiro em torno das ações destinadas a democratizar e ampliar o acesso às TIC.

Entendemos que pensar tais possibilidades de transformação a partir dos contextos da cibercultura é o desafio central colocado aos governos. Repensar suas ações tendo como meta a construção de políticas públicas sustentáveis nos universos conflituosos e desiguais onde ocorrem as relações entre Estado, sociedade e TIC, ponderando a importância desses embates e conflitos para a construção da sustentabilidade dessas ações de governo parece-nos fundamental para fortalecimento desses processos.

Consideramos então, que alguns desses conceitos a serem desenvolvidos virão assumir papéis basilares para as ações e ou políticas públicas que desejarem estimular práticas que favoreçam liberdade de criação, autonomia e sustentabilidade; fundamentadas no compartilhamento e difusão do conhecimento por meio das redes digitais. Cabe, entretanto, salientar que, tais proposições assim como os cursos d'água, devem ser perenes, porém dinâmicas, já que possuem um caráter fluido e mutante, próprio das relações sociais, inter e intraestatais.

Para nós, cogestão e autonomia são complementares; gestão compartilhada entre Estado e sociedade, mesmo em ações de pouca complexidade, não terão êxito sem a construção de autonomies locais. As experiências mais exitosas no Programa Cultura Viva mostraram que os projetos que alcançaram maior longevidade e independência foram justamente os que ousaram na busca de autonomia, inclusive financeira, e, quando isso ocorre, o Estado evolui de um parceiro financiador da ação (podendo inclusive cooptá-la ou inviabilizá-la, caso os recursos cessem) para um parceiro articulador, que embora continue desenvolvendo importante papel na cogestão e no fortalecimento da ação, passa a não interferir mais na ação, que uma vez autônomo conceitual e financeiramente, pode ser executado a sua revelia.

5.2. Hackeando o Estado: práticas e possibilidades contra a burocracia e a centralização

Nesse tópico, refletiremos sobre o caráter inovador das estratégias utilizadas para descentralização e democratização do acesso a recursos orçamentários na construção de políticas públicas e as práticas de coletivos *hackers* que mostraram ser possível pensar um Estado mais fluído e descentralizado, estruturando formas e apropriações sociais e culturais das TIC, capazes de ampliar os espaços democráticos, transformando o *modus operandi* estatal.

Sobre a proposta conceitual de *hackear* o Estado, é importante ressaltar que o termo *hackear* é entendido a partir do significado do verbo em língua inglesa “To hack”, que significa cortar, entalhar, transformar, dentre outras significações verbais, substantivas e adjetivas. O que para os contextos dos códigos e algoritmos computacionais e da cultura digital pode ser entendido como “ir a fundo, compreender profundamente um código, um problema computacional”, nos contextos da ação estatal, *hackear* pressupõe rompimento com sua estrutura hierarquizada e centralizadora, ampliação e contextualização do conceito de democracia para os universos da cibercultura e o aprofundamento de questões éticas e culturais que há séculos transformaram as estruturas de Estado em espaços de favorecimento e locupletação da esfera pública, com profundos reflexos nas questões sociais e econômicas da nação.

Reflexões sobre como poderemos utilizar as tecnologias digitais de comunicação para aprofundar questões como democracia direta e combate à burocracia, corrupção para combater o *modus operandi* das estruturas oligárquicas de poder, apontam para a construção de maneiras de apropriação dessas técnicas enquanto espaços estruturantes de novas formas de pensar e agir nos contextos da sociedade civil e do Estado. Partimos do pressuposto que toda ação governamental interfere no processo de apropriação social das TIC, sendo que em alguns casos os contextos e modos de apropriação independem de ação direta dos governos.

Construímos nossa proposta de uso das TIC enquanto desencadeador de processos capazes de *hackear* o Estado numa perspectiva antiburocrática e de fortalecimento da democracia a partir da ampliação e reformulação de conceitos nos cenários

contemporâneos onde os embates entre sociedade civil e Estado, são sentidos de forma mais intensa e desterritorializada, pois estruturam-se a partir de polos de interação, cuja abrangência interfere em diferentes aspectos da relação Estado e sociedade tanto em contextos locais quanto transnacionais.

As relações sociais, intensamente permeadas pelas TIC no mundo contemporâneo, suscitam diversos níveis e forma de ressonância social pela capacidade ímpar que possuem de replicar no ciberespaço práticas sociais, que antes só seriam possíveis nos espaços de convivência real a partir dos cotidianos dos diversos coletivos humanos. Nesse sentido, construiremos nossa proposta conceitual de como estas poderão ser apropriadas para *hackear* o Estado, a partir de três eixos de reflexão.

Inicialmente refletiremos sobre o potencial para a massificação, comunicação e reprodução de comportamentos e ações, cada vez mais articuladas em redes descentralizadas e desterritorializadas além das fronteiras. As TIC, nesses contextos, funcionam como uma espécie de estruturante de formas de desestruturação do *modus operandi* de governos e Estados, funcionando como uma espécie de caixa de ressonância virtual que rompe as bordas entre os universos virtuais e físicos. Para exemplificar, apontamos alguns aspectos necessários à compreensão de como ocorrem estas articulações:

- a) Através de formas de apropriação das técnicas digitais que, de forma natural, são potenciais fomentadoras e difusoras de conteúdos culturais em meios digitais, interferindo de intensamente em contextos locais, refletindo nos campos políticos, econômicos e sociais, a partir de formas de interação virtual/local;
- b) Viabilizando o acesso dos cidadãos a ambientes capazes de subverter os polos emissores e receptores de informação;
- c) Possibilitando convergência e diversificação de conteúdos que passam a dispor de diferentes canais de acesso e disseminação de informações, numa perspectiva de fortalecimento da diversidade, suprimindo as tentativas de utilização dessas técnicas para restringir ou negar seu potencial criativo e diverso;

d) Permitindo acesso a espaços potencialmente fomentadores de novas práticas democráticas, sociais e políticas;

e) Fomentando interações sociais a partir de perspectivas crítica e reflexiva, capazes de ampliar horizontes e desencadear ações inovadoras nos contextos locais.

Outro importante eixo de análise e reflexão de como transformar a atividade estatal é compreender interferências e ruídos presentes na indefinição dos papéis da esfera pública e da esfera privada nos contextos da comunicação digital. Os usos e apropriações da TIC subordinados aos interesses de mercado e às crescentes tentativas de controle dos espaços de produção e difusão de conteúdos e informações por meio da imposição de padrões técnicos e normas jurídico-legais mostram que as iniciativas para a democratização de acesso às tecnologias digitais estão sob ameaça. Nesse sentido, radicalizar o estímulo às formas de apropriação e de uso das TIC numa perspectiva capaz de *hackear* o Estado em seus aspectos organizacionais e políticos, torna-se um debate central de nosso tempo e nos remete para a reflexão sobre alguns aspectos inerentes às esferas público e privadas, quais sejam:

a) Perceber as TIC enquanto estruturantes de novos nichos de mercado, onde a viabilização de produtos e serviços relacionados às TIC, ou que poderão ser possíveis tendo estas como facilitadoras, serão beneficiadas pelas ações de democratização do acesso;

b) Avançar nas políticas industriais no sentido de superar o modelo de concessão de incentivos fiscais, em muitos casos, resultante apenas da renúncia fiscal por parte do Estado, para a construção de modelos que incentivem parcerias entre empresas detentoras de conhecimento e patentes nesse setor, buscando romper com o modelo atual fortemente baseado na importação de plantas e patentes tecnológicas exógenas;

c) Intensificar o apoio a modelos que estimulam a diversidade criativa, viabilizando o surgimento de novos nichos e produtos que explorem os potenciais consumidores para produtos e serviços ofertados através da internet, aproveitando o potencial das

estruturas de comunicação digital para viabilizar a redução de custos e, conseqüentemente, de preços;

d) Ampliar e democratizar o acesso; a consequência natural será o aquecimento do mercado de venda de microcomputadores e dispositivos eletrônicos, necessários à concretização desses cenários;

e) Revisão dos marcos regulatórios que estabelecem as normas jurídicas para a produção e difusão de audiovisual, via sistemas televisivos, que são cada vez mais convergentes. Eles necessitam de novas regras e sistemas de regulação e são potencialmente geradores de arranjos produtivos e de emprego e renda.

Igualmente importante nesse processo de compreensão do papel das TIC nas sociedades contemporâneas é perceber a linha tênue entre os interesses da mídia hegemônica e os efeitos que esta produz na construção da cidadania, a partir da indústria do entretenimento e da informação. A intensificação dos processos midiáticos globais, que além de hegemônicos tornam-se a cada dia mais interativos e estruturantes das relações sociais contemporâneas, ao mesmo tempo em que se constituem como potenciais demandantes de conteúdos locais para veiculação, desde que os processos legais de regulação da difusão estabeleçam critérios para tal. Em um cenário onde esses meios assumem importância estratégica do ponto de vista político e social, sua compreensão remete a reflexão sobre os seguintes aspectos:

a) Quais as possibilidades e formas que dispomos para criar condições que estimulem maior volume e diversidade nos perfis de produtores e consumidores de informações e conteúdos digitais diversos, que a cada dia estão mais convergentes e disponíveis em plataformas múltiplas como a WEB e as demais plataformas como rádio e TV que para ela convergem;

b) Como Estado e sociedade podem agir para estabelecer mecanismos que estimulem a produção e distribuição de conteúdos diversos, que privilegiem a diversidade das culturas locais e o estímulo à criação de centros de produção fora dos eixos tradicionais de produção desses conteúdos;

c) Que mecanismos dispomos para romper com a lógica de produção e distribuição que se estrutura a partir de conglomerados de produção de conteúdos midiáticos localizados no eixo Rio-São Paulo, negando a diversidade e impedindo visões múltiplas das complexidades socioculturais brasileiras.

Diante dessas provocações/indagações, a viabilidade para a construção social de uma apropriação mais democrática das TIC só será alcançada a partir do acompanhamento, reivindicação e referenciamento das ações de governo pela sociedade civil organizada, o que se vincula de forma inexorável à melhoria das condições sociais, que inclusive devem ser perseguidas através da viabilização política e técnica das ações em tela. Esse é o objetivo macro de todas as ações de governo e/ou políticas públicas, e o arcabouço central dos discursos governamentais no campo da democratização do acesso às TIC.

Discursos que vinculem as interações e apropriações sociais das TIC, atualmente possíveis nos universos das redes digitais de comunicação, apenas ao seu uso instrumental como pré-requisito para que as pessoas tenham qualificação profissional, facilidades logísticas para consumo e entretenimento, apesar de importantes, devem ser analisados com maior criticidade, sob risco de enveredarmos por reducionismos que neutralizarão o potencial efetivo dessas redes para promover mudanças nas formas de acesso e produção de conhecimento.

Nesse sentido, essas ações devem também preocupar-se com outras formas e propostas de atuação capazes de contribuir para uma apropriação a partir de pressupostos não só técnicos ou numa perspectiva de consumo de informações, produtos e serviços, numa espécie de nova aculturação. É necessário pensar tais práticas a partir de perspectivas culturais que sejam capazes de gerar reflexões políticas e críticas acerca desses novos processos comunicacionais.

Ao enfatizarmos a necessidade de observância dessas reflexões pelas ações governamentais em curso, o fazemos na perspectiva de construção de autonomias e formas de apropriação mais abrangentes e livres, capazes de provocar nos sujeitos

novas maneiras de perceber e compreender as TIC, aumentando o arco de abrangência de suas possibilidades.

São estes fatores que consideramos determinantes para o desenvolvimento, ampliação e a forma de apropriação social dos recursos comunicacionais, sob uma perspectiva que possibilite o hackeamento das práticas estatais a partir de um imperativo que favoreça aprofundamentos conceituais em aspectos políticos e técnicos. Estas possibilidades materializam-se e atuam mediante a quebra das fronteiras nacionais pela difusão crescente dos recursos tecnológicos. Nesse sentido, necessitam de avanços jurídicos e políticos capazes de romper a lógica de submissão das agendas de desenvolvimento locais aos interesses do mercado e das nações hegemônicas.

Tecnologias desenvolvidas e disseminadas a partir dos Estados nacionais hegemônicos não são, portanto, apenas o motor das hegemonias contemporâneas em áreas estratégicas, como a militar, a financeira, a cultural ou a de comunicações. No atual contexto, elas assumem também o papel de moedas técnicas globais, cuja mobilidade e controle, independem de leis, lastros e barreiras territoriais ou políticas. O seu lastro decorre das regras estabelecidas pelos países que as desenvolvem e controlam, pois são elas que estruturam e sustentam a logística geopolítica, produtiva e financeira dos mercados globalizados, onde possíveis formas de apropriação contra-hegemônicas podem representar perigo.

Todavia, em muitos casos, esses lastros apresentam uma sustentação fictícia, pois não oferecem garantias reais. Isso faz com que o controle dessas técnicas funcione como um fator psicológico, útil à manutenção dos focos de instabilidade política e econômica que interessam à atual equação de forças e desenho da geopolítica mundial. Harvey (2004) considera que o capitalismo foi eficiente na universalização de seus valores e que, de certo modo, corrobora para o atual cenário, uma vez que outras correntes de pensamento também se universalizaram, mesmo não tendo-se tornado hegemônicas.

O capitalismo (associado ao modernismo e, talvez a um “ocidentalismo” eurocêntrico) foi bem sucedido nisso com relação a modos de produção pré-existentes, mas os movimentos opostos do socialismo, do comunismo, do ambientalismo, do feminismo, e mesmo do humanismo e do multiculturalismo, construíram, todos eles, alguma espécie de política universalista a partir de suas origens particularistas militantes. É importante compreender como ocorre essa universalização, os problemas que surgem e o papel que o utopismo tradicional desempenha. (HARVEY, 2004. p. 316)

Em que pese a diversidade da universalização das correntes de pensamento apontadas por Harvey (2004), na contemporaneidade o que notamos em diversos campos do saber são fluxos unidirecionais e/ou totalitários de pensamento. Tais fluxos estão submetidos a modelos hegemônicos de difusão da informação e produção do conhecimento, consolidados a partir de discursos pseudotransformadores, que se valendo da supremacia das economias e sistemas científicos que os originam, difundem no imaginário coletivo o seu ideário acerca da produção e difusão de informação e conhecimento.

Para essas correntes de pensamento, dos quais são signatários os atuais movimentos políticos e econômicos neoliberais, o simples avanço da ciência proporcionará melhorias na qualidade da vida cotidiana, pois entendem que, por si só, essas melhorias dissolverão os problemas que assolam a humanidade, desconsiderando, portanto, o papel exercido pelas questões políticas, culturais e econômicas.

Milton Santos (2006a, p. 29) afirma que a globalização dos mercados é um movimento articulado e orientado a partir das economias centrais, que atuam por meio de agências internacionais de cooperação monetária, e o seu ideário político e econômico deve ser cumprido, unilateralmente, pelas economias periféricas, segundo exigências pré-estabelecidas.

O pensador baiano mostrou que algumas exigências precisam ser cumpridas pelas políticas econômicas desses países, e destacou: a) a abertura ao mercado mundial; b) preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais;

c) priorização da economia de exportação; d) políticas monetárias e fiscais orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; e) os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; dentre outras exigências, destinadas a submeter essas economias ao sistema monetário internacional, colocando em segundo plano o investimento em áreas sociais e priorizando as remessas de lucros para as matrizes das empresas transnacionais, localizadas nos Estados hegemônicos.

Sob esses contextos, as TIC funcionam como mecanismos estruturadores da espiral hegemônica. Assumem conformações, ora instrumentais, ora ideológicas. Atuam em um arco de influência tão amplo, que abarcam desde a comunicação digital global entre os mercados financeiros até a disseminação dos modos de vida e das culturas hegemônicas, difundindo o padrão estético e de consumo das nações consideradas desenvolvidas para todos os rincões do planeta.

Essa lógica hegemônica de controle e difusão da informação passa a presidir o modo como os indivíduos estão se apropriando desses recursos e tecnologias, assumindo, em alguns casos, características tanto inovadoras como conservadoras. Entretanto, em muitos casos, a forma de apropriação que prevalece é a veiculada para consolidação pela massificação, fortemente disseminada pelos veículos de comunicação de massa tradicionais, que com a convergência digital e a rede mundial de comunicações, assume papel cada vez mais central nesse processo.

Ressaltamos que, embora as características inovadoras e peculiares dos meios de comunicação descentralizados possíveis de disseminação através da internet comportem fluxos de comunicação contraculturas e contra-hegemônicos, estes se manifestam em menor intensidade, devido a sua condição de desvantagem em relação às formas de assimilação dessas tecnologias, tradicionalmente homogeneizadas numa lógica centro-periferia.

Características intrínsecas aos universos comunicacionais contemporâneos, tais como facilidades de conexão e possibilidades de convergências midiáticas e de interação, potencializam a capacidade das redes telemáticas de suportarem convergências entre a diversidade das manifestações culturais e sociais que, no

atual contexto do sistema-mundo, tornam-se cada vez mais comuns, provocando e sustentando o atual cenário de transformações vividos pela sociedade.

Esse contexto de mudanças também atinge as instituições e o arcabouço ideológico e jurídico do Estado-nação, fato que leva alguns autores, como Ianni (2007), a afirmarem que este foi superado, dentre outros motivos, devido ao desaparecimento das fronteiras e barreiras espaciais e temporais, intensificadas pelas TIC. Desse intenso fluxo de interações sociais, surgem alguns movimentos que possuem características insurretas que podem ser apontados como embriões de uma sociedade civil que começa a se articular em torno de demandas sociais que remetem à cidadania global.

Assim, temos, como resultado, a construção de sinergias que criam espaços estruturantes de desenvolvimento e aprendizagem social, sob novas bases epistêmicas e de articulação social mundializada, pois congregam e dão vazão às correntes diversas de pensamento em diferentes regiões do Planeta e a partir de diferentes culturas, que ao serem estimuladas e difundidas entre os coletivos sociais interconectados, provocam, na sociedade, a construção de novos contextos de aprendizagem e/ou de interação social através das tecnologias, alterando e gerando fluxos de informação que interferem nos atuais contextos hegemônicos.

Por seu caráter emergente os contextos de ativismos propiciados pelas redes digitais devem ser compreendidos como os modos contemporâneos que surgem dos cotidianos em que existem formas diversas de apropriação social dos avanços e inovações tecnológicas, que ao serem incorporados pelo coletivo e/ou por indivíduos, e utilizados não apenas como adereços a serviço das correntes de pensamento unas, passam a incorporá-los aos seus propósitos de superação das condições sociais e de melhoria das condições materiais de existência. Portanto, apropriando-se desses recursos numa perspectiva de enfrentamento das mazelas sociais e econômicas, que geralmente perpassam os fluxos hegemônicos de comunicação sem maiores reflexões, acreditamos que estes poderão contribuir para fomentar alternativas de desenvolvimento social, econômico e cultural, de maneira a permitir um melhor aproveitamento de suas possibilidades e potenciais insurretos.

No entanto, embora possamos compreender formas de apropriação hegemônicas e contra-hegemônicas como contradições do sistema, pois atuam como forças antagônicas em um mesmo campo de ação, o que ganha força enquanto principal modelo de apropriação social das técnicas que estruturam a cibercultura são as formas de apropriação elitista e fetichizadas, que podem ser entendidas como modos de uso descontextualizados dos aspectos culturais e sociais locais, fato que conseqüentemente as desvincula de qualquer reflexão crítica, diminuindo e/ou neutralizando seu potencial emergente.

Tal fato contribui para minar as possibilidades de uso das TIC numa perspectiva de transformação social, na medida em que as tornam meras reprodutoras de conteúdos e fluxos que reproduzem e veiculam, de maneira demasiadamente superficial, modos de vida e visões de mundo exógenas sem qualquer vínculo ou articulação com os contextos locais, contribuindo para a continuidade da supremacia das atuais correntes hegemônicas de pensamento, tanto no campo tecnológico quanto no político ideológico. Na última seção, analisaremos de forma mais detida os dados e observações frutos de nossas incursões no campo de pesquisa, já delineando um viés conclusivo a partir dos próximos capítulos e seções.

SEÇÃO III

**PONTOS DE CULTURA: TENSÕES, REDES E DESAFIOS -
CONSTRUINDO INTERAÇÕES INOVADORAS ENTRE SOCIEDADE
CIVIL E ESTADO**

SOBRE A SEÇÃO III

Na integralidade que permeia o ser humano, a expressão cultural é uma necessidade humana que muitas vezes é negada ao excluído. Ao afirmar que cultura é um direito humano, assinalamos que ela não é apenas uma ferramenta que sirva para chegar a algum lugar, mas que é tão fundamental quanto o direito a expressão política livre ou o direito a educação. Impele-nos também a buscar ações e atividades que expressem de forma concreta esta afirmação. (Cultura como direito humano - Encontros Rumo à Cidadania, Salvador-BA, abril de 2011)

A principal constatação que inferimos nas análises contidas nesse trabalho é que as relações entre governos e sociedade, desencadearam tensões, a partir do questionamento dos fundamentos da função do Estado em alguns de seus aspectos centrais. A gênese da proposta do programa pressupõe transformações na forma de acesso, distribuição e gestão dos recursos públicos, portanto sua consolidação pressupõe inovações conceituais importantes, fato gerador de tensões e embates sobre as concepções e o papel do estado.

Nas seções seguintes, a partir da noção de Estado e democracia contemporâneos – tão debatida e questionada em meio às turbulências geopolíticas - analisaremos as possibilidades de mudanças nas relações entre sociedade e governos, tomando como eixo de reflexão a ação ou política de governo analisada e o universo das teorias e contextos conceituais que visitamos.

Algumas categorias de análise, permitiram inferências sobre as diversas articulações desencadeadas pela ação de governo em estudo. Contribuíram para o postulado conceitos inovadores, que a nosso ver, permitirão à sociedade civil intensificar seus pleitos para inovações e modificações que permitam a viabilização cenários onde a

cogestão da res pública e o maior controle das ações de governo se consolidem. Nesse aspecto, as práticas que favorecem o controle, a democratização e a participação na administração dos recursos estatais, apesar de viáveis nos ambientes de comunicação digital contemporâneos, ainda são pouco estimulados e debatidas, diminuindo e restringindo o modo de utilização dessas técnicas, fator que entendemos comprometer o potencial inovador das possibilidades para a gestão estatal e aperfeiçoamento da democracia representativa e direta, com nítida repercussão, influência e mudanças na estrutura da burocracia e na forma de organização política das oligarquias que controlam o Estado.

Assim, nossas análises serão norteadas por 04 categorias centrais a saber: o cotidiano dos ativistas e suas interações com o estado a partir do PDC, numa perspectiva de apropriação das TIC a partir de pressupostos hegemônicos ou contra-hegemônicos; as estratégias de enfrentamento e o questionamento ante ao institucional e institucionalizado; as tensões e “burlas criativas” enquanto estratégias de enfrentamento e construção dos debates; e as mudanças conceituais necessárias para evolução das relações entre Estado e sociedade, em um mundo conectado e organizado a partir de redes digitais de comunicação, serão eixos conceituais importantes em nossas reflexões a seguir.

CAPÍTULO VI - OS PONTOS DE CULTURA: COTIDIANOS, INOVAÇÕES E DESAFIOS

Os cotidianos e as estratégias vivenciadas nos PDC, As inovações criativas relacionadas às novas possibilidades para o exercício da democracia, a gestão estatal e o acesso aos recursos orçamentários, tendo sempre como pano de fundo as tensões vivenciadas pelos Pontos de Cultura durante o processo de implantação de uma proposta inovadora serão o pano de fundo das análises seguintes; as contribuições do Programa Cultura Viva e dos movimentos culturais ligados aos PDC podem ser analisados enquanto indutores da possibilidade conceitual de construção de um Estado mais fluído (conforme proposto por alguns de seus dirigentes e ativistas), rompendo com práticas burocráticas e corporativistas seculares.

Acompanhamos alguns debates possibilitados pelas redes digitais de comunicação (listas, blogs, redes de relacionamento, etc.) entre os ativistas e gestores do Programa Cultura Viva. Articulados no ciberespaço, diversos coletivos formados a partir das ações do MINC debatiam temas diversos, que discutiam desde a ação governamental em si, apontando os desafios do Programa, até temas relacionados a outras temáticas, como democratização do acesso à cultura, direitos autorais, produção audiovisual, etc.. Em todos os debates perpassava de forma determinante e central, a percepção da possibilidade de se construir novas formas de relacionamento entre Estado e sociedade, partindo do pressuposto de que a internet possibilita avanços que permitem à sociedade civil organizada uma postura mais crítica, fiscalizadora e proativa.

Indícios de tais possibilidades podem ser percebidos, por exemplo, na lista de discussão mantida pelo Fórum e Comissão Nacional dos Pontos de Cultura “GT Cultura Digital”, na qual os interlocutores abordam questões relacionadas à reunião realizada com gestores do MINC, questionando a postura de órgãos do ministério em questões relacionadas aos PDC:

[...], no entanto, o secretário executivo se abriu somente nos minutos finais do debate. E nesse momento é que mostrou o grande equívoco conceitual do MINC com relação ao Ecad e direitos autorais. Para ele a questão

central é o papel do Estado e que existem três modelos ou vias:

1. Modelo privado (o mercado se encarrega disso: Manutenção do Ecad)
2. Modelo estatizante (o estado gerenciando os direitos autorais)
3. Modelo Híbrido que junta os dois acima (que é o que ele defende).

O Senhor [X] - da SPC (Secretaria de Patrimônio Cultural) me pareceu mais direto quando falou que era favorável a mecanismos de transparência e controle ao Ecad. O discurso do burocrata¹ foi vacilante, escorregadio. Por várias vezes esteve na defensiva e comentou sobre a suposta "demonização" que os movimentos têm feito com relação à ministra (GT CULTURA DIGITAL, 26 mar. 2011. Acesso em 19 set. 2011).

Esses processos evidenciam o potencial das redes digitais em que diversos interlocutores articulam-se para a defesa de seus interesses, construindo novas formas de interação entre sociedade e Estado. Gohn (2009) as denomina de formas de cidadania planetária. Tal fato tornou-se possível a partir dos modelos descentralizados e dos novos modelos hierárquicos, possíveis a partir dos preceitos de difusão e colaboração intrínsecos à cibercultura.

A cidadania planetária surge como elaboração teórica na era da globalização, decorrente da prática de grupos sociais que não se referenciam mais a um Estado/Nação específico, a uma identidade determinada, mas a valores universais do ser humano, que devem ser defendidos. O movimento antiglobalização é um exemplo desse tipo de cidadania. Composto por uma rede de redes, ele tem inovado as práticas e os discursos dos grupos, associações e movimentos que lutam pela igualdade de condições de acesso ao mercado, contra os oligopólios, monopólios, etc., contra as injustiças sociais e discriminações identitárias. Ele utiliza a mídia como veículo básico de comunicação e faz das suas manifestações um espetáculo-arte que atrai os holofotes da mídia oral, televisiva e escrita (GOHN, 2008, p. 28).

Os grupos sociais de interesse apropriam-se desses recursos e possibilidades de diferentes formas. No caso dos PDC não foi diferente, diferentes formas de apropriação que convergiam para intensificar os fluxos de comunicação geraram novas possibilidades para a tomada de decisões, consulta à opinião pública sobre a aplicação e fiscalização dos recursos governamentais destinados ao programa. É

evidente que essas possibilidades geram tensões de ordem política, social e econômica, pois, forças contrárias aos avanços que estas possibilitam, procuram obstacularizá-las.

Também podem ser tomadas como indícios de tensões as dificuldades enfrentadas ao longo do processo de desconstrução da ação governamental. Durante os debates possibilitados pelas trocas de e-mails, os interlocutores abordavam diversas questões conceituais e práticas que envolviam o cotidiano da interação entre governo e sociedade civil, reforçando o potencial da internet para viabilizar formas de democracia direta capazes de promover outras formas de gestão da coisa pública. Transcrevemos o debate travado via e-mail entre uma ativista e um dos principais dirigentes do Programa Cultura Viva:

Os interlocutores foram denominados de Ativista1 e Dirigente1. Eles autorizaram a reprodução dos e-mails em diversas listas que discutem a temática cultura viva (GT CULTURA DIGITAL, 21 mar. 2011. Acesso em 19 set. 2011):

E-mail – 1. Tema em discussão: Alternativas de legislação.

Ativista1 - Certamente é inadmissível para um país com a prospecção de desenvolvimento como o Brasil se manter sob condições de legislações caducas – principalmente nas relações entre governo e sociedade e o uso de recursos “públicos” - natural que a população tenha condições de propor novos modelos, e passar efetivamente a exercer seu direito de controle social. Por outro lado, uma lentidão no poder (referindo-me aos que estão na função parlamentar seja no congresso, na câmara e nas assembleias legislativas nos respectivos estados) para que sejam revistas todas as propostas de leis que não se aplicam mais em conformidade com a realidade que vivemos. Era com essa esperança que gostaria de lhe ver lá no congresso.

Dirigente1 - Este era o objetivo/desejo. Não deu, quem sabe no futuro.

E-mail – 2. Tema em discussão: O modelo conceitual adotado no Cultura Viva preconizando gestão compartilhada e transformadora, buscando a construção de novas formas de interação entre Estado-Sociedade e promovendo o debate sobre a necessidade de um novo modelo de Estado.

Ativista1 - Quando penso nisso lembro que existe uma questão: pessoas que ainda não se atualizaram, trabalham (ou não, zanzam) no nosso país um batalhão de (“@\$**+”) com desculpa da expressão, lotadas nos espaços do poder público que emperram completamente a evolução dessa modalidade de gestão. Existe uma síndrome do serviço público e alguns mais novos são despreparados, pois o que vale mais é a indicação de quadros por afinidade e relações construídas nos grupos políticos. Não se mantém uma capacitação para a qualidade de atendimento no serviço público. Isso ainda é um câncer no nosso país. Possa ser que esteja enganada, mas o que me parece é que falta uma capacitação interna geral dos funcionários dos órgãos para as novas possibilidades (Sei das dificuldades que enfrentou Gil e principalmente Juca no início da Gestão de Mudanças no MINC). Você certamente também, embora sempre nos passasse uma ideia de um pessoal mais harmonioso na SCC, mais acolhedor e atento.

Dirigente1 - Há muito por fazer, tanto na parte do Estado e sua burocracia, como na parte da Sociedade, que precisa se ver em posição mais ativa.

E-mail – 3. Tema em discussão: IN – Instrução Normativa do Ministério do Planejamento aceitando 15% de despesas administrativas; quando das redes municipais e estaduais a contrapartida por parte das entidades - 20% do convênio – foi eliminada

Ativista1 – Tenho certeza que isso foi fruto de diálogos. Impossível se executar qualquer projeto sem que esse não possua despesas administrativas – óbvio que como diz um parágrafo posterior “em atividades finalísticas desse” Essa foi uma medida corretíssima e precisa avançar na questão de permitir uma assessoria contábil específica para que os grupos possam errar menos nas prestações de contas que segue regras conhecidas apenas por uma pequena parcela desses profissionais. Para toda organização se pressupõe suas atividades administrativas contempladas nas suas finanças - reconhecemos que existe aí da parte de alguns gestores das Ongs ou similares a não compreensão disso – é uma outra discussão.

Dirigente1 - Vamos em busca a este caminho mais adequado à realidade, por isso é tão necessário educar e esclarecer os agentes do processo, que é longo.

E-mail – 4. Tema em discussão: adoção de premiação para iniciativas exitosas

Ativista1 – e isso poderia ser casado com investimentos de grandes empresas que inclusive se utilizam da verba pública (acho que era um aspecto pensando por Juca ter uma outra forma de tratamento na lei de incentivo – um caminho semelhante. Acho que se poderia criar consórcios de empresas para que sejam patrocinadoras destas modalidades de prêmios - (BNB/BB/CAIXA/PETROBRAS/CHESF/ELETROBRAS/ETC)

Dirigente1 - Por aí, pensei inclusive num Cartão Cultura Viva, em que a prestação de contas se dá pelos resultados efetivos e não por procedimentos

E-mail – 5. Temas em discussão - Anistia na prestação de contas (admitindo-se retroativamente a apresentação de despesas administrativas conforme nova instrução do Ministério do Planejamento e pagamento de dirigentes de entidades desde que prestadas em atividade finalística e não de gestão da entidade)

Ativista1 - pensava propor exatamente uma espécie de revisão das exigências usando também a confiabilidade das comprovações e uma coisa que foi muito ruim foi a relação com o Banco do Brasil – a questão das cobranças de taxas para os projetos. Até hoje nem todos os pontos conseguiram resolver o problema que se esbarra numa comunicação do Governo Federal/Minc aos Bancos.

Dirigente1: Repensei e nem é necessário o termo Anistia (as palavras tem força), o melhor seria VALIDAÇÃO da prestação de contas que incluir despesas administrativas e contábeis (dada a peculiaridade dos Pontos, em que os convênios são feitos com entidades de pequeno e até micro porte, como terreiros, pq. associações, ongs que nunca fizeram convênio com o Estado) e quando o dirigente da entidade comprovar que prestou serviço finalístico ao Ponto e não em gestão da entidade. O caminho é por onde vc aponta

E-mail – 6. Tema em discussão: Responsabilidade do governo no descumprimento dos contratos

Ativista1 - realmente precisa-se rever nos contratos de convênio os cumprimentos de ambas as partes...o Governo é uma das partes...também pode ser punido no descumprimento porque não?

Dirigente1: deveria ser assim - rs

E-mail – 7. Tema em discussão: Falta de força dos movimentos populares para encaminhar e? lei Cultura Viva

Ativista1 - isso que não entendi o desenrolar, antes eu estava crente que seria uma ação de iniciativa popular achava que era essa a condução. - Sim veja, era uma das minhas sugestões para que você

pudesse ser ou continuar a ser o nosso consultor nesses assuntos -existe sim um pouco amadurecimento na grande maioria – muita vontade de conseguir realizar as coisas mas a formação política ainda não chegou ao mesmo total de pontos de cultura (rsrsrs) - Então uma ideia seria formular uma plataforma de assuntos para desenvolvermos um programa de capacitação através de oficinas em todo o território (Onde tem ponto de cultura e onde se pensa expandir) enquanto isso estaríamos formulando a Lei e coletando adesões em todo o território. Seria Possível? Seu trabalho poderia estar contemplado nos custos de um projeto encaminhado por um pontão/ou vários pontões nos respectivos estados.

Dirigente1 - Pode ser, mas vamos ajustando caminhos, o momento ainda é muito conturbado, por enquanto vamos ajustar a proposta da lei (o modelo que está na comissão de pontos é feito por uma consultora que contratamos, é muito ruim, muito aquém do programa), tem a lei apresentada na Argentina, que pode se tenhamos que ajustar mais

E-mail – 9. Tema em discussão - LEI DA AUTONOMIA E PROTAGONISMO SOCIAL para estimular os processos de compartilhamento entre Estado e Sociedade em um marco diferente da lei 8.666/1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências).

Ativista1 - Quais seriam os principais pontos de mudança – como discutir isso? Em que instância legal? (Essa é a tal lei caduca?) Não me conformo com isso – uma lei que não combina com nada do moderno proposto pelo próprio país. A quem interessa a sua não modificação? Quanto tempo já se reivindica
isso!

Dirigente1 - Esta é uma construção minha, por enquanto, no livro eu já falava disso. Compare com o Bolsa Família. Como funciona? As famílias recebem um recurso e em troca assumem a responsabilidade de manter os filhos na escola e acompanhamento de saúde, vacinação, tudo muito simples. O ganho social disto, além do combate à miséria e irrigação de recursos em comunidades muito pobres, girando a economia, é que a médio prazo o país ganha uma população minimamente mais educada e na redução de custos de saúde, pois incentiva práticas preventivas.

Vamos passar essa ideia para coletividades. Imagine como uma família comunitária, reunida em torno de associações, ongs, etc... Seria o mesmo processo, essas organizações receberiam um recurso maior (entre R\$ 5/10 mil-mês) e em troca ofereceriam contrapartida em resultados na solução de problemas locais. Ponto de Cultura é um exemplo disso, e já demonstrou grande eficácia (podendo realizar muito mais e com muito menos recurso que se o Estado fosse desenvolver diretamente a ação - na realidade o Estado nem conseguiria fazer), mas há também experiências em coletivos ambientais, poderíamos pensar em pontos de trabalho e economia solidária, pontos de cultura por escola, gestão participativa em saúde (a própria comunidade obtendo recurso para terapias alternativas - dança circular, tai chi, ervas, etc...-). O princípio é esse: O POVO TEM MELHORES CONDIÇÕES PARA RESOLVER SEUS PROBLEMAS LOCAIS QUE O ESTADO, MAS CABE AO ESTADO ASSEGURAR MEIOS PARA TANTO. E este não é um caminho liberal, muito pelo contrário ele tem por pressuposto o desenvolvimento de configurações de longo prazo, exercícios de civilização e empoderamento no rumo da construção de um Estado de novo tipo (Eu chamo de estado gasoso, que se mistura e se funde com a sociedade). Não que a lei resolva isso de imediato, mas ela é um passo nesta direção e com o tempo vamos ampliando as esferas de autonomia e protagonismo
local.

Sugestão de referencias bibliográficas: Norbert Elias (o processo civilizador, livro dos anos de 1930), Fritjof Capra (Ponto de Mutação), Foucault (Micro poder, biopolítica) e Antônio Gramsci.

É isso, eu estava com muita vontade de introduzir este debate no Congresso Nacional, ao menos teria uma tribuna, pena que faltaram votos. Seguimos por outros meios.

E-mail – 9. Tema em discussão: Programa Cultura Viva

Ativista1 - Era uma das sugestões: você nos apresentar uma proposta para essa e outras que afetam diretamente o bom funcionamento do Programa Cultura Viva e demais desdobramentos.

Dirigente1 - já respondi nas anteriores

E-mail – 10: Tema em discussão – Contribuição dos pontos de cultura ao processo

Ativista1 - poderíamos coletar ponto por ponto as dificuldades e exemplos na gestão dos convênios e das contas - que nos orientassem para possíveis sugestões de mudanças.

Dirigente1 - Isso aí tome á frente, encante mais gente Agora um pedido, se quiser ou puder, sistematize esta nossa conversa e pode repassar, obrigado.

(os e-mails foram enviados entre 06 a 11 de março de 2011)

O debate acima sintetiza a intensidade dos enfrentamentos ao longo dos quase sete anos transcorridos ao longo da formulação e implementação do programa. Percebe-se nas falas que foram abordadas desde questões práticas relacionadas às dificuldades vivenciadas pelas entidades e os problemas que essas enfrentam no dia a dia da relação com a burocracia estatal, até questões conceituais ligadas a propostas para consolidação do programa e avanços conceituais na relação Estado e sociedade.

A partir da análise dos diálogos contidos nesses e-mails, permitindo debates que só se viabilizam nos fluxos de informação das redes digitais, intensamente vivenciados por movimentos de cultura popular e coletivos sociais, é possível afirmar que embora existam setores econômicos, sociais e políticos que não compreenderam o caráter emancipador e transformador das redes, pelo seu potencial intrínseco para a produção e difusão de informação.

Entretanto, em alguns casos o Estado e seus agenes agem para neutralizar e minimizar tais possibilidades, valendo-se de expedientes políticos, burocráticos e técnicos, para tanto. Setores organizados da sociedade civil, intensificam o ativismo (em alguns casos, por meio da própria rede) para garantir que as redes digitais preservem suas características centrais como a neutralidade o anonimato e a descentralização, para citar algumas, como forma de garantir que o seu potencial transformador e inovador permaneça.

O que está em debate, na verdade, é a importância das TIC nos embates pelo controle e gestão dos aparatos de Estado, seja de forma direta ou indireta. Esses processos envolvem estratégias sociais e políticas sofisticadas, articulam-se de diferentes modos e sob diferentes pretextos para continuar exercendo o poder e neutralizando o potencial transformador inerente às novas formas de comunicação e organização social em rede.

Por outro lado, as formas de pressão e de questionamento dos poderes legitimados pela democracia representativa exercida pelos movimentos sociais com viés popular, compreendem o potencial dessas técnicas e recursos e usam tais características descentralizadoras e multidirecionais formulando estratégias proativas de organização e reivindicação em rede. Por mais que protocolos, algoritmos e outros meios de controle, jurídicos ou técnicos sejam tentados pelos detentores do poder, essas redes agem de forma anárquica, não reconhecendo padrões, fronteiras ou mecanismos de controles que não aqueles intrínsecos às suas próprias características e estado da arte de sua evolução técnica.

A concretização dessas potencialidades não dependerá apenas da forma como os governos e movimentos sociais se apropriam e utilizam-se das TIC. Usos emancipadores capazes de contribuir para avanços sociais, políticos e humanitários dependerão da forma como a sociedade passará a compreendê-la. Uma vez percebidas como estruturantes de novas formas de organização social, capazes de permitir novos meios de atuação político e social, os usos desterritorializados e profícuos prevalecerão. De outro modo, se os defensores do controle absoluto prevalecerem, estas não funcionarão como engrenagens sistêmicas que agem a partir dos interesses da sociedade, mas a serviço daqueles que detém o controle do Estado.

Nesses contextos, atuando de forma isolada ou coletiva, os indivíduos tencionam a relação com os governos e poderes públicos, que na maioria dos casos insistem nos meios de apropriação que compreendem as TIC enquanto aparato técnico capaz de reforçar os tentáculos de uma tecnocracia globalizada. Na outra ponta, a iniciativa privada exerce suas práticas hegemônicas através do controle dos mercados e da

formação de grupos de pressão sobre o Estado para defesa de temas de seu interesse nessa área.

Ao mostrar que é possível pensar formas inovadoras e eficazes de gestão a partir do conceito de um Estado mais fluído, conforme propôs Turino (2009), ampliando tais práticas para outras esferas do aparelho de Estado, compreendemos que as dificuldades que a ação de governo em análise encontra para consolidar-se enquanto política pública de Estado não são de caráter conceitual ou dizem respeito a dificuldades operacionais, pelo contrário, derivam de questões políticas e ideológicas que envolvem a disputa pelo controle do Estado.

Nos tópicos seguintes, traremos algumas reflexões sobre o trabalho conjunto de ativistas digitais integrados a ativistas e movimentos culturais populares, em ações que buscam o fortalecimento da interação entre os contextos tecnológicos estruturantes da cibercultura e a cultura popular brasileira.

6.1. Tecnologias e redes digitais de comunicação: ativismo, tensões e embates a partir de interações multiculturais

O modelo de interação e de apropriação das TIC proposto pelos PDC busca formas de convergência a partir de uma perspectiva de “desesconder os Brasis” (TURINO, 2009). Esse “desesconder” pode ser constatado em diversas ações do Programa Cultura Viva, que através de mecanismos de apoio estatal às manifestações de cultura e arte popular estimulam a apropriação das redes digitais para intensificar suas atividades e aperfeiçoar seus métodos de ação, permitindo um maior potencial de comunicação e de articulação aos movimentos sociais, proporcionando o surgimento de ambientes de interação tanto no mundo físico, quanto no ciberespaço.

Esses ambientes materializam-se sob diferentes formas: coletivos culturais, blogs; redes de relacionamento ou listas de discussão, portais colaborativos; na internet; grupos de trabalho, fóruns e federações de entidades; oficinas de dança, capoeira e de técnicas de informática; encontros culturais e políticos e nos espaços territoriais de ação das entidades civis.

À medida que os ativistas culturais e populares percebem que as redes são veículos para difusão de suas vozes e anseios, descobrem junto o seu potencial contra-hegemônico, embora, nem sempre estes sejam explorados de forma conjunta ou em todo seu potencial. Muitas vezes esses espaços se configuram como TAZ⁵, conforme apontado por Bey (2001) pelo seu sentido anárquico, descontinuado e fluído, conforme a necessidade e característica de cada ação. Atribuímos a essas formas de organização e atuações civis características essencialmente contra-hegemônicas.

Contribuem para essa assertiva diversas experiências vivenciadas durante as interações com os projetos dos PDC, na qual destacamos o caráter inovador das propostas de apropriação dos ambientes virtuais, técnicas digitais como o compartilhamento de *softwares* e códigos livres para a construção de *sites*, portais, *softwares* para edição de áudio, vídeo e imagens fazendo com que diversas manifestações culturais e populares se apropriassem desses recursos tanto numa perspectiva de gestão, quanto de registro e difusão de suas manifestações. Exemplificando alguns dos contextos em que tais formas de interação ocorreram citaremos alguns exemplos:

- a) A produção de pequenos vídeos, documentários e oficinas de metarreciclagem por jovens e adolescentes participantes do Ponto de Cultura que atuam em parceria com os diversos programas da Casa de Cultura de Valente;
- b) A apropriação de *softwares* livres para editoração de áudio e vídeo por jovens e adolescentes no Ponto de Cultura Cyberparque Anísio Teixeira em Irecê-Ba. O uso desses recursos por permitem produção de filmes e a cobertura de eventos locais em escolas da rede pública municipal com a documentação em fotos e vídeos;
- c) O intenso uso das redes sociais e da blogosfera pela maioria dos coletivos culturais conveniados com o Programa Cultura Viva;

5

Temporary Autonomy Zone ou Zona autônoma temporária (trad.) TAZ, mnemônico do termo em inglês *Temporary Autonomous Zone*, que concebe a ideia de grupos como bandos de pessoas, com interesses afins, atuando voluntariamente de forma prazerosa e não hierarquizada em levantes destinados à construção de liberdades e revoluções cotidianas.

d) A contribuição para o desvelamento de jovens talentos que após apropriarem-se de técnicas digitais e artísticas passam a participar de redes de cultura popular e de produção de conteúdos digitais em articulação local, regional, nacional e internacional.

Observamos que exemplos como os citados acima podem ocorrer mesmo quando as infraestruturas de redes, linguagens e técnicas são desenvolvidas e mantidas por forças hegemônicas, como nas grandes corporações ou governos, entretanto, o fato de ocorrerem a partir de um chamamento público por parte do Estado potencializa seus efeitos, não só pelo apoio logístico e financeiro, mas, sobretudo, pela legitimação dos movimentos de cultura popular por parte do governo. Fomentar formas de apropriação questionadoras e contraculturais proporcionaram aos contextos locais interação com os globais, através de diferentes formas, provocando diálogos múltiplos, interferindo nos/com os contextos de produção e disseminação de conteúdos e informações por meio das redes digitais, rompendo com a alienação imposta às massas pelo fluxos homogêneos de produção e difusão cultural. Turino (2009), em sua análise acerca do Programa Cultura Viva revela que:

[...] vivemos cada vez mais em uma sociedade na qual a informação é sinônimo de poder. Romper com a alienação e o embrutecimento imposto a milhões de pessoas é desenvolver uma ampla e pluralista oferta de produtos culturais. Manter a população no campo de uma cultura rasa é o melhor caminho para subjugar-la; para romper com esse quadro é necessário “depurar” o “senso comum”, elevando a interpretação da cultura a uma concepção de mundo mais organizada e sistêmica, colocando à altura da sociedade contemporânea. Para Gramsci a cultura é um instrumento de uma práxis crítica, que sem descartar os elementos de uma cultura mais elaborada – chamada de “erudita” - desenvolve um processo de elevação da consciência. (TURINO, 2009, p. 192)

A perspectiva de ampliação das possibilidades de produção e rompimento com os fluxos hegemônicos apontados por Turino (2009) encontra-se na gênese do potencial ativista que entrelaça cultura popular, ativismo ciberdigital e sociedade civil, que, a partir da compreensão de setores do Estado da importância de colaborar para o fortalecimento desses movimentos, desencadeia nesses grupos forças latentes, outrora subjugadas.

Esse despertar de novas possibilidades a partir das interações observadas durante o nosso percurso de investigação desvela os aspectos relevantes para corroborar com nossa afirmação de que as TIC, em seu estágio atual de desenvolvimento técnico, são portadoras de potenciais anti-hegemônicos, dissonantes e proativos, fazendo-se presentes em diferentes formas de apropriação. Entretanto, nem sempre são compreendidas dessa forma mais ampla, e não raras vezes, tais potencialidades geram enfrentamento social ante a ameaça que representam às forças hegemônicas.

Ao se apropriarem de modo diferenciado e crítico dos recursos disponíveis nas redes digitais de comunicação, as interações que surgem interferem no imaginário social contribuindo para alterar os fluxos de produção e disseminação da informação à medida que possibilitam que estes sejam produzidos e circulem a partir de diferentes visões de mundo, agora despertadas nos cidadãos e movimentos sociais, que se aproveitam do potencial e da capilaridade das TIC para compreender e difundir sua visão de mundo.

A inserção das TIC nos espaços/tempos dos diversos coletivos sociais e culturais transcende a forma ideologizada, fetichizada e mercantilizada com que são utilizadas socialmente. Esses movimentos são em essência norteadores das formas como se constroem as relações entre sociedade e TIC, pois se apropriam destas gerando debates e fluxos criativos que provocam tensões que se manifestam durante os processos interativos e os embates políticos entre os sujeitos, as organizações das quais participam e o Estado. Na medida em que sujeitos/autores (re)contextualizam e (re)significam, através de suas ações cotidianas as propostas de apropriação social das TIC preconizadas pelo Estado e pelas forças hegemônicas, os modelos previstos pelas ações instituintes dos governos sofrem mutações e readequamentos.

Assim, as formas de atuação e configurações sociais alternativas são importantes para a compreensão de como diversos coletivos sociais se mobilizam a partir de contextos em que o Estado mostra-se ausente, mesmo dispondo de fortes aparatos burocráticos, entretanto, inoperantes e inócuos. Em contextos assim, o ciberespaço

mostra-se um vetor importante, portador de inovações e atuações horizontalizadas e provocadoras de rupturas no ordenamento sociopolítico contemporâneo. Essas possibilidades emergem das características intrínsecas às comunicações digitais, que potencializam a capacidade reivindicadora da sociedade civil em escala planetária.

No plano do Estado-nação surgem modelos organizativos capazes de retomar a ideia de Estado promotor de bem-estar social e, até mesmo, de reivindicar a possibilidade da coexecução de atividades previstas por planos de ações e metas de governos que por quaisquer motivos deixam de ser executados. Nesse sentido observamos a existência de interferências e ruídos que as ações organizadas da sociedade civil, como no caso dos PDC provocam, pressionando e manifestando-se sobre as decisões de governo; e de como elas podem ser utilizadas de formas horizontal e descentralizada para disseminar as opiniões e as informações das pessoas e das comunidades. Essa situação pode ser exemplificada por meio dos diálogos produzidos na rede colaborativa do *Twitter*, numa ocasião em que buscamos, aleatoriamente, pelo tema “pontos de cultura” e verificamos a seguinte produção da rede intitulada “Fora do Eixo”, registrada no dia 01.09.2011.

Perfil: [foradoeixo](#) Fora

Os **Pontos Fora do Eixo** e os **Pontos de cultura** estão juntos em Brasília e AO VIVO na [#PosTV](#). Acompanhe! bit.ly/pM85Fq

Perfil: [PontosSC](#) Pontos Catarina

Conheça o trabalho do Ponto **de Cultura** do Instituto Boi mamão cultura.sc/pontos/posts/b...

Perfil: [mta_teles](#) marcos teles

Pontos de cultura tecem teias **de** conhecimento, ideias e possibilidades compartilhadas.

Perfil: [renato_rovai](#) Renato Rovai

Os representantes dos **Pontos de Cultura** teriam uma reunião às 18h com Marta Porto. Se confirmada sua saída eles querem discutir a sucessão

Vimos nesse exemplo que, de modo simultâneo, os usuários e organizações postam suas opiniões, externando o que pensam sobre os acontecimentos diversos e também interagem diretamente com a ação governamental através de centenas de perfis criados por organizações e ativistas, que em muitos casos só se tornará

possível a partir das infraestruturas criadas pelos PDC, permitindo diversas formas de manifestações nas redes sociais online. Yochai Benkler (2006) aponta que esses movimentos atuam a partir de uma força regulatória existente nas redes, o que denomina de “riqueza das redes”. Para ele, esse movimento pode ser comparado à importância atribuída ao mercado por economistas liberais clássicos como David Ricardo e Adam Smith, formuladores de teorias basilares do mercantilismo, cuja influência das ideias se estende à revolução industrial. Benkler (2006) atribui esse papel no mundo contemporâneo às redes digitais nas esferas públicas conectadas que forjam o que se denomina de “nova mão invisível” do Estado, que se utiliza delas para exercer seu papel regulador visível.

Nesse sentido, as reflexões de Benkler (2006) nos ajudam a compreender e identificar as formas como as redes digitais determinam os rumos da sociedade contemporânea para o contexto dos programas, ações e/ou políticas públicas brasileiras para a inclusão social e digital: mobilização de cidadãos e governos locais para implantar telecentros públicos; uso de computadores em escolas; apropriações diversas das tecnologias digitais pelos cidadãos, que, dentre outros usos, enviam mensagens rápidas, mobilizam pessoas para manifestações rápidas, denominadas *flash mobs*⁶.

No caso dos PDC, tanto as demandas sociais quanto a ação de governo emergem a partir da articulação entre cultura popular, sociedade civil e Estado numa perspectiva de apropriação técnica e cultural dos artefatos, das linguagens, dos universos e dos fluxos de informação online, buscando uma maior inserção social e cultural no ciberespaço. Esse fato contribuiu para desvelar aos movimentos de cultura popular novas formas e lógicas comunicacionais antes desconhecidas por eles.

Essa perspectiva de apropriação desses ambientes assume papel diferenciado nas organizações e coletivos sociais onde se instalam. Estes se tornam importantes nos embates e enfrentamentos sociais na busca por mais acesso a recursos e a tecnologias, maior presença em espaços virtualizados, proporcionando maior divulgação e interação entre os movimentos sociais, governos e outros segmentos

⁶ Trata-se da utilização de recursos de comunicação rápida e descentralizada (mensagens rápidas, e-mails, etc.) para mobilizar pessoas em manifestações localizadas em lugares públicos, que após executarem uma ação incomum em espaço breve de tempo, dispersam-se rapidamente.

sociais e culturais através de fluxos multidirecionais de comunicação que não eram possíveis nos meios de comunicação baseados na lógica centralizada de um emissor para muitos receptores.

Nesses contextos vimos emergir as possibilidades de convergências entre o saber local e o científico. Neles se instalam diversas formas de interação entre cidadãos e TIC, que passam a ser apropriadas enquanto estruturantes para o acesso à informação e construção do conhecimento. Possibilidades que Bonilla (2005) entende como potencial da sociedade do conhecimento, por seu caráter aprendente e auto-organizativo, onde os saberes e modos tradicionais de produção de conhecimento se articulam em torno de outras demandas sociais e culturais.

Na contramão dessa corrente, Silva (2001) aponta para a existência de uma lógica racionalizadora do tempo e do espaço, assimilada sistematicamente ao longo da história pela escola moderna, que ocorre desde tempos remotos e se consolidou a partir de um modelo arquitetônico, e que permanece imutável. Percebe-se que a utilização das TIC nesses espaços configura-se por modelos pré-concebidos a partir dos ditames incapazes de explorar os novos contextos tecnológicos, seja de forma material ou teórica, inviabilizando seu potencial para estruturar novos contextos e possibilidades para a produção do conhecimento.

Para nós está claro que na sociedade contemporânea as TIC estarão cada vez mais presentes, estruturando as formas como ocorrem as apropriações e a disseminação do saber. Mesmo quando as configurações espaciais, sociais e pedagógicas são incapazes de incorporá-las de forma adequada, esse caráter estruturante não cessará. Seu caráter fluído, a horizontalidade dos fluxos de informações, características inerentes a esses processos, subjuga as estruturas físicas e métodos tradicionais, tornando-os incapazes de resistir a seu poder de irradiação. Nesse sentido, seu legado será de possibilitar uma ruptura com os modelos tradicionais, mesmo que à sua revelia. Tal assertiva serve à educação, à política, ao Estado, enfim, à sociedade.

Tais correntes de pensamento ao se instalarem nas instâncias de governo, ao perceberem ações que ocorrem à sua revelia, atuam para inviabilizar suas ações

e/ou políticas por mais bem sucedidas que sejam, sobretudo aquelas consideradas pela corrente racionalizadora e financista como impossíveis de fiscalização e gestão pelo Estado, ou como conflitantes, como o complicado sistema legal que institui o atual modelo jurídico orçamentário praticado nas esferas político administrativas do governo brasileiro.

Estudos realizados pelo IPEA (2010) avaliando o Programa Cultura Viva apontam que a ação de governo *“que investigamos tem conseguido certo êxito ao proporcionar o acesso pelos movimentos de cultura popular aos recursos públicos, facultando o fortalecimento e o reconhecimento de circuitos culturais com bases comunitárias e associativas”* (SILVA & ARAUJO, 2010, p. 38). Entretanto, observamos que os dados coletados em nosso *lócus* de investigação nas cidades de Valente, Irecê e Salvador, na Bahia, mostram que o volume de recursos destinado às ações e o caráter descontinuado da ação, impossibilitam o fortalecimento e o avanço organizacional e institucional de modo a dificultar a sua consolidação.

Evidenciando algumas das questões analisadas acima, vemos trecho da Carta de Santo Amaro⁷:

[...] Esse movimento batizado de Cultura Viva revelou para a estrutura do Estado Brasileiro, e conseqüentemente os Governos Federal e Estaduais, o desafio para readequar as instruções normativas de convênios simplificando as regras de controle para facilitar as formas de gestão consideração os perfis específicos dos Pontos de Cultura, como também, a da construção de formas de sustentabilidade desses projetos e atores sociais.

Agora, o desafio recai para as novas gestões do Ministério da Cultura e Secretarias Estaduais de Cultura estabelecerem um profundo

⁷ Carta manifesto elaborada em maio de 2011, assinada por entidades civis e representantes dos PDD da região do recôncavo baiano e encaminhada à ministra de cultura Ana de Holanda expondo a importância e o êxito da ação governamental e cobrando ações que garantam sua perenidade.

diálogo e parceria com os Pontos de Cultura, e outras instâncias de poder, como o legislativo, para identificar os problemas, entraves e ameaças, superando-as, assim, valorizando os resultados positivos dessa audaciosa estratégia, transformando-a em política pública, como parte do Sistema Nacional de Cultura. [...] (Carta de Santo Amaro, 2009)

Sobre o caráter institucional da ação de governo ou política pública e o conjunto das políticas governamentais destinadas à ampliação e à democratização do acesso às TIC, o estudo do IPEA (2010, p. 38) evidencia que:

[...] a política pública propriamente dita refere-se às ações e ao uso de mecanismos variados disponíveis:

- a. prestar informações claras a respeito dos critérios de funcionamento do programa;
- b. estabelecer marcos regulatórios que facilitem as ações, sem descuidar da transparência desejável no uso dos recursos públicos;
- c. qualificar as ações administrativas realizadas pelas associações e comunidades (cursos, oficinas, capacitações em temas diversos, inclusive gestão e prestação de contas);
- d. incentivar as ações por meio de repasse financeiros e equipamentos.

A constatação da insuficiência ou efemeridade na disponibilidade dos mecanismos de gestão e dos recursos apontados pelo IPEA como ações necessárias ao enquadramento da ação de governo como política pública referendam nossas assertivas apontando que sem o fortalecimento desses aspectos a ação não poderá ser considerada como política pública.

Nesse sentido, conforme já apontamos, o desafio central será a construção de políticas públicas sustentáveis a partir dos universos conflituosos e desiguais onde ocorrem as relações entre Estado, sociedade e TIC, palco dos embates para o fortalecimento dessa importante ação de governo. Consideramos que desses embates e conflitos emergirão experiências que contribuirão para a perenidade e para a sustentabilidade das ações de governo, reformulando modos de planejá-las e executá-las através da promoção de interações entre Estado e sociedade, tanto na formulação, quanto na execução e fiscalização das ações. Dessa forma, ao se

criarem os mecanismos apontados como ausentes pelo estudo do IPEA, os modelos de cogestão propiciados por parcerias entre a sociedade por meio de arranjos sociais diversos e o Estado, trilharão o caminho da consolidação.

Os conceitos e as práticas desencadeadas a partir da possibilidade de permitir o acesso dos cidadãos aos orçamentos públicos eliminando barreiras burocráticas assumem papéis basilares para as ações e/ou políticas públicas que desejarem estimular práticas fomentadoras de liberdade, criação, autonomia e sustentabilidade, fundamentais à construção e ao compartilhamento do conhecimento. Salientamos, porém, que tais proposições, tal qual o curso da água nos rios, para conservarem-se perenes e dinâmicas, precisarão ter seu caráter fluido e mutante preservado, pois são próprias das relações sociais, inter e intraestatais em estados democráticos que desejam inovar e evoluir conforme os conceitos, ideias e técnicas de seu tempo.

Em contextos onde siglas e marcas como “*MS-DOS®*, *PC*, *Word*, *Windows®*, *IBM®*, *Flash*, *HTML*, *FTP*, *WWW*, *Megabyte*, *RAM*, *GHZ*, *Wi-fi*, *bluetooth®*, *cloud computing*, *google®*”, dentre tantos outros estruturam as ações e as práticas estatais, pois são parte das estruturas tecnológicas contemporâneas, permitindo aos governos e empresas atuação global as práticas de resistência através das redes digitais são cada vez mais estruturantes das realidades política e sociais, e mesmo em países

8 Conjunto de mnemônicos, marcas que designam produtos ou tecnologias e *softwares* desenvolvidos por grandes corporações e ou centros públicos de pesquisas. *MSDOS* – sistema operacional de disco da Microsoft; *PC* – *Personal computer* ou computador pessoal; *Word* – Do inglês a palavra tornou-se sinônimo de editor de texto devido ao registro de uma suíte de escritório com o mesmo nome; *Windows* – Marca usada pela *Microsoft* (empresa desenvolvedora de sistemas situada em Setle) para a família de sistemas operacionais que sucedeu o *MSDOS*; - *IBM* – Empresa americana desenvolvedora de sistemas e fabricante de hardware; *FLASH* – Códigos que são interpretados e executados em tempo real pelos navegadores de internet para quanto estes precisam exibir imagens, gráficos e animações; *HTML* – Mnemônico para *Hiper Text Markup Language*; *FTP* – Mnemônico para *File Transfer* Protocolo, um dos protocolos utilizados para troca de arquivos na internet; *WWW*- Mnemônico para *World Wide Web*, página que disponibiliza os serviços gráficos e hipertextuais na internet; *Megabyte* – unidade de medida de memória. 1 Mb = 1064 bytes, 1 byte = 8 *bits*; *RAM* – Mnemônico Para *Random Access Memori* ou memória de acesso randômico, tipo de memória eletromagnético cujos dados se perdem quando desligamos o computador; *GHZ* – *gigahertz* – Unidade em ciclos por segundo utilizado para medir a velocidade dos processadores; *Wi-fi* – Marca registrada da *Wifi alliance* utilizados por produtos de conexão em redes sem fio baseados no padrão de certificação *IEEE - Institute of Electrical and Electronics Engineers 802.11*; *Bluetooth* – literalmente dente azul – especificação industrial para comunicação em redes pessoais sem fios em curta distâncias destinadas a conectar celulares, *smartphones*, *nets* e *notebooks*; *Cloud Computing* – Literalmente computação nas nuvens, novo conceito em computação em que dados e aplicativos são armazenados em *datacenters* montados com computadores de grande porte e acessados a partir de aplicações remotas via internet; *Google*- Empresa americana de atuação global na área de *softwares* e serviços para a chamada geração 2.0 da internet (*WEB 2.0*).

como o Brasil que nem todos os cidadãos ainda se apropriamos destes, recursos, as perspectivas são inovadoras, quando estas ocorrem numa perspectiva antropofágica, no sentido de digerir para compreender o funcionamento dessas técnicas.

As táticas de resistência que emergem desses contextos, servirão por exemplo, de fomento e proposição das práticas que propomos como “burlas criativas”, compreendidas como formas anônimas de resistência surgidas das interações que a “multidão de anônimos” realiza nesses universos que permeiam o cotidiano, uma vez que estes ainda não são perfeitamente compreendidos e precisam “ser digeridos” para uma melhor compreensão de como poderão se integrar aos cotidianos e às necessidades dessa multidão de anônimos, conforme aponta Certeau (2010).

Exemplo dessas burlas e possibilidades organizativas vivenciadas nos contextos dos Pontos de Cultura é a possibilidade de organização em redes que funcionam de modo desterritorializado, disseminando informações sobre as políticas e ações de governo e conseguem se constituir em um fórum atuante no cenário do ativismo cultural de um país de dimensões continentais como o Brasil - é o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.

Considerar a constituição de um fórum nacional e suas ações enquanto forma de burla, quer dizer que mesmo sem ter sido concebido originalmente para tal, os sistemas de comunicação tradicionais, mantidos por grandes empresas multinacionais, os fóruns, organizados em redes horizontais apropriam-se de seus recursos de modo contra-hegemônico, mesmo em contextos nos quais as formas de organização produção de conteúdos, interações e manifestações através destes. são contidas pelo hegemônico, uma vez que estas estruturas foram planejadas para servir aos propósitos de Estados e grandes conglomerados empresariais, entretanto, permitem ao mesmo tempo, A diversos coletivos sociais, uma apropriação dessas e nessas estruturas, resignificando os propósitos para os quais foram inicialmente desenvolvidos.

Tal fato, mostra também que na sociedade contemporânea não há possibilidades de resistências sem considerar os contextos ciberculturais e as articulações em rede

que se desenvolveram nas últimas 03 (três) décadas. Tais contextos, comuns tanto aos aparatos instituintes do Estado quanto às práticas resistentes daqueles que Certeau (2010) denomina de multidão de anônimos, são o cenário maior do que passou a denominar-se de cultura digital ou cibercultura, ambiente natural de contradições, de conflitos e de tensões que negam a homogeneização que querem impor à multidão aportada pelo antropólogo francês.

Paralelamente a esse nivelamento, a essa homogeneização das estruturas socioeconômicas vemos surgirem unidades sociais de um outro tipo, que ainda não estão efetivamente organizadas. Elas se manifestam por movimentos jovens (que não são exatamente estudantes, porque justamente se recusam a separação estudantes-trabalhadores, com dificuldades, mas o problema está, mesmo assim, colocado) ou por grupo de consumidores, associações contra a poluição, etc. (CERTEAU, 2010, p. 151).

Nos contextos ciberculturais essas possibilidades de nivelamento das estruturas tornam-se mais difíceis, embora as tentativas permaneçam. Entretanto, os recursos e as possibilidades, uma vez compreendidos pela multidão, tornam-se argamassa virtual e rizomática de novas estruturas, possibilitando fortalecimento de diversidades, e a emergência de novas e ágeis possibilidades de auto-organização.

Contextualizando os contextos em que se dão os embates e as tensões, vejamos as tentativas que diversos setores sociais, empresariais e governamentais vêm fazendo para impor formas de vigilância aos fluxos de informação e às diversas formas de apropriação social das TIC. O que está em jogo nesses embates é o poder que os conglomerados transnacionais e governos terão para regular e determinar as condutas que consideram adequadas aos espectros que atualmente permitem o livre fluxo de ideias e conteúdos. Estabelecer controles nas e das redes digitais de comunicação é a forma de submetê-las às regras e às lógicas que legitimam as leis de *copyright* e os algoritmos de controle que permitem estabelecer a prioridade sobre o que deve trafegar na rede. Tais procedimentos não tem outro objetivo senão o de garantir o atual *status quo* hegemônico, posto em cheque se concebermos o atual sistema técnico comunicacional em potência.

Significa dizer que os sistemas de macrorregulação no interior dos Estados, a serviço dos interesses hegemônicos, já perceberam que serão incapazes de reverter o potencial de fortalecimento das diversidades intrínsecas aos novos meios de comunicação sem impor técnicas e mecanismos jurídicos de controle. Como parte dessa estratégia hegemônica, somos apresentados cotidianamente a sistemas, a línguas e a programas disseminadores de um modo de apropriação e de compartilhamento do conhecimento empacotados e submetidos aos interesses dos detentores de patentes.

Uma retrospectiva de como o uso de microcomputadores se popularizou no Brasil ao longo das 03 últimas décadas mostrará que a sua popularização obedeceu a lógica determinada de forma exógena por corporações transnacionais, com a difusão do uso de sistemas operacionais e aplicações cujos direitos de uso dependiam de licenças privadas. No final da década de 80, com o crescimento e com a popularização da internet, as posturas adotadas pelas principais empresas monopolistas do setor de TIC começaram a ser questionadas (conforme pode ser constatado em filmes como o “Revolution OS”⁹ e “Piratas do Vale do Silício”¹⁰, etc.) e o uso de sistemas operacionais e *softwares* produzidos a partir da lógica de compartilhamento, através do acesso ao código fonte se fortalece através dos movimentos de incentivo ao uso de *softwares* livres. Profissionais e estudiosos começaram a organizar-se e criaram movimentos incentivando a liberdade de acesso aos códigos-fonte e acesso à informação, com postura declaradamente antidesmonopolização de recursos públicos para o pagamento de direitos de patente para aquisição de *softwares*.

Dentre esses movimentos, organizações e seus expoentes, destacamos a *Free Software Foundation*¹¹, o programador norte americano Richard Stallman, o estudante de computação finlandês Linus Torvalds, dentre muitos outros que iniciaram o desenvolvimento de sistemas operacionais e softwares que se popularizaram através da distribuição e aprimoramento de seus códigos por estudiosos e programadores em todo o mundo.

⁹ Disponível em: <http://www.revolution-os.com/> Acesso: agosto/2011.

¹⁰ Disponível em: <http://www.baixeturbo.org/2008/10/download-piratas-do-vale-do-silicio/>. acesso: agosto/2011.

¹¹ Disponível em: www.FSF.org Acesso: agosto/2011.

Durante as décadas de 90 e os anos 2000, os ativistas desse movimento revolucionariam a forma como os *softwares* vinham sendo produzidos, distribuídos e compartilhados. Tais iniciativas provocaram profundas mudanças nas formas de apropriação de *softwares* e dos conteúdos digitais, contribuíram para o desenvolvimento e popularização da internet enquanto espaço público de trocas e de comunicação sem fronteiras. Os reflexos desses movimentos não se limitam apenas aos programas e códigos computacionais, estendem-se para o mundo artístico e cultural, propondo novas formas de lidar com a proteção do direito autoral e a produção intelectual e artística, incentivando e criando outros modos de preservar e garantir direitos de autor como o *Creative Commons*¹² e o *copyleft*¹³.

Richard Stallman lidera nos EUA a criação de programas de código-fonte aberto através do movimento GNU – mnemônico para *Gnu Not Unix*¹⁴, que desenvolve aplicações livres para uso em microcomputadores rodando sistemas operacionais livres. Linus Torvalds, foi o responsável pela criação e disseminação através da internet de um sistema operacional para microcomputadores baseado em UNIX, inicialmente denominado de *minix*, cujo código-fonte foi aprimorado a partir do início da década de 90 e atualmente constitui o sistema operacional denominado de *GNU/Linux*, que possui diversas variantes com distribuições e customizações em todo o mundo, em que comunidades de desenvolvedores aprimoram constantemente os códigos-fontes, adequando-os à sua necessidade.

Esses sistemas operacionais e aplicações são distribuídos através de comunidades de desenvolvedores que utilizam modelos de negócio que reconhecem os *softwares* enquanto bens, cuja característica central é sua antirivalidade. Nas palavras de Rezende (2009) *o software é um bem intangível não concorrente, cujo uso não contribui para a escassez, ao contrário, quanto mais se usa, mais ele é multiplicado e aperfeiçoado, fazendo com que seu valor se multiplique quanto mais são compartilhados*. Uma das estratégias utilizadas para permitir o compartilhamento, é o uso de licenças de uso, como a GPL – *General Public License*, que tem a função

¹² Formas de licenciamento de conteúdos obras artísticas, literárias, musicais e acadêmicas, cujas informações e licenciamento podem ser acessadas e realizadas em: www.creativecommons.org.br

¹³ Forma de licenciamento alternativa ao *copyright*, informações disponíveis em: www.gnu.org/copyleft/

¹⁴ Informações disponíveis em: www.gnu.org Acesso: Agosto/2011.

de garantir a perpetuação das liberdades e a forma de organização não hierárquica e distribuída das comunidades de desenvolvimento e uso de *softwares* livres. Atualmente os sistemas operacionais e aplicações desenvolvidas pelas comunidades de *software* livre como a Debian¹⁵ são responsáveis pelo funcionamento de servidores de internet, sistemas de arquivos, redes locais, bancos de dados, sistemas de backup, etc..

Nas diversas ações do Programa Cultura Viva o uso de *softwares* livres e o compartilhamento de códigos foram estimulados, buscando enraizar a filosofia de compartilhamento e distribuição de código e os modelos organizacionais já utilizados pelas comunidades de desenvolvimento entre os ativistas de cultura popular, dessa maneira os articuladores e gestores vinculados aos contextos de cibercultura procuravam fortalecer as práticas de construção e de compartilhamento de conhecimentos aplicando a filosofia de compartilhamento de códigos em diferentes áreas.

Esses movimentos questionando patentes, monopólios e o controle no ciberespaço funcionaram como um aglutinador de diversas demandas da cultura popular, pois permitiam ao mesmo tempo fluir suas criações a se apropriar de suas formas de organização, tanto filosófica quanto funcionalmente, criando novas estruturas e modelos organizacionais e de negócios destinados à produção e à distribuição de *softwares*, produtos, serviços e bens culturais. Tais sistemas organizativos contribuíram para a formação de arranjos produtivos extremamente ágeis e redes de ativismo digital eficientes, articulados em redes locais, regionais e nacionais, desempenhando diversas atividades, que vão desde a prestação de serviços para governos e organizações civis, até o desenvolvimento e a disponibilização de códigos e conteúdos culturais inovadores no ciberespaço, conforme pode ser verificado em inúmeros blogs, sítios e portais desenvolvidos a partir da implementação da ação governamental.

Esse é um dos cenários onde ocorrem as interações que denominamos de contra-hegemônica contidas pelo hegemônico, permitindo a diversos coletivos artísticos e

¹⁵ Informações disponíveis em: www.debian.org Acesso: Agosto/2011.

culturais um salto qualitativo que contribuiu para uma inserção dos movimentos de cultura popular brasileira nos contextos da cibercultura, fortalecendo a diversidade a partir do que Certeau (2010) denomina de culturas plurais, que são fortalecidas de forma intensa nas sociedades contemporâneas pelo viés redes digitais de comunicação, em que pese os intensos movimentos e articulações reativas a partir de contextos jurídicos, políticos e empresariais já apontados.

Na última seção, já em viés conclusivo, buscaremos mostrar como as novas formas de interação entre diferentes culturas organizadas a partir de lógicas desterritorializadas, aglutinadas a partir dos contextos da cibercultura, buscam consolidar-se enquanto movimentos questionadores dos modos de agir e de pensar dos governos e da sociedade contemporâneos. Em momentos de transição paradigmática como os que vivenciamos, esses entes não compreendem em sua amplitude o potencial transformador das TIC no momento em que estas se inserirem no cotidiano dos movimentos sociais e culturais organizados, redefinindo o seu universo de interações. As análises que traremos a seguir envolvem as ações desenvolvidas pelos PDC Via Magia, Cultura Sertaneja e Ciberparque Anísio Teixeira, que tiveram suas ações desenvolvidas nas cidades do Salvador, Irecê, e Valente no estado da Bahia.

6.2. Programa cultura viva: As interações com movimentos sociais e culturais promovendo debates e reflexões sobre a concepção de Estado

Nesse tópico refletimos sobre as vivências e interações ocorridas durante os trabalhos de campo para coletar dados junto aos PDC. Além do período de visitas, também contribuíram para nossas inferências a convivência com ativistas e a participação em inúmeros fóruns e eventos sobre a temática ao longo dos últimos seis anos. Essas interações ocorriam em fóruns de discussão, *blogs* e portais, encontros e eventos realizados pela rede de PDC, pelo MINC e pelos seus parceiros na execução do Programa Cultura Viva.

As práticas, saberes e fazeres cotidianos construídos a partir de diferentes matizes culturais e sociais, analisados a partir do dia a dia dos movimentos de cultura popular encontraram nos PDC pontos de convergência, desvelando possibilidades para a criação e evidenciando conflitos vividos pelos diversos autores que povoam esses espaços. As realidades sociais em que se instalam, numa tentativa de compreenderem-se enquanto cidadãos alçados à condição de agentes públicos envolvidos na construção de uma ação governamental que busca construir autonomias locais capazes de fortalecer e disseminar conteúdos culturais populares busca romper a distância entre os discursos e as práticas políticas e sociais dos diversos atores envolvidos.

Ao negar modelos tradicionais presentes nos *modus operandi* de apoio à cultura, destinando verbas para apoiar manifestações culturais e artísticas populares encontradas em diferentes rincões país, possibilitando sua articulação através de redes de colaboração e compartilhamento, unindo ativistas culturais e movimentos sociais, o governo afirma a competência e a capacidade de fazer desses diversos coletivos. Essa mudança de rumos implica em repensar diversos conceitos. Nossas análises serão conduzidas a partir de dois eixos de reflexão:

I - A compreensão das tecnologias digitais enquanto estruturante de novas manifestações culturais, artísticas e sociais:

A forma como o Programa Cultura Viva foi concebido implicou na compreensão dos recursos digitais enquanto veículos/meios capazes de estruturar, contribuindo para dar vazão, “desesconder e dar voz” para todo um contingente de artistas e ativistas sociais que não teriam outro meio para se manifestar e correriam o risco de subutilizar o potencial criativo das tecnologias digitais se essas fossem apropriadas por seus cotidianos a partir de perspectivas homogeneizadas e instrumentalizadas.

Os recursos e técnicas digitais são o componente estruturador e potencializador dos fluxos de comunicação, da formação de redes horizontalizadas e desterritorializadas, da criação artística, do estímulo e da difusão das manifestações de cultura popular. A perspectiva é dar voz e oferecer meio de integrar os movimentos. Entretanto, esse não é um entendimento consolidado nas diversas instâncias de governo, o que faz com que os grupos e setores do governo que defendem tal perspectiva de apropriação tenham suas ações tencionadas por grupos que enxergam no fortalecimento e integração dos movimentos incipientes de cultura digital e cultura popular ameaças aos monopólios ou *modus operandi* estatal. Tais conflitos entre correntes de pensamento desencadeiam outros pontos de tensão e reflexões sobre o papel e a gestão do Estado.

II – O debate sobre a necessidade de reinvenção do papel do Estado e a construção de um novo ordenamento jurídico:

A proposta governamental de envolver a sociedade civil organizada na construção de uma política pública a partir de princípios como a descentralização, a cogestão e a democratização do acesso aos recursos orçamentários traz consigo conflitos e embates com os que defendem a primazia do ordenamento jurídico vigente. As estruturas burocráticas e políticas contrárias a tais práticas utilizam os fundamentos desse ordenamento buscando inviabilizar o avanço de tais práticas. A nossa hipótese é a de que esse comportamento justifica-se pelo temor de que estas se alastrem para outras esferas ou órgãos de administração do Estado, por isso, ao invés de adequar o atual ordenamento jurídico promovendo as mudanças

necessárias, essas correntes defendem que estas sejam descontinuadas. Instala-se um debate com diferentes visões sobre a questão envolvendo dois polos principais:

- a) Os que desejam manter os mecanismos jurídico-institucionais vigentes; e,
- b) Aqueles que reconhecem a necessidade de reformular o ordenamento jurídico vigente como forma de difundir e tornar perenes e sustentáveis práticas de gestão de políticas públicas que estimulem a gestão compartilhada, a colaboração e a descentralização dos recursos orçamentários.

É possível inferir que os debates e movimentos de questionamento às ações reivindicando e apontando mudanças possíveis na gestão orçamentária, desencadeadas a partir das ações desenvolvidas pelo MINC resultam da aprendizagem mútua pela sociedade civil e movimentos populares sobre o funcionamento dos mecanismos que estruturam o Estado, e a percepção do potencial das redes digitais de comunicação para transformá-los. As ações construídas pelo Programa Cultura Viva durante os últimos anos foram importantes para o despertar dessas possibilidades. Nos tópicos seguintes buscaremos mostrar a partir de nosso foco de análises alguns dos embates e desafios cotidianos vivenciados por esses coletivos.

A inserção dos PDC na cidade do Salvador e na região metropolitana ocorreu de forma bastante peculiar. Envolveu a ação direta das estruturas de governo como a Prefeitura Municipal, através da Fundação Gregório de Mattos, e forte articulação com o MINC via Secretaria Estadual de Cultura – SECULT. Os interesses políticos convergentes foram fundamentais para o processo de estadualização do programa, conforme mostra estudos de Rocha (2010), pois permitiram diversas articulações entre cultura popular, ativismo social e cultural com as ONGs, grupos de capoeira, o movimento de cultura digital e as estruturas administrativas do governo baiano.

Embora tenhamos focado nossa análise nas atividades desenvolvidas pelo Ponto de Cultura Via Magia, vinculado ao instituto de mesmo nome, instalado em uma Escola no bairro da Federação, foi possível participar de diversos encontros e atividades relacionadas aos PDC da região metropolitana e do interior que nos permitem

algumas inferências sobre esses espaços. Compreendemos esses movimentos como fomentadores de novas formas de interação entre Estado e sociedade, sobretudo nos contextos sociais e culturais da capital baiana.

Um dos principais polos irradiadores de cultura de massa do Brasil, mesmo subordinado à lógica de produção e difusão do eixo midiático Rio-São Paulo, a cidade do Salvador constitui-se enquanto exportador de artistas nas áreas musicais, teatro, dança, etc.. Fora dos contextos culturais de massa, essa riqueza é intensa na cidade e nos seus subúrbios e é manifestada de diferentes formas. É possível inferir que o potencial e os movimentos artísticos e culturais na cidade contribuem para conter a escalada da violência urbana que estão relacionados aos complexos problemas sociais e de má distribuição que ainda permeiam a sociedade brasileira e a cidade de Salvador.

Ao retomar nosso contexto de análise pode-se perceber que mesmo com as dificuldades operacionais, vinculadas à difícil relação entre os movimentos de cultura popular e as estruturas de poder que organizam o Estado, que no caso dos PDC materializa-se na complexa papelada relacionada a documentos para realização de convênios, relatórios, prestações de contas, enfim, à sistemática que estrutura os governos e seu aparato burocrático, esses diversos movimentos começam a se apropriar dessas práticas, aprendendo e, em alguns casos, construindo alternativas de enfrentamento às dificuldades burocráticas, orçamentárias e de gestão.

As questões relacionadas à gestão não farão parte das análises em relação ao PDC Via Magia, pois a estrutura organizacional do instituto viabiliza equipe e espaço já existentes na escola, que somados à experiência acumulada por esses gestores na organização de circuitos culturais alternativos na capital e interior do Estado, facilita a relação com o Estado em relação aos convênios e às sistemáticas relacionadas à burocracia estatal. Isso não significa, entretanto que não ocorram problemas relacionados a aspectos como repasses, execução e fiscalização da aplicação dos recursos. Esses problemas eram corriqueiros, incidindo em maior ou menor escala em todos os PDC analisados.

No PDC Via Magia concentramos nossas análises na construção de espaço de interação com a comunidade e na averiguação das vantagens da descentralização de recursos públicos para a democratização e ampliação do acesso às TIC. Interessou saber se as ações desenvolvidas pelo PDC contribuíram para o surgimento e para o fortalecimento de espaços de interação entre Estado e comunidade. Nesse sentido foi possível inferir que ações ali desenvolvidas ocorreram de modo efêmero e descontinuado, e, embora tenham possibilitado experiências ricas do ponto de vista cognitivo, artístico e de proteção social, não contatamos indícios nas práticas desenvolvidas pelo Instituto Via Magia que permita afirmar que o modelo de descentralização proposto pelo governo tenha contribuído para fortalecer a interação entre Estado e sociedade numa perspectiva de atuação conjunta para a gestão e para a aplicação de recursos públicos.

Em relação aos avanços nas questões burocráticas e orçamentárias, que implicam na compreensão do *modus operandi* estatal, nossas inferências vinculam-se aos contextos dos inúmeros PDC que atuaram a partir de realidades mais adversas, nas quais as condições de execução do projeto eram mínimas e a atuação em atividades dessa natureza era desconhecida, tornando mais difícil a relação com o Estado. Nesse conjunto podemos incluir: os PDC vinculados a movimentos sociais e culturais, associações de bairro, grupos de capoeira, etc.. Esses são mais afetados e sofrem mais as consequências do atual modelo que orienta as formas de subvencionamentos, repasses e fiscalização da aplicação de recursos pelo Estado, pois atuam em um universo completamente desconhecido.

O que foi relatado também resulta das diversas incursões para observação dos movimentos do PDC durante encontros, reuniões e seminários realizados na Bahia e no Brasil, dentre os quais destacamos alguns desses, realizados em Salvador e no interior Baiano:

1. Encontro de Pontos de Cultura ocorrido em Cachoeira-BA, articulado pelo terreiro cultural¹⁶ em julho de 2007.
2. Encontro de Pontos de Cultura Baianos, ocorrido no mês de novembro de 2008, no pavilhão de aulas do Canela da UFBA - Reunião de coordenadores e ativistas,

¹⁶ Entidade que atua na organização de atividades e redes de cultura popular na cidade de Cachoeira e no recôncavo Baiano. O mapa de localização pode ser encontrado em: <http://pt-br.facebook.com/pages/Terreiro-Cultural/200574206622569?sk=info> Acesso: setembro/2011.

artistas populares e mestres de capoeira na sede do FICA¹⁷.

3. Visitas às escolas e aos PDC Via Magia¹⁸ (Bairro da Federação em Salvador-Ba) Cultura Sertaneja (Valente, Semiárido baiano) e Ciberparque Anísio Teixeira (Irecê-Ba);

4. Encontro de Pontos de Cultura realizado na sede do SOFIA¹⁹, localizado no bairro de Escada, subúrbio ferroviário – Salvador-Ba²⁰.

5. Participação no Seminário Internacional de Pontos de Cultura Ocorrido em Pirenópolis-Go em novembro de 2009.

6. Participação na TEIA – encontro Nacional de Pontos de Cultura ocorrido em Fortaleza em março de 2010.

Os encontros mencionados acima resultaram na produção de diversos conteúdos digitais, disponíveis em blogs, portais, sites, conforme notas de fim de página, apontando alguns endereços onde podem ser acessadas. Ao destacá-los, nossa intenção não é só oferecer ao leitor um caminho para aprofundar sobre as atividades realizadas por esses movimentos e/ou instituições, mas mostrar o potencial latente dessas organizações para desencadear e fortalecer a criatividade natural presente nos espaços de expressão e criação, possíveis através do ciberespaço, que poderiam ser intensamente utilizados por jovens ativistas e artistas populares, partindo de realidades sociais e culturais diversas, mas que se perdem devido a inexistência de iniciativas capazes de potencializar tais ações.

Além disso, a partir desses espaços, torna-se possível fomentar a interação e a convergência com os espaços presenciais de ação estatal, subvertendo a lógica espacial inaugurada pelo Estado-nação; O caráter descentralizado e desterritorializado desses ambientes promove a articulação entre os movimentos e a troca de experiências, fomentando ideias e ações criativas, potencializadoras de

17 Fonte: Fundação Internacional de Capoeira Angola, disponível em: www.ficabahia.com.br.

18 Fonte: Instituto e Ponto de Cultura Via Magia, disponível em: <http://www.viamagia.org/pontodecultura/oficinas.php>

19 Ong. com atuação na área cultural e social localizada no subúrbio ferroviário de Salvador. Disponível em: <http://cesofia.blogspot.com/>

20 Outras informações sobre as atividades e a rede de pontos de cultura de Salvador e da Bahia podem ser visualizadas nos seguintes endereços <http://pontoapontobahia.wordpress.com/pangea-centro-de-estudos-socioambientais-salvador/> - <http://digitalbahia.wordpress.com/tag/salvador/> e em centenas de outros portais, sites e blogs existentes na net cuja produção de conteúdo é resultado das atividades desenvolvidas no e pelos pontos de cultura.

movimentos de contestação política, interação cultural e social, buscando respostas para as questões colocadas enquanto desafios na contemporaneidade.

A partir das atividades e desafios cotidianos que observamos nos PDC Via Magia, no Bairro da Federação em Salvador; Cultura Sertaneja, em Valente, região sisaleira e Ciberparque Anísio Teixeira, em Irecê, todos no estado da Bahia, serão analisados alguns aspectos desse cotidiano de construção de alternativas e possibilidades de atuação conjunta entre sociedade e Estado. As experiências positivas, as tensões e os embates serão analisados a partir de indícios e observações *in loco* realizadas ao longo dos quase três anos em que visitamos essas localidades, travamos contatos com ativistas, seus discursos e na internet, os quais se materializam em redes sociais, listas de discussão, blogs, portais, etc..

Também serão úteis a essa reflexão os inúmeros conteúdos digitais e culturais produzidos no ciberespaço e em outros espaços de interação que serviam para construir os grandes nós dessa imensa teia, transformada em rizomas que conecta pessoas e culturas através do Programa Cultura Viva, permitindo inferir que por meio desses espaços ocorrem questionamentos, desafios, embates e tensões que, ao questionar a ação do Estado, o faz no sentido de propor melhorias e de aprimorar o escopo da ação numa primeira instância, e no sentido de questionar suas práticas e seus *modus operandi*, se desejarmos ir mais fundo na compreensão das tensões.

Para nosso universo de análises não interessa os *modus operandi* relacionados aos convênios e as obrigações legais, orçamentárias, financeiras e jurídicas que deles emanam; essas podem ser aperfeiçoadas por decisões administrativas ou legais. Nossas reflexões terão foco em questões mais subjetivas, estratégicas e táticas desenvolvidas pelos movimentos sociais que desencadearão os ativismos, questões envolvendo conceitos, aspectos políticos e sociais, as tensões e os embates durante a implementação da ação e/ou política de governo e como estas poderão contribuir para superar os desafios encontrados.

governo e políticas públicas em diversas áreas, incluindo a cultural, fato que permite que municípios menores na da região também desenvolvam ações culturais, como a ²¹Cantoria de São Gabriel, dentre outras manifestações de cultura popular importantes para a preservação da cultura regional.

Trata-se de um polo comercial regional que se fortaleceu pelo êxito na agricultura de pequeno e médio porte, destacando-se, sobretudo, na produção de feijão e de oleaginosas como a mamona. Preserva traços da cultura sertaneja, como as cantorias, as festas de São João, as cantigas e festas de santo, embora algumas dessas manifestações já sofram influências que podem ser atribuídas à crescente urbanização e à influência dos conglomerados da mídia de massas.

Nesse contexto as metas estabelecidas pelo Ponto de Cultura Ciberparque Anísio Teixeira contemplam aspectos pedagógicos e culturais, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural da região à medida que possibilita registros audiovisuais e a disseminação deles, tanto localmente em eventos, ou globalmente por meio das redes digitais de comunicação. Apoiar programas de inclusão social e digital no município desenvolvidos em escolas e telecentros, cujas atividades são destinadas aos alunos matriculados na rede pública de ensino e/ou cidadãos ireceenses frequentadores dos espaços destinados à instalação dos telecentros. O uso de *softwares* livres é estimulado numa perspectiva de apropriação e do uso da TIC de modo colaborativo e compartilhado.

Estas ações se inserem no escopo de outras diversas, desenvolvidas no município pela FACED/UFBA. No contexto específico de disseminação de práticas de apropriação em cultura digital, elas apoiam as atividades de formação continuada de professores e envolvendo aspectos administrativos e pedagógicos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, sendo desenvolvidas pelo governo local em parceria com a Universidade.

Através de indícios surgidos nas observações *in loco* é possível inferir a partir das atividades desenvolvidas nos PDC e em outras ações em parceria com a FACED-UFBA e com o governo federal - dentre as quais destacamos: a rede de telecentros,

²¹ Festival de música regional anual realizado por ativistas culturais com apoio de entidades e empresas governamentais na cidade de São Gabriel, localizada a 15 km de Irecê.

o Tabuleiro digital²², o projeto RIPE²³, PROINFO; PROINFORURAL, etc. - que ainda precisaremos aprimorar muito nossas estratégias e *modus operandi* se desejarmos avançar em direção a um modelo de apropriação das TIC no qual a escola, e conseqüentemente a sociedade, absorva o potencial de interação com esses meios numa perspectiva de promover rupturas criativas, superando os modelos tradicionais de uso e de apropriação que povoam o imaginário e o cotidiano da sociedade.

Apesar dos inúmeros avanços técnicos precisamos avançar em termos conceituais e práticos para enfrentar as forças que atuam para reordenar e reenquadrar as propostas inovadoras potencializadoras de rupturas. Quando estas atuam, ao invés de haver um fortalecimento dessas práticas e experiências, proporcionando maior presença dos movimentos populares e culturais, maior aproximação com os modos de fazer dos ativistas em cultura digital, o que ocorre é uma espécie de “contaminação” às avessas, nas quais as estruturas de poder e práxis dos diversos atores, na escola, subvertem e reorientam (quando não rechaçam) essas práticas, inviabilizando movimentos incipientes que começam a surgir nas escolas e nas redes de ensino aproximando educação formal e movimentos culturais populares.

O uso de *softwares* livres é um objetivo e está entre as ações incentivadas em diversos projetos desenvolvidos em parceria com o município de Irecê e a UFBA. Ainda assim, a cultura de uso de *softwares* proprietários assimilada durante anos pelas escolas dificulta a instalação de *softwares* livres, bem como a compreensão da filosofia de compartilhamento e colaboração presente em seu modelo de desenvolvimento. Vejamos um diálogo entre ativistas do movimento de *software* livre do município que atuam em algumas das ações desenvolvidas em escolas e telecentros:

²² Ação de inclusão social e digital coordenada pelo GEC – Grupo de pesquisa Educação Comunicação e Tecnologias da FACED-UFBA que disponibiliza computadores conectados a internet com *softwares* livres. Instalados no pátio da Faculdade de educação, em tabuleiros, são utilizados por alunos e professores da Universidade e pela população residente no entorno da instituição de ensino. Não é disponível para toda a sociedade ireceense.

²³ Rede de Intercâmbio de Produção Educativa que iniciou suas atividades no segundo semestre de 2008 e articula ações das Universidades Federal da Bahia e da Paraíba, com o sistema educacional básico e Pontos de Cultura (MinC) dos municípios de São Felix, Irecê e Salvador. Disponível em: <https://blog.ufba.br/ripe/o-projeto/> (acessos em agosto e setembro/2011).

Ativista A – Irecê Bahia - “as escolas estão acostumadas a usar o *windows* (sistema operacional); é muito difícil convencê-los a usar o *Linux*, mesmo quando explicamos que é melhor e eles podem baixar os programas diretamente.”

Ativista B – Irecê – BA - “Tem diretor que apoia e pede para instalar, mas outros não compreendem muito bem a proposta”.

Eles também percebem dificuldades na relação entre escolas e movimentos de cultura popular:

Ativista A – “É muito difícil para a escola incorporar as manifestações culturais da região, isso corre apenas quando existe a semana cultural”.

Ativista B – “existem conflitos entre os mestres da cultura local e a escola”.

Ativista C – “As escolas não são tão autônomas assim, existe muita interferência política”.

[falas coletadas entre ativistas de cultura digital na Cidade de Irecê-Ba]

As falas acima evidenciam as dificuldades para o rompimento com a cultura de uso de *softwares* proprietários em escolas públicas e a dificuldade de integração entre cultura e educação em sua práxis pedagógica cotidiana. Ao contrário, a uma tendência de ocorrer que denominamos de “contaminação às avessas”, que seria a incorporação das práticas já institucionalizadas na escola pelos ativistas ou membros do PDC (no caso de Irecê), que acabam sendo “convencidos” pelo *modus operandi* em vigor no modelo institucional da rede de ensino. Nesse sentido os ativistas/bolsistas não conseguem avançar de modo a promover assimilação mais complexa de alguns fundamentos relacionados ao uso de *software* livre à cultura digital, um dos objetivos do PDC ciberparque Anísio Teixeira.

A relação institucional entre escolas municipais e cultura local ocorre de modo institucionalizado ao longo das datas comemorativas ou em festejos regionais de maior apelo popular sem uma maior integração com os currículos e com as

atividades do cotidiano escolar. A pouca interação com os universos de cultura popular local dão lugar a lógica massificadora imposta pelas técnicas midiáticas contemporâneas que chega a escola de modo hegemônico e unidirecional, contribuindo para que esta se constitua como mais um vetor na formação do pensamento uno, apontado por Santos (2011).

Concordamos com o geógrafo Baiano em seus apontamentos acerca da “tentativa de construção de um pensamento uno em torno das mudanças possibilitadas pelo atual estágio da técnica. Para ele, “a aceleração dos processos hegemônicos legitimados pelo 'pensamento único', enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemoneizados” (SANTOS, 2011, p. 35). Ao refletirmos sobre as formas de apropriação das TIC a partir de posturas que desconsideram seu potencial para a promoção da diversidade, somos ajudados a compreender como as formas de disseminação e integração entre tecnologias digitais, territórios e sociedade que correm nas escolas acabam contribuindo para neutralizar a parcela significativa de seu potencial inovador..

Outro aspecto importante a ser analisado são os mecanismos de controle (naturais e políticos) presentes ou impostos às redes digitais de comunicação e seus usuários. Os estudiosos ligados a esta corrente de pensamento, como Boaventura de Sousa Santos (2011), atribuem à hegemonia do atual modelo macroeconômico mundial, denominado globalização, a uma centralidade dos processos de comunicação digital na estruturação das estruturas de poder global.

Dois fatores estratégicos parecem estar por detrás desse desenvolvimento. Por um lado, a inovação e difusão tecnológica: a evolução dos microchips; as comunicações por satélite; a emergência da tecnologia digital e a consequente eliminação da distinção entre comunicações e processamento de dados. Por outro, a estrutura oligopólica do mercado de telecomunicações e do poder político dos atores principais: os maiores utilizadores das telecomunicações são em número cada vez menor e

economicamente cada vez mais poderosos, podem fácil e eficazmente organizar grupos de pressão política (SANTOS, 2011, p. 39-40).

As estruturas de poder instaladas na escola trabalham pra reforçar o que aponta Milton Santos (2011). Para ilustrar como isso ocorre e interfere nos cotidianos escolares, traremos dois exemplos vivenciados nas duas escolas onde realizamos visitas e acompanhamos algumas atividades no Município de Irecê.

Na **Escola A**, localizada em uma área urbana, observamos alguns problemas que podem ser sintomáticos para determinar as formas de apropriação das TIC pelos diversos atores escolares. Trata-se de uma escola de ensino básico com número de alunos superior a sua capacidade de atendimento (visitas no ano letivo de 2009), com uma estrutura organizacional composta por diretoria e vice-diretorias que cumprem também a função de orientação e supervisão. Existem problemas de violência que migram do entorno para o intramuros escolar, e a escola tem guarda-pátios para os momentos de saída e no recreio.

Para ilustrar as nossas observações, relatarei um episódio vivenciado em uma das visitas. Uma aluna havia trazido o celular para a escola e o aparelho foi retido pela coordenação/vice-direção. Ao indagá-la sobre o motivo, a justificativa foi a seguinte: “esses equipamentos não são permitidos, pois podem ser roubados por outros alunos, acarretando problemas e os alunos já estão avisados de que não devem trazê-los”. Esse fato ilustra e corrobora com as nossas reflexões sobre o despreparo curricular e pedagógico das escolas em lidar com o que denomino de espraiamento das TIC pela escola (Almeida, 2009). Refiro-me justamente a estes contextos nos quais os apetrechos digitais chegam à escola mesmo a sua revelia e esta não está adequada, nem arquitetônica nem pedagogicamente, para lidar com eles.

Na **Escola B**, localizada na área rural, as observações relacionadas às formas de apropriação relacionam-se às questões de inadequação arquitetônica, como a inexistência de espaços planejados para a instalação de equipamentos digitais que são gravados pelo que denominamos de espraiamento das TIC pelos espaços

físicos da escola, promovendo uma espécie de sobreposição de espaços, centralizados nos Estados ou no MEC, nos quais a escola não têm nenhum poder de interferência, a não ser a chamada “adequação do espaço físico”, sempre seguindo modelos previamente definidos e aderentes ao modo como as políticas são concebidas, determinando a forma como os equipamentos chegam e serão instalados na Escola.

Percebemos claramente a grande expectativa e a intensa vontade de que essas tecnologias integrem-se ao cotidiano curricular e pedagógico da escola, inclusive por parte de alguns professores que utilizam em suas aulas equipamentos próprios como notebooks, corroborando com a tese de espraiamento; porém, como se trata de uma iniciativa isolada do professor, fatores arquitetônicos, curriculares ou relacionados às formas como as políticas públicas são concebidas e executadas impedem que eles possam desenvolver as propostas de trabalho com as TIC.

Por exemplo, quando visitei a escola que havia se esforçado para adequar um espaço para as máquinas enviadas pelo MEC (PROINFO RURAL), detectei que o mesmo não era utilizado há vários meses, pois o computador servidor estava com problemas técnicos e a empresa responsável pelo suporte não resolveu o problema devido à inexistência de suporte local. Esclarecendo: a escola fez as adequações elétricas e espaciais no espaço já exíguo, entendendo a importância da apropriação das TIC nos processos de ensino e aprendizagem, mesmo a partir de uma proposta concebida sem que os alunos e professores que ali atuam não foram ouvidos em nenhuma etapa do processo, a não ser a comunicação de que necessitariam “adequar o espaço”, e, por conta de um problema de manutenção relativamente de simples solução, que envolvia a troca de uma placa ou a reconfiguração de software, inviabiliza o uso do espaço, e o motivo principal não é outro, senão as amarras burocráticas envolvidas no processo de aquisição e garantias inerentes aos certames licitatórios públicos.

Embora o PDC Ciberparque Anísio Teixeira tenha sido planejado para desenvolver ações de fomento e de disseminação de cultura digital no município de Irecê, envolvendo a integração de atividades de telecentros e a Secretaria Municipal de Educação, situações como as relatadas nos parágrafos anteriores escapam do seu

controle e do seu escopo. Seu campo de ação, em muitos casos, encontra-se restrito à execução de ações previstas no seu plano de trabalho original, dentre as quais destacamos:

- Possibilitar a ampliação e a garantia do acesso aos meios de produção e formação cultural;
- Apoiar processos educacionais formais e não formais;
- Possibilitar acesso livre ao universo tecnológico;
- Propiciar à sociedade meios para a produção de bens culturais, fortalecendo a cidadania através de processos de compartilhamento e de colaboração.

Ressaltamos que mesmo com o cumprimento das ações previstas no planejamento original do Plano, e até superando-as em alguns aspectos, a exemplo do desenvolvimento e disseminação de conceitos relacionados ao uso de *softwares* livres e à cultura digital em alguns segmentos sociais, e, mesmo quando estas ações guardam estrita relação com atividades relacionadas às políticas públicas e/ou ações de governos de fomento ao uso das TIC em escolas públicas e para inclusão e democratização de acesso através de iniciativas para a inclusão digital, integrá-las tornando-as mais eficazes a partir de planos de ação macroestruturantes (no sentido da busca pela convergência e potencialização das ações) não são fáceis de serem articuladas, a nosso ver, isso ocorre devido a fatores de ordem local e externos, como por exemplo:

- a) Desarticulação entre os ministérios governamentais que planejam e executam tais políticas e/ou ações;
- b) Ausência de estrutura local para atendimento das demandas localizadas de cada política e/ou ação de governo;
- c) Impedimentos burocráticos institucionais e/ou políticos que são replicadas nas esferas federal, estadual e municipal;

Mesmo com essas questões, que podemos considerar como entraves à ação do

PDC, a forma como ocorre a concepção e se desencadeiam as ações do PDC Ciberparque Anísio Teixeira possibilita integrar outras ações no município de Irecê (sobretudo nas áreas de educação e inclusão social e digital), algumas destas sobre concepção e influência direta da Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal da Bahia – UFBA, cujas características e conjunturas locais permitem alguns diferenciais nas formas como geralmente se dão as apropriações de tecnologias por escolas e pela sociedade.

São a partir desses contextos e cotidianos complexos, que a escola, seus professores e alunos precisam, ao mesmo tempo, superar dificuldades estruturais e sociais e inserir as TIC no seu trabalho. E, como temos afirmado ao longo dessa pesquisa, elas quase sempre são inseridas de modo hegemônico e sem atitudes reflexivas por parte dos professores sobre seu potencial e o papel a ser exercido nos diferentes contextos, sempre presentes em um mesmo município ou rede escolar.

Assim, mesmo em municípios onde é intensa a movimentação de técnicos, pesquisadores e pós-graduandos de uma universidade pública, como no caso de Irecê, parece haver uma espécie de letargia, um cansaço, uma desesperança por parte dos diversos atores escolares que, nas entrelinhas, no não dito, parecem questionar e desconfiar da eficiência e do resultado dessas diversas ações e/ou políticas que tentam viabilizar os recursos digitais, seja de modo instrumentalizado, ou pensado enquanto estruturantes dos processos de ensino e aprendizagem. Tal fato serve para nos alertar sobre a necessidade de repensar, do ponto de vista conceitual e prático, senão em aspectos centrais, pelo menos em aspectos pontuais, as formas homogêneas e hegemônicas que norteiam a concepção dessas políticas e/ou ações de governo.

6.4. Valente: PDC Cultura Sertaneja - Espaço de conflito entre poder local e sociedade civil organizada

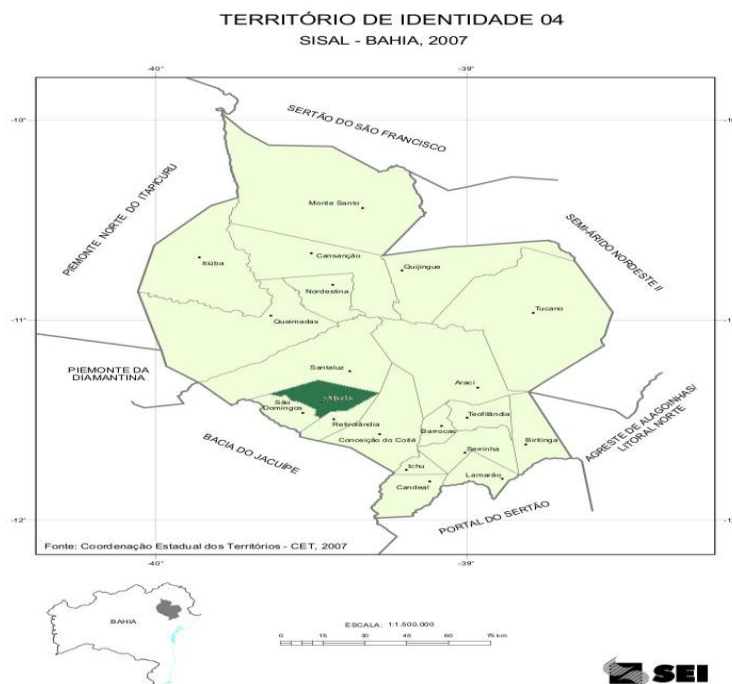
Com aproximadamente 30.000 habitantes, Valente é polo natural da região sisaleira. Devido às atividades cooperativistas e de extensionismo rural desenvolvidas pela

APAEB²⁴ em parceria com órgãos governamentais, a cidade consolidou-se como polo econômico, social e cultural da região a partir do fortalecimento da agricultura familiar, envolvendo pecuária extensiva de bovinos e caprinos, o cultivo e o beneficiamento do sisal, o que envolve artesanato e fabricação de produtos à base da fibra que estão na base da economia na região.

O sisal é uma planta resistente a climas secos. Trazida do México por volta de 1903, passou a ser vista como uma alternativa econômica a partir da década de 1930, pois as condições climáticas da região foram muito propícias para o seu cultivo, “[...] *o sisal é uma planta semixerófila, que requer clima quente e grande luminosidade e é adaptada a regiões semiáridas por ser altamente resistente a estiagens prolongadas, apresentando estruturas peculiares de defesa contra as condições de aridez [...]*” (ALVES & SANTIAGO, 2005, p. 3).

Devido à resistência das fibras da folha do sisal, é possível usá-la para a produção de diversos artesanatos. Após beneficiado, o sisal é entregue à cooperativa e a compradores na região, que fabricam produtos como cordas, tapetes, peças diversas de decoração, dentre outros. O mapa a seguir mostra o território de identidade 04, que passou a ser denominado de região sisaleira, dada a importância econômica do cultivo da planta para a economia local.

²⁴ Associação de pequenos produtores organizados em sistemas de cooperativa que desenvolve diversos programas de convivência com a seca atuando como fomentadores de redes de produção, crédito e consumo, com inserção em atividades sociais e culturais. Disponível em: <http://www.apaeb.com.br> (últimos acessos em setembro/2011)



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Coordenação de Estudos de Territórios

Em Valente-BA, nossas observações centraram na relação entre Estado e sociedade. Em especial, sobre a forma como a iniciativa de uma organização da sociedade civil articulada em uma associação de pequenos agricultores desenvolvia ações que em geral (como ocorre em outros municípios da região), são desempenhadas pelo poder público local. Durante 03 (três) visitas entre 2009 e 2010, acompanhamos as ações do PDC Cultura Sertaneja, que atua integrado ao projeto Casa Brasil²⁵, todos gerenciados pela fundação cultural mantida pela APAEB²⁶.

As ações relacionadas à cultura popular sertaneja e à educação fazem parte do escopo das atividades desenvolvidas pela Entidade. Percebemos que os projetos na

²⁵ O Projeto Casa Brasil é uma iniciativa do Governo Federal que teve a cidade de Valente-Ba como piloto. Ele reúne esforços de diversos ministérios, órgãos públicos, bancos e empresas estatais para levar inclusão digital, cidadania, cultura e lazer às comunidades de baixa renda. Inicialmente foi coordenado pelo ITI – Instituto de Tecnologia da Informação e hoje sob coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

²⁶ Dentre as ações mantidas pela Associação de desenvolvimento sustentável e solidário da região sisaleira-APAEB encontram-se atividades na área de cooperativismo, cultura popular, democratização de acesso à informação e cibercultura.

área de cultura e inclusão social e digital possuem um forte fator de integração, pois a entidade dispõe de um prédio bem estruturado onde funciona a sede da Casa de Cultura, espaço para o qual convergem diversas ações envolvendo cultura popular e cibercultura . Trata-se de um prédio de proporções consideráveis para os padrões locais, erguido no centro da cidade em cujas dependências existem espaços como um pequeno anfiteatro, salas para telecentros, metarreciclagem, biblioteca, sala de leitura, salas de reuniões, saguão para exposições, dependências para instalação de escritórios, etc.

Concebido para ser o piloto do projeto Casa Brasil, inferimos que a existência física de um espaço como esse, além de proporcionar as condições materiais para o desenvolvimento de diversas atividades, torna-se referência no imaginário social local enquanto lugar destinado à promoção da cultura e às atividades relacionadas à cidadania e à inclusão social e digital e cibercultura. Percebemos isso em outras localidades que visitamos e que dispõem de instalações parecidas. Curiosamente, no caso de Valente, o prédio destaca-se do ponto de vista arquitetônico, pela localização e imponência em relação aos demais.

Para o nosso contexto de análises sobre a relação entre Estado, sociedade e TIC, fomentados e estimulados a partir dos contextos e interações com a cultura digital proporcionados pela ação dos PDC, interessa sobretudo nas experiências do PDC Cultura Sertaneja, o caráter difusor que desempenhou em relação às práticas culturais e as formas de apropriação dessas tecnologias que contribuíram para disseminar, sabedores de que são diversos e peculiares fatores que permeiam a sociedade em relação aos aspectos relacionados ao uso e a apropriação das técnicas digitais. Serão esses os aspectos analisados a partir de dois vieses principais:

I - Conflitos políticos gerados pelas tensões dos movimentos sociais e a atuação ou ausência do Estado

Essa questão assume aspectos peculiares para a geopolítica local e merece uma análise cuidadosa, pois as estruturas e conceitos que norteiam as atividades de

cultura digital agregam-se a uma infraestrutura já existente e que durante anos interfere de forma direta no cotidiano político local. A partir das ações nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais as ações da entidade, que apesar de subvencionadas pelo Estado, também recebem apoio de organizações civis internacionais e são geridas pela sociedade civil local e passam a competir com o poder público local.

A partir desse fato podemos inferir que a história da APAEB, ligada à articulação dos movimentos populares e culturais na região, frente à inoperância ou à ausência do poder local no enfrentamento dos problemas vivenciados por esses segmentos sociais, estão na origem dos embates e disputas pelos espaços de poder no cenário local. À medida em que a sociedade civil organizada mostra na prática que é possível enfrentar problemas econômicos e sociais na região a partir de soluções locais de convivência com o semiárido, resta ao poder público o caminho de apoiá-la tornando-se parceiro ou partir para o enfrentamento político disputando espaços de poder. A segunda hipótese nos pareceu a mais corriqueira no caso de Valente.

Nesse sentido, observações *in loco* permitem afirmar que há uma espécie de ocupação do vazio deixado pelo Estado por parte da sociedade civil organizada, à medida que este não realiza as ações apropriadas para promover o desenvolvimento local. Por outro lado, o caso específico em análise merece reflexões mais detidas, pois ao chamar para si a responsabilidade pela formulação de grande número de atividades em áreas econômicas, sociais e culturais, as entidades civis funcionam como uma espécie de governo paralelo instituído pela sociedade civil, agravando o quadro de tensões políticas e, em alguns casos, inviabilizando parte das ações pelo risco sempre iminente de incorporar também alguns vícios presentes na burocracia estatal.

Por outro lado, ao assumir as funções do Estado e/ou tornar-se seu parceiro e cooperar com seus órgãos e secretarias (pelos menos no plano estadual e federal) através da participação em certames via editais públicos, com posterior conveniamento com União, estados e municípios, e/ou através de subvenções financeiras por parte de governos, de estatais e de institutos de cooperação internacional, as entidades vinculadas à APAEB contribuem para a promoção de uma espécie de “anarquia autorizada”, uma vez que boa parte das ações ocorrem

com subvenção e aporte de recursos governamentais, permitindo a evolução da capacidade de autogestão de agricultores e cidadãos locais, que aprimoram a cada dia as táticas de enfrentamento civil perante o poder instituído.

O enfrentamento das tensões e adversidades comuns em empreitadas dessa montagem está presentes tanto no campo econômico, em contextos de captação e repasses de verbas públicas que permitem uma atuação autônoma da APAEB, e também nos contextos políticos locais, pois os dirigentes e membros das organizações civis tornam-se figuras públicas que naturalmente disputam os espaços de exercício do poder público local e regional. Embora o acesso a verbas públicas ocorra de modo desigual, pois o Estado tem garantido suas fontes de financiamento via cobrança de tributos e repasses intragovernamentais e as entidades civis dependem de vontade política e convênios específicos para que isso ocorra, tal fato não impede o protagonismo social e econômico dessas organizações, pois se tornaram importantes atores políticos para mitigar as desigualdades regionais e conseguem captar recursos próprios, já que desenvolvem atividades produtivas e articulam-se politicamente com entidades internacionais e nacionais que fomentam o associativismo e a economia solidária.

Através dessas parcerias as ações da APAEB ocorrem independentemente das decisões governamentais, ou em parceria com órgãos de governo, que em determinados casos priorizam linhas de ação a serem geridas conjuntamente com entidades civis por meio de seleção via editais públicos, como no caso dos PDC. Nesses casos o cenário de tensão tende a se agravar, pois estabelecem objetivos e regras a serem observadas durante o processo de cogestão, assim, as parcerias entre Estado e sociedade civil não podem abdicar de fiscalização e de controle por parte dos governos, causando problemas quando as entidades civis não conseguem cumprir o que determinam as normas gerenciais do Estado, que definem regras para a aplicação dos recursos.

Saindo do cenário local para aspectos mais amplos no cenário nacional e global, observamos que as entidades da sociedade civil convenientes devem cumprir as regras jurídicas vigentes, estipuladas por normas e legislações nacionais, nesse sentido precisam ser capazes de cumprir metas que significam manter em suas estruturas organizativas capacidade operacional para captação e gestão de

recursos, bem como fazer face às exigências dos convênios firmados. Quando não são capazes de manter tais estruturas correm o risco de ter suas contas rejeitadas.

Nos últimos anos, com o aumento do número de convênios para execução de ações em parceria com entidades civis, parece haver um movimento para criminalizar essas práticas, inviabilizando a possibilidade de conveniamentos entre organizações civis e Estado, decisão recente do TCU tomada em novembro de 2011, a partir de denúncias de irregularidades surgidas em convênios de repasses de recursos para entidades civis em diversos ministérios (Turismo, Esportes, Trabalho, etc.), pareceu-nos um forte indício nesse sentido.

Embora reconheçamos a importância da transparência na fiscalização desses repasses, a ação dos tribunais que desconsidera os avanços que práticas de cogestão de recursos públicos podem significar, atuando apenas a partir do estabelecido nos compêndios jurídicos, em que em muitos casos a aplicação do texto legal desconsidera aspectos sociais ou a necessidade da elaboração de regras específicas para esses casos, parece contribuir para uma tentativa de coibir tais práticas por parte do Estado, no qual alguns setores parecem atuar para criminalizá-las.

Somado a isso, o discurso midiático, ao invés de investigar a verdade dos fatos e ouvir diferentes versões sobre o mesmo fato, prefere criminalizar de imediato os movimentos e entidades civis, sem direito ao contraditório, fato que denota um claro movimento que parece trabalhar para inviabilizar as práticas de descentralização e aplicação de recursos públicos na área cultural, que é o aspecto fundamental a ser compreendido, visto que está no cerne da relação entre sociedade e Estado que envolve tal fato, mencionado aqui por estar relacionado com a ação de governo que investigamos nessa tese.

Assim, ao invés de investigados e punidos, os maus exemplos são usados por setores do governo e pela mídia para desqualificar e desautorizar os movimentos sociais enquanto gestores e executores públicos. É a partir de exemplos como esses que se estabelecem zonas de conflitos e de tensão em que são delimitadas áreas de atuação distintas e dicotômicas, separando entidades civis e poder público, quando em muitos casos estas poderiam atuar conjuntamente. No caso específico de

Valente, essa dicotomização contribui para que a sociedade local enxergue na atuação da entidade uma espécie de exercício de poder paralelo por parte da APAEB e seus parceiros.

Não é nosso objetivo fazer juízo de valor sobre esses fatos, entretanto, cabe ressaltar que se de fato isso ocorre, é devido à inoperância estatal, pois em contextos permeados pelas intensas interações proporcionadas pelas redes digitais de comunicação, essa, digamos, “usurpação do papel do Estado pela sociedade civil organizada” tende a aumentar, seja através de parcerias entre sociedade e Estado, seja através do fortalecimento dos chamados “movimentos de contravenção social”.

Se considerarmos que esses movimentos se desenvolvem em cenários onde o poder público mostra-se inoperante ou incapaz de cumprir com sua função social, essa parece ser uma das saídas para os intensos quadros de crises sociais e humanitárias que assolam a terra nesse início de milênio. Em muitos casos, inclusive o próprio sistema político-financeiro vigente lança mão dessa alternativa uma vez que destina uma parcela mínima de seus lucros para o financiamento de tais ações, ancorado no discurso da sustentabilidade e da responsabilidade social.

Retomando o caso em análise, para os cenários onde atua a APAEB, na região sisaleira, podemos reafirmar que, embora em contextos regionais, as tensões ali vivenciadas não podem ser descontextualizadas do que foi mencionado nos parágrafos anteriores, nos quais analisamos o aspecto para além dos contextos regionais, pois de certo modo todas estas temáticas servem como pano de fundo ou funcionam com a macroestrutura em que se dão as relações de produção e consumo na sociedade contemporânea, sejam estes na cadeia produtiva agropastoril, ou seja, na cultural.

II - A interação entre cultura local e cultura digital

As atividades desenvolvidas pelo PDC Cultura Sertaneja proporcionam interações com a sociedade e com a cultura local. Diversas ações desenvolvidas em escolas, em clubes, e em associações de classe servem como vetores dessas interações. Os contextos de cibercultura são estimulados através das atividades desenvolvidas pelo

Programa Casa Brasil, envolvendo a Casa de Cultura, o PDC Cultura Sertaneja, os telecentros, a sala de leitura, o cineclube e em outras atividades culturais e sociais promovidas em escolas. Os fluxos informacionais que se estabelecem contribuem para estimular trocas culturais e burlas criativas, conforme conceituaremos a seguir.

Esses fluxos se materializam, por exemplo, em uma visita técnica solicitada por uma escola local, em um minicurso promovido pelo PDC, através de oficinas ou nos espaços disponíveis para acesso público à internet. Entretanto, o fortalecimento das redes e a interação social a partir das diversas atividades promovidas pelo PDC não conseguem subverter a forma centralizada e hegemônica de apropriação das TIC pela sociedade, embora haja indícios que permitam afirmar que existe um avanço natural do conceito de alfabetização para o de letramento digital nas atividades ali desenvolvidas.

Podemos citar como exemplos desses indícios a preocupação com a recuperação de microcomputadores em oficinas de metarreciclagem ou o estímulo à criação de conteúdos digitais como vídeos, desenhos, cenários e objetos em 03 (três) dimensões, usando técnicas e *softwares* partindo de apropriações e aprendizados ocorridos a partir dos paradigmas de compartilhamento e de colaboração que fundamentam o uso de *softwares* livres.

Esses processos, embora incipientes e inacessíveis a muitos cidadãos, são irreversíveis e confirmam nossa tese afirmando as possibilidades de apropriações contra-hegemônicas contidas pelo hegemônico, resultantes das contradições do atual modelo de globalização, que não consegue tornar-se onipresente enquanto força motriz, pois, alguns dos mecanismos que utilizam para estruturar-se são os mesmos que permitem as formas de apropriação contestadoras do atual *status quo* socioeconômico.

A cidadania planetária surge como elaboração teórica na era da globalização, decorrente da prática de grupos sociais que não se referenciam mais a um Estado/Nação específico, a uma identidade determinada, mas a valores universais do ser humano, que devem ser defendidos. O movimento antiglobalização é um exemplo desse tipo de cidadania. Composto por uma rede de redes, ele tem inovado as práticas e os discursos dos grupos, associações e movimentos que lutam pela igualdade de condições de acesso ao mercado, contra os oligopólios,

monopólios etc., contra as injustiças sociais e discriminações identitárias. Ele utiliza a mídia como veículo básico de comunicação e faz das suas manifestações um espetáculo-arte que atrai os holofotes da mídia oral, televisiva e escrita (GOHN, 2008, p. 28).

Acrescentaríamos à análise de Gohn que essas mobilizações só se viabilizam a partir dos modelos descentralizados das redes digitais e planetárias de comunicação, que permitem aos movimentos sociais atuarem de forma descentralizada e a partir de novos contextos hierárquicos nos quais o conhecimento e a capacidade de mobilização permitem as formas de atuação que denominamos de contra-hegemônicas, embora sejam quase sempre contidas pelo hegemônico. Acreditamos que fora desses contextos seria impossível a ocorrência do modelo de cidadania planetária que rompesse com a proposta de Estado/nação apontada por Gohn (2008). O contexto de controles, cibervigilância e burlas, sobre os quais refletimos, pode ser apontado como resposta do Estado-nação a essas tentativas de organização e ativismo social.

Essas diversas interações, entretanto, a exemplo do que observamos em Irecê, Valente e Salvador ainda são muito incipientes quando pensamos em mudanças e em avanços conceituais capazes de superar o modelo bancário e uno de como as tecnologias digitais são apropriadas pelas escolas. Nas experiências observadas nas localidades percebemos indícios de que a riqueza das atividades relativas à cultura digital ocorre justamente quando há forte interação com os movimentos populares, culturais e com a escola.

Podemos citar como exemplos e indícios dessa riqueza, as interações entre os movimentos populares e culturais e a escola, o fortalecimento do sentimento de pertencimento a uma realidade agrária e ao bioma (caatinga) presentes nos alunos egressos da EFA – Escola Família Agrícola, entidade mantida pela APAEB em parceria com os pais dos alunos, que atua a partir dos preceitos da pedagogia da alternância²⁷ e de uma interação maior entre comunidade, pais e ambiente escolar

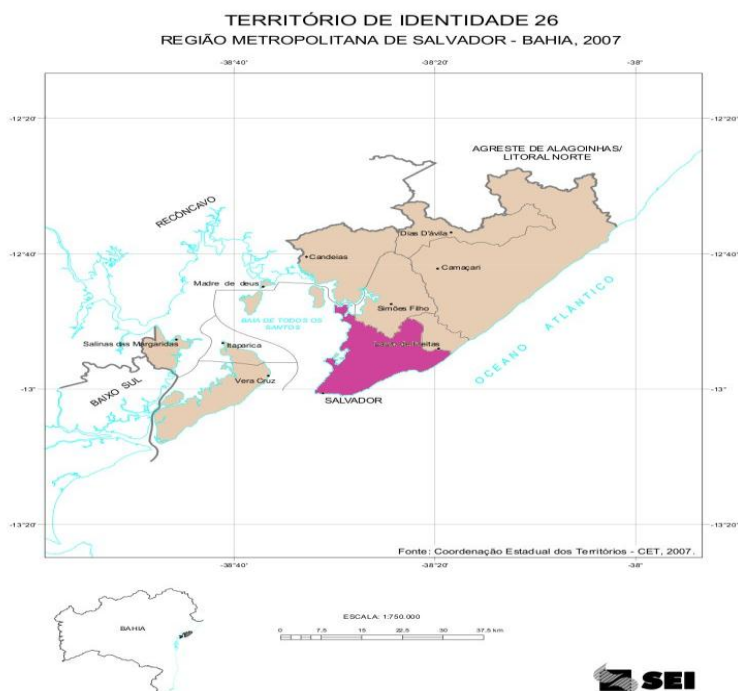
²⁷ Método adotado pelas Escolas Famílias Agrícola a partir de suas origens francesas onde os alunos estudam em períodos alternados (um período na escola em regime de internato e um período em casa). Através desse método alunos de ensino fundamental do segundo ciclo desenvolvem os temas curriculares dessas séries integrados aos conteúdos relacionados às técnicas agrícolas e

que ocorrem nas ocasiões de festas, encontros, fóruns ou outros eventos que favorecem tais interações. Além disso, a viabilização econômica social de uma região em que a convivência com a escassez de água e de recursos naturais é por si só o exemplo maior da importância dessa interação.

Embora os contextos em que ocorrem as relações entre cultura local e cibercultura enquanto potencializadoras umas das outras sejam complexos, é preciso construir ações capazes de enfrentar os movimentos que atuam para a sua desconstrução. As ações desenvolvidas pela APAEB são certamente exemplos a serem seguidos, corrigindo possíveis erros e potencializando acertos, devido a sua importância educacional, cultural e social, contribuindo para fortalecer formas de apropriação contra-hegemônicas dos processos de comunicação em contextos ciberculturais.

6.5. PDC Via Magia: tentativas de inserção do entorno escolar

O terceiro e último contexto de análise é o PDC Via Magia, localizado no bairro da Federação em Salvador, estado da Bahia, metrópole com aproximadamente 3.000.000 de habitantes, em cuja região administrativa 07, região do Rio Vermelho, localiza-se o bairro da Federação, com aproximadamente 200.000 hab. Durante aproximadamente 02 (dois) anos acompanhamos as articulações dos PDC em Salvador e visitamos a escola e o seu entorno para conversas com os responsáveis pela gestão do projeto e para compreensão da realidade urbana da comunidade e das proximidades. A seguir o mapa do território de identidade da Região metropolitana de Salvador.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Coordenação de Estudos de Territórios

A complexidade socioeconômica vivenciada pelos cidadãos no contexto urbano na região da Federação e a riqueza cultural latente na cena urbana de Salvador é transmitida de forma bem humorada por um verbete sobre o bairro, disponível na plataforma online “desciclopédia”²⁸:

Federação: Um dos únicos bairros que se salvaria de uma tsunami em Salvador é apenas a extensão de um cemitério que serve de moradia para as torres de transmissão de rádio e TV e onde fica a torre mais conhecida do povão de Salvador, mais conhecida do que a Torre Eiffel (não me diga que não conhece), que é a Torre da TV Itapoan (filial da RECORD), lugar que é habitado pelas maiores estrelas da cidade: Zé Eduardo (mais conhecido como 'Bocão') e Varela. Além de hospedar essas ilustres personalidades soteropolitanas e defuntos, aos arredores do bairro se forma o zoológico das favelas, onde se encontra o Alto das Pombas e a Baixa da Égua. Apesar do seu magnífico nome, a Baixa da Égua é na realidade a cratera (na língua local: "bróca") onde se acredita que caiu o meteoro de maconha que acabou com a vida dos dinossauros e iniciou a vida dos traficantes e macumbeiros no planeta (já que lá se encontra o terreiro de candomblé mais antigo do Brasil).

²⁸ Disponível no wiki de humor colaborativo desciclopédia, disponível em: <http://www.desciclopédia.org/wiki/Salvador#Federa.C3.A7.C3.A3o> - acessos entre maio e novembro/2011

A forma descontraída e de certo modo crítica como o bairro é descrito no verbete apresenta a região onde está instalado o instituto privado que administra a escola e o PDC Via Magia, o qual desenvolve suas atividades nas dependências de uma escola privada com o mesmo nome. Dentre as ações desenvolvidas pelo PDC destacam-se atividades na área musical, capoeira, dança, cinema e arte circense, as quais buscam inserir jovens residentes no entorno da escola em círculos de produção cultural, alternativa desenvolvida pelo instituto, enquanto opção para sua formação profissional e cidadã.

As subvenções financeiras do Programa Cultura Viva permitiram a intensificação dessas ações durante o período em que vigorou o convênio, entretanto, algumas ações são subvencionadas com recursos próprios do instituto e integram um projeto do Instituto Via Magia denominado Culturamix, estimulando a inserção de artistas e atividades culturais no mercado. Nossas observações *in loco* permitem inferir que essas ações contribuem para a inserção social de membros das comunidades no entorno da escola, entretanto, tais iniciativas são insuficientes para fazer face aos inúmeros desafios enfrentados por regiões urbanas onde a regra, é a ocupação desordenada do espaço e a ausência de serviços e equipamentos públicos, como na região da Federação.

Em geral essas regiões abrigam cidadãos que sobrevivem em regime de subemprego, onde os jovens dispõem de poucas alternativas de lazer, educação e cultura, cenários nos quais as escolas e movimentos sociais organizados, quando atuam junto à comunidade, tornam-se referências e pontos de apoio para o acesso a bens culturais, sociais e educacionais, sistematicamente negados pela sua condição social e financeira. As regiões metropolitanas das grandes cidades brasileiras, que como Salvador, foram ocupadas de forma desordenada, inúmeros coletivos e grupos sociais atuam na busca por melhores condições dos equipamentos públicos e maior presença do Estado, buscando debelar as inúmeras mazelas socioeconômicas instaladas nesses territórios.

Por se tratar de uma entidade com experiência na promoção de atividades junto aos circuitos culturais alternativos e coletivos culturais em Salvador e no Interior do Estado, o Instituto Via Magia dispõe de estrutura para atuar na captação de recursos

junto a governos, destinando-os ao financiamento de seus projetos. Inclusive, utiliza-se de outros mecanismos de financiamento para as atividades que desenvolve, com a cobrança de ingressos e de recursos externos. Além disso, como já foi afirmado, as questões burocráticas relacionadas a prestações de contas e convênios não serão objeto de análise direta de nossa investigação.

Relatos dos responsáveis pelos relatórios do Instituto Via Magia apontam para problemas relacionados à prestação de contas. Índícios observados ao longo das visitas para coleta de dados permitem inferir que esses problemas relacionam-se mais à complexidade do aparato estatal e aos modelos adotados em virtude dos marcos jurídicos vigentes que pautam a ação dos órgãos executores e fiscalizadores do que aos problemas nas prestações de contas por parte das entidades civis, embora isso não as exima de suas responsabilidades quanto à probidade na aplicação dos recursos.

Em relação aos avanços conceituais para o programa, indícios e observações *in loco* permitem afirmar que os acúmulos logísticos, operacionais e conceituais a partir da relação e interação com os movimentos culturais populares e as entidades civis e fundacionais, apontados acima, como no caso do Instituto Via Magia, ou em organizações como a casa da cultura, mantida pela APAEB – no caso do PDC Cultura Sertaneja – permitiram acúmulo de experiências a partir de suas práticas nas inúmeras redes de ativistas e entidades de fomento e de difusão de cultura popular, contribuindo para o avanço dessas práticas de cooperação entre Estado e sociedade civil, onde o uso das TIC foi fundamental e se deu de forma intensa.

Nesse sentido, o apoio estatal às ações que pensam os movimentos de cultura digital em suas interações com a escola e com a sociedade, propondo modelos alternativos de acesso e gestão dos recursos governamentais capazes de aprimorar a gestão dos recursos destinados à escola e à sociedade, evoluindo de um papel passivo na fiscalização orçamentária, para permitir que estes atores possam influenciar na forma e no conteúdo das ações e/ou políticas públicas, contribuirão para que a sociedade aproprie-se desses recursos de forma mais cidadã, potencializando seus efeitos nas transformações sociais. As atividades

desenvolvidas no Instituto Via Magia mostraram que as possibilidades nessa construção são inúmeras e permitem construir diferentes arranjos sociais no enfrentamento das mazelas nesse campo.

6.6. Escolas, Sociedade civil e ativismo digital influenciando e interferindo nas estruturas da burocracia estatal

Nesse tópico, discutiremos conceitos como cibercultura, ativismo digital, cultura hacker e como estes interferem no ativismo social contemporâneo, permitindo que grupos, antes marginalizados, utilizem as redes digitais para questionar os modelos tradicionais de organização do Estado. Grupos sociais mobilizados sob diferentes bandeiras articulam-se por meio das redes digitais provocando tensões e embates numa interação constante entre seus cotidianos e o ciberespaço, que atua na desconstrução dos modelos centralizados de organização e mobilização social. No ciberespaço, quanto maior a descentralização, maior a mobilização. A raiz das tensões é que o Estado não funciona assim e atua para conter essa especificidade das redes digitais vide as constantes tentativas de consolidar marcos jurídicos e regulatórios destinados à cibervigilância.

As observações *in loco* realizadas durante o processo de coleta de dados e ao longo da implantação de programas e políticas governamentais como o Cultura Viva e de outras políticas governamentais como a UAB (Universidade Aberta do Brasil), PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), PROINFO RURAL (Programa Nacional de Informática na Educação para escolas Rurais), UCA (Um computador por Aluno), TELECENTROSBR, dentre outros, permitem inferir que políticas públicas e/ou ações governamentais nessa área precisam de maior interação com as redes de ensino e/ ou com os agentes locais que atuam na sua operacionalização. Essa interação deve ter sempre como metas prioritárias o fortalecimento da autonomia dos gestores locais e o estímulo à diversidade.

Não acreditamos ser possível alcançar essas metas a partir de modelos planejados e executados de forma centralizada em que todo o potencial para a interação das

redes serve apenas como instrumento de fortalecimento da onipresença estatal. O modelo proposto pelos PDC rompe essa lógica à medida que democratiza o planejamento e a execução das ações a partir do OGU, reconhecendo que a autonomia pressupõe a gestão financeira das ações. Representou um salto qualitativo na forma como os recursos são geridos e apropriados por Estado e sociedade, e podem ser tomados como exemplo pela escola pública, incluindo a forma de elaboração das propostas e de acesso aos recursos e equipamentos e invertendo a lógica que norteia a destinação de grande parte dos recursos orçamentários destinados às escolas.

Embora existam iniciativas que destinam os recursos diretamente à escola, como o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, apesar de exitosas essas ações ainda carecem de aprimoramento e expansão. As propostas que permitem avanços e aprendizados como a dos PDC, devem ser aprimoradas e ampliadas, no sentido de aumentar o volume de recursos destinados e o número de escolas e comunidades atendidas. Programas como o PDDE, devem ter o seu escopo aprimorado, permitindo maior autonomia às escolas para que estas possam planejar e decidir onde os recursos devem ser aplicados.

No Seminário do Programa Cultura Viva de 2009, realizado em Pirenópolis-Go, a partir de observações e de diversos relatos orais, inclusive o de Célio Turino, coordenador do programa Cultura Viva durante o governo Lula, sobre a complexa relação com o MEC, pode-se compreender a dificuldade de articulação entre as redes de ensino público formal e os movimentos de cultura popular.

Turino falava das dificuldades que enfrentava durante as tentativas de aproximação com alguns programas desenvolvidos pelo MEC ou por outros ministérios e/ou pelas secretarias especiais ligadas ao Gabinete presidencial quando buscava maior integração com esses órgãos na operacionalização de um programa de governo, o que nos induz a imaginar a dificuldade que se encontra para que um modelo que apresenta avanços conceituais importantes seja tomado como exemplo na aplicação e gestão de recursos orçamentários.

Em casos assim fica claro que no lado institucional e nas estruturas macro de poder,

práticas burocráticas consolidadas e os interesses políticos vinculados aos grupos políticos que controlam determinadas ações governamentais inviabilizavam muitas tentativas de construção e de iniciativas que possam representar avanços conceituais, ou mesmo avançar para práticas de cooperação e de colaboração interministeriais, potencializando os efeitos de alguns programas, mesmo quando estes sejam naturalmente convergentes, como no caso de um destinado ao fomento de cultura digital e outro destinado à apropriação de TIC pelas escolas públicas, por exemplo.

Na outra ponta, as práticas cotidianas dos governos e entidades que executam tais ações possibilitam inúmeras interações entre os movimentos sociais, culturais, educacionais, etc. Estas interações podem ocorrer a partir de diferentes realidades institucionais, que também se constituem enquanto ambiente de tensões, mas que em contrapartida pode se mostrar igualmente rico na oferta de soluções capazes de romper barreiras institucionais e burocráticas.

Nesses espaços, a União atua quase sempre como uma entidade etérea que pouco aparece, e, quando aparece é quase sempre para cumprir o seu papel fiscalizador a partir da atuação de seus prepostos, que, conforme alertamos, atua partindo da aplicação dos compêndios legais, sem espaço para reflexões sobre seus resultados práticos, assim, apesar de considerar importante e promover o chamamento à sociedade para atuação como coexecutora e parceira nas formulações e operacionalizações de algumas de suas ações, como no caso do Programa Cultura Viva, atua inviabilizando o que ele mesmo propõe, nas mesmas ou em diferentes instâncias de poder, evidenciando como essas relações são complexas e necessitam de mais reflexão sobre o papel e a atuação do Estado na sociedade contemporânea.

Observamos que há uma tendência natural por parte dos macrogestores de perceberem computadores, recursos de informação e de comunicação apenas como aparatos mecânicos e inertes, que devem ser utilizados pela imensa rede concebida para execução de seus propósitos apenas enquanto recursos facilitadores aos cumprimentos de suas metas de gestão e isso não é diferente quando esses recursos chegam às escolas. No caso específico das possibilidades ignoradas para

a potencialização das interações entre escolas e PDC, não houve rompimento das barreiras burocráticas inviabilizando que estas estruturas contribuíssem para maior interação entre cultura e cotidiano escolar, salvo algumas exceções.

Quando ignoram o potencial facilitador e estimulador que as TIC podem proporcionar à práxis docente, professores e alunos tendem a apropriarem-se destes de modo a reproduzir uma utilização, em geral descontextualizada, das realidades culturais e curriculares, inviabilizando o surgimento de propostas de apropriação local capazes de tencionar as atividades que em geral são definidas pelas macroestruturas de governo. Nesse sentido, os potenciais para o surgimento de novos espaços-tempo fomentadores de processos cognitivo-inovadores tendem a ser neutralizados ou subdimensionados a partir de processos e práxis extremamente verticalizadas, contrariando a lógica e o potencial desses meios.

Romper o caráter hegemônico nos contextos de utilização das TIC pelas escolas significa questionar o caráter uno e imprescindível que elas assumem em alguns discursos e práticas consideradas indissociáveis dos processos de ensino e aprendizagem contemporâneos; sem levar em conta a importância das formas de apropriação, isso contribui para uma confusão entre o potencial desses recursos, que podem gerar ambientes hegemônicos ou espaços plurais, fomentadores de contra-hegemonias. Tal confusão se deve às formas de apropriação conceitualmente equivocadas, que são as regras, visto que apropriações contra-hegemônicas envolvem a compreensão dos seus aspectos políticos e sociais.

As formas de apropriação estão em constante evolução devido às características intrínsecas das TIC e devido à interação com realidades escolares diversas, que intensificam esses processos. Tais aspectos conferem às TIC o *status* de norteadoras e estruturantes de novos modos e processos de ensinar e de aprender, interferindo também em estilos de vida e de comportamentos que ressoam na escola. Nesse sentido, as “novidades tecnológicas” não podem ser apropriadas apenas por uma parcela elitizada ou pelos segmentos sociais dominantes, e, como alertamos anteriormente, de forma glamourizada e desconexa de nossos potenciais e necessidades socioculturais e educacionais.

Nesse sentido, as TIC devem ser integradas às redes públicas de ensino e aos movimentos culturais e sociais de forma a permitirem que as expressões culturais, o saber local, a fluidez de culturas e o estímulo à multiculturalidade, encontrem nesses meios terreno fértil para fortalecimento e difusão. Entretanto, ao dificultar, criar entraves burocráticos e institucionais, determinados agentes políticos atuam claramente para desarticular e inviabilizar o fortalecimento dessas ações. Por outro lado, ao agir para rompê-las, contribuem para fortalecer formas de apropriação que propõem tencionar o atual *status quo*. Essas práticas podem ser percebidas em escolas ou em projetos de inclusão social e digital, conforme o modo que se apropriam destes; quando os usos servem para afirmar e reproduzir seu potencial hegemônico, o que percebemos é o consumo de conteúdos e informações sem reflexão e baixa criticidade; uma vez apropriados num viés mais reflexivo e crítico, tais estruturas e técnicas passam a ser utilizadas para potencializar os enfrentamentos e embates sociais reivindicatórios de direitos sociais, econômicos e políticos.

O que produzimos e consumimos em ambientes *online* resultam de processos culturais, por isso não devem restringir-se apenas a determinados segmentos sociais; pelo contrário, devem espalhar-se pela sociedade, e, para tanto, as ações e/ou políticas públicas devem ser concebidas como políticas de estado, destinadas a permitir aos cidadãos apropriação crítica, embasada em pressupostos que envolvam compreensão técnica e cultural, compartilhamento, movimento, que, a nosso ver, será impossível de ser desencadeado sem que as escolas compreendam esses contextos.

Nesse sentido, aspectos como: a formação de professores; a autonomia durante os processos de planejamento e definição das estratégias de utilização; a forma de acesso aos recursos orçamentários; a evolução em relação a adequações espaciais e arquitetônicas; a interação com os curriculares e projetos pedagógicos; o protagonismo social de professores, alunos e cidadãos na construção de autonomies; o estímulo à diversidade, à inovação e ao compartilhamento são eixos fundamentais nos processos norteadores das formas de apropriação das TIC pelas escolas e pela sociedade.

As experiências e as observações realizadas no Programa Cultura Viva, a convergência entre suas ações e as do MEC e outras ações governamentais são caminhos a serem seguidos para tornar perenes essas políticas. Desse modo, o estímulo e o apoio pelo viés de trocas e aprendizados mútuos, nos quais as boas práticas de um “contaminem” - de forma positiva - as do outro, contribuirão para a perenização e para a evolução dessas ações de governo que, quiçá, um dia, serão políticas de Estado, superando as barreiras de ordem administrativa, burocrática e criando fluxos de circulação de conteúdos que explorem as características descentralizadas das redes digitais, possibilitando que a escola aprenda e compartilhe com os movimentos sociais e culturais, fortalecendo cenários onde a colaboração e o compartilhamento, sejam práticas comuns.

Ao refletirmos sobre a evolução e sobre o domínio das tecnologias ao longo do processo de hominização, tendo como ponto de partida a contribuição grega da noção de técnica (*techné*) como modo de fazer, temos a concepção utilitária, mero conjunto de regras a serem seguidas de forma rígida e dedicado afincado. Ora, nos estudos culturais, o saber local, em sua complexa diversidade desafia o pensar grego e envolve-nos nos contextos e peculiaridades que os encerram, aproxima-nos uns dos outros como integrantes de uma sabedoria assaz distante da dicotomia sujeito/objeto. Nos cenários de nossas observações podemos afirmar que a escola não superou essa dicotomia.

As TIC integram-se aos processos sociais e de ensino e aprendizagem como mero ferramental técnico a partir de perspectivas instrumentais em que a incorporação dos conceitos e práticas ciberculturais ainda não ocorre. Então, como fazer dessas redes parte estruturante dos processos pedagógicos em contextos que preferem ignorá-las? Como compreendê-las como parte do cotidiano? Não temos respostas prontas para tais questões, entretanto, acreditamos que estas somente serão respondidas a partir da compreensão de que esses processos permeiam as instituições sociais: família, Estado, política, economia, religiões, mídia, educação, etc., portanto, os desafios que apresentam não podem ser pensados a partir de dicotomias ou definições unilaterais.

A tecnologia, a despeito de todas as interpretações utilitaristas e/ou pragmáticas é expressão do espírito humano, é o seu *modus vivendis*, é o próprio pensamento. No contexto das diversidades sociais e culturais brasileiras não se pode caracterizá-los sem levar em consideração seus mitos, religiões, línguas e toda a diversidade de uma nação como a brasileira, cuja complexidade ultrapassa uma análise disciplinar. Ou seja, não é possível pensar a tecnologia sem considerar a riqueza de suas diferenças culturais. Entretanto, as práticas que investigamos nas escolas parecem resistir às formas de atuação e ativismos dos PDC. Mesmo em momentos em que percebemos a presença dessas práticas nas escolas, ficou claro que estas ocorrem à margem dos currículos e contrariam a lógica bancária que ainda predomina. Em geral, decorrem de posturas de resistência e enfrentamento ante ao instituído, que denominamos de “burlas criativas” que se constituem como táticas de enfrentamentos que o instituinte adota buscando constituir processos de mudança.

Nesse sentido faz-se necessário contrariar forças que trabalham para impedir a potência colaborativa e criativa das redes digitais que se instalam em diferentes espaços e com diferentes propósitos. Contribui para tal, a força desse ativismo que se fortalece à revelia das instituições, e, em alguns casos, independe de suas decisões para se instalarem enquanto fluxos, pois é fruto de ações individuais e coletivas, a exemplo das TAZ. Harvey (2009) contribui com esse pensamento através de seu conceito de homem/cidadão ativista enquanto arquiteto rebelde que, através de suas capacidades individuais contribui para transformações no coletivo.

O arquiteto rebelde, como todos nós, é uma pessoa corporificada. Essa pessoa, uma vez mais como todos nós, ocupa um espaço exclusivo por um dado período de tempo (o espaço-temporalidade de uma vida humana é fundamental). A pessoa é dotada de certas capacidades e habilidades passíveis de serem usadas para transformar o mundo. Ela ou ele são também um agregador de emoções, desejos, preocupações e temores que vêm a manifestar-se por meio de atividades e ações sociais. O arquiteto rebelde não pode negar as consequências que essa corporificação tem na vida material, mental e social (HARVEY, 2006 p. 307).

A presença cada vez mais intensa das tecnologias no interior e no entorno dos espaços que podem ser compreendidos enquanto zonas/áreas e/ou meios que

possibilitam a atuação do arquiteto rebelde no nosso contexto de análises (salas de informática, redes, PDC, telecentros, *lan-houses*, celulares, *palm-tops*, *pen-drivers*, redes de relacionamento na internet, blogosfera, sítios, etc.), em alguns casos parecem incorporar-se às estruturas já existentes de forma natural e aporética, como se sua absorção compreendesse uma espécie de rompimento ou de atitude de enfrentamento contra o definido a priori, com um planejamento que traz em seu bojo uma espécie de amalgamento sem reflexão sobre as estruturas já estabelecidas, tornando-os inócuos, inacessíveis ou inadequados aos propósitos do arquiteto rebelde, de modo que a sua ação só é possível através de “burlas criativas” a partir do cotidiano. Estas podem estar presentes desde um simples acesso “a conteúdo não autorizado” na internet ou em movimentos políticos articulados de reivindicação de verbas públicas ou de manifestação contra autoridades, ou para outros fins, que utilizam a internet para mobilizar pessoas para suas causas.

As formas de interação social e educacional possíveis atualmente a partir das TIC apontam para possibilidades de ampliação dos horizontes da ação educativa e cidadã, fato que as tornam convergentes e estruturantes em relação ao conceito de homem proativo e arquiteto rebelde, que pode atuar tanto em contextos locais quanto em virtuais. Nas sociedades contemporâneas onde essas técnicas já se difundiram, o conceito de território encontra-se em constante transformação, pois a lógica espaço-temporal dos modos de intervenção social e política, e os recursos disponíveis para produção de saberes já não obedecem às lógicas tradicionais.

Por meio de equipamentos e espaços como os PDC, *lan-houses* e infocentros, salas de informática em escolas, etc., torna-se possível potencializar vetores que possibilitam interação e produção de conhecimento a partir de perspectivas diversas em que a escola, o laboratório, o centro de pesquisa ou a universidade não são mais os emanadores universais do saber, embora atuem como validadores. Ao apropriar-se das TIC, nessa perspectiva, a sociedade incorpora e demanda outras lógicas, que exigem novas posturas em relação aos processos de produção de conhecimento por parte da esfera educacional e científica.

Por parte dos cidadãos, pressupõe o desenvolvimento constante de formas autodidáticas nas interações que permitem a produção do saber por meio das TIC,

por parte das escolas, é preciso compreender e potencializar tais processos, pois promovem inovações e induzem questionamentos sobre os *modus operandi* da sociedade contemporânea em relação à produção e difusão do conhecimento, seja a partir da escola, das universidades ou dos centros de pesquisa.

O imaginário social, entretanto, acerca dos processos de apropriação das TIC incorporam as formas homogeneizadas, a nosso ver, intencionalmente estimuladas, que não destacam seu potencial transformador dos paradigmas atuais de produção e difusão de conhecimento, tal fato dificulta práticas capazes de estabelecer lógicas diferenciadas de apropriação e de incorporação desses meios pela sociedade, contribuindo para que a apropriação social e educacional das TIC seja potencializada a partir desse viés. As possibilidades para interação horizontalizadas e descentralizadas, tornam-se quimeras desafiadoras em diferentes áreas, cedendo lugar aos usos massificados que neutralizam o potencial transformador presente nesses meios.

Percebemos, porém, algumas ações que podem ser consideradas vanguardistas devido uma maior compreensão das propostas de apropriação crítica e autoral das TIC em detrimento aos modos de apropriação hegemônicos; portanto, potencializando suas possibilidades criativas, descentralizadoras e plurais, na medida em que contribuem para minimizar as investidas que desconsideram as possibilidades de estabelecer novos modos de relação com o saber e com os processos cognoscentes, compreendendo-as não apenas como meios de recepção, mas, sobretudo, como recursos para a produção e a difusão de conteúdos integrados à cultura contemporânea. Estas ações ainda são insuficientes para romper as barreiras impostas pelas correntes que temem seu potencial tencionador, resultando intensos embates travados em diferentes áreas, tanto no campo cognitivo quanto no político e no econômico. Exemplo disso são as diferentes concepções e teorias que embasam a sua apropriação pelas escolas ou as tentativas de impor controle que resultarão no fim da neutralidade das redes.

A existência de uma esfera de interação rica e intuitiva no ciberespaço possibilita uma intensa troca de informações, que uma vez disponibilizadas nas múltiplas plataformas, serviços e ambientes online, constituem-se como universos de

produção e difusão de conteúdos, denominados por alguns autores como blogosfera²⁹; mas, que estão a cada dia inovando através de um grande número de iniciativas envolvendo redes de relacionamento na internet, fóruns de discussão ou ambientes e comunidades criadas para o desenvolvimento colaborativo e compartilhamento de *softwares* de código-fonte aberto e isento de patentes, enfim, a popularização e a crescente utilização desses recursos numa perspectiva autoral com intensa interação colaborativa entre o local e o virtual.

Apropriar-se das TIC a partir desse viés significa atuar na contracorrente do modelo hegemônico institucionalizado pela indústria de patentes e de propriedade dos códigos-fonte e de direitos autorais, predominante no modo de produção audiovisual e digital disseminados pelos modelos de produção cultural concebidos para as massas, veiculados pelos meios de produção e difusão de conteúdos digitais e informacionais atrelados ao modelo de Estado. Exemplos como os do Programa Cultura Viva contribuem para o fortalecimento de novas formas de lidar com o direito autoral, a indústria de patentes e a produção e difusão de conteúdos, intensificando os fluxos de criação, de comunicação e de colaboração multidirecionais, porém, são insuficientes para romper com o caráter hegemônico que preconizam o atual modo de apropriação desses meios.

Trazem consigo o germe que permite que a sociedade perceba seu potencial para novas formas de aprendizagem, estimulam formas de interação capazes de romper com os processos tradicionais de produção e difusão de informação e de conhecimento, pois em sua gênese possibilitam novas formas de relacionamento entre os sujeitos e a informação. O risco que corremos ao não compreendê-las dessa forma, e o de subestimar o potencial latente desses fluxos e interações enquanto desencadeadores de novas formas de organização e atuação social, contribuindo para que continuem cumprindo apenas o papel de reprodução social, sustentados em modelos de recepção e decodificação truncados, estimulados por estruturas de difusão monopolizadas e em massa, através de fluxos unidirecionais, a nosso ver são inadequados e destoantes das atuais configurações e potencialidades das técnicas de comunicação.

²⁹ A blogosfera compreende as múltiplas redes que se autodefinem pela dinâmica da comunidade, pelos movimentos que as pessoas exercem nestes espaços. Assumem formas diferentes dos meios tradicionais de comunicação, pois integram diversos recursos destinados à produção de conteúdos digitais, incluindo os de comunicação (HALMANN, 2006, p. 137).

As assertivas acima sobre a relação social com a informação devem-se as nossas constatações de que é sob esse modelo que regem as lógicas de produção e difusão de informação e de conhecimento no mundo contemporâneo, e, apesar de existirem movimentos de resistência os modelos *broad-cast*³⁰, funcionam como o bastião ante o potencial inovador e criativo, presente nas técnicas comunicacionais atuais. Os motivos que levam a sociedade a subestimar esse potencial são diversos e situam-se em um espectro amplo, englobando desde motivos culturais, passando pelos técnicos, tendo sempre como pano de fundo as questões políticas e econômicas.

A análise dos fluxos comunicacionais e de alguns de seus aspectos como o ciberativismo e a interação entre culturas e por meio dos ambientes virtuais, vivenciados ou não pelos contextos escolares, através de um recorte focado nas experiências dos PDC, mesmo em uma pequena amostra em seu universo, dado a sua abrangência nacional do programa, permite inferir que provocaram e provocam ruídos, questionam e tencionam os modelos de comunicação de massa, trazem indícios inequívocos de que suas práticas possibilitam novas formas de compreensão dos processos comunicacionais, pois permitem aos cidadãos e grupos que se apropriam das técnicas de comunicação contemporânea a partir de vieses contraculturais e contra-hegemônicos uma compreensão crítica desses processos, daí resultam a intensidade dos processos autorais que estas proporcionam.

Na vertente oposta percebem-se intervenções similares, sejam em escolas ou em ambientes de educação não formal, ou coletivos culturais, os modelos de apropriação não são capazes de articular, de questionar ou tencionar os modos hegemônicos de produção cultural, pelo contrário, atuam para consolidá-los. Servem com paliativos, pois acalmam os movimentos sociais, desviando sua atenção das questões centrais nesse debate: distribuição de recursos públicos para fomento à cultura popular; acesso e controle dos espectros; apropriação social das técnicas de produção e difusão de conteúdos; autoria e direito de auto; produção e acesso ao conhecimento.

³⁰ Termo de origem inglesa sem tradução literal para o português e que traduz a lógica de transmissão de informações onde um ponto emissor atinge muitos pontos receptores.

No tópico seguinte trataremos das “burlas criativas” enquanto formas de apropriação dos recursos digitais como táticas e estratégias de enfrentamento que os cidadãos desenvolvem em seu cotidiano para fazer face à ação ou omissão do Estado.

6.7. Burlas criativas enquanto táticas e estratégias cotidianas de enfrentamento

Alertamos no decorrer do texto que o conceito de burlas criativas não deve ser compreendido a partir do significado etimológico do verbo burlar no sentido de “engano fraudulento”. As burlas criativas que propomos para o nosso contexto de análise também acontece o “enganar”, entretanto, trata-se de comportamento necessário frente aos desafios impostos aos cotidianos dos que se propõem a apropriar-se das TIC a partir dos vieses propostos no tópico anterior. Tal comportamento justifica-se pelas necessidades cotidianas de enfrentamento com as quais esses atores se deparam, como em situações em que precisam de respostas rápidas às suas necessidades e que o Estado não é capaz de propiciar.

Portanto, as “burlas criativas”, em última análise, devem ser compreendidas como os “modos de fazer”, o “resolver”, a “ação criativa” que em muitos casos constituem-se enquanto táticas de resistência, conforme propôs Certeau (2011). Elas constituem-se como práticas necessárias ao enfrentamento cotidiano em contextos onde as forças que se opõem são infinitamente desiguais. De um lado temos o Estado e seus mecanismos de pressão e regulação social, do outro, a sociedade com problemas cujas soluções exigem respostas rápidas, instantâneas, e, em muitos casos a necessidade de questionar e propor novas práticas, nesse sentido, estabelecendo tensões junto aos aparatos de Estado.

Podemos citar como exemplo dessas práticas observadas em uma das escolas visitadas, aqui denominada de Escola A:

Lá, o uso de celular e outros aparelhos como câmeras não eram permitidos. Ao me aproximar de um grupo de alunas adolescentes que usavam celulares para ouvir e trocar músicas via *bluetooth*, perguntei se elas sabiam da proibição de uso de

celulares e câmeras na Escola. Elas responderam que sim, mas que “*sempre utilizavam esses equipamentos meio escondido nos pátios nos horários de recreio, intervalos e aulas vagas para compartilhar músicas e fotos e para tirar fotos dos meninos bonitos*”.

São essas e outras as práticas que denominamos de “burlas criativas”, pois elas ocorrem de forma desautorizada para resolver problemas não previstos ou para os quais não é possível esperar pela ação ou intervenção do Estado, uma vez que as demandas cotidianas dos espaços escolares não obedecem apenas à ordem cronológica e contratualista de editais e marcos normativos. Na maioria dos casos, essa lógica não compreende e não é capaz de prever o espraiamento natural que a popularização das tecnologias digitais vem proporcionando aos espaços escolares. Esse espraiamento ocorre, na maioria das vezes, à margem e despercebido dos currículos.

Nesse sentido, as TIC, compreendidas como técnicas potencializadoras das práticas aqui traduzidas como “burlas criativas” são causadoras de rupturas nos processos de construção e de monopólio da informação e do conhecimento a partir de processos controlados ou sob a tentativa de controle pelo Estado, pois desvelam mecanismos e possibilidades de interação entre saber popular e ciência, cidadãos e coletivos organizados, rompendo a lógica tradicional que conduz a relação entre sociedade e Estado, eliminando intermediários e tornando-se mais horizontais.

Inspirados pelo filósofo Baruch de Espinoza (2003) refletimos que o desafio colocado é o de transformar a potência em ato, criando as condições que possibilitem fluidez e aplicações capazes de possibilitar aos cidadãos a utilização dos recursos digitais para interagirem de modo mais direto e eficiente com os governos, dando possibilidade aos agrupamentos humanos para que esse potencial transformador também seja experimentado no campo social.

Observamos também certa reconfiguração espacial ou pelo menos a demanda de que isso ocorra, tencionada e impulsionada pela presença das TIC, que já não estão restritas apenas às salas de multimídias, salas de áudio e vídeo, ou laboratórios de informática, agora fluem por todos os cantos, estão nos pátios, na quadra, nos

banheiros e na cozinha, independem da determinação arquitetônica, curricular ou política, pois se vinculam ao livre arbítrio e à criatividade dos alunos. Sobre esse aspecto que compreendemos como um espraiamento das TIC pela escola, resultante da popularização e aprimoramento dos artefatos digitais, percebemos indícios de que mesmo as apropriações pautadas pelos modos de apropriação hegemônicos difundidos pela mídia de massa subjazem o potencial criativo e latente desses recursos. Para exemplificar, citaremos algumas passagens ocorridas nos espaços escolares e culturais do nosso *locos* de observação presencial e online:

Oficina de produção de áudio e vídeo do RIPE na Escola A em Irecê.

Contexto: (alunos se preparam para usar os equipamentos para reprodução de músicas e programa veiculado na hora do recreio na Escola A)

Aluno 1 diz: “Falaram que não é pra tocar ‘música fuleira’ não”.

Aluno 2 diz: É? - na sequência conecta seu pen drive.

A partir dessa breve passagem é possível fazer algumas inferências:

- a) A presença do pesquisador determina a forma de utilização dos espaços e dos equipamentos (interfere no campo), pois a fala traz indícios de que se o pesquisador não estivesse em campo as “músicas fuleiras” seriam permitidas.
- b) Independentemente do que possamos considerar ou rotular como “músicas fuleiras”, a facilidade e a praticidade que esses “apetrechos digitais” conferem aos processos de criação é inegável, permitindo ao mesmo tempo burlas ou inovações criadoras que pressionam as práticas curriculares, ainda pouco receptivas a essas possibilidades de inovações.

recontextualizar as cenas e reconstruir os parágrafos seguintes

Há, nesse caso, um processo de compreensão simbólica que chega à escola pela mão de alunos e professores antes mesmo que os currículos possam compreendê-los e internalizá-los. Indivíduos e grupos parecem incorporá-los de forma mais natural. Nesse sentido Gohn (2008) aponta que é preciso que os indivíduos

compreendam e decodifiquem os universos simbólicos que os rodeiam, como ocorre a partir do uso e apropriação intenso das tecnologias e ambientes digitais.

Para que um indivíduo ou um grupo possa dar sentido à sua participação numa ação social ele tem que decodificar o significado do que está em tela, em termos do conteúdo das mensagens implícitas, determinar quem é o emissor e o receptor, que universos simbólicos contêm, que valores defendem ou rejeitam. De posse desse acervo de informações, esse indivíduo o confronta com seu universo referencial (GOHN, 2008, p. 31).

É nesse momento que as burlas criativas se instalam. Em muitos casos, só a partir delas é possível ao indivíduo ou a um grupo as decodificações propostas por GOHN (2008). Sem elas o que existiria ou o que existe é apenas uma compreensão superficial dos contextos informacionais apontados pela autora.

Devem ser compreendidas apenas para contextos simbólicos que envolvem codificação e decodificação de signos. Estas ocorrem nesses ambientes, por exemplo, quando programadores criam um *software* de redirecionamento e mascaramento de endereços IP (*internet protocol*) como o TOR ³¹ e tantos outros. Elas acontecem em contextos mais comuns e presentes nos espaços de interação entre cidadãos-coletivos-sociedade e TIC quando, por exemplo, esses indivíduos lançam mão de “usos desautorizados” para solucionar pequenos problemas cotidianos que lhes são vedados por força de contratos, e, em muitos casos, descumpridos pelas partes que deveriam fazê-lo. Isso não é raro em contratos de manutenção cujo suporte só ocorre a partir de *call centers*, método muitas vezes inadequado, a depender do caso.

Enfim, poderíamos citar inúmeras formas sob as quais as burlas criativas se manifestam, mas, interessa-nos mais discuti-la enquanto conceito, como resultado de práticas desautorizadas, mas necessárias e fundamentais ao enfrentamento, ao embate cotidiano, comuns aos universos de tensão sobre os quais falamos e descrevemos ao longo desse estudo. A seguir, traremos de apontamentos, já em viés conclusivo, mas que não têm a intenção de esgotar os debates e reflexões sobre as diversas temáticas abordadas neste trabalho.

³¹ *Software* livre construído a partir de uma rede aberta de colaboradores, cujo propósito é proporcionar aos usuários de internet defesa contra as formas de vigilância que ameaçam a liberdade e a privacidade na rede. Capturado <https://www.torproject.org/> Acessos: setembro/2011.

CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos anos vivenciando o cotidiano da implantação de uma ação governamental que ousa inovar, aprendemos que o desafio principal para sua consolidação enquanto política pública de governo, e, quiçá de Estado, será repensar os marcos jurídicos e institucionais, em especial nas áreas orçamentárias, de gestão e jurídicas. Isso implicaria em mudanças nos mecanismos de participação e de controle social para reestruturar a forma como a sociedade civil exerce seus direitos democráticos e fiscaliza o erário. Os mecanismos que sustentam a democracia representativa e o exercício do poder em nome do povo deverão ser suficientes para fazer face às demandas sociais contemporâneas, observadas as evoluções técnicas de seu tempo, bem como seu reflexo nas demandas organizacionais civis e empresariais.

O cotidiano das interações entre cidadãos e Estado através da descentralização do planejamento e da gestão orçamentária de algumas ações culturais do Estado permite inferir que determinadas questões necessitam de uma reflexão mais detida, pois implicam em reformulação conceitual e jurídica do Estado, portanto amplo debate. Outras dizem respeito a ações discricionárias que podem ser levadas a cabo pelos agentes públicos legalmente delegados para tal, estas se referem ao *modus operandi* do poder executivo. Outro conjunto remete à necessidade de reformulação da legislação e são essenciais se desejarmos avançar no conceito de democracia representativa. O estudo mostra que estas são condições necessárias para adequar a gestão estatal ao seu tempo e aos desafios contemporâneos. Refletiremos em viés conclusivo para esse trabalho, sobre algumas questões de fundo que permeiam conceitualmente tais mudanças, a partir de dois eixos que se complementam:

I – A necessidade de reestruturar as bases da relação entre Estado e Sociedade

O desafio central colocado aos governos pelas sociedades contemporâneas e a partir da complexidade dos temas que as envolvem é o de pensar a construção de políticas públicas sustentáveis a partir dos universos conflituosos e desiguais onde

ocorrem as relações entre Estado, sociedade e TIC. Considerando a importância desses embates e conflitos para a construção da sustentabilidade dessas ações e/ou políticas de governo, propusemos a reflexão em torno de alguns conceitos que poderão aprimorá-las. Acreditamos que eles contribuirão para aperfeiçoar e consolidar políticas públicas inovadoras, que de forma salutar poderão ser cogestadas em parcerias e arranjos sociais que envolvam a sociedade civil, governos e movimentos populares.

Para contribuir com tal construção acreditamos ser possível inverter a forma de planejar as ações governamentais e/ou políticas públicas. As experiências recentes no Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, em que sociedade civil e movimentos culturais organizados selecionados via editais públicos como cogestores de ações governamentais na área de cultura apontam exemplos positivos que atestam que iniciativas dessa monta são perfeitamente factíveis. O exemplo maior que podemos tomar a partir de nossas análises de campo foi o êxito na implantação de milhares de pontos de cultura em todos os estados da federação, numa clara descentralização do financiamento público das atividades culturais no país com recursos orçamentários pequenos, conforme já mostramos em capítulos anteriores.

Acreditamos que o MEC, mesmo com sua estrutura burocrática pouco fluída, poderia adotar práticas similares repassando às escolas em suas diversas redes federais, (estaduais e municipais) a formulação das propostas, de modo diferente do que ocorre atualmente de distribuição de equipamentos e de formação em larga escala. Em um modelo assim, no qual a participação dos professores e das redes na formulação das propostas e projetos para uso das TIC ocorresse de forma efetiva, contribuiria decisivamente para a valorização das diversidades e das potencialidades locais.

Nossas experiências empíricas ao acompanhar as ações governamentais e/ou políticas públicas para o uso e a apropriação de tecnologias educacionais em diversas redes de ensino e em algumas das ações e/ou políticas públicas destinadas a democratizar o acesso às TIC por meio de implantação de infocentros, mostraram que o volume de recursos destinados para aquisição de equipamentos, as formas de utilizá-los e integrá-los ao currículo e ao cotidiano escolar e social podem ser

demandados e planejados diretamente pelas escolas ou pelos movimentos sociais organizados com aporte financeiro e apoio técnico e conceitual dos sistemas municipais, estaduais e federais de ensino.

Os programas de inclusão social e digital, dentre outros, podem ser desenvolvidos de modo mais integrado, cabendo a órgãos como o MEC e outros ministérios ou estatais atuarem como corresponsáveis pela formulação das políticas públicas, por uma mudança de paradigma na formulação das propostas e políticas na qual estes passariam a se concentrar na articulação, na qualificação e no fortalecimento desses processos enquanto demandadores e cogestores das propostas de intervenção que obrigatoriamente deveriam emergir dos movimentos sociais e de escolas e/ou redes municipais de ensino.

Dessa forma intensificaríamos os processos potencializadores de diversidade e promoveríamos uma oxigenação dessas ações, pois a interação constante entre o instituinte e o instituído eliminaria papéis díspares e a interação entre os mesmos ocorreria de forma mais fluída, criando um fluxo contínuo de aprendizado e de compartilhamento para ambos.

Acreditamos que, se alcançássemos tal prática no modelo de implementações de ações e/ou políticas nesse campo possibilitaríamos uma transição de um sistema no qual a imensa diversidade social e cultural deixaria de perceber as TIC a partir modelos homogêneos e hegemônicos para um modelo em que as abordagens integradoras de conteúdos e práticas sociais voltadas para a resolução de problemas específicos dos seus universos e cotidianos locais ganhariam força, promovendo e potencializando naturalmente os indícios de apropriação contra-hegemônica contidas pelo hegemônico apontados ao longo desse trabalho.

Nesse sentido, os órgãos gestores do Estado passariam a desempenhar o papel de articuladores e fomentadores desses processos. A meta principal seria criar condições para que a sociedade recontextualizasse suas formas de interação e de apropriação com as TIC, seja em escolas, em contextos coletivos ou privados, favorecendo uma espécie de antropofagia digital a partir das realidades culturais locais, nas quais as experiências e as vivências dos contextos culturais e sociais nos

quais as TIC são imersas atuariam como o Macunaíma contemporâneo, adequando e alinhando a partir de interações e de apropriações antropofágicas todo o conjunto de técnicas do universo digital às necessidades, às demandas e aos objetivos das culturas e das estruturas sociais nas quais estas se instalam.

No caso específico do uso de TIC em escolas, seja para processos de ensino e aprendizagem ou para a inclusão social e digital, por ser uma postura de radicalização antropofágica, como a que propomos, desencadearia maior participação de todos os setores responsáveis pelos aparatos burocráticos educacionais via comunidades escolares na formulação e na gestão do planejamento educacional e na formação de recursos humanos, que acabaria por promover microrrevoluções a partir da escola e do digital à medida que estes desempenham função estruturante desses processos na escola e nas sociedades contemporâneas.

Se considerarmos os dados estatísticos, como os que apontam o levantamento recente do CETIC.BR – Centro de Estudos sobre Tecnologia da Informação e Comunicação – Brasil (2010), que mostram dentre outros indicadores, que, por exemplo, o uso de tecnologias digitais e de internet pelas escolas públicas brasileiras é baixo, concluiremos que os atuais modelos de formulação de políticas de uso dessas técnicas não foram suficientes para popularizá-las e nem para desmitificá-las, o que nos leva a deduzir que outros caminhos devem ser trilhados e estimulados, incluindo propostas de radicalização conceitual como a que propomos.

Acreditamos que não conseguiremos ouvir e materializar os anseios e as diversidades dos grotões em modelos homogeneizados pelo simples fato de que estes atuam para normalizá-los e não para integrá-los, respeitando suas diversidades e suas peculiaridades sociais e culturais. A normalização está presente em todas as fases da práxis governamental, a começar pela Lei de Diretrizes e Bases da educação - LDB, que garante condições curriculares homogêneas, sem as condições de aplicabilidade do que preconiza em todos os rincões nacionais.

A nossa proposta de radicalização conceitual, preocupa-se em garantir e fortalecer a diversidade e a autonomia previstos em diversos compêndios legais, inclusive o

supracitado item a ser fortalecido, cabendo à normalização homogeneizada o papel de garantir as condições necessárias para o exercício e para a ampliação dessa diversidade, fato que por si atuaria na mitigação e debelação de mazelas do sistema educacional.

Os computadores, seus *softwares* e recursos comunicacionais dos quais dispõe o estágio atual de evolução em que se encontram as tecnologias de processamento e de comunicação digital não constituem apenas instrumentos adaptáveis a qualquer intenção ideológica, eles devem ser percebidos como estruturantes de processos cognitivos que serão cada dia mais complexos. Esses assumem formas inter, trans e multidisciplinares em contextos, por conseguinte, mais desterritorializados e multiculturais, em que os muros das escolas não representarão mais limites ou fronteiras para o saber e para a construção de conhecimentos. Entendemos que é a partir desse viés que as TIC devem ser incorporadas pela sociedade e por instituições que estruturam as práticas sociais.

Sob esse viés, as formas de uso e de apropriação que desconsiderarem seu potencial integrador e disseminador de conteúdos, se não perceberem o seu crescente espraiamento pelos espaços escolares e o potencial de interação com o entorno escolar, estarão fadadas aos usos glamourizados e conservadores. Ao invés de estimular e incentivar a criatividade de cidadãos, professores e alunos, elas servirão como barreiras e filtros, atuando como mecanismos que repetem de forma mecânica antigas lições que seriam mais bem aprendidas, além de mais baratas, se usássemos giz e quadro negro. O digital nesse contexto só glamouriza processos.

Se nos contextos sociais desprovidos das técnicas digitais as formas de reprodução do real estavam limitadas a poucas máquinas como o telefone, a câmera de fotografar e de filmar e seu aperfeiçoamento com a televisão, as técnicas de comunicação e processamento digital da informação expandiram o leque de possibilidades, cuja velocidade em termos de versatilidade de recursos, possibilidades de interação e os constantes avanços, que em alguns casos atropelam a capacidade da escola de digeri-las, impetraram a necessidade de repensarmos totalmente as nossas práxis sociais.

Concordamos e afirmamos ao longo desse trabalho que em muitos casos tais avanços obedecem às lógicas de mercado e às formas glamourizadas e fetichizadas, desprovidas de reflexões críticas, como as forças produtivas e econômicas pretendem que estes sejam percebidos e apropriados pela sociedade, mas isso não os exime da inovação e nem diminui o fato de provocarem mudanças e revoluções cotidianas. Mais uma vez, se desejarmos reinventar seus usos, a antropofagia a partir do digital é uma das possibilidades para tal.

Ou seja, é crueldade, desleixo e irresponsabilidade estatal reestruturar a educação brasileira sem uma inclusão social e digital eficaz e colaborativa, com vistas à qualidade/dignidade de vida, e isso não ocorrerá a partir dos modelos e formas propostos partindo das concepções que o mercado considera ideal para apropriação dessas técnicas. Infelizmente é isso que parece ser levado em conta quanto às decisões macro que norteiam as políticas públicas e/ou ações de governo são tomadas. Para que os usos e as apropriações dessas técnicas pela sociedade tenham sentido e produzam efeitos positivos, todos os rincões do país devem ser ouvidos, devem ter suas ideias e concepções de mundo trazidas à baila, não devem apenas receber e consumir passivamente o que as “novidades tecnológicas”, concebidas de forma exógena para influenciar o seu comportamento em um mundo que cotidianamente lhes é apresentado a partir das janelas da TV como o modelo a ser seguido, como o padrão de “sociedade moderna e evoluída” que deve ser imitado. Para prosseguirmos no que apontamos até aqui precisamos avançar em relação ao que apontamos no eixo seguinte.

II – Necessidade de reestruturação da burocracia estatal de modo a permitir maior participação popular, através da criação de mecanismos mais eficazes para interação entre Estado e sociedade

As reflexões que faremos ao longo do último tópico dessa tese refletem o que chamaremos de lições aprendidas “Brasil adentro” a partir das práticas do Programa Cultura Viva, em especial, as ações desenvolvidas pelos PDC. Ao dar voz e permitir que movimentos e coletivos de cidades grandes, médias e pequenas vislumbrassem outros horizontes e perspectivas para apropriarem-se das TIC, conectando-se,

interagindo, aprendendo e compartilhando com outros contextos culturais e sociais a partir dos grotões desse país continente, intensas perspectivas de apropriação e de manifestações sociais se desvelaram; os fomentos proporcionados por uma ação e/ou política de governo mostraram-se insuficientes tamanha as demandas nesse campo, mas revelaram a ambos a importância de intensificar ações que invertam prioridades e permitam o surgimento de outros modos de fazer o mesmo, propondo de modo a repensar estruturas sociais e de governo que no mundo contemporâneo ainda dão o tom das formas homogeneizadoras que em geral prevalecem.

Esperamos a partir das reflexões aqui apresentadas, que essas lições possam desencadear aprendizados que contribuam para aprimorar práticas sociais e educacionais, que elas se fortaleçam a partir das diversidades e saberes locais, sobretudo, nos aspectos que envolvem as relações entre Estado e sociedade, para que possamos, pelo viés da antropofagia, compreender o exógeno partindo de nossa riqueza interior, de modo a cada vez mais permitir que nossas práticas sociais, educacionais e culturais sejam permeadas pelas redes e tecnologias digitais de comunicação sem perder os elos que nos vinculam às nossas origens, e suas virtudes e mazelas.

As formas de relacionamento entre governos e sociedade que mostramos ser possíveis por meio de uma utilização mais contextualizada e integrada entre culturas e saberes locais e as TIC, pautadas no fortalecimento do potencial transformador do conceito de Estado e de democracia são latentes em alguns segmentos sociais. Embora os resultados apontem possibilidades para a organização e a interação de forma descentralizada entre organismos da sociedade e o Estado, desde que estas sejam planejadas e estruturadas a partir de modelos de apropriação capazes de compreender e abarcar nossas diversidades culturais e demandas sociais, tornando-se parte dos processos que estimulam esses fazeres, essas realidades ainda mostram-se insuficientes e precisam ser estimuladas e apoiadas pelo Estado.

Soluções que visem debelar os problemas com os quais a sociedade contemporânea se depara poderão encontrar saídas mais práticas e duradouras com o fortalecimento desses diálogos, mesmo que estes ocorram em ambientes

tencionados, como no caso do Programa Cultura Viva. Os potenciais inerentes aos recursos comunicacionais contemporâneos, incorporados às práticas sociais, a partir desses vieses, contribuirão para radicalizar as práticas democráticas em direção a outras formas de relacionamento entre Estado e sociedade, gerando novas possibilidades para a tomada de decisões, consulta à opinião pública e a destinação e a fiscalização da aplicação dos recursos governamentais, gerando tensões de ordem política, social e econômica.

Por outro lado, o que percebemos e vimos frutificar é uma tentativa de neutralizar e minimizar tais possibilidades por parte da maioria das forças políticas e burocráticas que controlam o Estado. Talvez estrategicamente essa neutralização também compreenda a desconsideração dos grotões, rincões para os quais sempre reservamos e continuaremos reservando o papel de consumidores passivos do que a metrópole concebe e executa. Esses processos envolvem diversos grupos sociais e políticos que se articulam para continuar exercendo o poder, neutralizando as novas formas de pressão e poder popular, que são inerentes às características descentralizadoras e multidirecionais do estágio atual das tecnologias digitais. Esse, a nosso ver, é o diferencial principal que as técnicas digitais nos possibilitam, entretanto, sua viabilização nos moldes que propomos permanece desafiadora.

Acreditamos que a concretização dessas potencialidades ocorrerá de um ou de outro modo, pela potência antropofágica desses rincões e grotões, que uma vez escondidos e acudados tendem a desenvolver formas de resistência. Entretanto, o poder de fogo das forças homogeneizadoras e hegemônicas nunca foram tão fortes, portanto, os cenários futuros também dependerão das formas como os governos e movimentos sociais se apropriarão das TIC.

Caso não passem a compreendê-las como estruturantes de novas formas para organização e atuação política, enquanto meios que poderão ser empregados de diversos modos, de forma desterritorializada, e sem uma matriz homogeneizadora a partir de metrópoles, os cenários tenderão a não incorporá-las como vetores naturais de fomento à diversidade e à criatividade. As tentativas e forças que atuam na contramão agem com intenso poder articulador e potencializam a cada dia tais processos, entretanto, em muitos aspectos mostram-se insuficientes para neutralizá-los.

Como sustentação prática para as questões conceituais e teóricas apontadas nos dois eixos de análises anteriores, destacaremos alguns aspectos que comprovam nossa tese, de que apesar da necessidade de avanços conceituais, das tensões, e dos embates, a ação governamental estudada (Programa Cultura Viva), ainda em curso, mostra que é possível construir alternativas ao discurso do Estado mínimo e da racionalidade administrativa, vejamos:

a) A disseminação de uma cultura de uso de *softwares* livres nas redes municipais de ensino, que conseqüentemente atinge outros setores sociais

Mesmo com todos os entraves já relatados, a atuação de pesquisadores, professores e técnicas viabilizadas pela instalação do PDC foram fundamentais para o desencadeamento e para a consolidação de diversos processos de uso e apropriação de *softwares* nas escolas públicas municipais, telecentros e em uma escala menor em empresas e por jovens e cidadãos que de algum modo interagiram com as atividades ali desenvolvidas.

b) A abertura de possibilidades que permitiram reflexões sobre a importância da interação entre escola e movimentos sociais e culturais locais, gerando vetores que estimulam os processos de democratização e acesso à informação

Para além dos resultados práticos como aprimoramento técnico no uso de redes e tecnologias digitais, outro fator que pode ser destacado como de importância fundamental nesses processos é a percepção pela sociedade civil de que as instituições envolvidas começam a ser percebidas por agentes políticos e cidadãos como espaços importantes para a construção de modelos alternativos para a apropriação das TIC, priorizando aspectos culturais e sociais locais, permitindo atuações mais reflexivas sobre os aspectos técnicos e políticos que envolvem o atual estágio de desenvolvimento dessas técnicas e a sua importância para a estruturação dos modos de vida contemporâneos.

c) Permitir que professores e alunos participem de processos de formação que favorecem reflexões críticas sobre as diferentes formas de apropriação das TIC pelas escolas e pelos movimentos sociais organizados

Diferenciando-se de processos que ocorrem mais distanciados de ações envolvendo as Universidades e grupos de pesquisa envolvidos com as temáticas de uso de tecnologias em processos educacionais e de ampliação e democratização do acesso, a presença constante de professores e estudantes que investigam tais questões possibilita aos seus pares em exercício nos cotidianos locais um ambiente intenso de trocas de ideias e experimentações, por si só enriquecedor dos processos, impossível de ocorrer em cenários onde esses interlocutores não se fazem presentes em maior número e intensidade. Todas essas ações permitiram e ainda permitirão tais interações tanto em espaços presenciais quanto em espaços online.

d) Favorecer a disseminação nas escolas e nos movimentos sociais organizados de conceitos como compartilhamento, colaboração e produção de conteúdos digitais nos moldes preconizados pelos movimentos de *software* livre e cultura digital

Outro importante aspecto é à disseminação dos conceitos de compartilhamento e colaboração, inerentes aos movimentos de cultura digital e de uso e compartilhamento de códigos fontes abertos, inexistentes em outros cenários de apropriação de tecnologias digitais e que nos contextos investigados são intensos e enriquecedores dos processos de ensino e aprendizagem vivenciados pelas escolas e pela sociedade na realidade que analisamos no decorrer da pesquisa.

e) Contribuições para impulsionar projetos, estudos, pesquisas e reflexões sobre alternativas e possibilidades relacionadas às formas de apropriação das TIC pelas escolas e pela sociedade

A partir da interação entre professores pesquisadores e dos fatos ocorridos nas escolas de forma intensa e convergindo para diferentes concepções conceituais presentes nas políticas e nas ações governamentais em desenvolvimento e objeto das análises, como no caso do PROINFO; PROINFO RURAL; UCA, PROGRAMA CULTURA VIVA, etc., as investigações resultam em estudos monográficos, dissertativos e teses que proporcionam diferentes experimentos e teorias, tornando o cenário local em Irecê um ambiente rico para interações práticas e conceituais, como vêm ocorrendo no caso do – RIPE - Rede de Intercâmbio de Produção Educativa; estudos e integrações no âmbito dos movimentos de cultura e inclusão digital; estudos nas áreas curriculares e formação de professores, etc.

Foram estes alguns dos contextos nos quais emergiram as tensões entre a sociedade civil e o Estado, potencializadas pela ação de governo em tela, catalizadora de formas de apropriação proativas das redes de comunicação digitais. Por outro lado, todos os que lidam com o cotidiano dos PDC sabem do grave problema representado pela falta de regularidade nos repasses de recursos oriundos do orçamento da cultura, mesmo assim, são poucos os deputados que ocupam tempo de seus mandatos para buscar saídas para que estes problemas sejam pelo menos mitigados. Essa irregularidade no repasse de recursos, para nós, encobre uma intencionalidade burocrática e política, determinada pelas oligarquias que não desejam ver tais iniciativas prosperarem e se alastrarem pelos governos.

Afinal, potencializar as redes e tecnologias digitais propondo rupturas que apontem para usos descentralizados e diretos dos recursos do OGU pode ser perigoso. “E se essa moda pega”? Significa dizer que podemos ir muito além dos orçamentos participativos; significa dizer que podemos repensar o modelo de democracia participativa vigente; podemos radicalizar nos processos decisórios, enfim, nossa capacidade criativa será o limite, bastará, para tanto, que sejam criadas as condições técnicas necessárias, e isso podemos fazer!

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a formulação e a implementação de uma ação e/ou política de governo pensada para ser executada em parceria com a sociedade civil oferece uma riqueza conceitual e operacional imensa, pelas diversas

questões já inúmeras e, sobretudo, por apontar possibilidades de apropriação das TIC a partir de vieses que corroborem para processos descentralizados em direção à construção de mecanismos de democracia direta, também aponta a complexidade que envolve tais postulados à medida que estes não ocorrem em cenários ausentes de conflitos sociais.

Ao confrontar as análises e as realidades emergidas do campo com o referencial teórico adotado, construímos como tese principal que a inserção de tecnologias nos espaços/cotidianos onde ocorrem manifestações das culturas populares, obedece a diferentes modelos pedagógicos/tecnológicos/ideológicos. Isso ocorre tanto do ponto de vista dos objetivos pretendidos, quanto em relação aos modos de apropriação e às estratégias adotadas por cidadãos e por governos. Assim, perspectivas que favoreçam a autonomia como forma de estímulo e preservação da diversidade devem ser sempre o foco principal das ações e/ou políticas públicas nessa área.

As diferentes formas de interação e de apropriação que ocorrem nesses espaços favorecem o surgimento de “burlas” e tensões, que são praticadas e instauradas para fazer face às formas hegemônicas de disseminação pelas quais os usos e apropriações desses recursos são orientados. Os agentes políticos envolvidos nesses processos não respondem as mesmas lógicas e nem atuam de forma uniforme para a conclusão das funções de Estados. Existem visões, interesses e forças políticas divergentes que atuam no interior do estado para a garantia de espaços de poder e, conseqüentemente, da prevalência de seus *modus operandi*. Apesar disso, foi possível inferir que o aprimoramento que é natural dos embates vivenciados no cotidiano contribui para a consolidação desses processos enquanto política pública, uma vez que podem resultar na superação de modelos, tanto técnicos quanto jurídicos e institucionais.

Portanto, a partir das necessidades de complementar e/ou aprimorarem as ações governamentais previstas pelos órgãos e sujeitos instituintes, devido à natureza insuficiente e às vezes, inadequada, dos ambientes institucionais de onde esses se irradiam, sua consolidação e/ou avanços conceituais não é algo de fácil assimilação e fácil aceitação por essas estruturas. Assim, o que ocorre é a instauração de

embates, tensões e conflitos surgidos na tentativa constante dos grupos instalados no interior do Estado, de um lado para torná-las mais autônomas, eficientes e passíveis de controle e adequação social e, de outro, para manter o *status quo*, inviabilizando quaisquer possibilidades de avanço conceitual.

Assim, com o crescimento das possibilidades de atuação dos indivíduos, seja de forma individual, ou a partir da atuação coletiva, e mesmo que o poder público tenda a apoiar processos de apropriação que apoiem e incentivem o uso das TIC a partir de vieses que reforçam suas possibilidades apenas para legitimar seus aparatos burocráticos; e, mesmo quando a iniciativa privada exerce suas práticas hegemônicas através do controle dos mercados e da formação de grupos de pressão sobre o Estado, estes não conseguirão deter os potenciais inovadores e o caráter fluído e descentralizado dessas técnicas.

São esses os sujeitos que desencadearam os processos que permearam o nosso estudo. Suas práticas e apropriações cotidianas das tecnologias digitais a partir dos PDC, implicaram profundamente suas relações sociais e culturais contemporâneas e foram importantes para o estabelecimento das tensões e a compreensão do papel das TIC nesses processos, como pudemos observar ao longo desse últimos seis anos. Contudo, ressaltamos que os contextos sociais, culturais, ciberculturais e de ativismo digital e popular, pelo seu caráter dinâmico e transformador, estarão sempre se reinventando, característica essa que entendemos deve ser sempre fortalecida, estimulada e estudada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. A. **Criação e aprendizagem em ambientes virtuais livres por alunos e professores do ensino fundamental**. *PPGE/UFES*, 2004.
- ALMEIDA, D. A. **TIC e Educação no Brasil: Breve histórico e possibilidades atuais de apropriação**. Revista Pró-discente PPGE/UFES. P. 08-16. Vitória. Vol. 15. N.02. Ago/Dez 2009.
- ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão. **Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino**. 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/artigos/docs/sisal.pdf> Acesso: 25 set. 2011.
- ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Pedro Constantin Tolens. São Paulo. Martin Claret, 2001.
- ASSUNÇÃO, Maria Teresa. (org.) **Cibercultura e formação de professores**. Belo Horizonte. Autêntica. 2009
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Liber Livro. Brasília. 2004
- BEY, Hakim. **Zona Autônoma Temporária**. 2 ed. São Paulo: Conrad Livros, 2001.
- BENKLER, Yochai. (2002) **Coase's penguin, or Linux and the nature of the firm**. Disponível: <http://www.yale.edu/yalelj/112/BenklerWEB.pdf>. Acesso: 20 jun 2007.
- _____. (2006) **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. New Haven and London: Yale University Press.
- BENKLER, Yochai. A economia política dos commons. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, et al. **Comunicação Digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2007, p. 11-20.
- BIONDI, A. **O Brasil Privatizado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- BONILLA, Maria Helena. **Escola aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- _____. **Políticas públicas para inclusão digital nas escolas**. Florianópolis: Motrivivência, Ano XXII, nº 34, Jun./2010, p. 40-60. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17135>>. Acesso: Acesso: 25 set. 2011.
- BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e gestão. **OGU** (2008, 2009, 2010).

Dados sistematizados pelos sistemas SIGA/SIAFEM. Disponíveis on-line em: <http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=20460>, acessos em 2008, 2009, 2010 e 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais**. Pirenópolis, 2009.

_____. Ministério da cultura. **Documentos e diretrizes do programa cultura viva**. 2009. - Disponível em http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/ - acessos em janeiro 2010.

_____. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, 2009, Pirenópolis-GO. **Anais**.

_____. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria operacional sobre o FUST. Termo de acórdão. 2005

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Manual de Expressão Oral e Escrita**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. De; ANDRADE, Carla Coelho de; (orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília. IPEA. 2009

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A cultura no plural**. 6ª ed. Tradução de Enid Abreu Dobranzky. Campinas: Papyrus, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1996.

CARTA DE SANTO AMARO. **Carta manifesto dos pontos de cultura do território de identidade do recôncavo da Bahia. Santo Amaro-Ba**. 2011. Disponível em: <http://cacaunascimento.blogspot.com.br/2011/05/carta-ministra-da-cultura.html>.

Acessos em maio e junho/2011

CETIC.BR. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. **TIC e Educação - Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da comunicação no Brasil**. Brasil, 2010.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007. **NÃO LOCALIZADO**

_____. **Cultura e democracia**. Coleção cultura é o que. Vol I. Salvador: Secretaria de cultura do Estado da Bahia, 2009. **NÃO LOCALIZADO**

CGI.BR. **TIC domicílios e empresas**. (2010). Disponível em: <http://op.ceptro.br/cgi-bin/indicadores-cgibr-2010?pais=brasil&estado=pa&setor-publico=setor-publico&age=de-35-a-44-anos&education=pos-doutorado&purpose=pesquisa-academica>

COCCO, G. IN Ministério da Cultura. **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais**. Pg. 34-35 Pirenópolis, 2009.

CULT. Revista Brasileira de Cultura. Ano 13. n. 148. São Paulo: Bragantini, julho/2010.

CYSNEIROS, P. G. (2003). **Fenomenologia das Novas Tecnologias na Educação**. In: Revista da FAGED, n. 7, Salvador. Disponível em: <http://www.revistafaced.ufba.br/viewarticle.php?id=122>

DANTAS JR. Hamilcar Silveira. Estado, Educação e Hegemonia: reflexões teórico-metodológicas da filosofia da práxis de Antonio Gramsci. Revista HistedBR on-line. Campinas, n. 20, p. 28-44. Dezembro/2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/rev20.html>

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/declaracao-dos-direitos-do-homem-e-do-cidadao-integrado-documento-original.jhtm>>

DURKHEIM, E. **As regras do método Sociológico**. Tradução de Maria Izaura Pereira de Queiroz. 17ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

DYE, T. D. **Understanding public policy**. 7th ed. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall. 1992. 383p

ESPINOZA, Baruch de. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. **Tratado Teológico político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FRIGOTTO, G. Ciavatta, M. (org.). **Teoria e educação do labirinto do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILLI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 77-105.

FURTADO, Celso. **A economia brasileira**: (contribuição à análise do seu desenvolvimento). Rio de Janeiro, RJ: A Noite, 1954.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.

Gil, G. **Aula magna proferida na USP**. (agosto/2004). Disponível em: <http://www.canalcontemporaneo.art.br/tecnopoliticas/archives/000234.html> Acessos: janeiro/2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Cia das letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e educação**. 7 ed. São: Paulo Cortez. 2009.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 6 : literatura, folclore, gramática. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002

GT CULTURA DIGITAL. Lista mantida pelo Fórum e Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Disponível em: <gtculturadigital@googlegroups.com>. Acesso em: 19/09/2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALMANN, A. L. Reflexões entre professores em blogs: Aspectos e possibilidades. Dissertação de Mestrado. *FACED/UFBA*, 2006

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. (trad.) Adail Ubirajara Sobral. Maria Stela Gonçalves
HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. In: Ensaio e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2002.

HISTORIANET. **Antecedentes das Revoluções Inglesas**. Disponível em <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=177>>.

HOCHMAN, G. Arretche; M. MARQUES, E. (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

IANNI, Octávio. **Imperialismo e Cultura**. Vozes: Petrópolis, 1976.

_____. A era do globalismo. *Civilização Brasileira*, 2007

IBGE. PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar**. (2008-2009). Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>
Acessos em: 2009, 2010, 2011.

JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (orgs.). **Comunicação Informação e Cultura: Dinâmicas Globais e estruturas de poder**. Salvador: Edufba, 2004.

KEINERT. T. M. M. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume. Papesp, 2000.

KROPOTIKIN, P. **A anarquia, sua filosofia, seu ideal**. São Paulo: Imaginário, 2001.

LEITÃO, C. **Cultura e municipalização**. Coleção cultura é o que. Vol III, Salvador: Secretaria de cultura do Estado da Bahia, 2009.

LEMOS, A., (org.) **Ciberurbe: A cidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: E.papers, 2005.

LEMOS, A. PALACIOS M. (orgs.). **Janelas do ciberespaço: comunicação e cibercultura**. Porto Alegre. Sulina. 2004

LEVY, P. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço *Edições Loyola*. 2000

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre as origens, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LASSWELL, Harold Dwight. **A linguagem da política**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 9. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1998.

MALAGUTI, M.; CARCANHOLO, R. A .; CARCANHOLO, M. D. **Neoliberalismo: a Tragédia de nosso tempo**. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2008.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

MARQUES. M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí: Unijui, 1997.

MARTINS, F. M., DA SILVA J. M. **Para navegar no século XXI: Tecnologias do Imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. (Organização e

- tradução de Cristina Magro e Vitor paredes). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martinclaret, 2006.
- MEYNAUD J. **A ciência política sua natureza seu alcance**. Tradução de Luiz Cláudio de Castro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.
- MONTES, M. L. Avaliação preliminar do programa cultura viva do ministério da cultura. IN **Programa cultura viva: análises e observações**. Ministério da Cultura, Brasil, 2009.
- MONTESQUIEU C. L de S. **O espírito das leis**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- NETO, Luciano Costa. **Hegemonia e política de estado: do Marxismo a real politik**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petropolis: Vozes, 1998.
- PAUGAM, S. **Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PELLANDA, N. M.; C. SCHLUNZEN, E. T M.; JUNIOR, K. S. (orgs.). **Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PETERS, B. G. "Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes", *Public Administration* 76: 408-509. 1998.
- _____, B. G. *The Politics of Bureaucracy*. White Plains: Longman Publishers. 1995.
- PINTO, Álvaro. **Papel e Papelão**. *Revista Crítica*, Rio de Janeiro, n. 1, 1928. Edição do Anuário do Brasil.
- _____, Álvaro Vieira. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, vol. I e II, 2005.
- PORTO, Marta. **Cultura e democracia**. Coleção cultura é o que. Vol II Secretaria de cultura do Estado da Bahia. Salvador, 2009.
- PRETTO, Nelson. Políticas públicas educacionais: dos materiais didáticos aos multimídias
- Trabalho apresentado na 22a. Reunião Anual da ANPED Caxambu-MG, 1999*
- _____. Nelson. Redes colaborativas, ética hacker e educação. *Educ. rev.* [online]. 2010, vol.26, n.3, pp. 305-316.

_____. Nelson. (org.) **Tecnologia e novas Educações**. Salvador/Bahia: Edufba, 2005, p. 230.

REZENDE, Pedro Antonio Dourado de. Lei Azeredo, Ai-5 digital e a cultura da história. Disponível em <http://www.trezentos.blog.br/?author=125>. 2009. acessos entre março e novembro/2011

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

ROCHA, Sophia. Cardoso. A estadualização do programa cultura viva e seus desafios. IN **Programa cultura viva: análises e observações**. Brasil: Ministério da Cultura, 2009.

_____. Sophia Cardoso. **Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2011

SCWARTZ, STUART, B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: O tribunal superior da Bahia e seus desenbargadores. 1609-1751**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SAMPAIO, M. N., LEITE, L. S. **Alfabetização tecnológica do professor**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Os processos da globalização. In: **Globalização: fatalidade ou utopia**. Porto: Edições Afrontamento, 2001, p. 31-99.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro: Grall, 2000.

_____. (org.) **A globalização e as ciencias sociais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SOUZA, Scarlato F. C.; ARROYO. M. (Orgs.). **O novo Mapa do Mundo: Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SARAVIA, E, MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O . P (orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SAVAZONI, R. COHN, S. (orgs) **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.

SILVA, Frederico A Barbosa da; ARAUJO, Herton Ellery. **Cultura Viva: Avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: IPEA, 2010.

SILVA, Franklin Leopoldo E. **Martin Heidegger e a técnica**. Revista Scientiæ Zudia, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 369-74, 201

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Redes virais e espectro aberto: descentralização e desconcentração do poder comunicacional. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, et al. **Comunicação Digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 21 - 55.

SILVEIRA, S. A.; GINFRE, G.; BRANT, J.; WERBACH, K.; BENCHLER, Y. **Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SHARKANSKY, Ira. **Administração Pública: A formulação de políticas nos órgãos governamentais**. Tradução de Sergio Latour. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SORJ, B., GUEDES, L. E. **Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas**. *Novos Estudos Cebrap*, nº 72, p.101-117, julho.

SORJ, B. brasil@povo.com. **A luta contra a desigualdade na sociedade da informação**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: O Brasil de Baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

VILUTIS, L. **Cultura e juventude: a formação dos jovens nos pontos de cultura**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Cultura, Organização e Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Orientação: Moacir Gadotti. São Paulo: s.n., 2009. 202p. il., grafs. Tabs.

VIRILIO, Paul. **A bomba Informática**. São Paulo. Estação Liberdade. 1999